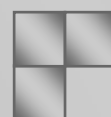
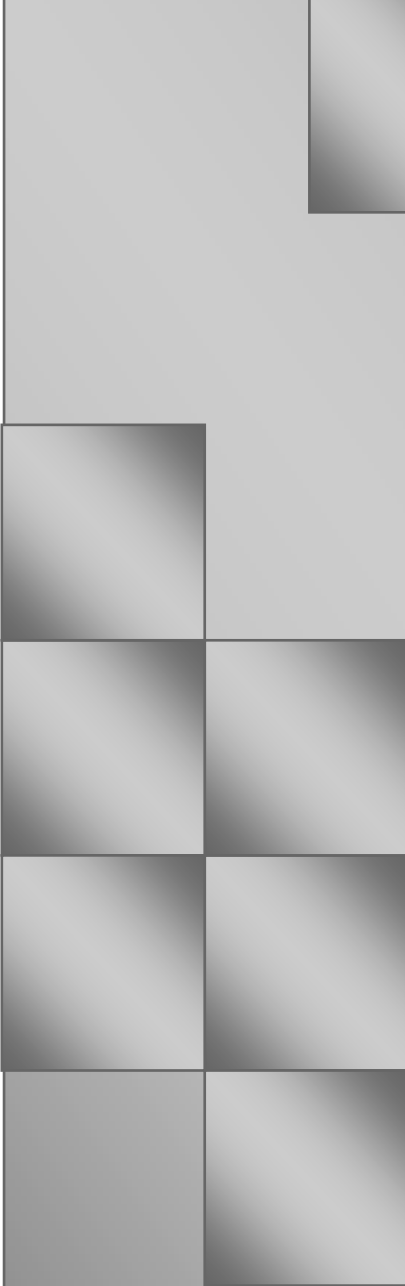


Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento
Superintendência Federal de
Agricultura no Estado de
São Paulo

Relatório de Ges- tão do exercício de 2012

São Paulo, março de 2013



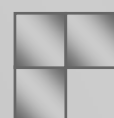


Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento
Superintendência Federal de Agri-
cultura no Estado de São Paulo

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apre-
sentado aos órgãos de controle interno e externo
como prestação de contas ordinárias anual a que
esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70
da Constituição Federal, elaborado de acordo
com as disposições da Instrução Normativa TCU
nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº
119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e Porta-
ria CGU nº 133/2013.

São Paulo, março de 2013



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

| | |
|-------------|--|
| MAPA | Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento |
| SFA | Superintendência Federal de Agricultura |
| DDA | Divisão de Defesa Agropecuária |
| UTRA | Unidade Técnica Regional de Agricultura |
| SIPOA | Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal |
| SIPOV | Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal |
| SSA | Serviço de Saúde Animal |
| SSV | Serviço de Sanidade Vegetal |
| SEFIP | Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários |
| SEFIA | Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas |
| DPDAG | Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário |
| SESAG | Serviço de Suporte Agropecuário |
| CDMAV | Centro de Desenvolvimento Agropecuário, Mecanização e Aviação Agrícola |
| UAC | Unidade Armazenadora de Café |
| SVA | Serviço de Vigilância Agropecuária |
| SVA/SNT | Serviço de Vigilância Agropecuária no Porto de Santos |
| SVA/GRU | Serviço de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Guarulhos |
| SVA/VCP | Serviço de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Viracopos |
| UVAGRO | Unidade de Vigilância Agropecuária |
| EQC | Estação Quarentenária de Cananéia |
| DAD | Divisão de Apoio Administrativo |
| FFA | Fiscal Federal Agropecuário |
| FFA MV | Fiscal Federal Agropecuário Médico Veterinário |
| FFA EA | Fiscal Federal Agropecuário Engenheiro Agrônomo |
| LANAGRO | Laboratório Nacional Agropecuário |
| IN | Instrução Normativa |
| RP | Restos a Pagar |
| SIPLAN | Sistema de Planejamento do Ministério da Agricultura |
| SIAFI | Sistema de Administração Financeira |
| SIF | Serviço de Inspeção Federal |
| APPCC | Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle |
| BPF | Boas Práticas de Fabricação |
| PPHO | Procedimentos Padrão de Higiene Operacional |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| DIPOA | Divisão da Inspeção de Produtos de Origem Animal |
| INSPANIMAL3 | Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal |
| PADCLASSIF | Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais |
| IPVEGETAL2 | Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal |

| | |
|--------------|--|
| FISCORGEN | Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados |
| FISCPANTA2 | Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos |
| FISCANIMAL2 | Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos |
| VIGIFITO | Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos |
| ERRADMOSCA | Erradicação da Mosca da Carambola |
| PCEVEGETAL | Prevenção e Controle de Pragas dos Vegetais e suas partes |
| VIGIZOO | Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e insumos |
| FEBREAFTOSA | Erradicação da febre aftosa |
| PCEANIMAL | Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais |
| FISCGENE | Fiscalização de Material Genético Animal |
| FISPROVET | Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário |
| FISFECOI | Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes |
| FISCALSEM | Fiscalização de Sementes e Mudanças |
| FISAGROTOX | Fiscalização de Agrotóxicos e Afins |
| FISCAGRIC | Fiscalização de Serviços Agrícolas |
| FISCINAN | Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal |
| RASTREAB | Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar |
| PRO ORGANICO | Desenvolvimento da Agricultura Orgânica |
| CETORGAN | Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica |
| FISCONTRATO | Fiscalização de Contratos de Repasse |
| MANUTSPA | Administração da Unidade -Secretaria de Produção e Agroenergia |
| MANUTSFAs | Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas |
| CTNBio | Comissão Técnica Nacional de Biossegurança |
| OGM | Organismos Geneticamente Modificados |
| CF | Certificação Fitossanitária |
| SAA | Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo |
| CDA | Coordenadoria de Defesa Agropecuária da SAA |
| PNSA | Programa Nacional de Sanidade Avícola |
| PNSS | Programa Nacional de Sanidade Suídea |
| RENASEM | Registro Nacional de Sementes |
| SISBOV | Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos |
| ERA | Estabelecimento Rural Aprovado |
| UP | Unidade de Produção |
| LI | Licença de Importação |
| CE | Comunidade Européia |
| RT | Responsável Técnico pela Ação |
| MEGP | Modelo de Excelência e Gestão Pública |
| SIGSIF | Sistema de Informações Gerenciais do SIF |
| RIISPOA | Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal |

| | |
|---------|---|
| SI | Certificado Sanitário Internacional |
| PAFI | Programa Auxiliar de Fiscalização e Inspeção |
| ER | Estabelecimentos Relacionados |
| AAAs | Agentes de Atividades Agropecuárias |
| POA | Plano Operativo Anual |
| SDA | Secretaria de Defesa Agropecuária |
| SIGVIG | Sistema de Informações Gerenciais do VIGIAGRO |
| SPIUNet | Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União |
| SICASQ | Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais, seus Produtos, Sub Produtos e Derivados para a Certificação da Segurança e Qualidade |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Introdução | 7 |
| Identificação | 10 |
| Finalidade e Competências Institucionais da Unidade | 10 |
| Organograma Funcional | 11 |
| Macroprocessos Finalísticos | 12 |
| Macroprocessos de Apoio | 13 |
| Principais Parceiros | 13 |
| Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações | 13 |
| Indicadores | 15 |
| Estrutura de Governança e Autocontrole da Gestão | 15 |
| Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ | 17 |
| Informações sobre Ações do PPA de Responsabilidade da UJ | 18 |
| Programa 2028 – Defesa Agropecuária | |
| INSPANIMAL3 | 18 |
| PADCLASSIF | 28 |
| IPVEGETAL | 31 |
| RESIDUOS | 36 |
| FISCORGEN | 37 |
| VIGIFITO | 39 |
| ERRADMOSCA | 43 |
| PCEVEGETAL | 44 |
| FISCPLANTA | 47 |
| FISCANIMAL | 49 |
| FEBREAFTOSA | 58 |
| PCEANIMAL | 62 |
| RASTREAB | 75 |
| FISCINAN | 78 |
| FISCGENE | 84 |
| FISPROVET | 86 |
| FISFECOI | 89 |
| FISCALSEM | 95 |
| FISAGROTOX | 99 |
| Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | |
| FISCAGRIC | 102 |
| CETORGAN | 104 |
| PRO ORGANICO | 105 |
| FISCALPEC | 107 |
| FISCONTRATO | 109 |
| MANUTSPA | 110 |
| Programa 2105 – Gestão e Manutenção do MAPA | |
| MANUTSP | 111 |
| Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa | 115 |
| Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados | 118 |
| Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário | 127 |
| Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento | 131 |
| Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis | 131 |
| Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas | 133 |
| Informações Contábeis | 136 |
| Resultados e Conclusões | 138 |
| Índice das Tabelas | 140 |

Introdução

“ Os únicos valores vitais que uma organização possui são as experiências, as habilidades, a inovação, a percepção e as idéias de seu pessoal ”

Leif Evinsson

Agricultura e Desenvolvimento

O alto desempenho da agricultura brasileira, em 2012, foi resultante de uma conjugação de fatores como o uso de tecnologia avançada, organização e competência da cadeia agroprodutiva, somado aos esforços governamentais voltados para o setor.

É importante observar que o valor bruto da produção de grãos (vbp) de R\$ 241,8 bilhões, o faturamento de 95,81 bilhões do agronegócio com exportações, o novo recorde nas exportações de carne atingindo R\$5,7 bilhões, a maior safra da história, com cerca de 166 milhões de toneladas e o saldo positivo de US\$ 79,41 bilhões na balança comercial são indicadores do potencial e da participação da agropecuária no desenvolvimento do País.

Neste cenário de excelência, é significativa a participação da SFA/SP que, através da execução dos seus macroprocessos, fiscaliza, inspeciona, certifica, libera produtos e subprodutos do agro que trafegam em rotas interestaduais e internacionais. Segundo a legislação e os acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, nenhum produto do agro pode entrar ou sair do País sem a devida autorização do Ministério da Agricultura.

Vale observar, neste sentido, que 80% dos registros e fiscalização da indústria de alimentos e insumos do País são feitos pela SFA/SP. De modo geral, sua atuação no *strictu sensu* não tem concorrência, como por exemplo na fiscalização internacional, na liberação de alimentos de origem animal produzidos para o comércio interestadual e internacional no registro e fiscalização de bebidas e de insumos (alimentos para animais, produtos veterinários, sementes, fertilizantes, agrotóxicos). Algumas de suas ações porém são passíveis de transferência, delegação de competência por meio de parcerias, contratos com organismos municipais, estaduais ou da iniciativa privada (**subitem 1.6**), sendo mantida no entanto a responsabilidade primária pelas auditagens operacionais e de recursos envolvidos

No que se refere aos pontos de vigilância internacional a UJ atua no Estado de São Paulo com três Serviços (SVAs) em Santos, o maior Porto da América Latina, caracterizado pela movimentação de cargas de grande porte (soja, café, milho, açúcar, sucos de laranja, carnes e derivados), nos Aeroportos Internacionais de Guarulhos (embalagens de madeira, trânsito de animais de companhia, plantas ornamentais, revista em bagagens de passageiros, frutas, plantas medicinais) e de Viracopos (produtos comestíveis, material de multiplicação animal, animais vivos).

Outro aspecto a considerar é o balizamento das ações da cadeia agroprodutiva no sentido de incentivar e fortalecer as suas iniciativas por meio do estabelecimento e/ou do acompanhamento de políticas, regras, normas, serviços, sistemas de inspeção, fiscalização e formalização de acordos internacionais de modo a tornar o setor mais eficiente e competitivo, o que possibilita garantir a segurança alimentar interna e exportar os excedentes para cerca de 200 países.

O desempenho global da SFA/SP, em 2012, ora disponibilizado neste Relatório de Gestão, RG 2012, demonstra não somente os resultados da mobilização interna rumo aos objetivos estratégicos, mas a capacidade de alinhar, para consecução das metas, as iniciativas, ações e procedimentos organizacionais às necessidades e requisitos dos clientes/usuários/cidadãos/sociedade.

As principais mudanças que estão ocorrendo e que se constituem desafios para 2013: a) acentuado aumento na safra de grãos. Desafio: maior contingente de fiscalização; b) manutenção do País no menor grau de risco sanitário: Desafio: manter a sistematização das ações com permanente monitoramento, de forma a avaliar e coibir os riscos potenciais; c) abertura crescente do mercado internacional. Desafios: ampliar as habilidades, capacidades e conhecimentos técnico-científicos das equipes de trabalho visando a manutenção dos padrões de qualidade; d) atualização de fundamentos legais para melhor atender as demandas. Desafio: simplificar processos com uso de ferramentas de Gestão; e) Constantes alterações na estrutura regimental, com reformas. Desafio: adaptação ao processo que gera atrasos e dificuldades no atendimento.

Para desenvolver as ações das áreas finalísticas e de apoio, a SFA/SP contou no exercício em referência com um quadro técnico administrativo de 1127 servidores, praticamente o mesmo patamar numérico de 2002 mesmo se considerando os concursos públicos para atividades-fim realizados a partir de então, em razão da não reposição do pessoal que se aposentou no período. A expectativa para os próximos anos é de ampliação desse gargalo uma vez que 45% do efetivo disponível hoje se encontra com abono permanência, razão pela qual já foram feitas sucessivas gestões junto às autoridades do MAPA e do MPOG.

Com relação às principais realizações no exercício, destacam-se no objetivo **”Garantir a Segurança Alimentar”** a conformidade de produtos de origem animal, onde o índice consolidado, embora 2,59% abaixo do registrado no exercício anterior, foi de 87, 41 % nos processos produtivos referentes a carnes, leite, mel, pescados e derivados, o que significa dizer que quanto maior a conformidade de alimentos e bebidas, maior será a inocuidade e qualidade desses produtos. Na padronização, classificação, fiscalização de produtos vegetais o índice atingiu 87% de conformidade. O índice de 101% alcançado na fiscalização de estabelecimentos de produtos de origem vegetal superou a meta programada.

Outros indicadores significativos da gestão: 100% das amostras analisadas para controle de resíduos e contaminantes na área vegetal estavam negativas para drogas proibidas pela legislação. Em relação à prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e doenças dos animais, o Estado de São Paulo permanece com status de livre da Mosca da Carambola, registrando na área animal o status igualmente livre, com vacinação, de Febre Aftosa. A ampliação da rede de informática com a implantação de novos sistemas de controle, como SIGED (informação documental), SISAD (avaliação de servidores), SCVA (Controle do uso de veículos e combustíveis) e

SCPD (emissão de diárias e passagens) propiciou maior flexibilidade no monitoramento das ações e nos realinhamentos pertinentes

Quanto às ações do programa de gestão, iniciativa 4716 do PPA (**item 6**), a SFA/SP detém um histórico pois integra desde 1999 o grupo de organizações que assumiu o compromisso público da melhoria e simplificação de seus processos. Para tanto, fez adesão ao Programa GESPÚBLICA bem como assumiu por 11 anos consecutivos a função de organização âncora do programa no Estado de São Paulo, tendo inclusive merecido reconhecimento em três ciclos do PQGF, 2002 (bronze), 2003 (prata) 2004 (prata) e 2005 (pontuação prata, mas sem reconhecimento em razão do regulamento do prêmio não permitir que uma organização permaneça na mesma faixa por três anos consecutivos. Recebeu da esfera da iniciativa privada, em 2006, o *Top of Mind* na categoria administração pública. As mudanças constantes na estrutura organizacional - que se constituem hoje ao lado da burocracia excessiva, centralização de processos, em um dos maiores gargalos da administração pública - resultaram na desatualização de cerca de 70 % dos procedimentos operacionais padrão, POPS, motivando a ausência da unidade em certames de igual natureza.

Como nas edições anteriores, o RG-2013 está estruturado e itemizado de acordo com as normas do TCU. O **subitem 5.5.-** Renúncias Tributárias sob a Gestão - não se aplica à SFA/SP em razão de se tratar de unidade descentralizada da administração direta, cujo perfil e natureza não se enquadram no item. O subitem 5.1 embora aplicável à organização deixa de apresentar conteúdo no exercício. Vale observar que na abordagem inicial do desempenho de cada unidade, as informações sobre as ações dos programas aparecem em um mesmo quadro padronizado pelas normas, onde constam identificação da ação, código do programa, descrição, iniciativas, unidade responsável, execução orçamentária e financeira e metas SIPLAN.

A SFA/SP ao apresentar o RG-2012 com o relato das principais ações dos programas do PPA, do ano em referência, que estão sob sua responsabilidade o faz com a certeza de que o comprometimento, o entusiasmo, o conhecimento e as habilidades de sua equipe suplantaram os obstáculos do exercício e viabilizaram uma gestão de resultados.

1. Identificação e Atributos das Unidades

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

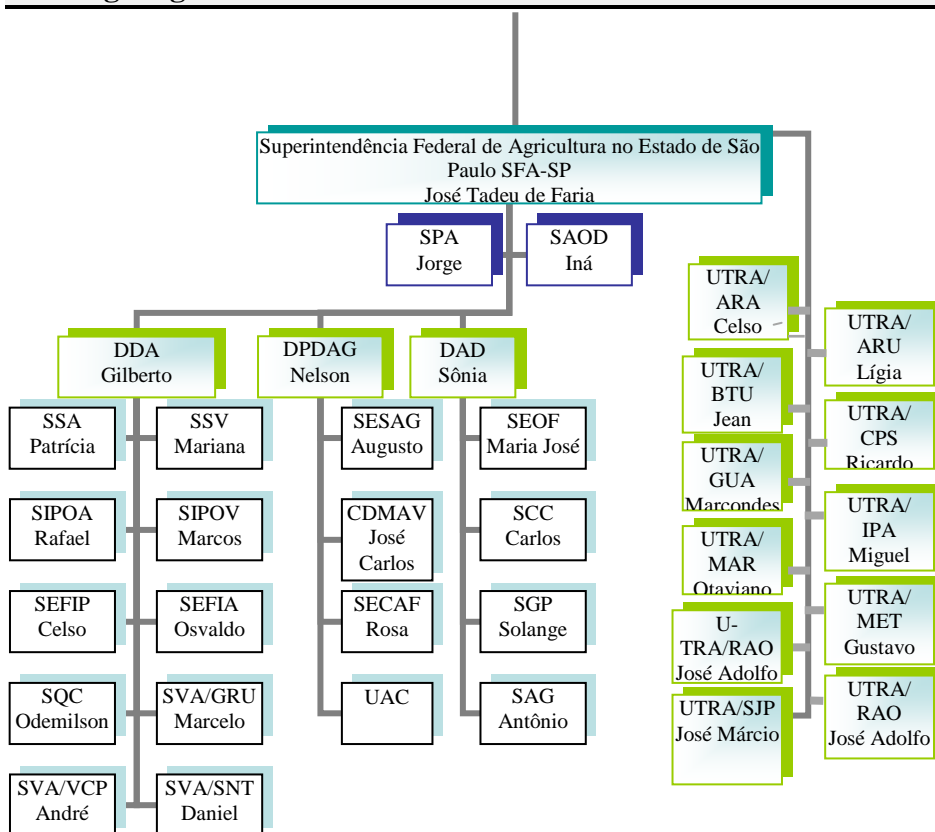
| | | |
|---|---|----------------------|
| Poder: Executivo | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | | |
| Nome completo da unidade e sigla | Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo – SFA/SP | |
| Código SIORG: 2783 | Código LOA: não se aplica | Código SIAFI: 130067 |
| Situação | Ativo | |
| Natureza jurídica | Órgão Público | |
| Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura | Código CNAE: 8413 | |
| Telefone/Fax | 11-3284.6544 | 11-3284.6044 |
| Endereço Eletrônico: | gab-sp@agricultura.gov.br | |
| Página institucional na <i>internet</i> | www.agricultura.gov.br | |
| Endereço Postal | Rua Treze de Maio, 1558 –Bela Vista – São Paulo/SP-CEP 01327-002 | |
| Vinculação Ministerial | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA | |
| Normativos de criação e alteração da UJ | Norma de criação: Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962; Norma que estabelece a estrutura: Decreto 7.127 de 04/03/2010 Regimento Interno: Portaria Ministerial n.º 428, de 09/06/2010 | |
| Unidades gestoras relacionadas à UJ | Nome | Código |
| | SFA/SP/FUNCAFE | 130167 |
| | PESCA | 130008 |

1.2. Finalidade e Competências Institucionais

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo, SFA/SP é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA. Tem por força de dispositivo da instância do legislativo, a Lei 12490 de 16/09/2011 – que atualiza a organização da Presidência da República e dos Ministérios - a sua principal fundamentação. Foi criada em decorrência da reestruturação das Coordenadorias Regionais do Ministério da Agricultura pela Lei Delegada nº 9 de 11 de outubro de 1962. É subordinada diretamente ao Ministro de Estado da Agricultura, tendo suas atribuições atuais definidas pela Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010. Tem como competência executar as atividades e ações de:

a) defesa, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária; b) fomento e desenvolvimento agropecuário; c) produção agropecuária; d) administração de pessoas e bens e de serviços gerais; e) planejamento estratégico e planejamento operacional; f) programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira; e) aperfeiçoamento da gestão.

1.3. Organograma Funcional



Superintendência Federal de Agricultura no Estado
Serviço de Planejamento e Acompanhamento – SPA;
Seção de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD.
Divisão de Defesa Agropecuária – DDA;
Serviço de Saúde Animal – SSA;
Serviço de Sanidade Vegetal – SSV
Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal –
SIPOA;
Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal –
SIPOV;
Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP;
Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA;
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agro-
pecuário – DPDAG;
Serviço de Suporte Agropecuário – SESAG;
Seção do Café – SECAF.
Serviço de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de
Guarulhos – SVA/GRU;
Serviço de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de
Viracopos – SVA/VCP;

Serviço de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de Viracopos –
SVA/VCP;
Serviço de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de Guarulhos –
SVA/GRU;
Serviço de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de Viracopos –
SVA/VCP
Serviço de Vigilância Agropecuária do Porto de Santos –
SVA/SNT;
Serviço Quarentenário de Cananéia – SQC;
Unidade Armazenadora de Café - UAC
Centro de Desenvolvimento Agropecuário, Mecanização e Avia-
ção Agrícola - CDMAV
Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abaste-
cimento - UTRA/
Divisão de Apoio Administrativo – DAD;
Seção de Atividades Gerais – SAG;
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP;
Serviço de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF.

Competências e atribuições das áreas que compõem os níveis estratégico e tático:

Os principais macroprocessos da SFA/SP – registro, inspeção, fiscalização, liberação e certificação, da área finalística, e o controle patrimonial, controle de pessoal e controle orçamentário e financeiro, da área de apoio, são conduzidos por três Divisões:

Divisão de Defesa Agropecuária DDA/SFA/SP, nível estratégico: que tem sob sua responsabilidade a defesa, inspeção e fiscalização agropecuária de modo a assegurar a qualidade dos alimentos, de insumos pecuários e agrícolas (fertilizantes, sementes, agrotóxicos). Sua estrutura organizacional conta com as unidades de nível tático:

SIPOA/DDA – Competência básica: registro, inspeção, fiscalização de empresas e liberação de produtos de origem animal,
SIPOV/DDA- Competência básica: registro, inspeção, liberação e fiscalização de empresas e produtos de origem vegetal (bebidas alcoólicas, não alcoólicas, vinagres) e classificação vegetal
SEFIP/DDA, Competência básica: registro, inspeção, liberação e fiscalização de empresas e produtos de insumos pecuários (alimentação animal, produtos veterinários, vacinas)
SEFIA/DDA, Competência básica: registro, inspeção, liberação e fiscalização de empresas e produtos de insumos agrícolas (fertilizantes, sementes, agrotóxicos)
SSA/DDA, Competência básica: fiscalização das ações de saúde animal
SSV/DDA, Competência básica: fiscalização fitossanitária
VIGIAGRO/DDA (SVA-Santos, SVA-GRU, SVA-Viracopos) – Competência básica: fiscalização, inspeção, certificação, liberação do trânsito internacional de produtos e subprodutos agropecuários nos Aeroportos de Guarulhos, Viracopos e no Porto de Santos.

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário, DPDAG/SFA/SP, nível estratégico. Competência básica: fomento ao desenvolvimento sustentável do agronegócio, à agricultura orgânica, à agricultura de baixo carbono, à integração pecuária-lavoura, registro genealógico, indicação geográfica, zoneamento agrícola e agroenergia. É constituída dos seguintes serviços e seções:

SESAG - Competência básica: coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário;

SECAF - Competência básica: coordenar e acompanhar as atividades executadas pelas Unidades Armazenadoras de Café.

CDMAV- Competência gerenciar as ações de mecanização e aviação agrícola, inclusive combate a incêndios no campo.

Divisão de Apoio Administrativo, DAD/SFA/SP, nível tático. Competência básica: Controle das atividades de administração em geral. A natureza das ações da DAD é vinculada ao atendimento das necessidades dos serviços finalísticos da SFA/SP. Os principais macroprocessos de apoio: são: controle patrimonial, controle material, controle de pessoal e controle orçamentário e financeiro.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Os produtos e serviços finalísticos são organizados em uma estrutura baseada nos seguintes macroprocessos: registro, fiscalização, inspeção, liberação e certificação a seguir identificados:

Registro de estabelecimentos e produtos da agropecuária e da agroindústria paulista que representam 80% das demandas nacionais;

Fiscalização, inspeção e liberação do trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos (importação e exportação);

Fiscalização e inspeção higiênico-sanitária-industrial de empresas que processam produtos de origem animal como carne, leite, ovos, mel e derivados destinados ao comércio interestadual e internacional;

Fiscalização da classificação de produtos vegetais;

Fiscalização de bebidas alcoólicas, não alcoólicas (sucos, refrigerantes) e vinagres;

Fiscalização e fomento da área de sementes, sêmen, embriões, alimentos para animais, aviação agrícola, registro genealógico.

Fiscalização e inspeção de produtos veterinários, fertilizantes e defensivos
Certificação de produtos, subprodutos e animais para o mercado internacional. (certificados zootécnicos, certificados fitossanitários).

1.5. Macroprocessos de Apoio

Para condução dos principais macroprocessos de apoio previstos na estrutura regimental (subitem 1.3) a Divisão de Apoio Administrativo conta com dois serviços, quatro setores uma seção:

Serviço de Gestão de Pessoas, SGP/DAD/SFA/SP Competência básica: fazer a gestão de pessoal;

Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD/SFA-SP Competência básica: gestão orçamentária financeira;

Setor de Compras e Contratos - SCC/DAD/SFA-SP: Competência básica: gerenciamentos dos processos licitatórios, contratos e compras;

Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD/SFA-SP: Competência básica: gerenciamento dos setores de Manutenção Predial, Material e Patrimonial Protocolo, Transporte.

1.6 Principais Parceiros

A SFA/SP mantém para o cumprimento de sua missão, protocolos de cooperação, delegações, credenciamentos, instituições públicas e privadas, e profissionais veterinários vinculados direta e indiretamente aos setores da agropecuária e do agronegócio.

Destacam-se como principais parceiros:

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo com seus Institutos Biológico, Agrônomo, de Zootecnia e notadamente a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, CATI; Atividade: saúde animal e vegetal, rastreabilidade

Associações de Criadores de Bovinos. Atividade: registro genealógico

Prefeituras Municipais: Atividade: co-gerenciamento do PRODESA, Programa de Desenvolvimento da Agropecuária.

Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo. Atividade: desenvolvimento de trabalhos para capacitação técnica, qualidade vegetal e melhoria de laticínios voltados para produtores.

Universidades Federais, Estaduais. Atividade: concessão de estágios curriculares obrigatórios para estudantes de veterinária, agronomia, zootecnia, engenharia florestal do último ano das faculdades.

Profissionais de veterinária: Atividade: credenciamento para emissão de GTAs, Guia de Transporte de Animais.

Comitê de Clientes da SFA/SP (o primeiro comitê de clientes que se tem notícia na administração pública direta): Atividade: troca de informação, avaliação conjunta de medidas de impactos de novos aparatos legais, apresentação de sugestão para melhoria de processos organizacionais.

Centro Integrado Empresa-Escola: convênio para contratação de estudantes estagiários.

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1.a Em 2007, em razão de mudanças nos cenários internos e externos houve uma revisão no Plano Estratégico, PE, resultando na sua 2ª versão com ajustes dos requisitos e necessidades das partes interessadas. Abrange o horizonte de 2007 a 2015 e os PPAs dos ciclos 2008-2011 (já encerrado) e 2012/2015;

2.1.b. O Plano Estratégico da SFA/SP foi desdobrado do Plano Estratégico do MAPA - elaborado de forma participativa com o envolvimento de representantes do nível estratégico das unidades centrais e dos estados para lhe conferir maior legitimidade. Ao processo de desdobramento, levou-se em consideração uma série de insumos locais como requisitos das partes interessadas, análise de cenários interno e externo e, sobretudo foram respeitadas as competências regimentais estabelecidas na Portaria Ministerial 428/2010. Neste sentido, pode-se observar a vinculação do plano estratégico com as competências constitucionais e regimentais (subitem 1.2) da SFA/SP.

2.1.c. As estratégias do MAPA estão representadas no PPA por meio de seus objetivos, programas e ações. Os objetivos setoriais coincidem com os objetivos estratégicos e contemplam os programas de responsabilidade da Unidade. Cabe à SFA/SP a execução, no Estado de São Paulo, de ações de três programas temáticos – 2028 - Defesa Agropecuária, 2014 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, 2105 Programa de Gestão e Manutenção do MAPA envolvendo 26 ações e 16 iniciativas do PPA, identificados no **subitem 4.1.4**, o que demonstra a vinculação do Planejamento Estratégico com o PPA.

2.1.d. Os 25 objetivos estratégicos do MAPA demonstram o que é imprescindível para a organização como um todo, incluindo suas unidades nos estados, alcançar os resultados esperados tendo em vista a missão institucional, a visão de futuro, o ‘olhar’ do poder executivo, do agronegócio e da sociedade.

2.1.e. Principais objetivos traçados para 2012: garantir a segurança alimentar dos consumidores; impulsionar o desenvolvimento sustentável do agronegócio e da agropecuária; fortalecer a defesa agropecuária; aumentar a produção de alimentos; assegurar a qualidade de alimentos e bebidas; diminuir os riscos de disseminação de pragas e/ ou doenças em vegetais e animais e buscar a excelência administrativa.

2.1.f. Principais ações planejadas para 2012: A meta intermediária da SFA/SP - atrelada à meta global do MAPA por força da Portaria MAPA nº 27/2012 – foi de garantir o índice de atendimento de 80% das metas programadas para o exercício. A apuração final da meta demonstra o cumprimento de aproximadamente 78% das metas programadas. Neste sentido, o compromisso da Alta Administração foi de monitorar e comparar o programado e o executado de modo a alcançar índices de tendência positiva nos resultados de desempenho.

As principais ações dos programas do PPA estão descritas no subitem 4.1.4

2.2 Para atingir os objetivos estratégicos (**subitem 2.1.c**) no que se refere a oferecer produtos saudáveis aos consumidores/sociedade, impulsionar o desenvolvimento sustentável do agronegócio e da agropecuária; fortalecer a defesa agropecuária; aumentar a produção de alimentos; assegurar a qualidade de alimentos e bebidas; diminuir os riscos de disseminação de pragas e/ ou doenças em vegetais e animais e buscar a excelência administrativa, as estratégias que, como já foi assinalado, confundem-se com os próprios objetivos, estão voltadas notadamente para o cumprimento das ações (**subitem 4.1.4**), das metas previstas nos POAs das unidades.

2.2.a. Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos: falha na gestão dos riscos operacionais, ocorrências na agropecuária de pragas ou enfermidades não registradas no País, quebra na produção de alimentos, contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, não atualização da legislação, falta de comprometimento das equipes e não adesão aos critérios do modelo de excelência.

2.2.b. Não houve necessidade de revisão dos macroprocessos uma vez que eles são definidos a partir do disposto no Regimento Interno (**Portaria 428/2010**) nas competências de cada unidade da SFA/SP.

2.2.c. Para o desenvolvimento dos objetivos estratégicos foi necessária, em termos de pessoal, a adoção de medidas como treinamento e reciclagem de servidores, constituição de forças tarefas específicas para atendimento às áreas onde existe *gap* entre a equipe de trabalho e a demanda por serviços. Utilizou-se ainda o recurso do chamado “cubo mágico” para melhor

aproveitamento da equipe de técnica em todas as ações que demandam ação fiscal, otimizando de forma colegiada a força de trabalho em fiscalização. Em relação à tecnologia, houve no exercício maior ampliação da Rede Mapa, com instalações de novos sistemas.

2.2.d. Os Objetivos da SFA/SP são comunicados às partes interessadas, que direta ou indiretamente participaram de sua elaboração, por meio das reuniões semanais (**cerca de 40 reuniões/ano**) da Alta Administração com as Chefias das unidades e dos repasses das chefias aos servidores dos respectivos serviços. Também se utilizam como canais de divulgação os murais, as edições das Semanas da Qualidade e Semanas do “Conheça sua SFA/SP”

2.2.e. Outras estratégias relevantes: buscar a economicidade; incentivar a agropecuária paulista a adotar ferramentas da qualidade (Boas Práticas de Fabricação, BPF, Boas Práticas Agrícolas, BPA e APPCC) garantir a satisfação dos clientes e das pessoas; realizar eventos (Semana da Qualidade, Palestras, Cursos) para disseminação de conhecimentos e incentivar a responsabilidade social dos servidores.

2.3 Anualmente são preparados em consonância com os objetivos estratégicos, o PPA, e as iniciativas da Alta Administração, os Planos Operativos Anuais, POAs, onde constam as propostas orçamentárias a serem aprovadas e incluídas no orçamento dos Departamentos, Divisões das Secretarias Nacionais do MAPA. Os realinhamentos são realizados na eventualidade de cortes orçamentários, em emergências sanitárias, quando do atraso na liberação dos recursos empenhados ou da ocorrência de um volume de demandas não previstas (do Ministério Público, Judiciário, Ouvidoria do MAPA, e SIC).

2.3.a.O subitem 4.1.apresenta os resultados das ações planejadas e os respectivos índices de desempenho;

2.3.b. As principais dificuldades enfrentadas pela SFA/SP para o não atingimento de metas: a) a limitação imposta pelo governo na concessão de diárias (40 diárias/servidor/ano) comprometeu sobremaneira a execução da programação de fiscalização e inspeção de estabelecimentos e produtos; b) força de trabalho (técnica e administrativa) insuficiente para atender a crescente demanda por serviços; c) a greve dos fiscais federais agropecuários embora respeitando o quantitativo de técnicos no serviço conforme determina a legislação, provocou atrasos no atendimento; e d) falta de substituição dos servidores que se aposentaram, notadamente na área meio, onde há mais de 30 anos não se registram concursos para ingresso de pessoal.

2.3.c. Os principais resultados das ações que impactaram nos objetivos dos programas: índice de conformidade nos processos produtivos de origem animal; Índice de conformidade de produtos de origem vegetal; Manutenção de áreas livres de Sigatoka Negra, Mosca de Carambola e Febre Aftosa, com vacinação; fiscalização das empresas de aviação agrícola; disseminação junto aos produtores de boas práticas agrícolas notadamente no que se refere à agricultura orgânica, integração lavoura-pecuária; agricultura sustentável, fortalecimento do associativismo e cooperativismo; gestão de pessoal, patrimonial e orçamentária e financeira.

2.4 Indicadores

Os indicadores estão descritos no item 4.1, dentro de cada uma das ações vinculadas ao programas temáticos do PPA.

3. Estrutura de Governança e Autocontrole da Gestão

3.1. O controle interno no Mapa é exercido pela Assessoria Especial de Controle Interno, AECI, subordinada ao Gabinete do Ministro da Agricultura. Funciona em colaboração e extensão da Secretaria Federal de Controle Interno, SFC, em cumprimento ao disposto no art. 74 da Constituição Federal e às disposições da Lei nº 10.180/2001. A AECI acompanha no âmbito do MAPA a observância aos quatro eixos de atuação da Corregedoria-Geral da União, AGU: 1) Avaliação da Execução dos Programas Governamentais; 2) Avaliação da Gestão dos Administradores, 3) Ações Investigativas e 4) Orientação Preventiva aos Gestores.

3.2 Sistemas de Controle Interno;

3.2 a. Ambiente de Controle: Os controles da SFA/SP, em consonância com as diretrizes AE-CI, são feitos em sistemas que envolvem toda a estrutura técnica e administrativa visando ao aprimoramento da gestão na execução das políticas públicas e a melhoria no atendimento ao cidadão e à sociedade. Esses controles integram e são de gestão dos órgãos centrais do MAPA e/ou MPOG com exceção do SISVIGIAGRO – sistema para apoiar a fiscalização agropecuária internacional em operação nos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e de Viracopos que foi gerado na SFA/SP, através de parceria, com sua gestão feita em nível local.

3.2.b. Avaliação de riscos: zelar pelo respeito aos fundamentos constitucionais que pautam os atos da administração pública, em especial, aos que se referem a moralidade, legalidade e à transparência bem como monitorar o cumprimento da legislação. Esta é a forma mais adequada adotada pela SFA/SP para minimizar os riscos no exercício de suas competências regimentais. A geração e a integridade das informações, a guarda e a tramitação de documentos, a segurança patrimonial, são garantidas por mecanismos de segurança estabelecidos em normas específicas com que dispõem sobre senhas e níveis de acessos.

3.2.c. Atividades de Controle: Os Serviços Técnicos e Administrativos se responsabilizam pela guarda, organização e integridade dos documentos inerentes as respectivas áreas de atuação. Para cada sistema disponível existe graduação de níveis de segurança com senhas, tokens para acessos conforme a responsabilidade funcional do servidor. Por exemplo, as autorizações e/ou homologações de decisões, contratos, licitações são de exclusiva competência dos ordenadores de despesas da Unidade que estão habilitados, credenciados e cadastrados, possuindo tokens para a liberação de documentos nos sistemas específicos.

3.2.d. Informação e Comunicação: a Política de Segurança da Informação e Comunicações do MAPA orienta quanto aos procedimentos de proteção das informações e está em conformidade com as diretrizes gerais do governo federal, com a legislação brasileira e as normas da ABNT. Visa a garantir a continuidade das atividades das Unidades, minimizando os riscos. Evita as tentativas de ataques de negação de serviços, bloqueia os acessos indevidos e monitora as informações que trafegam na rede.

3.2.e. Monitoramento. O MAPA conta com aproximadamente 59 sistemas informatizados que funcionam como ferramenta auxiliar nos trabalhos de monitoramento das ações e dos resultados o que possibilita o realinhamento das ações, as tomadas de decisões, a melhoria da gestão e sobretudo o cumprimento das normas de segurança.

3.3. Não se aplica à Unidade

3.4. A estrutura e as atividades do sistema de correição da Unidade, outro mecanismo de controle, recebem orientação da Coordenação Geral de Procedimentos Disciplinares, CGPD/MAPA, extensão da Corregedoria Setorial do Ministério da Agricultura na Corregedoria Geral da União, por força do art. nº 5 do Decreto 5480/2005. Compete à CGPD/MAPA avaliar, supervisionar e acompanhar todos os procedimentos disciplinares do MAPA independente do universo da organização onde se originou a ocorrência.

3.5. É atribuição da SFA/SP manter dois servidores designados pela Portaria SFA/SP nº 0288/2011 para as funções de interlocutor e cadastrador da CGDP na Unidade, respectivamente para desenvolver as atividades de acompanhamento de solicitações pontuais e de cadastramento no SISCOR, Sistema de Correição da CGU, as informações de todas as fases dos Processos Administrativos Disciplinares, PADs, e das sindicâncias investigativas instaurados pela SFA/SP, atendendo a Portaria 1043/2007 bem como levantar informações para subsidiar a Ouvidoria MAPA nas respostas às demandas referentes a fatos disciplinares. No julgamento de servidores, o gestor principal da SFA/SP só tem competência legal para aplicar penalidades de até 30 dias de suspensão, em processos por ele instaurados.

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1. Informações sobre Programas do PPA de responsabilidade da SFA/SP

A SFA/SP tem sob sua responsabilidade a execução no Estado de São Paulo de ações de três programas do PPA 2012-2015: 1) 02028 – Defesa Agropecuária; 2) 2014- Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização e 3) 2105–Gestão e Manutenção da SFA/SP.

A Figura A.4 mostra a relação dos objetivos, iniciativas e ações vinculados a estes programas temáticos.

Figura A.4 Relação dos objetivos, iniciativas e ações vinculados aos programas temáticos

| Programas Temáticos | Objetivos | Iniciativas | Ações |
|---|---|--|--|
| 2028 Defesa Agropecuária | 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças visando prevenção e o controle. 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas visando a oferta de alimentos seguros. 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. | 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais. 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais 012J - Fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários 013E - Modernização da fiscalização de insumos agrícolas 013F- Aperfeiçoamento da fiscalização de insumos pecuários. 013H -Modernização dos instrumentos de fiscalização de OGM. 0277 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal. 0278 - Fiscalização dos produtos de origem animal 0279 - Fiscalização dos produtos de origem vegetal 027A – Classificação e fiscalização de produtos de origem vegetal. | 2134 - Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais 8572 – Prevenção e Erradicação de Pragas dos Vegetais 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola 4842 - Erradicação da Febre Aftosa 8592 –Monitoramento de Sist. Rastreabilidade Agroalimentar 8658 - Prevenção e Erradicação de Doenças dos Animais 2180 - Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais 2181 - Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins 2141 - Fiscalização de Fertilizantes e corretivos 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes 8938 - Fiscalização de Produtos de Origem Animal 8939 - Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal 4746 - Padronização, Classif, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais |
| 2014 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária. 0750-Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético | 02X2 - Fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados 02X3 - Fiscalização e aplicação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica 02XB - Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica 02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola. 02XH-Apoio a projetos de desenvolv. do setor agropec. 02Y6-Monitoramento das cadeias produtivas agroenergéticas | 4747 - Fiscalização de Serviços Pecuários 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas 2B17-Fiscalização de contratos de repasse 2000-Administração da Unidade (SPAEE) |
| 2105–Gestão, Manutenção do MAPA | Não definidos no PPA | | 4716-Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas |

4.1.b e 4.1.c. **Nos quadros constantes dos itens 4.1.4. e 4.1.6.** estão descritas as informações sobre a aplicação orçamentária e financeira das ações bem como das iniciativas e avaliação dos resultados dos indicadores das ações associadas aos programas temáticos de responsabilidade da SFA/SP.

4.1.d. Os contingenciamentos provocaram impactos nos resultados de algumas ações, prejudicando o alcance das metas programadas.

4.1.e. Restos a pagar não provocaram reflexo na execução das ações.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Quadro A.4.4.1 Identificação da Ação INSPANIMAL3

| | | | |
|---|---|------------|-----------|
| Código | 8938 | | |
| Descrição | Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada. | | |
| Iniciativa | 0278 - Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Liquidado | Saldo |
| 349.390,42 | 399.928,54 | 374.207,27 | 25.721,27 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Estabelecimento Inspeccionado | 644 | 644 | |

As atividades executadas ou programadas pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA) nos estabelecimentos registrados ou relacionados que comercializam produtos de origem animal (carne, leite, ovos, mel e pescado), de acordo com o previsto nas Leis nº 1.283/50 e 7.889/89 e no Decreto nº 30.691/52, têm por objetivo contribuir para ga-

rantir o nível de proteção adequado aos consumidores, assegurando a inocuidade, a qualidade e a identidade desses produtos.

No SIPLAN – Sistema de Informações de Planejamento, o indicador que cabe ao Inpa-nimal, é a quantificação do produto “estabelecimento inspecionado”, que retrata o número absoluto de estabelecimentos registrados/inspecionados pelo Serviço Inspeção Federal (SIF).

Abordando esse indicador, dentre os aproximadamente 3.300 estabelecimentos registra-dos no Brasil, apresentamos:

| Quantitativo de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) | | | | | Tabela 1 |
|--|------------|------------|------------|------------|-----------------|
| Categoria/Classe | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012* |
| Matadouro-frigorífico Bovino/ Suíno e outros | 60 | 63 | 52 | 58 | 55 |
| Matadouros de aves e coelhos | 49 | 47 | 46 | 38 | 33 |
| Entrepasto Frigorífico | 36 | 51 | 53 | 56 | 57 |
| Entrepasto de Carnes e Derivados | 101 | 100 | 109 | 96 | 88 |
| Fábrica de Conserva | 116 | 126 | 114 | 114 | 107 |
| Fábrica de Produtos Não Comestíveis | 36 | 38 | 45 | 44 | 42 |
| Fábrica de produtos suínos | 02 | 02 | 02 | 01 | 01 |
| Apiário | ** | ** | 04 | 03 | 01 |
| Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas | 67 | 62 | 61 | 50 | 47 |
| Fábrica de Produtos Gordurosos | 06 | 02 | 07 | 06 | 05 |
| Entrepasto de Pescados | 35 | 37 | 40 | 43 | 42 |
| Fábrica de Conservas de Pescados | 11 | 11 | 11 | 13 | 11 |
| Barco Fábrica | 02 | 01 | 01 | 0 | 0 |
| Entrepasto de ovos | 55 | 51 | 55 | 43 | 41 |
| Fábrica de Conservas de Ovos | 17 | 19 | 16 | 19 | 16 |
| Usina de Beneficiamento | 40 | 25 | 43 | 39 | 39 |
| Fábrica de Laticínios | 78 | 96 | 81 | 72 | 73 |
| Entrepasto de Laticínios | ** | ** | 20 | 17 | 18 |
| Entrepasto Usina | ** | ** | 04 | 04 | 04 |
| Posto de Coagulação | ** | ** | 02 | 02 | 01 |
| Granja Leiteira | 04 | 03 | 03 | 03 | 03 |
| Posto de Recebimento | ** | ** | 01 | 01 | 0 |
| Posto de Refrigeração | 17 | 20 | 18 | 17 | 17 |
| Fábrica de Coalho e coagulantes | 02 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total por classificação/ categoria | 734 | 754 | 788 | 739 | 701 |
| Total geral de estabelecimentos | 696 | 706 | 740 | 683 | 644 |

* dados sujeitos a alteração ** -dados não disponíveis.
Fonte: SIGSIF/MAPA.

Se observarmos a linha referente ao total geral de estabelecimentos, a somatória é dife-rente do da linha referente ao total de estabelecimentos por classificação/ categoria. Este fato ocorre devido ao fato de que há estabelecimentos que abrangem mais de uma classifica-ção/categoria.

Além do registro de estabelecimentos, o SIPOA mantém também um cadastro de estabe-lecimentos relacionados onde são efetuadas inspeções/fiscalizações:

| Quantitativo de Estabelecimentos Relacionados (ER) | | | | | Tabela 2 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012* |
| Granja Avícola | 210 | 195 | 190 | 183 | 146 |
| Estábulo leiteiro | 952 | 812 | 2101 | 2093 | 206 |
| Casa Atacadista | 309 | 311 | 319 | 328 | 72 |
| Cestas de Alimentos e Similares | 36 | 39 | 51 | 58 | 61 |
| Apiário | 03 | 03 | 08 | 07 | 07 |
| Curture | - | - | 20 | 20 | 10 |
| Total | 1510 | 1360 | 2689 | 2689 | 502 |

* dados sujeitos a alteração Fonte: SIPOA

Em agosto de 2012 foi concluída a migração dos dados dos ER para o SIGSIF – Sistema de Informações Gerenciais do SIF, o que culminou em atualização com resultados mais consistentes em relação ao ano de 2011. Esta atualização será totalmente concluída no primeiro semestre de 2013.

O SIPOA possui suas atribuições definidas na Portaria n° 428/2010, em seu Artigo n° 18, e desempenha ou gerencia outras tarefas, além das atividades de fiscalização/ inspeção rotineiras em estabelecimentos, que geram outros indicadores além daquele previsto no SIPLAN. Inclui-se ainda o indicador previsto no PPA 2012/2015 que é a Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TC pa).

| Indicadores de Desempenho | | | Tabela 3 |
|----------------------------------|--|-----------|---|
| Tipo do Indicador | Descrição | Mnemônico | Fórmula do indicador |
| Eficácia | Conformidade de análises laboratoriais de produtos de origem animal e água | IQ cal = | $\frac{\text{N}^\circ \text{ de amostras em conformidade} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de amostras verificadas}}$ |
| Eficácia | Achados em abate de cisticercose em bovinos | IQ acb = | $\frac{\text{N}^\circ \text{ de achados de cisticercose em bovinos} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de bovinos abatidos}}$ |
| Eficácia | Achados em abate de tuberculose em bovinos | IQ atb = | $\frac{\text{N}^\circ \text{ de achados de tuberculose em bovinos} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de bovinos abatidos}}$ |
| Eficácia | Achados em abate de cisticercose em suínos | IQ acs = | $\frac{\text{N}^\circ \text{ de achados de cisticercose em suínos} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de suínos abatidos}}$ |
| Eficácia | Achados em abate de tuberculose em suínos | IQ ats = | $\frac{\text{N}^\circ \text{ de achados de tuberculose em suínos} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de suínos abatidos}}$ |
| Eficácia | Achados em abate de pneumonia em suínos | IQ aps = | $\frac{\text{N}^\circ \text{ de achados de pneumonia em suínos} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de suínos abatidos}}$ |
| Eficácia | Achados em abate de ascite em aves | IQ aaa = | $\frac{\text{N}^\circ \text{ de achados de ascite em aves} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de aves abatidas}}$ |
| Eficácia | Achados em abate de aerossaculite em aves | IQ ara = | $\frac{\text{N}^\circ \text{ de achados de aerossaculite em aves} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de aves abatidas}}$ |
| Eficácia | Supervisões realizadas no ano | IQ sra= | $\frac{\text{N}^\circ \text{ total de supervisões realizadas em estabelecimentos} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de supervisões programadas por ano}}$ |

| | | | |
|------------|---|----------|---|
| Capacidade | Processos administrativos analisados e tramitados no ano | IP paa = | $\frac{N^{\circ} \text{ processos administrativos analisados}}{\text{Ano}}$ |
| Capacidade | Rótulos analisados e tramitados no ano | IP raa = | $\frac{N^{\circ} \text{ rótulos analisados}}{\text{ano}}$ |
| Capacidade | Requerimento de Anuência de Importação de Produtos de Origem Animal analisados no ano | IP ria = | $\frac{N^{\circ} \text{ requerimentos analisados}}{\text{Ano}}$ |
| Eficácia | Conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal | TC pa= | $IQ \text{ cal} \times 0,3 + IQ \text{ sup} \times 0,7$ |

Um dos indicadores de eficácia das ações desenvolvidas são as informações relativas às análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos de origem animal e da água de abastecimento utilizada pelas empresas. As amostras são coletadas por servidores do Serviço de Inspeção Federal nos estabelecimentos, seguindo uma programação anual divulgada pelo SIPOA, ou diretamente no consumo, em reinspeções de varejo, conforme previsto no Artigo n° 848, do Decreto n° 30.691/52.

| Índice de conformidade das análises laboratoriais em produtos de origem animal e de água de abastecimento – IQ Cal | | | | | Tabela 4 |
|--|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012* |
| Total Conforme | 11.087 | 47.631 | 68.831 | 81.231 | 86.829 |
| IQ Cal % | 94,0 | 96,5 | 97,19 | 96,42 | 96,41 |

* dados sujeitos a alteração Fonte: SIGSIF/MAPA.

O IQ cal demonstra a porcentagem das amostras de produtos de origem animal e de água de abastecimento coletadas oficialmente que se apresentaram em conformidade com os padrões da legislação vigente, co-validando os processos produtivos inspecionados.

Para o ano de 2012 foram avaliados cerca de 90.061 resultados, sendo que a taxa de não conformidade foi de apenas 3,59% . Em relação aos dados de 2011, em razão do lançamento de resultados que chegaram com atraso, os dados tiveram que ser retificados obtendo-se um valor de 81.231 resultados totais avaliados, sendo que 2.912 se apresentaram não conformes de acordo com os parâmetros da legislação vigente.

As avaliações das análises laboratoriais compreendem desde o aspecto nutricional até o aspecto de combate a fraude econômica como a adição de água acima do permitido em leite, aves e pescado.

Ainda no campo de análises laboratoriais o SIPOA tem um papel fundamental no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC, ação também prevista no PPA 2012-2015. Além de participar ativamente da colheita de amostras de produtos de origem animal, gerencia todos os resultados podendo ou não sequestrar os produtos para avaliação e investigação dos motivos da violação conforme preconizado na Instrução Normativa n° 42/99, Instrução Normativa n° 24/09, Portaria n° 53 e n° 396/2009/SDA. Em 2012 foram sorteadas mais de **2.839** amostras para serem coletadas pelo Serviço Oficial de SP, representando 15,16% do total sorteado no país (18.723). Das amostras sorteadas para SP foi contabilizada a perda de 627 (28,35%). Foram processadas 2.212, número que poderia ser maior se a legislação atual permitisse que as coletas fossem realizadas por Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal (AISIPOA).

Zoonoses em abates de animais (IQ acb, IQ atb, IQ acs e IQ ats)

Este Serviço possui equipes de Fiscais Federais Agropecuários (com formação em Medicina Veterinária), e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem

Animal atuando na inspeção *ante e post mortem*, previstas no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, aprovado pelo Decreto nº 30.691/52. Na atividade rotineira de todos os estabelecimentos de abate ativos no Estado de São Paulo, sob SIF, 100% dos animais abatidos são inspecionados sanitariamente.

As atividades de inspeção sanitária são importantes não só para o diagnóstico das doenças relacionadas à saúde animal que pautam as políticas públicas de prevenção e controle sanitários, mas, sobretudo, representam a mais efetiva barreira no controle de zoonoses e preservação da saúde pública.

Nesse contexto o SIPOA, evitou que carcaças bovinas e suínas portando cisticercose e lesões de tuberculose, chegassem diretamente ao consumidor. Portanto, as ações de inspeção contribuíram efetivamente para promoção da saúde pública, mediante diminuição do risco da tuberculose zoonótica e risco da doença humana associada ao complexo teníase-cisticercose.

Em 2012 foram abatidos mais de 644.137.188 e submetidos à inspeção *ante e post mortem* em estabelecimentos sob SIF conforme segue:

| Número de animais abatidos e inspecionados pelo SIF em SP | | | | | Tabela 5 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|
| Espécie | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012* |
| Bovinos | 3.465.555 | 3.249.868 | 3.037.020 | 2.916.279 | 2.847.071 |
| Suínos | 1.479.253 | 1.491.758 | 1.648.666 | 1.488.237 | 1.511.659 |
| Aves | 723.269.000 | 648.978.986 | 670.876.964 | 740.464.666 | 639.754.593 |
| Ovinos | 8.301 | 21.308 | 30.273 | 32.146 | 23.865 |
| Total | 728.222.109 | 653.741.920 | 675.592.923 | 744.901.328 | 644.137.188 |

* dados sujeitos a alteração Fonte: SIGSIF/MAPA,

Dos animais abatidos e inspecionados, as duas principais zoonoses encontradas são as demonstradas a seguir:

| Número de casos de cisticercose e de tuberculose bovina e suína detectadas pelo SIF em abatedouros | | | | | | | | | | Tabela 6 |
|--|------------------------|-----------------------|---------------------------|----------|--------------------|----------|--------------------|----------|-------------------|----------|
| ANO | Nº de bovinos abatidos | Nº de suínos abatidos | Nº de carcaças detectadas | | | | | | | |
| | | | Cisticercose Bovina | IQ acb % | Tuberculose bovina | IQ atb % | Cisticercose Suína | IQ acs % | Tuberculose Suína | IQ ats % |
| 2008 | 3.465.555 | 1.479.253 | 105.052 | 3,031 | 9.118 | 0,263 | 0 | 0,000 | 7 | 0,000 |
| 2009 | 3.249.868 | 1.491.758 | 84.659 | 2,605 | 8.226 | 0,253 | 0 | 0,000 | 16 | 0,001 |
| 2010 | 3.037.020 | 1.648.666 | 84.927 | 2,796 | 9.975 | 0,328 | 0 | 0,000 | 54 | 0,003 |
| 2011 | 2.916.679 | 1.488.237 | 79.645 | 2,731 | 6.602 | 0,226 | 9 | 0,001 | 40 | 0,003 |
| 2012* | 2.847.071 | 1.511.659 | 72.059 | 2,531 | 3.094 | 0,109 | 11 | 0,001 | 582 | 0,039 |

* dados sujeitos a alteração Fonte: SIGSIF/MAPA,

O índice IQ acb, que avalia os achados de cisticercose bovina, no ano de 2012 foi menor que o de 2011 seguindo tendência de queda. O índice IQ atb, que avalia os achados de tuberculose bovina, apresentou nova queda no ano de 2012, também numa tendência de queda. A implantação efetiva de sistema de confirmação de diagnóstico de tuberculose por análise laboratorial pode ter influenciado esse índice.

Com relação ao abate de suínos, foram detectados em 2011, nove casos de cisticercose suína em apenas um local de abate. Em 2012, mais 11 casos foram detectados em dois locais de abate distintos, aumentando a prevalência da doença em suínos em relação a 2011. Por meio dos dados estatísticos foram identificados os estabelecimentos que diagnosticaram esses casos e por meio das Guias de Trânsitos Animal (GTA), que acompanharam esses animais até o abate, as propriedades foram localizadas. O Serviço de Saúde Animal – SSA/DDA/SFA-SP foi acionado para desencadear a implantação de medidas preventivas no local.

O IQ ats no ano de 2012 teve expressivo aumento em relação ao valor do ano de 2011 refletindo uma piora no manejo sanitário das criações considerando que não houve alteração das técnicas de *post mortem*.

Outros índices que avaliam a eficácia dos trabalhos da inspeção *post mortem* podem ser verificados como por exemplo: o IQ aps (que avalia o número de carcaças suínas portando sinais de pneumonia), o IQ aaa e IQ ara (que avaliam o número de carcaças de aves portando ascite e aerossaculite, respectivamente). Essas enfermidades, em menor grau, também podem ter característica zoonótica.

| ANO | Nº de aves abatidas | Nº de suínos abatidos | Nº de carcaças detectadas | | | | | |
|-------|---------------------|-----------------------|---------------------------|----------|-----------------------|----------|-----------------|----------|
| | | | Ascite em Aves | IQ aaa % | Aerossaculite em Aves | IQ ara % | Pneumonia Suína | IQ aps % |
| 2008 | 731.017.335 | 1.479.253 | 588.473 | 0,081 | 1.036.083 | 0,142 | 851 | 0,058 |
| 2009 | 648.978.986 | 1.491.758 | 378.116 | 0,058 | 615.146 | 0,095 | 1.033 | 0,069 |
| 2010 | 670.876.964 | 1.648.666 | 546.596 | 0,081 | 584.540 | 0,087 | 903 | 0,055 |
| 2011 | 740.464.666 | 1.488.237 | 459.854 | 0,062 | 732.286 | 0,099 | 508 | 0,034 |
| 2012* | 639.754.593 | 1.511.659 | 483.167 | 0,076 | 546.076 | 0,085 | 1199 | 0,079 |

* dados sujeitos a alteração. Fonte: SIGSIF/MAPA.

O IQ aps apresentou alta, em relação aos valores de 2011 podendo sugerir problemas no aspecto de sanidade animal e boas práticas agropecuárias das granjas de suínos, considerando que a técnica de inspeção não sofreu alteração.

No IQ aaa aparentemente há uma ocorrência basal de ascite com flutuações anuais em torno de 6 condenações por ascite a cada 10.000 aves abatidas em SP. Para o IQ ara aparentemente não há tendência com flutuações em torno da ocorrência anual de 9 aves com aerossaculite a cada 10.000 aves abatidas em SP. Tais cifras são brutas para todo o Estado e não consideram a diferença na distribuição sazonal das condenações por aerossaculite. A sazonalidade pode tornar as condenações mais expressivas em épocas definidas do ano, levando a orientações preventivas no campo, que serão distintas conforme a localidade.

Durante as atividades de rotina da Inspeção Federal, esporadicamente torna-se necessária a ação fiscal de condenação de determinados produtos que não apresentam condições de consumo humano ou que estejam fora dos padrões legais vigentes.

Antes da citada condenação, os produtos passam por uma reinspeção completa, amparada pelo disposto no artigo nº 878 do RIISPOA vigente, cujo resultado é avaliado pelo Fiscal Federal Agropecuário que julga a destinação adequada caso a caso.

Seguem abaixo as principais causas de condenação por área:

1) Pescado

Os resultados das inspeções evidenciam que as principais causas de condenação do pescado continuam sendo odor estranho e caracteres organolépticos impróprios, em virtude da degradação proteica do pescado quando este é mantido fora das condições ideais de conservação. Grande parte destas condenações ocorrem devido às condições inadequadas de manipulação e armazenamento a bordo. Visando atingir esse objetivo a Assessoria de Pescado do SIPOA centralizou a programação de supervisões em estabelecimentos de Pescados, visando intensificar a verificação da implantação dos programas de autocontrole por parte das empresas, reforçou o correto lançamento dos dados das condenações efetuadas pelo SIF junto ao SIGSIF/MAPA.

O SIPOA revisou em 2012 os tipos de dados de interesse nosográfico com o objetivo de eleger informações de relevância referentes à condenação de pescados com enfoque em pescado fresco, entretanto os mapas estatísticos disponíveis não permitiram inovações.

| Condenação de pescados realizada pela Inspeção Federal – Kg | | | | | | | Tabela 8 |
|---|---------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|-----------------------------|
| Animal / Produto | Motivo de Condenação | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012* | Recebimento de pescado 2012 |
| File de Peixe Congelado | Odor estranho | 5.510 | 16.003 | 9.145 | 16.400 | 34.155 | 17.539.047 |
| Peixe Congelado Em Postas | Odor estranho | 1.320 | 2.277 | 905 | 2.026 | 1.504 | 2.149.445 |
| Peixe Eviscerado Congelado | Odor estranho | 2.818 | 9.116 | 4.261 | 5.297 | 3.102 | 4.568.937 |
| Peixe Inteiro Congelado | Odor estranho | 816 | 4.290 | 639 | 421 | 218 | 4.385.916 |
| Camarão congelado | Odor estranho | 1.007 | 1.723 | 690 | 0 | 138 | 1.713.659 |
| Tilápia | Caracteres Organolépticos | 14.504 | 5.204 | 9.896 | 5.709 | 10.011 | 11.120.975 |
| Truta | Lesão traumática | 31 | 0 | 24 | 30 | 1 | 80.381 |
| Merluza | Parasitas Musculares | -- | -- | -- | 600 | 0 | 13.032.052 |
| Outros | Odor estranho | 420 | 6 | 2.763 | 420 | 24 | 718.151 |
| Total condenado | | 26.426 | 38.619 | 28.323 | 30.483 | 49.153 | |

* dados sujeitos a alteração. Fonte: SIGSIF/MAPA.

2) Leite

No ano de 2012 foi verificada a condenação de 1.221.956 litros de leite cru refrigerado (0,08%), dentre os 1.480.809.606,15 litros declarados como recebidos no SIGSIF/MAPA conforme segue:

| Condenação de Leite realizada pela Inspeção Federal | | | | | | Tabela 9 |
|---|-------------|-------------|---------------|---------------|---------------|----------|
| Causas de condenação de leite cru refrigerado/ quantidade em Litros | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012* | |
| Acidez | 91.311 | 156.382 | 859.574 | 168.402 | 183.812 | |
| Aguagem | 93.959 | 235.264 | 398.842 | 263.136 | 465.504 | |
| Impurezas | * | * | 206.678 | 45.233 | 81.914 | |
| Outras causas | 259.980 | 514.200 | 529.000 | 554.295 | 490.726 | |
| Total | 445.250 | 905.846 | 1.994.094 | 1.031.066 | 1.221.956 | |
| Total Recebido | 568.308.768 | 914.532.234 | 1.057.371.895 | 1.205.115.001 | 1.480.809.606 | |

* dados sujeitos a alteração. Fonte: SIGSIF/MAPA.

3) Mel

No ano de 2011 foi verificada a condenação de 1.200 Kg de mel contendo impurezas (0,1%), dentre os 1.187.179 Kg declarados no SIGSIF/MAPA como produzidos. Já em 2012 houve a condenação de 2.355 Kg de mel contendo impurezas (0,032%), dentre os 7.321.115 Kg declarados no sistema SIGSIF. O aumento no valor de 2012 para produção indica na realidade uma subnotificação do ano anterior, que está sendo combatida de forma sistemática pela equipe do SIPOA, que não se resume somente à área de mel.

4) Ovos

No ano de 2011 ocorreu a condenação de 1.235.736 dúzias de ovos (0,69%) dentre as 178.469.344 declaradas no SIGSIF/MAPA, em sua grande maioria por apresentarem trincos. Em 2012 foi observada a condenação de 1.450.693 dúzias de ovos (0,90%), dentre as 159.664.697 dúzias declaradas no SIGSIF/MAPA como produzidas, pela mesma razão.

Cabe ressaltar que desde 2012 o SIPOA iniciou o tratamento qualitativo dos dados inseridos no sistema tendo detectado inconsistências em alguns deles. Parte da correção foi iniciada, mas a sistemática de lançamento permite falhas o que só pode ser corrigido por meio de reestruturação do sistema pelo órgão central.

Supervisões realizadas no ano nos estabelecimentos (IQ sra)

O SIPOA avalia o desempenho dos estabelecimentos por meio das verificações de rotina e também por meio dos resultados das supervisões executadas. O objetivo principal das supervisões é verificar as condições técnico-higiênico-sanitárias dos estabelecimentos e a aplicação dos programas de autocontroles (Boas Práticas de Fabricação - BPF, Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC).

De acordo com a categoria do estabelecimento (matadouro-frigorífico, fábrica de conservas, usina de beneficiamento, entreposto de carnes e derivados, entre outras) e sua habilitação para exportação (Estados Unidos, Canadá, MERCOSUL, entre outros), as frequências de supervisões se alteram dentro do ano. Por exemplo, na área de carnes são atualmente exigidas 06 supervisões anuais para estabelecimentos habilitados à exportação para os Estados Unidos e 02 supervisões anuais no mínimo para estabelecimentos habilitados para exportação para a União Européia.

Este Serviço concluiu o processo de centralização da programação e do controle da execução das supervisões com o objetivo de racionalizar os recursos materiais e humanos, bem como determinar quais os estabelecimentos a serem supervisionados com base em seu desempenho e risco apresentados.

As metas de execução são calculadas pelo índice IQ sra englobando todas as áreas:

| Supervisões Programadas X Supervisões Realizadas – IQ sra | | | | | Tabela 10 |
|--|------------|------------|-----------|------------|------------------|
| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Nº de supervisões programadas | 417 | 365 | 368 | 415 | 384 |
| Nº de supervisões realizadas | 814 | 588 | 312 | 417 | 377 |
| IQ sra | 195 | 161 | 85 | 100 | 98 |

Fonte: SIPOA/ SP.

Em 2011 o IQ sra atingiu o valor de 100 mesmo com as restrições orçamentárias em vigor e do limite instituído de emissão de até 40 diárias anuais por servidor. Já em 2012 esse limite impactou as supervisões, e efetivamente contribuiu para que o IQ sra não alcançasse o valor de 100.

Por meio do indicador IQ sup (conformidade nas supervisões realizadas no ano), criado em 2012, observa-se o número total de supervisões consideradas conformes em relação ao total de supervisões realizadas durante o ano. O IQ sup é pré-requisito para a determinação da TC pa. Uma supervisão é considerada conforme quando no relatório elaborado pelo FFA não foi registrada a tomada de nenhuma ação fiscal prevista no Artigo 2º, da Lei nº 7.889/89, sobre o estabelecimento ou sobre os produtos de origem animal.

| Supervisões Conformes X Supervisões Realizadas – IQ sup | | Tabela 11 |
|--|--------------|------------------|
| Ano | 2012 | |
| Nº de supervisões conformes | 315 | |
| Nº de supervisões realizadas | 377 | |
| IQ sup | 83.55 | |

Fonte: SIPOA/ SP.

A partir do IQ cal e do IQ sup pode-se estabelecer a Taxa de Conformidade dos Processos Produtivos de Produtos de Origem Animal - TC pa, indicador este previsto no PPA 2012/2015:

Taxa de Conformidade dos Processos Produtivos – TC pa – Exercício 2012 **Tabela 12**

| | Peso | |
|--------------|------|--------------|
| IQ cal | 0.3 | 96.41 |
| IQ Sup | 0.7 | 83,55 |
| TC pa | | 87,41 |

Fonte: SIPOA/ SP.

A meta para essa taxa é de 90% para todo o País. O que contribuiu para que a TC pa% de SP ficasse com valor menor que 90 (87,41) foi o razoável número de supervisões que desencadearam ações fiscais portanto, sendo classificadas como não conformes. Esta constatação reflete oportunidade de melhorias do parque industrial instalado tanto nos âmbitos estrutural, quanto operacional e de controle de processos produtivos.

Outra atividade que demanda grande tempo dos Fiscais do SIPOA é a análise de processos administrativos que compreendem quase que a totalidade do universo das ações executadas: análises de projetos, relatórios de supervisões, relatórios de auditorias, autos de infração e de defesas administrativas, solicitação de habilitação para exportação, reimportação e importação de produtos de origem animal, PNCR, resultados de análises laboratoriais fora dos padrões vigentes, registro de estabelecimentos e de produtos, processamentos térmicos, de relacionamento de estabelecimentos, alertas rápidos, alteração de razão social de estabelecimentos, denúncia de consumidor, demandas da ouvidoria, boletim de recebimento de produtos de terceiros, entre outros.

Número de processos analisados e tramitados **Tabela 13**

| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| IP paa | 29.999 | 38.445 | 39.852 | 34.977 | 30.694 |

Fonte: SIPOA/ SP.

No ano de 2012 foram analisados **5.997** rótulos (13,18% do analisado no País) conforme apresentado no quadro abaixo, sendo que 2.295 foram aprovados sem restrição, 1.431 foram aprovados com restrição, 508 foram cancelados e 1.763 foram reprovados.

Número de rótulos analisados e tramitados **Tabela 14**

| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012* |
|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| IP raa | 4.525 | 4.931 | 7.347 | 8.853 | 5.997 |

* dados sujeitos a alteração. Fonte: SIGSIF/MAPA.

O valor do IP raa em 2012 foi inferior ao de 2011 entretanto não houve redução da demanda, mas redução na capacidade de análise frente a força de trabalho disponível.

Outra atividade executada é a análise da anuência de importação de produtos de origem animal importados. Somente estabelecimentos habilitados à exportação para o Brasil e com a rotulagem dos produtos devidamente aprovadas podem colocar seus produtos no mercado nacional.

Conforme estabelecido na Portaria nº 183/98 e na Instrução Normativa nº 40/2008 e suas alterações, o SIPOA analisa os requerimentos conferindo ou não a autorização prévia de embarque para o produto importado.

Além da importação tradicional o Serviço analisa os requerimentos de reimportação, ou seja, produtos exportados pelo Brasil que retornam ao país por algum motivo.

Cada importação ou reimportação é acompanhada até o procedimento final de reinspeção em estabelecimento registrado ou relacionado. Foi implementado o monitoramento dessas reinspeções oficiais a partir de julho de 2011, cujos dados são recebidos quinzenalmente por este Serviço. Foi possível identificar que somente 33,53% dos produtos autorizados foram efetivamente importados no segundo semestre de 2011. Para o primeiro semestre de 2012 este valor superou os 42% em razão da implementação continua do citado monitoramento.

Em 2012 foram analisados 15.978 requerimentos conforme o quadro abaixo:

| Requerimentos de anuência de importação analisados | | | | | Tabela 15 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|------------------|
| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| IP ria | 13.720 | 15.299 | 16.881 | 16.763 | 15.978 |

Fonte: SIPOA/SP.

Atualmente os servidores do SIPOA e das UTRAs possuem também a atribuição de certificar os produtos de origem animal.

A certificação sanitária pode ser nacional ou internacional. A nacional se dá por meio da emissão de Certificados Sanitários (firmados por FFA) ou por meio da emissão de Guias de Trânsito (firmadas por AISIPOA) que garantem o livre trânsito do produto no território nacional. Sua contabilização ainda não é possível pois sua emissão ainda não é de forma eletrônica.

A certificação sanitária internacional se dá por meio do Certificado Sanitário Internacional (CSI) que é exclusivamente firmado por FFA e garante que o produto a ser exportado cumpriu todas as exigências durante a sua elaboração firmada no acordo sanitário com o Brasil e o país importador.

Vale ressaltar que não há exportação de produtos de origem animal sem a emissão de CSI com nenhum dos mais de 200 parceiros comerciais do Brasil, que ocupou em 2012 a 2º posição mundial de exportação de carne bovina, a 1º posição mundial de exportação de carne de aves e a 4º posição mundial de exportação de carne suína.

O Estado de São Paulo, no âmbito do SIF, emitiu 38.442 CSI no ano de 2012, respondendo por 13,39% do total emitido no Brasil (286.985), segundo dados obtidos no SIG-SIF/MAPA.

Os Fiscais Federais Agropecuários possuem a atribuição, dentre as ações fiscais previstas na Lei nº 7.889/89 e no Decreto nº 30.691/52, de autuar os infratores da legislação vigente.

O SIPOA dispõe de um sistema de controle dessas autuações e o Chefe do Serviço leva em consideração o histórico dos autuados e a gravidade da infração no momento do julgamento das infrações para impor a penalidade.

| Nº de Autos de Infração, Termos de Advertência, Autos de Multa e Cobranças Executivas emitidos | | | | | Tabela 16 |
|---|------|------|------|------|------------------|
| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Nº de Autos de Infração | 465 | 447 | 372 | 328 | 343 |
| Nº de Termos de Advertência | 128 | 103 | 107 | 38 | 19 |
| Nº de Autos de multa | 326 | 659 | 492 | 473 | 431 |
| Nº de Cobranças Executivas | 50 | 508 | 106 | 120 | 153 |
| Nº de Autos de infração Cancelados | 1 | 26 | 70 | 82 | 63 |

Fonte: SIPOA/SP.

As punições em decorrência de infrações à legislação sanitária variam desde a advertência até a aplicação de multa, independente dos procedimentos de apreensão, inutilização do produto, suspensão ou cancelamento do registro do estabelecimento que podem ser paralelamente adotados.

Dentro das infrações mais graves esta o comércio clandestino de produtos de origem animal que infelizmente em razão da força de trabalho disponível se dá por meio do combate passivo, ou seja, na apuração de denúncias. O ideal seria que o Serviço tivesse força de trabalho suficiente para agir de forma ativa e estratégica.

O SIPOA conta atualmente com uma força de trabalho muito aquém da necessária para desempenhar todas as suas atividades, tendo em vista a quantidade de estabelecimentos registrados/relacionados e a perda contínua de servidores em processo de aposentadoria.

Pela razão exposta todas as atividades programadas dentro do Plano Operativo Anual – POA, para o ano de 2012, levaram em consideração a capacidade operacional real do Serviço. Buscou-se a máxima otimização dos recursos humanos disponíveis bem como a forma mais inteligente de tratamento dos dados recebidos para orientação das ações a serem executadas. Esse fato já foi comunicado e reiterado, por diversas vezes, às instâncias superiores do MAPA. Em 2012 a reiteração foi realizada sob o despacho nº 70330.000021/2012-11.

A citada força de trabalho está distribuída na Sede SFA e nas onze UTRAs distribuídas pelo Estado de São Paulo, e é composta por servidores de diversos cargos com atribuições específicas definidas sendo:

| Principais recursos humanos envolvidos* | | Tabela 17 | |
|--|---------------------|------------------|--|
| Cargo do servidor | Número total | Nº ideal | |
| Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal | 481 | 671 | |
| Fiscal Federal Agropecuário | 146 | 198 | |
| Agente Administrativo | 08 | 11 | |

* incluídos os funcionários do Estado todo.
Fonte: SIPOA-SP.

Melhoria dos Diversos Processos

Desde 2011 este Serviço implantou um Programa denominado PAFI (Programa Auxiliar de Fiscalização e Inspeção), confeccionado por seus funcionários, visando contabilizar todas as ações de fiscalização e inspeção nos estabelecimentos registrados ou relacionados no Estado de São Paulo, executadas pelos Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, com o objetivo de orientar, racionalizar e reforçar as ações do Serviço de Inspeção Federal. Para a citada contabilização um indicador denominado “fiscalização” foi instituído, sendo registrado o número de atividades relacionadas às ações de fiscalização/inspeção em estabelecimentos registrados (SIF) ou relacionados (ER) no estado de São Paulo, exceto àquelas já executadas em estabelecimentos que realizam atividades de abate.

No ano de 2011 o indicador do PAFI foi finalizado com o registro de 41.802 ações, sinalizando claramente uma subestimativa inicial. A partir do fechamento da contabilização de 2011 foi possível identificar os estabelecimentos que não tiveram nenhuma ação sofrida registrada, bem como o grupo de AISIPOAs que não declararam nenhuma ação efetuada, com isso pôde ocorrer a integração da gestão administrativa das UTRAs e Regionais com a gestão da gama de tarefas que devem ser executadas de forma rotineira. Os dados do PAFI possibilitam o direcionamento das medidas adicionais de controle oficial junto aos estabelecimentos.

Em 2012 o número registrado foi de 45.107 ações, sendo aplicado o mesmo tratamento administrativo de 2011 aos dados computados.

O SIPOA prossegue na informatização continua dos seus processos garantindo cada vez mais agilidade e transparência nos serviços ofertados a população.

Quadro A.4.4.2 Identificação da Ação PADCLASSIF

| | |
|-----------|---|
| Código | 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais |
| Descrição | Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para instituir os padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; Credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de ori- |

| | | | |
|---|---|------------|-----------|
| | gem vegetal;Fiscalização e auditorias nos estabelecimentos credencia- dos;Fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização;Capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Celebração de convênio entre o Minis- tério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal. | | |
| Iniciativa | 027A - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Inspeção de Produtos Vegetais - SIPOV | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Liquidado | Saldo |
| 226.343,00 | 175.573,62 | 174.213,26 | 1.360,36 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | Realizada |
| | Prevista | | |
| Fiscalização Realizada | 400 | | 494 |

A execução da ação orçamentária 4746 é regida pela Lei 9.972 de 25/05/2000 e Decreto nº 6.268 de 23/11/2007.

Para a execução dessa atividade o SIPOV conta com 2 FFAs atuando de modo exclusivo na gestão do programa, além de 14 que atuam de modo compartilhado com outras atividades, resultando num equivalente técnico em 2012 de 4,85 Fiscais Federais Agropecuários para a execução das ações de fiscalização, além de 8 Agentes de Atividade Agropecuária que além de apoiar as ações de fiscalização, atuam junto ao Posto de Classificação Vegetal na Fazenda Ipanema/UTRA-IPA, na classificação fiscal e pericial das amostras coletadas.

| Fiscalização da Classificação Vegetal | | | | | | Tabela 18 |
|---|-----|-----------|-----------|-----------|------------|-----------|
| ATIVIDADE | Un. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Produto fiscalizado | t | 1.534.039 | 1.471.429 | 1.680.771 | 1.910.058 | 1.777.869 |
| Amostras coletadas | Nº | 1.227 | 1304 | 1.042 | 1.376 | 735 |
| Estabelecimentos fiscalizados | Nº | 263 | 350 | 251 | 346 | 401 |
| Auto de infração | Nº | 162 | 111 | 154 | 185 | 169 |
| Análises Periciais | Nº | 87 | 58 | 56 | 120 | 66 |
| Processo Relatado | Nº | 113 | 172 | 93 | 156 | 172 |
| Multa aplicada | R\$ | 875.388 | 1.304.589 | 511.470 | 1.249.062 | 2.190.639 |
| Empresas cadastradas de acordo com a IN 66 | Nº | 17 | 18 | 44 | 66 | 132 |
| Cadastro de empresas prestadoras de serviço de classificação vegetal | Nº | 7 | 1 | 26 | 29 | 36 |
| Total despesa s com ação fiscal (diárias, pedágio , transp. amostras e combustível) | R\$ | 86.060,00 | 72.748,47 | 97.639,24 | 111.210,50 | 77.021,00 |

Fonte: SIPOV/SP

Em 2012 a meta definida pelo órgão central foi alterada de quantidade de produto fiscalizado para numero de estabelecimentos fiscalizados. A meta para o ano de 2012 foi fixada em 400 estabelecimentos fiscalizados, meta essa que foi cumprida.

Apesar de não fazerem parte do Plano Pluri Anual, este serviço mantém controle sobre outros parâmetros mensurados os quais auxiliam na análise da efetividade das ações executadas, através deles percebemos que, apesar do atendimento da meta estabelecida para fiscalização de estabelecimentos, o número de amostras coletadas diminuiu. Tal fato se deve a alteração no perfil da demanda de fiscalização, decorrente grande aumento no número de estabele-

cimentos solicitando inscrição no SICASQ com vistas à exportação de açúcar. Esta atividade além de demandar maior tempo de fiscalização não gera coleta de amostras.

| Principais Indicadores | | Tabela 19 | | | | |
|--|---------|----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
| Mnemônico | Unidade | 2008 n=6,15 | 2009 n=5,55 | 2010 n = 4,65 | 2011 n=4,25 | 2012 n=4,85 |
| Eficiência - Custo da Fiscalização (ICF) – Recursos financeiros despendidos / N° de estabelecimentos fiscalizados | | | | | | |
| <i>ICF</i> | R\$ | 327,22 | 207,85 | 389,00 | 321,42 | 155,91 |
| Eficiência – Custo da Fiscalização Amostras (ICFa) – Recurso financeiro despendido / N° de estabelecimentos fiscalizados (amostras coletadas) | | | | | | |
| <i>ICFa</i> | R\$ | 70,14 | 55,79 | 93,70 | 80,82 | 101,08 |
| Eficiência -Produtividade do Serviço de Fiscalização (ICOF) - N° de estabelecimentos fiscalizados / N° de 92,18e Técnicos envolvidos | | | | | | |
| <i>ICOF</i> | N° | 42,95 | 63,06 | 51,75 | 81,41 | 101,86 |
| Eficiência -Produtividade do Serviço de Fiscalização Amostras (ICOFa)- N° de Estabelecimentos Fiscalizados (amostras coletadas) / N° de Técnicos envolvidos | | | | | | |
| <i>ICOFa</i> | N° | 199 | 228 | 214,85 | 323,76 | 157,11 |
| Produção - Estabelecimentos Fiscalizados (IFE)- N° de estabelecimentos fiscalizados /Ano | | | | | | |
| <i>IFE</i> | N° | 264 | 350 | 251 | 346 | 494 |
| Eficiência -Indicador de amostras coletadas (IAC)- N° de Amostras Coletadas /Ano | | | | | | |
| <i>IAC</i> | N° | 1127 | 1304 | 1042 | 1376 | 762 |
| Eficiência -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas | | | | | | |
| <i>ICP arroz</i> | % | 92 | 93 | 87,25 | 95,42 | 88 |
| Eficiência -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas | | | | | | |
| <i>ICP feijão</i> | % | 76 | 85 | 83 | 84 | 83 |
| Eficiência -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas | | | | | | |
| <i>ICP amendoim</i> | % | 43 | 99 | 95,65 | 98 | 100 |
| Eficiência -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas | | | | | | |
| <i>ICP geral</i> | % | 85 | 90 | 87,7 | 87,86 | 87 |
| Eficiência -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas | | | | | | |
| <i>ICP ton.</i> | % | | 94 | 99,4 | 99,47 | 98 |

n = equivalente técnico envolvido na ação.

Fonte: SIPOV/SP

No ano de 2012 o método de cálculo dos indicadores de eficiência foi alterado, somando-se aos gastos com a ação fiscal, tanto o valor das diárias, como combustível, pedágio e transporte de amostras. A correção foi aplicada aos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Esta alteração de metodologia impactou de formas diferentes o custo de coleta de amostras (ICFa) e o custo de fiscalização (ICF). Mesmo assim os custos de coleta de amostra (ICFa) dos anos anteriores ficaram aquém do apurado este ano. Tal fato se deve em virtude de não ter sido possível desagregar os custos de fiscalização com coleta de amostra dos sem coleta. O número de amostras foi reduzido em virtude da alteração no perfil das empresas fiscalizadas.

Quanto ao custo de fiscalização (ICF), observamos que, apesar da fiscalização para cadastramento de empresas requererem maior tempo de fiscalização, neste ano de 2012 tal fato não impactou negativamente nos índices de economicidade (ICF) em virtude de que muitas delas localizam-se nos municípios das microregiões das UTRAS, permitindo que fossem fiscalizadas independentemente da liberação de recursos. Assim o Indicador de custo de fiscalização de estabelecimentos (ICF) aponta para uma redução no custo médio das fiscalizações por estabelecimentos.

O Indicador de fiscalização de estabelecimentos por fiscal (ICOF) parece não confirmar o aumento do tempo requerido em cada ação o que porém deve espelhar um aumento da prática (capacidade) em fiscalização de empresas para cadastramento da equipe, decorrente do treinamento dos fiscais em anos anteriores, assim como pode refletir o apoio de outros fiscais das UTRAs, não contabilizado em decorrência da não emissão de diárias para o mesmo (o que dificultou neste ano esta mensuração).

| Classificação de Produtos Vegetais Importados | | | | | | Tabela 20 |
|---|-------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | Un. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Produto classificado | Nº cert. emitidos | 2.627 | 5.767 | 5.306 | 6.747 | 5.439 |
| Classificação de produto | t | 1.537.676 | 1.464.907 | 1.792.047 | 1.680.771 | 1.760.174 |
| Taxa arrecadada | R\$ | 1.154.005 | 1.102.269 | 1.350.305 | 1.270.093 | 1.329.989 |
| Taxa recolhida | R\$ | 256.189 | 244.704 | 299.767 | 281.961 | 280.886 |

Fonte: SIPOV/SP

Em relação à quantidade de produtos classificados na importação vemos a recuperação da queda na importação de produtos com padrão de classificação em toneladas, porém o número de certificados voltou ao normal, em função de não ter havido importação de algodão em pluma.

Com relação à arrecadação advinda da Fiscalização, o quadro abaixo mostra os resultados dos autos de infrações emitidos.

| Número de Multas e Valores Aplicados e Recolhidos | | | | | | Tabela 21 |
|---|--------|----------|-----------|----------|-----------|-----------|
| | | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| multa aplicada | número | 151 | 289 | 88 | 126 | 172 |
| multa aplicada | R\$ | 875.388 | 1.304.589 | 511.470 | 1.249.063 | 2.190.639 |
| multa recolhida | R\$ | 302.000 | 612.852 | 354.426 | 530.118 | 736.448 |
| Índice de recolhimento | % | 40,37 | 46% | 69% | 38% | 34% |
| Valor médio das autuações | R\$ | 4.953,64 | 4.514,00 | 5.812,00 | 9.913,20 | 12.736 |

Fonte: SIPOV/SP

| Principais recursos humanos | | | Tabela 22 |
|----------------------------------|--------|--|-----------|
| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização | |
| Fiscal Federal Agropecuário | 15 | 4,85 | |
| Agente de Atividade Agropecuário | 8 | 4,25 | |

Fonte: SIPOV/SP

| Quadro A.4.4.3 Identificação da Ação IPVEGETAL13 | | | |
|--|--|-----------|-----------|
| Código | 8939- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal | | |
| Descrição | Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos, bebidas, vinagres, café, açúcar, álcool etílico potável e de outros produtos de origem vegetal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle e seus pré-requisitos (boas práticas - BP e princípios-padrão de higiene operacional - PPHO) e da rastreabilidade nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RTs e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas | | |
| Iniciativa | 0279 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Liquidado | Saldo |
| 166.049,00 | 118.671,76 | 99.707,53 | 18.964,23 |

| Meta SIPLAN | | |
|-------------------------------|-------------|-----------|
| Descrição | Meta Física | |
| | Prevista | Realizada |
| Estabelecimento Inspeccionado | 186 | 189 |

Essa ação é regida pelas Leis nº 7.678, de 08/11/1988 e nº 8.918, de 14/07/1994 e seus respectivos Decretos, a saber, nº 99.066, de 08/03/1990 e 6.871, de 04/06/2009.

| Principais Indicadores | | | | | | Tabela 23 |
|--|---------|-------|--------|--------|--------|-----------|
| Mnemônico | Unidade | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Eficiência - Produtividade do serviço na Fiscalização (IPF) - Nº de estabelecimentos / Nº de fiscais | | | | | | |
| <i>IPF</i> | Nº | 46 | 64 | 31 | 23,33 | 20,75 |
| Eficiência - Custo da Fiscalização (ICF) - Recurso financeiro despendido/ Nº de estabelecimentos fiscalizados | | | | | | |
| <i>ICF</i> | R\$ | 99,86 | 218,01 | 220,72 | 250,78 | 238,37 |
| Eficiência - Estabelecimentos Fiscalizados (IEF) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/ Nº estabelecimentos registrados | | | | | | |
| <i>IEF</i> | % | 81 | 46 | 58 | 103 | 36,61 |
| Efetividade - Conformidade de produtos (ICP) - Nº de amostras em conformidade/ Nº total de análises realizadas | | | | | | |
| <i>ICP</i> | % | 76 | 70,44 | 84 | 81,5 | 72,56 |
| Efetividade - Conformidade de estabelecimentos (ICE) - Nº de estabelecimentos em conformidade/ Nº total de estabelecimentos inspeccionados com aplicação da Lista de Verificação (LV) | | | | | | |
| <i>ICE</i> | % | -- | -- | -- | 72,58 | 58,23 |

Quanto ao índice de Produtividade do Serviço de Fiscalização, IPF, podemos verificar que o número de estabelecimentos por Fiscal reduziu em relação aos anos de 2010 e 2011. Isso se justifica em função de um ajuste de metas estabelecidas no POA 2012, devido a necessidade da aplicação de uma lista de verificação que demanda um tempo maior do Fiscal dentro do estabelecimento na ação fiscalizatória. O grande número de registro de produtos, apesar de ter sido menor do que nos anos anteriores, ainda prejudica a fiscalização pois demanda grande dedicação dos Fiscais

Quando se considera o Índice de Conformidade dos Produtos (ICP), em 2012 verifica-se uma redução do valor, indicando uma queda na qualidade dos produtos ofertados. Esse fator está diretamente ligado a menor presença da fiscalização nos estabelecimentos. Com um número extremamente pequeno de FFAs que atuam na área de bebidas no estado de São Paulo, diante do número de estabelecimentos registrados, verifica-se uma maior tendência a queda de qualidade dos produtos ofertados pelos estabelecimentos produtores. A fraude econômica, onde é suprimida a quantidade de matéria-prima mínima para atendimento dos Padrões de Identidade e Qualidade dos produtos, é um meio comum dos estabelecimentos atuarem de forma irregular diante de um mercado cada vez mais competitivo. Esse comportamento precisa ser coibido através da atuação mais eficaz dos serviços de Fiscalização, o que só será possível com um quadro de servidores compatível com o crescimento econômico e de mercado.

O custo da fiscalização, demonstrado através do Índice de Custo da Fiscalização (ICF), tende a ser reduzido quando se otimiza o uso dos FFAs lotados no interior e se concentra a fiscalização em roteiros com um número menor de municípios, prática que foi adotada ao longo de 2012 e que tende a permanecer nas fiscalizações de estabelecimentos produtores de bebidas.

Para a execução dessas atividades o SIPOV conta com 04 (quatro) FFAs atuando de modo exclusivo na sede, além de 08 (oito) que atuam de modo compartilhado com outras ações, resultando num equivalente técnico em 2012 de 7,45 Fiscais Federais Agropecuários

para a execução das ações de fiscalização, além de 02 (dois) Agentes de Atividade Agropecuária que ocasionalmente apóiam as ações de fiscalização.

Por disposição legal, toda a bebida ou fermentado acético produzido no país deverá receber seu registro prévio, bem como o estabelecimento que o irá produzir. As operações dirigidas ao registro de estabelecimentos e seus produtos requer uma enorme quantidade de trabalho e ocupa nossos técnicos em grande parte do tempo, uma vez que, além da execução direta dessa atividade, precisam conhecer todos os aspectos da legislação em suas constantes alterações para a análise de tais solicitações.

| Demanda de serviço por FFA | | | | | Tabela 24 |
|---|------|------|------|-------|------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Estabelecimentos Produtores Registrados | 635 | 643 | 534 | 755 | 680 |
| Número de fiscais | 11 | 10 | 10 | 12 | 12 |
| Estabelecimento Registrado / Técnico | 58 | 64 | 53 | 62,91 | 56,66 |

Fonte:SIPOV/SP

| Estabelecimentos Registrados no Estado de São Paulo | | Tabela 25 |
|---|-----------------------------|-------------------------------|
| | Estabelecimentos Produtores | Estabelecimentos Importadores |
| Total por Categoria | 680 | 594 |
| Total de estabelecimentos registrados no Estado de São Paulo | 1274 | |

Considerando também os estabelecimentos importadores registrados, temos no estado de São Paulo um número aproximado de 106 estabelecimentos por técnico. Cabe ressaltar que a maior concentração de estabelecimentos importadores registrados se encontra na região metropolitana de São Paulo ou de Campinas.

A UTRAS de Campinas, Ipanema, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Presidente Prudente possuem FFAS que dão suporte às atividades de fiscalização relativas ao IPVEGETAL2. As atividades relativas a produtos, importação/exportação e relatoria de processos de auto de infração se concentram na SEDE da SFA/SP.

| Estabelecimentos | | | | | Tabela 26 |
|-------------------------|-----------|------------|------------|---------------|--------------------|
| | Registros | Renovações | Alterações | Cancelamentos | Total de operações |
| 2009 | 131 | 20 | 32 | 123 | 306 |
| 2010 | 135 | 24 | 63 | 244 | 466 |
| 2011 | 139 | 28 | 48 | 93 | 308 |
| 2012 | 138 | 14 | 41 | 87 | 280 |

| Produtos | | | | | Tabela 27 |
|-----------------|-----------|------------|------------|---------------|--------------------|
| | Registros | Renovações | Alterações | Cancelamentos | Total de operações |
| 2009 | 1.012 | 159 | 965 | 514 | 2.136 |
| 2010 | 2.249 | 230 | 697 | 893 | 4.069 |
| 2011 | 1.757 | 268 | 842 | 2.452 | 5.528 |
| 2012 | 1.603 | 295 | 869 | 32 | 2.799 |

Fonte:SIPOVSP

Em 2011 foi feito um esforço concentrado para cancelar e/ou arquivar pedidos de registros de produtos que não atendiam à legislação, razão pela qual em 2012 houveram só 32 cancelamentos, quando o setor focou-se em atividades consideradas mais urgentes.

O ano de 2012 foi marcado pelo limite de emissão de diárias ao número de 40 por servidor, prevendo tais restrições, com isso já havia ocorrido no exercício anterior, houve a repactuação das metas juntamente com a Coordenação Central CGVB/DIPOV/SDA no POA 2012 considerando nossa capacidade operacional reduzida em função de um pequeno número

de FFAs disponíveis para a fiscalização de um grande número de estabelecimentos produtores de bebidas registrados. Considerando-se o resultado obtido na meta física de fiscalização apresentada como meta SIPLAN no exercício do ano de 2012, apesar da meta ter sido plenamente alcançada, o serviço de inspeção como um todo ficou prejudicado em sua qualidade devido ao fato de ter ficado restrito às microrregiões onde existem FFA's lotados que atuam na área de Bebidas, o que permite a realização das inspeções sem a emissão de diárias. Isso pode ser claramente observado através da queda no valor dos Índices ICE e ICP, que avaliam a conformidade de Estabelecimentos e Produtos, respectivamente. A fiscalização pelos motivos expostos foi focada em vistorias iniciais, atendimento a denúncias e execução do Programa de Monitoramento da Qualidade da Cachaça e Aguardente de Cana, tendo em vista a necessidade do cumprimento do prazo estabelecido pela IN13/2005 para a determinação dos limites de carbamato de etila para tais produtos.

| .Estabelecimentos Produtores Fiscalizados | | | | | Tabela 28 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012* |
| Estabelecimentos produtores registrados | 635 | 643 | 534 | 755 | 680 |
| Estabelecimentos fiscalizados | 510 | 296 | 308 | 292 | 249 |

* dados parciais; Fonte: SIPOV/SP

Apesar do número de estabelecimentos inspecionados estar abaixo do desejado, ele está no limite de nossa capacidade operacional, principalmente no que diz respeito à disponibilidade de recursos humanos que temos para execução de tal atividade. A tabela abaixo apresenta o índice de conformidade de estabelecimentos (ICE), baseado na aplicação da Lista de Verificação aprovada pela Portaria 09/2010, que aprova os Procedimentos Operacionais Padrão das Atividades de Inspeção e Fiscalização de Vinhos e Bebidas.

| Resultados Obtidos | | | Tabela 29 |
|---------------------------|--|-------------------------------------|------------------|
| Ano de exercício | Estabelecimentos Conformes (LV) | Índice de Conformidade (ICE) | |
| 2010 | 116 | -- | |
| 2011 | 90 | 72,58% | |
| 2012 | 99 | 58,23% | |

| Estabelecimentos em Desconformidade | | | | |
|--|----------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|
| | Termos de Apreensão | Fechamento | Autos de Infração | Intimações |
| 2009 | 29 | 1 | 65 | 53 |
| 2010 | 21 | 1 | 43 | 55 |
| 2011 | 28 | 0 | 50 | 68 |
| 2012 | 19 | 0 | 57 | 88 |

*O ICE passou a ser medido em 2011
Fonte: SIPOV-SP

As atividades de fiscalização são finalizadas através do julgamento de processos administrativos resultantes da lavratura de Autos de Infração. A seguir apresentamos a demanda em relatoria gerada pelas atividades de fiscalização.

| Processos Administrativos | | | | | | Tabela 30 |
|----------------------------------|--------------------|------------------|-----------------|---------------------|-------------------------|------------------|
| | Instaurados | Relatados | Julgados | Advertências | Multas Aplicadas | |
| 2009 | 65 | 104 | 104 | 15 | R\$ 1.026.134,05 | |
| 2010 | 43 | 83 | 83 | 17 | R\$ 629.272,00 | |
| 2011 | 50 | 238 | 21 | 03 | R\$ 485.310,00 | |
| 2012 | 45 | 115 | 75 | 05 | R\$ 736.000,00 | |

Fonte: SIPOV/SP

Cerca de 32% (236.000,00) do valor arbitrado foi recolhido diretamente ao Ministério da Agricultura, o restante foi enviado ao Ministério da Fazenda para ser cobrado pelo setor de Dívidas Ativas da União.

Verifica-se que não ocorreram variações significativas na porcentagem de produtos desconformes, 72,56% das bebidas e vinagres fiscalizados foram encontrados dentro dos seus respectivos Padrões de Identidade e Qualidade.

O serviço obteve uma resposta positiva quanto à manutenção da conformidade dos produtos, pelos motivos explicitados acima. A meta deste serviço é a de que pelo menos 90% dos produtos estejam em conformidade com seus “padrões”.

| Resultados Analíticos | | | | | Tabela 31 |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Amostras coletadas | 314 | 149 | 194 | 163 | 198 |
| Resultados disponíveis | 384 | 169 | 147 | 157 | 92 |
| Produtos em conformidade | 290 | 119 | 123 | 128 | 73 |

Fonte: SIPOV/SP

Com a implementação das INs 54/09 e 55/09, que tratam do trânsito internacional de vinhos, bebidas e vinagres, o SIPOV passou a ter controle da importação e exportação de tais produtos através da emissão dos Certificados de Inspeção, para produtos importados, e dos Certificados de Origem e de livre-venda, para produtos exportados. Verifica-se uma tendência natural no aumento do trânsito internacional de produtos e o aumento da demanda de trabalho na área de exportação e importação de bebidas.

| Transito internacional de bebidas, vinhos e vinagres | | | | Tabela 32 |
|---|-------------|-------------|-------------|------------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Certificados de inspeção (importação) | 1606 | 1775 | 1850 | |

Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade da Cachaça e Aguardente de Cana

É um programa de monitoramento que visa estabelecer o perfil de segurança e qualidade da produção nacional de Cachaça e Aguardente de Cana, por meio da análise de amostras e questionário tecnológico. A amostragem e questionário foram feitas nos estabelecimentos sorteados pela Coordenação Geral em Brasília.

O objetivo básico do programa visa promover a qualidade e solucionar o problema do carbamato de etila, e as informações geradas serão utilizadas para revisar a legislação sobre qualidade e carbamato de etila (IN13/2005- Padrão de Identidade e Qualidade de cachaça e aguardente de cana-de-açúcar).

Com os dados gerados pelo Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade da Cachaça e Aguardente de Cana será possível estabelecer um perfil tecnológico dos produtores de cachaça e aguardente de cana dos estabelecimentos registrados no Estado de São Paulo e criar estratégias para um controle mais eficaz do setor.

| Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade da Cachaça e Aguardente de Cana | | | Tabela 33 |
|--|----------------------------------|--------|------------------|
| Nº de estabelecimentos produtores | | | 228 |
| Nº total de estabelecimentos que participam da coleta | Processo Tecnológico de Produção | | |
| | ALAMBIQUE | COLUNA | |
| 55 | 28 | 27 | |
| Nº de estabelecimentos que sofreram coleta | | | 28 |

Fonte: SIPOV/SP

| Principais recursos humanos | | | Tabela 34 |
|------------------------------------|---------------|----------------------------|------------------|
| Cargo | Número | Equivalente técnico | |

| | % de dedicação à ação de fiscalização | |
|-----------------------------|---------------------------------------|------|
| Fiscal Federal Agropecuário | 12 | 7,45 |
| Técnico Nível Superior | 1 | 1,0 |
| Apoio Administrativo | 3 | 3,00 |

Fonte: SIPOV/SP

| Quadro A.4.4.4 Identificação da Ação Resíduos | |
|--|---|
| Código | 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal |
| Descrição | Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição. |
| Iniciativa | 0277 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal |
| Unidade Responsável | SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO |

O controle de resíduos e contaminantes, é uma ação que tem seu planejamento feito pelo órgão central, e integra o Relatório tendo em vista a importância que tal atividade possui para a saúde pública. Em 2012 as atividades da área vegetal estiveram paralisadas em razão da reestruturação do Programa que está ocorrendo a nível central. Na área animal a atividade foi desenvolvida pelo SSA.

Plano Nacional de Controle de Resíduos (PNCR) – Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes em Carne (PCRCC)

Dentre as atividades desenvolvidas relativas à sanidade dos bovídeos está o controle e a vigilância do uso, em animais, de compostos químicos proibidos no país.

A colheita de amostras de urina de bovinos vivos tem como principal objetivo monitorar as propriedades de criação de bovinos de corte, impedindo que haja abate para o consumo de animais oriundos de criatórios onde se tenha usado drogas veterinárias proibidas no território nacional.

A amostragem anual é aleatória, colhida por 1 (um) FFA do SSA, com a colaboração das UTRAs em propriedades representativas dos sistemas de criação e de tecnologia de produção de carne no país. Funcionários dos Escritórios de Defesa Agropecuária (CDA/SAA-SP) colaboraram com as coletas, fornecendo dados para a amostragem, notificando os produtores, acompanhando os deslocamentos até as propriedades e coletando as amostras.

O uso de drogas anabólicas endógenas (estradiol, testosterona e progesterona) e exógenas (zeranol e trembolona) é bastante restrito e exclusivamente para fins terapêuticos, e não está autorizado para fins de crescimento e ganho de peso em animais destinados ao abate. Os anabolizantes, como promotores de crescimento animal, são drogas prioritárias na relação dos resíduos pesquisados pelo Programa, não só devido à proibição e uso clandestino, mas também porque o Brasil importa carne de parceiros comerciais onde a pecuária de corte confinada utiliza drogas anabólicas aprovadas pela comissão do Codex Alimentarius FAO/WHO.

Em 2012, foram programadas 110 coletas, sendo atendidos 98,18% desse total (IQ at-pr). Duas (02) amostras não foram colhidas devido a problemas com aquisição de frascos e falta de fiscais para realização da atividade. Foi feito pedido para aquisição de material com antecedência, porém este não foi atendido a tempo para manter as coletas desse programa. Das 108 amostras colhidas, 104 foram analisadas, sendo as quatro amostras faltantes descartadas pelo laboratório por chegarem ao laboratório após o prazo estabelecido em regulamento.

Todos os resultados das coletas foram negativos (IQ cfu=100), não tendo sido detectado uso de drogas proibidas que façam parte do escopo de análise.

| Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes em Carne - PCRCC | | | | | | Tabela 35 |
|---|-------|------|------|------|------|-----------|
| | Unid. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Amostras de urina programadas | un. | 100 | 100 | 100 | 110 | 110 |
| Amostras de urina adicionais | un. | 18 | 0 | 0 | 16 | 0 |
| Amostras programadas colhidas | un. | 100 | 100 | 100 | 110 | 108 |
| Amostras adicionais colhidas | un. | 18 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Nº de amostras analisadas | un. | 118 | 100 | 100 | 94 | 104 |
| Nº de amostras negativas | un. | 118 | 100 | 100 | 94 | 104 |
| Propriedades com colheita | un. | 57 | 48 | 49 | 55 | 54 |
| Municípios trabalhados | un. | 41 | 29 | 26 | 27 | 34 |

Fonte: SSA/SP

| Principais Indicadores | | | | | | Tabela 36 |
|--|------|------|------|------|-------|-----------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Eficácia-Indicador de atendimento à programação anual: Amostras programadas colhidas x 100/Amostras de urina programadas | | | | | | |
| <i>IQ atpr</i> | 100 | 100 | 100 | 100 | 98,18 | |
| Eficácia-Indicador de conformidade das amostras de urina: Nº de amostras negativas x 100/Nº de amostras analisadas | | | | | | |
| <i>IQ cfu</i> | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | |

Fonte: SSA/SP

| Quadro A.4.4.5 Identificação da Ação FISCORGEN | | | |
|--|---|-----------|-----------|
| Código | 4745- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados | | |
| Descrição | Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança-CTNBio e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados. | | |
| Iniciativa | 013H – Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Sanidade Vegetal - SSV | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Executado | Saldo |
| 71.380,70 | 32.916,13 | 26.610,95 | 6.305,18 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | | Realizada |
| Fiscalização realizada | 15 | | 10 |

O foco da ação 4745 - Fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados refere-se à fiscalização de atividades de pesquisa efetivamente autorizados/liberados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio em parecer específico. Essa fiscalização objetiva verificar o cumprimento das condições de biossegurança (localização do experimento, espaçamento, bordadura, isolamento físico e temporal, descarte de materiais etc.) determinadas pela CTNBio, conforme estabelecido pelo artigo 39 da seção VI do Decreto nº. 5591 de 22 de novembro de 2005, que regulamenta os dispositivos da Lei 11.105 de 24 de março de 2005. Em caso de decisão técnica favorável sobre a biossegurança no âmbito da pesquisa, a

CTNBio remete o processo respectivo aos órgãos e entidades de registro e fiscalização para o exercício de suas atribuições.

As demandas desse tipo de fiscalização são coordenadas e repassadas aos Estados pela Coordenação de Biossegurança de OGM da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de encaminhamento de cópias dos processos de autorização/liberação da CTNBio.

| Principais Processos | | Tabela 37 |
|--|--|--|
| Processo Execução | Atividade | Produto |
| Inspeção /fiscalização de campos experimentais de organismos geneticamente modificados | Inspeção em campos experimentais | Termo de fiscalização CTNBio |
| | Verificação das condições de contenção | Roteiro anexo ao termo – situação de campo |
| | Verificação do descarte do produto | Roteiro anexo ao termo – situação de laboratório |
| | Avaliação Documental | Auto de infração CTNBio |
| | | DIRETA |

Resultados operacionais

Todos os campos experimentais com ensaios de OGM, aprovados pela CTNBio, instalados e cujos processos foram encaminhados a esta SFA-SP, foram fiscalizados pelo SSV. A tendência verificada é o número de liberações experimentais aumentar em função do desenvolvimento de novos eventos em vegetais geneticamente modificados. A meta é fiscalizar 100% dos campos experimentais autorizados pela CTNBio, pelo menos uma vez. A orientação da CBIO (Coordenação de Biossegurança em Organismos Geneticamente Modificados da SDA/MAPA) é fazer 3 fiscalizações (plântio, colheita e monitoramento) por campo, contudo essa orientação não vem sendo seguida pela grande demanda de ações deste SSV-SP.

Além disso, registre-se a publicação da Resolução CTNBio nº 04 de 2007, que estabelece distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho Geneticamente Modificado em relação a outros cultivos de milho convencional em áreas vizinhas. A SFA/SP, por meio de ação conjunta entre SSV e SEFIA, recebeu a atribuição da fiscalização de coexistência do plântio de milho. Com a estruturação dos procedimentos de fiscalização e o recebimento de testes imunocromatográficos a partir do 2º semestre de 2009, iniciou-se essa fiscalização.

| Campos Experimentais de Organismos (Vegetais) Geneticamente Modificados | Tabela 38 | | | | |
|---|-----------|------|------|------|------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Nº de experimentos instalados | 52 | 60 | 53 | 66 | 70 |
| Nº de Fiscalizações realizadas em experimentos | 46 | 107 | 94 | 93 | 49 |
| Nº de Experimentos regulares | 46 | 60 | 48 | 62 | 46 |

Fonte: SSV/SP

| Fiscalização das distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho GM em relação a outros cultivos | Tabela 39 | | | |
|--|-----------|------|------|------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Nº de Fiscalizações | 43 | 52 | 58 | 50 |
| Nº de Produtores regulares | 43 | 50 | 54 | 50 |

Fonte: SSV/SP

O SIPLAN define como indicador o número de fiscalizações realizadas. Em virtude de a meta refletir basicamente demanda de fiscalização emanada por parte da CTNBio, não amparando nenhuma análise do desempenho do sistema liberação, a SFA lança mão dos seguintes indicadores de desempenho no processo de Gerenciamento dessa ação:

| Principais Indicadores | Tabela 40 | | | | |
|---------------------------------|-----------|------|------|------|---------------|
| Mnemônico | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Relatório de Gestão 2012-SFA/SP | | | | | |
| | | | | | Normativa TCU |

| Capacidade anual de fiscalização de ensaios com OGM (IOC) - Nº de ensaios fiscalizados/ Ano | | | | | |
|---|------|------|--------|--------|--------|
| IOC | 46 | 107 | 94 | 93 | 49 |
| Produtividade de fiscalização de ensaios com OGM (IOP) - Nº de ensaios fiscalizados/ Nº fiscais envolvidos | | | | | |
| IOP | 15,3 | 21,4 | 10,44 | 13,3 | 3,76 |
| Conformidade de ensaios com OGM segundo a legislação (IOQ) - Nº de ensaios regulares x 100/ Nº ensaios fiscalizados | | | | | |
| IOQ | 100% | 100% | 90,57% | 93,94% | 93,78% |

Fonte: SSV/SP

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 41**

| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização |
|----------------------------------|--------|--|
| Fiscal Fed. Agropecuário | 13 | 0,95 |
| Agente de Atividade Agropecuária | 2 | 0.15 |
| Agente Administrativo | 1 | 0.05 |

Fonte: SSV/SP

Quadro A.4.4.6 Identificação da Ação VIGIFITO

| Código | 2134- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos | | |
|--|---|-----------|--------|
| Descrição | Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal. | | |
| Iniciativa | 012H- Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Sanidade Vegetal - SSV | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Liquidado | Saldo |
| 154.913,40 | 88.191,74 | 87.668,11 | 523,63 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Fiscalização realizada | 142.365 | 142.365 | |

Resultados Operacionais

Esta ação objetiva o cumprimento das normas fitossanitárias que disciplinam a entrada e a saída de sementes, mudas, bulbos, rizomas e tubérculos, além da realização de supervisões periódicas do trânsito interestadual, realizadas por meio do acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo nos postos de fronteira e também nos postos de fiscalização volantes. Também contempla a supervisão da quarentena de material importado para pesquisa científica.

Outra ação do SSV é a emissão de pareceres fitossanitários em processos de importação de produtos destinados à alimentação animal e em registro de fertilizantes, tendo sido emitidos até dezembro de 2012, respectivamente, 23 e 17 pareceres respectivamente, números maiores que aqueles obtidos nos anos anteriores, evidenciando assim um aumento nas importações destes insumos.

Neste relatório foram incluídas mais duas atividades: fiscalização de empresas que realizam tratamento fitossanitário com fins quarentenários, que antes era de competência da área de fiscalização de insumos agrícolas (SEFIA), e autorização prévia ao embarque de par-

tidas de maçã, pêra e marmelo da Argentina, com a finalidade de conter as interceptações de *Cydia pomonella*, praga quarentenária presente.

As interceptações de pragas quarentenárias ou limitantes à cultura são ações de extrema importância para a agricultura nacional, pois previnem a entrada de pragas que poderiam comprometer o desempenho do setor, e estão previstas no PPA 2012-2015.

Em 2012 o número de interceptações foi menor em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de defesa fitossanitária, este número ainda é expressivo, sinalizando que a vigilância em material de propagação deve estar sempre se aperfeiçoando.

| Interceptação de Pragas na Importação de Material de Propagação Vegetal | | | | | | Tabela 42 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Nº Amostras de diagnóstico fitossanitário | 893 | 1189 | 1335 | 2327 | 3173 | |
| Nº laudos analisados | 3072 | 4137 | 4193 | 8116 | 11597 | |
| Nº Interceptações de pragas | 24 | 12 | 42 | 29 | 14 | |
| Nº Amostras dentro do padrão | 869 | 1177 | 1293 | 2298 | 3159 | |

Fonte: SSV-SP

| Principais Indicadores | | | | | | | | Tabela 43 |
|---|-----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Mnemônico | Un | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta | |
| Capacidade - Capacidade anual de análise de laudo de diagnóstico fitossanitário de material de propagação vegetal (ILDC) - Nº de Laudos analisados/Ano | | | | | | | | |
| ILDC | Nº | 3072 | 4137 | 4193 | 8116 | 11597 | Demanda | |
| Efetividade - Conformidade do material de propagação vegetal importado livre de pragas quarentenárias ou limitantes à cultura (ILDQ) - Nº amostras dentro do padrão x 100 / Nº amostras analisadas | | | | | | | | |
| ILDQ | % | 97,3 | 98,99 | 96,85 | 98,75 | 99,56 | 90 | |

Fonte: SSV/SP

Na tabela acima verifica-se que o número de laudos analisados supera em muito o número total de laudos analisados no ano de 2011. Isto se deve ao aprimoramento do sistema de análises de laudos e emissão de baixas por escala, desenvolvido pela equipe do SSV, bem como o maior monitoramento das amostras encaminhadas aos laboratórios e a cobrança de que os resultados dessas análises fossem enviados ao SSV, a fim de que fosse dada a baixa dos Termos de Depositário.

O material de propagação vegetal tem grande risco de disseminação de pragas de importância agrícola e por isso é feita análise, conforme a legislação vigente, de solicitações de exportação e importação de material de propagação.

Observa-se que o número de exportação e importação, em geral, são equivalentes, sendo que mais de 90% são deferidos. Contudo, o prazo para análise estabelecido pela legislação, que é de cinco dias, foi cumprido em 72,5% em 2012, sendo que a meta não foi atingida devido à falta de documentos a serem apresentados pelo interessado, ao aumento da demanda de serviço do SSV e à greve deflagrada pelos Fiscais Federais Agropecuários em agosto de 2012.

| Solicitações de importação/exportação de Material de Propagação Vegetal | | | | | | Tabela 44 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Nº Solicitações de Importação recebidas | 1241 | 1487 | 1803 | 1804 | 1861 | |
| Nº Solicitações de Exportação recebidas | 1159 | 1225 | 1200 | 1218 | 1260 | |
| Nº Solicitações analisadas em até 5 dias | 1883 | 2040 | 2987 | 2616 | 2263 | |
| Nº Solicitações Deferidas | 2328 | 2639 | 2964 | 2984 | 2990 | |
| Nº Solicitações Indeferidas | 72 | 73 | 39 | 38 | 131 | |

Fonte: SSV/SP

| Principais Indicadores | | | | | | | | Tabela 45 |
|-------------------------------|-----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Mnemônico | Un | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta | |

Capacidade - Capacidade anual de análise de solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal (IMVCs) - N° de solicitações analisadas/Ano

| IMVCs | N° | 2400 | 2712 | 3003 | 3022 | 3121 | Demanda |
|--|----|-------|------|-------|-------|-------|---------|
| Eficácia - Eficácia na análise de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas em até 5 dias (IMVEs) - N° solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / N° solicitações | | | | | | | |
| IMVEs | % | 78,5% | 75% | 99,4% | 86,5% | 72,5% | 90% |
| Eficiência - Produtividade de análises de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas por técnico. (IMVPs) - N° solicitações analisadas/N° de Técnicos envolvidos | | | | | | | |
| IMVPs | N° | 800 | 904 | 500 | 503 | 520 | |
| Efetividade - Conformidade das solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal (IMVQs) - N° de solicitações deferidas x 100 / N° solicitações analisadas | | | | | | | |
| IMVQs | N° | 97,0% | 97% | 98,7% | 98,7% | 95,8% | 99% |

Até dezembro de 2012, observa-se uma tendência a se manter o número total de quarentenas instaladas, em relação a 2011. Houve seis destruições de produto dentro do quarentenário, devido à falta de germinação do material, contaminação por outros microrganismos e a pedido do interessado.

A queda do número de supervisões em relação à série histórica deve-se ao excesso de demandas do órgão central para as atividades de revisão das normas para importação de material destinado a pesquisa científica e para credenciamento de estações quarentenárias, bem como a elaboração de projeto de viabilidade de construção de um quarentenário do MAPA.

Supervisão de Quarentena de Material de Pesquisa Científica Tabela 46

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|---------|
| N° Quarentenas instaladas | 175 | 130 | 161 | 160 | 162 | Demanda |
| N° Quarentenas supervisionadas | 91 | 120 | 161 | 172 | 112 | 100 |
| N° Interceptações de pragas | 0 | 0 | 0 | 2 | 6 | 0 |
| Quarentenas dentro do padrão (%) | 100 | 100 | 100 | 99 | 96 | 99 |

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores Tabela 47

| Un | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta | |
|--|------|------|------|------|------|------|---------|
| Capacidade - Capacidade anual de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVC) - N° quarentenas/ Ano | | | | | | | |
| IQVC | N° | 175 | 130 | 161 | 160 | 162 | demanda |
| Eficácia - Eficácia na supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVE) - N° quarentenas supervisionadas x 100/ N° quarentenas instaladas | | | | | | | |
| IQVE | % | 52 | 92 | 100 | 108 | 70 | 100 |
| Eficiência - Produtividade de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVP) - N° quarentenas supervisionadas /N° técnicos envolvidos | | | | | | | |
| IQVP | N° | 87,5 | 60 | 161 | 160 | 112 | -- |
| Efetividade - Conformidade na quarentena de material de pesquisa científica. (IQm) - N° de quarentena conforme x 100 / N° total de quarentena | | | | | | | |
| IQVQ | % | 100 | 100 | 100 | 99 | 96 | 100 |

Fonte: SSV/SP

Fiscalização de empresas de tratamento quarentenário

A base legal para esta atividade é a Instrução Normativa nº 66/2006, que aprova o regulamento para credenciamento de empresas para realização de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira.

Esta atividade, que até 2010 era de competência da área de Fiscalização de Insumos Agrícolas, passou a ser de responsabilidade da área de Sanidade Vegetal, por meio do Ofício SDA 019/2010.

Apesar da realização de treinamentos em fiscalização em 2011, a atividade priorizada em 2012 foi a renovação do credenciamento de 70% das empresas, que estavam vencen-

do. Dessa forma as fiscalizações propriamente ditas foram oito, sendo quatro para atendimento de denúncias de irregularidades, tendo sido gerados quatro autos de infração. Outro auto de infração foi lavrado em inspeção de empresa para renovação do credenciamento. Para o próximo ano, serão incluídas no Plano Operativo Anual do Serviço as fiscalizações de rotina.

Em 2012, a equipe também participou de Grupo de Trabalho para revisão da Instrução Normativa nº 66/2006, com reuniões em Vitória/ES e Curitiba/PR.

Em 2012 foram realizadas 52 inspeções para credenciamento de novas empresas ou para renovação do credenciamento. Várias empresas possuem mais de um endereço de câmara, homologada para tratamento térmico da madeira. Nas inspeções são feitas vistoriaa das instalações e equipamentos, conferência documental, acompanhamento dos relatórios mensais enviados e, se possível, acompanhamento de um tratamento do início ao fim.

O universo de empresas credenciadas em São Paulo, no início do ano de 2012 era de 65 empresas. Desse total, 14 empresas não renovaram e houve o credenciamento de quatro novas empresas, restando no final do ano, 55 empresas em 92 endereços diferentes, para fiscalização, distribuídas pelo estado.

| Fiscalização de Empresas de Tratamento Quarentenário | | Tabela 48 |
|---|--|------------------|
| | | 2012 |
| Nº total de empresas credenciadas no Estado de São Paulo | | 55 |
| Nº de empresas credenciadas / recredenciadas | | 36 |
| Nº inspeções para credenciamento / recredenciamento | | 52 |
| Nº fiscalizações realizadas | | 8 |
| Nº autos de infração | | 5 |

Fonte: SSV/SP

| Principais Indicadores | | | Tabela 49 |
|---|-----------|-------------|------------------|
| Mnemônico | Un | 2012 | |
| Eficácia - Eficácia na fiscalização de ETQ credenciadas (IETrQe) - Nº de empresas fiscalizadas x 100 / Nº de empresas credenciadas | | | |
| <i>IETrQe</i> | % | 14,5 | |
| Eficácia - Eficácia na fiscalização-Conformidade ETQ fiscalizadas (IETrQei)- (Nº de empresas fiscalizadas - Nº empresas autuadas) x 100/ Nº de empresas fiscalizadas | | | |
| <i>IETrQei</i> | % | 37,5 | |

Fonte: SSV/SP

Autorização de importação de maçã, pêra e marmelo da Argentina

De junho a outubro de 2012 esteve em vigor a IN 12/2012 que estabelecia que as importações de maçã, pêra e marmelo da República da Argentina estariam sujeitas a autorização prévia de importação, com isso o SSV precisou readequar sua rotina de trabalho, dada a nova norma, o que sobrecarregou ainda mais os técnicos do setor tendo em vista o grande volume de requerimentos diários que davam entrada no setor.

| Requerimentos para Importação de maçã, pêra e marmelo recebidos | | Tabela 50 |
|--|--|------------------|
| | | 2012 |
| Nº Requerimentos de Importação Recebidos | | 1.313 |
| Nº Requerimentos em Exigência | | 149 |
| Nº Requerimentos Deferidos | | 1.288 |
| Nº Requerimentos Indeferidos/Cancelados | | 25 |
| Nº Técnicos envolvidos na Atividade | | 6 |
| Nº Requerimentos Analisados/técnico | | 218 |

Fonte: SSV/SP

Principais Recursos Humanos **Tabela 51**

| Cargo | Número | Equivalente técnico |
|----------------------------------|--------|---------------------------------------|
| | | % de dedicação à ação de fiscalização |
| Fiscal Federal Agropecuário | 16 | 4,90 |
| Agente de Atividade Agropecuária | 1 | 0,50 |
| Agente Administrativo | 1 | 0,50 |

Fonte: SSV/SP

Quadro A.4.4.7 Identificação da Ação ERRADMOSCA

| | | | |
|---|--|------------|----------|
| Código | 4738- Erradicação da Mosca da Carambola | | |
| Descrição | Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional. | | |
| Iniciativa | 012H- Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Sanidade Vegetal - SSV | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Executado | Saldo |
| 18.139,00 | 7.278,30 | 6.152,31 | 1.125,99 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Área Controlada* | 24.820.942 | 24.820.942 | |

*O Estado de São Paulo é livre desta praga. Assim não há área controlada e sim área prevenida.

Em 2004, após a ocorrência da *Bactrocera carambolae* no Amapá, iniciou-se o programa de Erradicação da Mosca da Carambola em todos os Estados da Federação. Atualmente, o Estado de São Paulo possui o status de “Estado sem ocorrência da praga”. Para que este status seja mantido são realizados mensalmente monitoramento de detecção da praga, em pontos de entrada de produtos vegetais, estratégicos para a segurança sanitária.

O monitoramento é realizado através da instalação de armadilhas nos aeroportos internacionais de Guarulhos e Viracopos, no porto de Santos, Terminal Rodoviário do Tiete e nas Centrais de Abastecimentos (CEASAs) de Campinas e de São Paulo, os quais são considerados pontos estratégicos, devido ao grande fluxo de mercadorias e pessoas oriundas de outros Estados e Países, sendo que sua distribuição está de acordo com orientação do órgão central.

A efetividade desta atividade é importante para o cumprimento de acordos internacionais e da fruticultura nacional, garantindo a exportação de frutas e o abastecimento interno, uma vez que esta praga tem muitos hospedeiros e configura-se no cenário internacional como barreira fitossanitária.

Devido à grande demanda de outras ações deste serviço e a greve dos Fiscais Federais Agropecuários, realizaram-se 82,86% dos monitoramentos previstos, contudo o objetivo desta ação não foi prejudicado, pois todas as armadilhas foram manuseadas dentro do período de durabilidade do feromônio, que é de até 45 dias. Até o momento, não foi encontrado nenhum exemplar desta praga no Estado. A eficácia do programa se mostra através da manutenção do status de Estado livre da praga *Bactrocera carambolae*, o que garante mercado internacional para diversas frutas brasileiras. Devido a falta de envio de material para a manutenção das armadilhas esta ação deverá ser encerrada no próximo ano.

| Monitoramento da Mosca da Carambola | | | | | | Tabela 52 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Área controlada (ha) - (SIPLAN) | 248.209 | 248.209 | 248.209 | 248.209 | 248.209 | |
| Nº armadilhas instaladas | 22 | 17 | 15 | 15 | 15 | |
| Nº de monitoramentos programados | - | - | - | 36 | 35 | |
| Nº de monitoramentos realizados | - | - | - | 36 | 29 | |
| Nº Supervisões programadas nos pontos de monitoramento | 4 | 24 | 58 | 6 | 22 | |
| Supervisões realizadas nos pontos de monitoramento | 3 | 22 | 53 | 5 | 4 | |
| Nº de FFA envolvidos na supervisão da ação | 2 | 2 | 4 | 5 | 5 | |

Fonte: SSV/SP

| Principais Indicadores | | | | | | | | Tabela 53 |
|--|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| <i>Mnemônico</i> | <i>Unidade</i> | <i>2008</i> | <i>2009</i> | <i>2010</i> | <i>2011</i> | <i>2012</i> | <i>Meta</i> | |
| Capacidade - Índice de Capacidade de Monitoramento (ICm) - Nº de armadilhas instaladas/Ano | | | | | | | | |
| <i>ICm</i> | <i>Nº</i> | 22 | 17 | 15 | 15 | 15 | 15 | |
| Eficácia - Eficácia na supervisão pontos de monitoramento (IEm) - Nº supervisões realizadas x 100/ Nº supervisões programadas | | | | | | | | |
| <i>IEm</i> | <i>%</i> | 75 | 92 | 91,4 | 83,33 | 18,88 | 100 | |
| Eficiência - Produtividade de supervisão/monitoramento (IPm) - Nº supervisões realizadas e monitoramentos /NºFFA envolvidos | | | | | | | | |
| <i>IPm</i> | <i>Nº</i> | -- | -- | -- | 100 | 82,86 | 100 | |
| Efetividade - Conformidade fitossanitária para mosca da carambola em SP (IQm) - Nº moscas encontradas/Nº armadilhas x dias | | | | | | | | |
| <i>IQm</i> | <i>Nº</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

* o calculo deste indice foi alterado a partir de 2011

Fonte: SSV/SP

| Principais recursos humanos envolvidos | | | Tabela 54 |
|---|---------------|--|------------------|
| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização | |
| Fiscal Federal Agropecuário | 05 | 0,45 | |
| Agente Administrativo | 01 | 0,05 | |

Fonte: SSV/SP

| Quadro A.4.4.8 Identificação da Ação PCEVEGETAL | |
|--|--|
| Código | 8572- Prevenção e Controle de Pragas dos Vegetais e suas partes |
| Descrição | Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária. |
| Iniciativa | 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais |
| Unidade Responsável | Serviço de Sanidade Vegetal – SSV |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO |

| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
|---|-----------|-----------|----------|
| Programado (POA) | Recebido | Executado | Saldo |
| 133.251,00 | 62.685,25 | 56.608,99 | 6.076,26 |

Relatório de Gestão 2012-SFA/SP

Normativa TCU

| Meta SIPLAN | | |
|-----------------|-------------|-----------|
| Descrição | Meta Física | |
| | Prevista | Realizada |
| Área Controlada | 531.274 | 531.274 |

Macroprocesso: Prevenção, Controle e Erradicação da Sigatoka Negra - SIGATOKA

Uma das atividades do SSV é a realização de auditorias no Sistema de Mitigação de Risco para *Mycosphaerella fijiensis*, causador da Sigatoka Negra, visando o trânsito interestadual de frutos de banana e plantas, implantado pela Instrução Normativa nº 17/2005. Houve propriedades inscritas em quatro regiões do estado: Vale do Ribeira, Sudoeste Paulista, Noroeste Paulista, Campinas e região.

Em 2012, houve redução de área plantada dentro do SMR e a exclusão de UPs (Unidades de Produção) nos municípios de Votuporanga, São José do rio Preto, Barretos e Assis. A meta inicial não foi atingida devido à falta de FFAs para a ação, principalmente devido à restrição imposta pelo Governo Federal, de modo que aqueles FFAs que tivessem mais de 40 diárias no ano deveriam solicitar, a cada novo deslocamento, autorização para se deslocarem. Em muitos casos, esta autorização não chegou em tempo hábil para o deslocamento da equipe. Outro fato que contribuiu para o não atendimento das metas foi a greve dos Fiscais Federais Agropecuários, deflagrada em agosto de 2012, bem como o aumento de demanda de serviço no SSV/SP.

| Prevenção e Controle da Sigatoka Negra (<i>Mycosphaerella fijiensis</i>) | | | | | Tabela 55 |
|--|-------|-------|-------|--------|-----------|
| Atividades realizadas | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Nº de pontos cadastrados (UP, UC, viveiro, etc.) | 241 | 293 | 308 | 330 | 316 |
| Área controlada (ha) | 7.090 | 8.717 | 9.246 | 11.478 | 8.796 |
| Nº auditorias programadas no SMR | 6 | 6 | 6 | 6 | 4 |
| Nº auditorias realizadas | 6 | 11 | 6 | 7 | 3 |
| N. de estabelecimentos auditados | - | - | - | 39 | 14 |
| Nº FFA envolvidos na ação | 2 | 6 | 5 | 10 | 5 |

Fonte: SSV/SP

| Principais Indicadores | | | | | | Tabela 56 |
|---|---------|------|------|------|------|-----------|
| Mnemônico | Unidade | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Capacidade - Índice de Capacidade de Supervisão (ICsn) - Nº de auditorias realizadas/Ano | | | | | | |
| ICsn | Nº | 6 | 11 | 6 | 7 | 3 |
| Eficácia - Eficácia na Supervisão (IEsn) - Nº auditorias realizadas x 100/ Nº auditorias programadas | | | | | | |
| IEsn % | % | 100 | 183 | 100 | 116 | 75 |
| Eficiência - Produtividade de Supervisão (IPsn) - Nº auditorias realizadas/Nº FFA envolvidos | | | | | | |
| IPsn | Nº | 3 | 1,83 | 1 | 3,9 | 0,6 |

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Prevenção e Controle da *Anastrepha grandis* - Cucurbitácea

Outra atividade do SSV é o acompanhamento do monitoramento da mosca *Anastrepha grandis* que ataca frutos de cucurbitáceas (abóbora, melão, melancia etc.), visando o cumprimento de acordos internacionais. O total de área cadastrada e monitorada em 2012 no Estado de São Paulo foi de trinta hectares, com propriedades inscritas na região de Presidente Prudente.

As Unidades de produção, situadas em municípios previamente inscritos, foram monitoradas por meio de armadilhas com atrativo alimentar, com coleta semanal e posterior análise por entomologistas capacitados. Há seis anos não é capturado um único exemplar da mosca *Anastrepha grandis* nas propriedades monitoradas, o que garante a eficácia do siste-

ma e a manutenção do programa, que atende as exigências dos países importadores, Argentina e Uruguai.

Houve muitas dificuldades na liberação das Autorizações Fitossanitárias de Importação (AFIDIs) pelo órgão de defesa do governo Argentino com alegação de que não haviam sido passados os números da UPs, o que foi contestado pelo nosso órgão central.

O número de UPs cadastradas diminuiu bastante pelas dificuldades ocorridas já na safra anterior na aduana Argentina, desistência de um produtor de Paranapuã e outro de Rinópolis. Da previsão de 800 toneladas abóbora menina creme produzidas, apenas 260 toneladas foram exportadas, sendo 20% para o Uruguai e 80% para a Argentina. O restante da produção dessa abóbora, que não tem comércio *in natura* no Brasil, foi vendido para indústria de doce, a preços baixos. A produção total da UP de melancia foi também comercializada no mercado interno.

Em outubro foi feita uma auditoria no Sistema, que envolve o Órgão Estadual de Proteção Fitossanitária, sendo visitada a propriedade cadastrada e todas suas UPs vistoriadas.

Provavelmente, devido a todos esses problemas que têm ocorrido, não haverá mais exportação de cucurbitáceas do Estado de São Paulo para a Argentina e Uruguai.

| Monitoramento da <i>Anastrepha grandis</i> em Cucurbitáceas para Exportação | | | | | Tabela 57 |
|---|------|------|------|------|-----------|
| Atividades Realizadas | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Unidades de Produção inspecionadas | 7 | 19 | 20 | 10 | 3 |
| Unidades de Produção cadastradas | 7 | 19 | 20 | 10 | 3 |
| Armadilhas monitoradas | 56 | 120 | 112 | 40 | 8 |
| Índice MAD* | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Toneladas inspecionadas/exportadas | 2712 | 4302 | 3870 | 670 | 260 |

* mosca capturada por armadilha por dia
Fonte: SSV/SP

| Principais Indicadores | | | | | | | Tabela 58 |
|--|---------|------|------|------|------|------|-----------|
| Mnemônico | Unidade | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Capacidade - Índice de Capacidade de Inspeção (IHC) - Toneladas de produto inspecionado/Ano | | | | | | | |
| IHC | Nº | 2712 | 4302 | 3870 | 1500 | 260 | |
| Eficácia - Conformidade de cucurbitáceas inspecionadas (IHQ) - Toneladas aptas a exportar x 100/ Toneladas inspecionadas | | | | | | | |
| IHQ | % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | |
| Eficiência – Produtividade de inspeções de cucurbitáceas por técnico (IHP) -Toneladas de produto inspecionado /NºFFA envolvidos | | | | | | | |
| IHP | Nº | 904 | 1377 | 1290 | 500 | 86 | |
| Efetividade – Conformidade de cucurbitáceas exportadas para Argentina e Uruguai (IHE) – Toneladas não rechaçadas x 100 / Toneladas exportadas | | | | | | | |
| IHE | % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | |

Fonte: SSV/SP

Os índices de toneladas inspecionadas decaíram devido ao desinteresse da Argentina em Importar nossos produtos, criando as já citadas dificuldades.

Macroprocesso: Prevenção e Controle da *Guignardia citricarpa* – Citros

As atividades realizadas nesta ação referem-se à implantação de Sistema de Mitigação de Risco (SMR) da Pinta Preta (*Guignardia citricarpa*), visando à exportação de frutos cítricos “in natura” para a Comunidade Européia.

Para a exportação de citrus, como parte do Sistema de Certificação Fitossanitária, além das medidas fitossanitárias adotadas na produção, há a presença de FFAs nas Unidades de Consolidação para emissão do Certificado Fitossanitário Internacional. Esta ação assegura uma melhor rastreabilidade dos frutos, melhor controle da sanidade e atende às exigências fitossanitárias dos países importadores.

As ações de inspeção de citrus em 2012 foram realizadas em duas unidades de consolidação, sendo elas as empresas: Suco cítrico Cutrale em Araraquara, e Bravis em Itapetininga.

Em 2012 a área cadastrada no SMR foi de 15.941,2 ha. O cadastro e as inspeções das UPs, aprovadas nos testes de indução laboratoriais são feitas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Foram exportadas em 2012 para a Comunidade Européia 13.760,017 toneladas de laranjas e tangerinas frescas, correspondentes a 498 Certificados Fitossanitários. Desse total, seis cargas foram rechaçadas.

Nos testes de indução, realizados antes da liberação para colheita, 112 UPs foram reprovadas e retiradas do Sistema de Mitigação de Risco. Das UPs que foram aprovadas nos testes de indução, 18 UPs foram reprovadas nas inspeções, pré-colheita, realizadas pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal. Houve ainda 6 UPs descadastradas pela própria empresa, que apresentou desinteresse em exportar. As inspeções de frutos realizadas nas Casas de Embalagem pelos Fiscais do MAPA constataram a ocorrência de Pinta Preta em frutos de outras 2 UPs, que também foram retiradas do programa de exportação para a Comunidade Européia. A empresa descadastrou 1 UP, também por ocorrência de pinta preta, a qual foi retirada do SMR nesta safra.

| Exportação de Citros para CE | | | | | Tabela 59 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Atividades realizadas | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Área controlada (há) | 10.544 | 7.179 | 7.230 | 6.970 | 15.941 |
| Nº Unidades de Produção (UP) inspecionadas | 547 | 428 | 371 | 332 | 262 |
| Nº Unidades de Produção (UP) aptas a exportar ^(*) | 421 | 323 | 209 | 178 | 126 |
| Nº Unidade de Consolidação (UC) inspecionada | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 |
| Nº Unidade de Consolidação (UC) cadastrada | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 |

* Esse é o número UPs que se mantiveram aptas a exportar até o final. Algumas UPs exportaram no início e depois foram excluídas.

Fonte: SSV/SP

| Principais Indicadores | | | | | | | Tabela 60 |
|--|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Mnemônico | Unidade | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Eficiência – Conformidade de frutos cítricos inspecionados (IFQc) - UP apta a exportar x 100 / UP inspecionadas | | | | | | | |
| IFQc | % | 77,0 | 75,5 | 56,3 | 54,00 | 48,1 | |

Fonte: SSV/SP

| Principais recursos humanos envolvidos | | | | Tabela 61 |
|---|---------------|--|--|------------------|
| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização | | |
| Fiscal Federal Agropecuário | 18 | 2,10 | | |
| Agente Administrativo | 1 | 0,20 | | |

Fonte: SSV/SP

| Quadro A.4.4.9 Identificação da Ação FISCPLANTA2 | |
|---|--|
| Código | 2180- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos |
| Descrição | Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e análise de risco e quarentena vegetal. |
| Iniciativa | 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários |
| Unidade Responsável | Divisão de Defesa Agropecuária – DDA |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO |

| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
|---|-------------|------------|----------|
| Programado (POA) | Recebido | Executado | Saldo |
| 330.700,00 | 332.292,08 | 330.740,06 | 1.552,02 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Fiscalização Realizada | 421.141 | 500.370 | |

Principais Indicadores **Tabela 62**

| <i>Tipo</i> | <i>Indicador</i> | <i>Mnemônico</i> | <i>Formula</i> |
|-------------|--|------------------|---|
| Capacidade | Capacidade de fiscalização no trânsito internacional da área vegetal | IC Veg. | $\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}{\text{Ano}}$ |
| Eficácia | Conformidade no trânsito internacional da área vegetal | IQ Veg. | $\frac{N^{\circ} \text{ de ocorrências} \times 100}{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}$ |
| Eficiência | Produtividade do FFA no trânsito internacional da área vegetal | IP Veg. | $\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}{N^{\circ} \text{ FFAs}}$ |

O quadro abaixo apresenta o Desempenho Operacional da Vigilância Agropecuária no Estado de São Paulo nos últimos cinco anos.

Desempenho Operacional **Tabela 63**

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------------------|
| IC – Total de Fiscalizações | 370.915 | 458.709 | 555.601 | 583.287 | 504.551⁽²⁾ |
| Nº Fiscalizações (exportação) | 38.415 | 44.415 | 33.115 | 35.276 | 33.832 |
| Nº Fiscalizações (importação) | 332.500 | 414.294 | 522.486 | 548.011 | 470.719 |
| Nº de Ocorrências | 19.232 | 16.251 | 17.715 | 22.881 | 14.416 |
| Nº Certificados Fitossanitários | 31.048 | 37.298 | 32.198 | 31.014 | 31.069 |
| Nº FFAs (engenheiros agrônomos) ⁽¹⁾ | 63 | 63 | 65 | 57 | 56,05 |
| Servidores Nível Médio | 8 | 2 | 6 | 3 | 2 |
| IP – Nº Fiscalizações / FFA | 5.888 | 7.281 | 8.547 | 10.305 | 9.002 |
| Nº Certificações / FFA | 493 | 592 | 495 | 548 | 554,30865 |
| IQ – Nº Ocorrências / Fiscalizações | 5% | 3,50% | 3,20% | 3,92% | 2,86% |

⁽¹⁾ FFA-EA em valor de equivalente fiscal por alguns possuírem dedicação compartilhada com outras

⁽²⁾ Os dados são pouco superiores aos do SIPLAN em função de dados advindos posteriormente ao fechamento do Sistema, causado pela alteração dos procedimentos comentados e ajuste da contabilização.

Fonte: DDA-SP

Resultados da Ação

O principal indicador assumido para esta ação é o Indicador de Capacidade (IC), Total de Fiscalizações e que estava previsto no PPA anterior. O PPA 2012-2015 coloca como meta manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos, o que é representado pelo total de IC. Seu cálculo é obtido pela somatória dos seguintes documentos: requerimentos de fiscalização despachados, requerimentos de fiscalização de embalagem de madeira despachados, termos de fiscalização do trânsito internacional de passageiros emitidos, termos de retenção de mercadoria/produto e termos de fiscalização de bagagem/encomenda emitidos.

No início de outubro passado o aeroporto de Guarulhos sofreu uma alteração de procedimentos passando a realizar as fiscalizações em um momento anterior dentro da cadeia logística do aeroporto. O resultado desta alteração foi a otimização do uso de recurso humano e melhoria na eficiência logística dentro do aeroporto, além de resultar num aumento do número de cargas fiscalizadas.

Observou-se uma queda de 13,5% da demanda de fiscalização principalmente na importação no aeroporto de Viracopos, parte causada pela redução de demanda nesta unidade e parte ocasionada pela homogeneização de dados realizada em julho de 2011.

Outra observação fundamental é o fato de que a fiscalização de embalagens e suportes de madeira represente 91% das fiscalizações do setor vegetal, cuja ação é limitada por ser regida pela Instrução Normativa MAPA nº 04/2004, que é emergencial já há sete anos. Reiteramos que esta norma apresenta grandes problemas, pois já está defasada com relação à internalização da NIMF 15 (Norma Internacional de Medidas Fitossanitárias) emitida pela FAO/ONU. Somado a isto está o fato que a norma é omissa em muitos pontos nevrálgicos como os critérios de amostragem e outros itens operacionais, bem como é impraticável em outros pontos.

Unidades Executoras

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UTRAs) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

| Desempenho Operacional por Unidade | | | | | Tabela 64 |
|---|------------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| | SNT | GRU | VCP | UTRAs | TOTAL |
| IC – Total de Fiscalizações | 208.591 | 170.307 | 94.104 | 31.549 | 504.551 |
| Total de Ocorrências | 4.291 | 4782 | 4.611 | 732 | 14.416 |
| Total Proibição de Importação | 0 ⁽³⁾ | 4 | 0 | 195 | 199 |
| Nº Total Fiscalização (importação) | 194.501 | 158.813 | 86.708 | 30697 | 470.719 |
| Nº Fiscalização Prod. Vegetais | 25.069 | 11.024 | 3.692 | 2.560 | 42.345 |
| Nº Fiscalização Embal. Madeira | 169.432 | 147.789 | 83.016 | 28.137 | 428.374 |
| % Fiscalização Embal. Madeira sobre o Total de Fiscalização | 87,11% | 93,06% | 95,74% | 91,66% | 91,00% |
| Ocorrências Importação | 4.204 | 4.744 | 4.563 | 732 | 14.243 |
| Nº Fiscalizações (exportação) | 14.090 | 11494 | 7396 | 852 | 33.832 |
| Nº Certificados Fitossanitários (CF) | 14.090 | 9.458 | 6.772 | 749 | 31.069 |
| Ocorrências Exportação | 87 | 38 | 48 | 0 | 173 |
| Proibições de Exportação | 0 ⁽³⁾ | 6 | 0 | 0 | 6 |
| Nº FFAs (engenheiros agrônomos) ⁽²⁾ | 21 | 15 | 12 | 8,05 | 56 |
| IP – Nº Fisc. Produtos Vegetais /FFA | 9.932,9 | 11.353,8 | 7.842,0 | 3.919,1 | 9.001,8 |
| IP – Nº Inspeções Madeira / FFA | 8.068,2 | 9.852,6 | 6.918,0 | 3.495,3 | 7.642,7 |
| Nº Certif. Fitossanitários / FFA | 671,0 | 630,5 | 564,3 | 93,0 | 554,3 |
| IQ – Nº Ocorrências / Fiscalizações | 2,06% | 2,81% | 4,90% | 2,32% | 2,86% |

⁽¹⁾ Refere-se à participação percentual das fiscalizações de embalagens e suportes de madeira no total de fiscalizações na importação de mercadorias. O indicador médio encontrado de 93,68% reforça a necessidade de modernização da legislação referente à fiscalização destes itens.

⁽²⁾ FFA-EA em valor de equivalente fiscal por alguns possuem dedicação compartilhada com outras Ações da SFA-SP.

⁽³⁾ O Sistema informatizado SIGVIG, utilizado no SVA Santos, não fornece essas informações.

⁽⁴⁾ Os dados são superiores aos do SIPLAN em função de dados advindos posteriormente ao fechamento do Sistema.

Quadro A.4.4.10 Identificação da Ação FISCANIMAL2

| | |
|---------------------|--|
| Código | 2181- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos |
| Descrição | Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população. Inspeccionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional e certificar a sanidade dos produtos nacionais na exportação. |
| Iniciativa | 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários |
| Unidade Responsável | Divisão de Defesa Agropecuária – DDA |

| | | | |
|---|---|------------|--------|
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Executado | Saldo |
| 185.800,00 | 245.250,85 | 245.054,02 | 196,02 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Fiscalização Realizada | 91.812 | 100.037 | |

Principais Indicadores **Tabela 65**

| <i>Tipo</i> | <i>Indicador</i> | <i>Mnemônico</i> | <i>Formula</i> |
|-------------|--|------------------|--|
| Capacidade | Capacidade de inspeção de partidas no trânsito internacional da área animal | IC Anim | $\frac{\text{N}^\circ \text{ Fiscalizações}}{\text{Ano}}$ |
| Eficácia | Conformidade no trânsito internacional da área animal | IQ Anim. | $\frac{\text{N}^\circ \text{ Ocorrências} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ Fiscalizações}}$ |
| Eficiência | Produtividade por Fiscal Federal Agropecuário (FFA) no trânsito internacional da área animal | IP Anim. | $\frac{\text{N}^\circ \text{ Fiscalizações}}{\text{N}^\circ \text{ FFAs}}$ |

Desempenho Operacional **Tabela 66**

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---------------|---------------|---------------|--------------------|--------------------|
| IC – N° Fiscalizações | 76.265 | 93.215 | 92.731 | 90.697 | 100.037 |
| Número total de Ocorrências | 5.484 | 8.367 | 7.242 | 5.061 | 3.843 |
| Número de Fiscalizações (importação) | 23.495 | 25.360 | 30.687 | 30.690 | 31.090 |
| Número de Fiscalizações (exportação) | 52.770 | 67.855 | 62.044 | 60.007 | 68.947 |
| Certificados Zoonosológicos | 5.352 | 4.184 | 5.653 | 5.273 | 5.490 |
| Certificados Sanitários | 6.727 | 4.256 | 4.640 | 353 ⁽¹⁾ | 508 ⁽¹⁾ |
| N° DE FFA (médicos veterinários) | 38 | 43 | 42 | 41 | 37,5 |
| IP – N° Fiscalizações/FFA | 2.007 | 2.168 | 2.208 | 2.212 | 2.667 |
| N° Certificados / FFA | 318 | 196 | 245 | ⁽¹⁾ | ⁽¹⁾ |
| IQ – Ocorrências / Fiscalizações | 7,0% | 9,0% | 7,8% | 5,6% | 3,8% |

⁽¹⁾ Não inclui dados do SVA – Santos, pois o Sistema informatizado SIGVIG, utilizado neste, não fornece essas informações.
Fonte: DDA/SP

Comparando-se o resultado das fiscalizações correspondente ao ano de 2012 com o desempenho operacional do ano anterior (2011), observa-se que há aumento do número de fiscalização desta Ação em 2012 e o Índice de Produtividade por FFA – Médico Veterinário, também é maior. Em relação ao previsto pelo POA 2012 atingiu-se 108,95% da meta prevista para o ano. Essa Ação opera por demanda, e está sujeita às oscilações do mercado internacional de produtos e insumos pecuários, influenciado, por taxas cambiais, fiscais e outras variáveis.

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades executoras localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UTRAS) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil, incluindo-se aí o atendimento aos Correios. Devido a dificuldades de emissão de relatórios pelo SVA-Santos no sistema SIGVIG, alguns dados referentes a esse SVA não estão sendo fornecidos, dificultando o abastecimento do SIPLAN.

| Desempenho Operacional por Unidade | | | | | Tabela 67 |
|---|----------------|---------------|---------------|--------------------|-----------------------------|
| | SNT | GRU | VCP | UTRAs | TOTAL |
| IC – N° Fiscalizações | 63.888 | 20.343 | 13.210 | 2.596 | 100.037 |
| N° Certificações | ⁽¹⁾ | 3.695 | 2.243 | 7 | 5.915 ⁽³⁾ |
| Ocorrências | 2.790 | 348 | 430 | 275 | 3.843 |
| Proibições | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Número de Fiscalizações (importação) | 8.759 | 15.786 | 3.998 | 2.547 | 31.090 |
| Ocorrências importação | 1.261 | 343 | 253 | 275 | 2.132 |
| Proibições Importação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Número de Fiscalizações (exportação) | 55.129 | 4.557 | 9.212 | 49 | 68.947 |
| Certificados Sanitários (CSI) | ⁽¹⁾ | 191 | 317 | 0 | 508 ⁽³⁾ |
| Certificados Zoossanitários (CZI) | 53 | 3.504 | 1.926 | 7 | 5.490 |
| Número total de Ocorrências | 1.529 | 45 | 177 | 275 | 2.026 |
| Proibições Exportação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| N° de FFA (médicos veterinários) | 12 | 16 | 8 | 1,5 ⁽²⁾ | 37,5 |
| IP – N° Fiscalizações/FFA | 5.324 | 1.271 | 1.651 | 1.730 | 2.667 |
| N° Certificados/FFA | ⁽¹⁾ | 230 | 280 | 4,6 | 232 ⁽³⁾ |
| IQ – Ocorrências / Fiscalizações | 4,3% | 1% | 3,2% | 10,59% | 3,38% |

⁽¹⁾ O Sistema informatizado SIGVIG, utilizado no SVA Santos, ainda não fornece essas informações.

⁽²⁾ FFA-MV com dedicação compartilhada com outras ações da SFA-SP.

⁽³⁾ Não inclui dados do SVA – Santos.

Fonte: DDA/SP

Em 2012, no SVA-Guarulhos foram emitidos 3.504 Certificados Zoossanitários que, na sua maioria, viabilizaram as viagens internacionais de animais de companhia (cães e gatos). Já no SVA-Viracopos os 1.926 Certificados Zoossanitários foram emitidos majoritariamente para outros animais (equínos, bovinos, suínos, etc.). No SVA-SNT predomina a Certificação Sanitária de produtos de origem animal não comestíveis.

Em novembro de 2012, a Coordenação Geral do VIGIAGRO, encaminhou à todas as Superintendências Federais de Agricultura, consulta interna sobre o projeto de Instrução Normativa que aprova o Passaporte para trânsito de cães e gatos. A implementação do passaporte para trânsito de cães e gatos amenizará os transtornos aos clientes dos vôos internacionais que viajam com seus cães e gatos de estimação, liberando os FFA's MV para outras atividades.

Uma das atribuições da Vigilância Agropecuária, comum aos planos internos FISCANIMAL2 e FISCPLANTA2, é fiscalizar as bagagens de passageiros oriundos de vôos internacionais que, não raramente, costumam trazer produtos de origem animal ou vegetal, que apresentam risco de veicularem pragas ou doenças. Nacionalmente, esta atuação é mais intensa no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, por onde em 2012 desembarcaram 11.404.699 de passageiros de vôos internacionais, o que representa 60,57% do total dos passageiros no Brasil.

Nos dois aeroportos internacionais, de Guarulhos e Viracopos, através dos escâneres de raio-x do Ministério da Agricultura e da Receita Federal do Brasil (RFB), o VIGIAGRO fiscalizou mais de 4,8 milhões de bagagens – equivalente a 42,65% do número de passageiros. Entende-se que este número ainda é insuficiente para garantir efetividade a esta ação, apesar da alta elevação em relação a 2011 quando foi da ordem de 13%. Isto porque, o fluxo de passageiros de vôos internacionais é superior a capacidade fiscalizatória em face dos recursos humanos disponíveis, há alta concentração de vôos em determinados horários e também a ampla área de abrangência a ser coberta pela equipe de FFA's (dois terminais de passageiros, terminais de carga de importação e de exportação, duty-free, bagagem desacompa-

nhada e empresas de remessas expressas - Courier). Dessa forma, a fiscalização tem sido intensificada em vôos considerados de maior risco sanitário.

Outro fator alarmante é a ausência de formas de punição dos infratores, que devido a esta ausência não se importam em trazer mercadorias de risco sanitário ao país, pois no máximo terão suas mercadorias apreendidas; visando minimizar esse risco o MAPA tem feito campanhas de esclarecimento com a distribuição de material informativo. É fundamental a criação de penalidades para estas infrações.

| Fiscalização de Passageiros no Aeroporto de Guarulhos | Tabela 68 |
|--|------------------|
| Nº Passageiros Internacionais | 11.404.699 |
| Nº Bagagens Escaneadas | 4.864.368 |
| Nº Termos de Fiscalização Bagagem | 15.147 |
| Nº Termos de Retenção | 3.718 |
| Nº Termos de Destruição | 949 |
| Apreensões (Kg) | 50.922,82 |

Fonte: DDA/SP

Treinamento

Na tabela abaixo, constam os cursos, treinamentos e similares realizados em 2012. Em 2012 foi realizado a II REVSP – II Reunião Estadual do VIGIAGRO em São Paulo, com o objetivo de elaborar e desenvolver propostas operacionais, em especial a harmonização de procedimentos, visando uma melhor eficiência e eficácia das atividades. O evento contou com o apoio e participação da Coordenação Geral do VIGIAGRO, da alta direção da SFA, da Coordenação Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares do órgão central, da AGU, do IBAMA, da Universidade Nacional de Brasília – UNB e, da ESALQ/USP.

A organização de cursos e treinamentos foi prejudicada pela necessidade de autorização prévia pela Secretaria Executiva, para eventos com mais de 10 participantes. Como se pode ver na tabela abaixo houve redução drástica no número de treinamentos, o que é extremamente temerário, pois é importante termos servidores bem treinados e atualizados para uma fiscalização efetiva e eficaz.

| Curso / Treinamento | Tabela 69 |
|---|----------------------|
| | Nº de Fiscais |
| II REVSP – II Reunião Estadual do VIGIAGRO em São Paulo | 86 |
| Curso de Direto Administrativo | 14 |
| Mestrado em Defesa Fitossanitária – Viçosa | 01 |

Fonte: DDA/SP

Análise Crítica da Gestão de Recursos Humanos

O Serviço de Vigilância Agropecuária no Porto de Santos está em nível crítico sobremaneira em função do aumento do número de terminais alfandegados que entrarão em funcionamento. Um novo terminal iniciou as operações em 2011 e já estão prontos dois novos super-terminais que irão dobrar a capacidade operacional de containeres no Porto. Estes terminais já realizaram consulta ao MAPA sobre o atendimento nessas unidades, sendo que a resposta dada foi negativa em função da ausência de recursos humanos disponíveis para atender mais este ponto de escala. Esta situação já foi documentada e encaminhada para instâncias superiores para obtermos informações de como proceder, uma vez que não há disponibilidade de recursos humanos nesta Superintendência. Para o SVA – Santos foi necessária a contratação de prestadores de serviço para cargos como o de recepcionistas.

Grande restrição é observada pelo déficit de Fiscais Federais Agropecuários servidores administrativos e técnicos de nível médio, nos SVA's . É preocupante o dado obtido através de levantamento realizado junto ao SGP/DAD/SFA-SP, que constatou que a maior

parte do Fiscais que atuam nessas unidades já tem tempo para se aposentar em condições de aposentadoria.

Está previsto no aeroporto de Guarulhos a construção de mais um terminal de passageiros internacional, o terminal 3, com capacidade para 12 milhões de passageiros. O fluxo atual no aeroporto de Guarulhos é de 32 milhões de passageiros, sendo 11,7 milhões em fluxo internacional.

A concessionária que ganhou o leilão para administrar o Aeroporto Internacional de Viracopos, apresentou o projeto de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos e anunciou a intenção de antecipar a construção da segunda pista de pouso, inicialmente prevista para 2018, quando o número de passageiros deve chegar a 22 milhões anualmente.

Uma observação importante é que mesmo havendo aumento da demanda em quantidade de mercadoria e de passageiros é também extremamente preocupante a expansão do Porto de Santos e dos Aeroportos de Guarulhos e Viracopos no sentido de criar “pontos de escala”.

O conceito de “ponto de escala” significa a existência de um local ou ponto onde a presença física do servidor é necessária, a partir de determinada demanda. Com a ausência do aumento de efetivo a ocupação do chamado “ponto de escala” criado não é possível.

A visão de que nossas unidades de VIGIAGRO em São Paulo sejam encaradas como unidades simples com um único local de trabalho é equivocada. A tabela abaixo mostra um pouco da dimensão destas unidades.

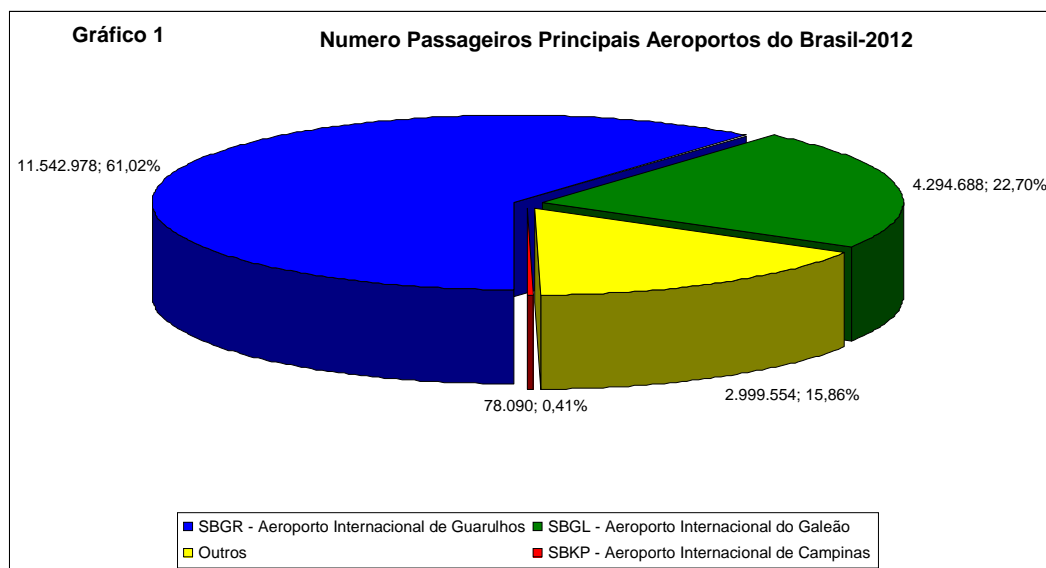
| Postos de Atendimento do VIGIAGRO | | | | | | | Tabela 70 |
|-----------------------------------|---------------------------------|---|-------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------|
| Unidade VIGIAGRO | Terminais alfandegados de Carga | Terminais de Passageiros Internacionais | Terminal de Animal vivo | REDEX (recinto especial de exp.) | Terminais Alfandegados de Granel | Remessa Expressa e Correios | Total |
| SVA/SNT | 14 | 1 | | 64 | 21 | | 100 |
| SVA/GRU | 4 | 2 | | | | | 6 |
| SVA/VCP | 2 | 1 | 1 | | | 2 | 6 |
| UTRA/MET | 11 | | | | | 1 | 12 |
| UTRA/IPA | 1 | | | | | | 1 |
| UTRA/CPS | 2 | | | | | | 2 |
| UTRA/SJP | 1 | | | | | | 1 |
| UTRA/BOT | 1 | | | | | | 1 |
| UTRA/RAO | 2 | | | | | | 2 |
| Porto São Sebastião | 1 | | 1 | | 1 | | 3 |
| Total Geral | | | | | | | 134 |

| Recursos Humanos Necessários | | | | | | Tabela 71 |
|---|-------------------------------------|---------|---------|---------|-----------|-----------|
| (sem a entrada em operação dos novos terminais) | | | | | | |
| UNIDADE | | SVA/SNT | SVA/GRU | SVA/VCP | UTRA's(*) | Total |
| FFA-EA | Ativo | 22 | 14 | 10 | 8,1 | 54,1 |
| | Em condição de aposentadoria | 6 | 10 | 9 | 5,9 | 30,9 |
| | Aposentadoria Compulsória em 5 anos | 0 | 10 | 3 | 2,6 | 15,6 |
| | Ideal | 40 | 25 | 16 | 10 | 91 |
| | Necessidade | 24 | 21 | 15 | 7,8 | 67,8 |
| AAA | Ativo | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | Em condição de aposentadoria | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | Aposentadoria Compulsória em 5 anos | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Ideal | 15 | 3 | 1 | 0 | 19 |

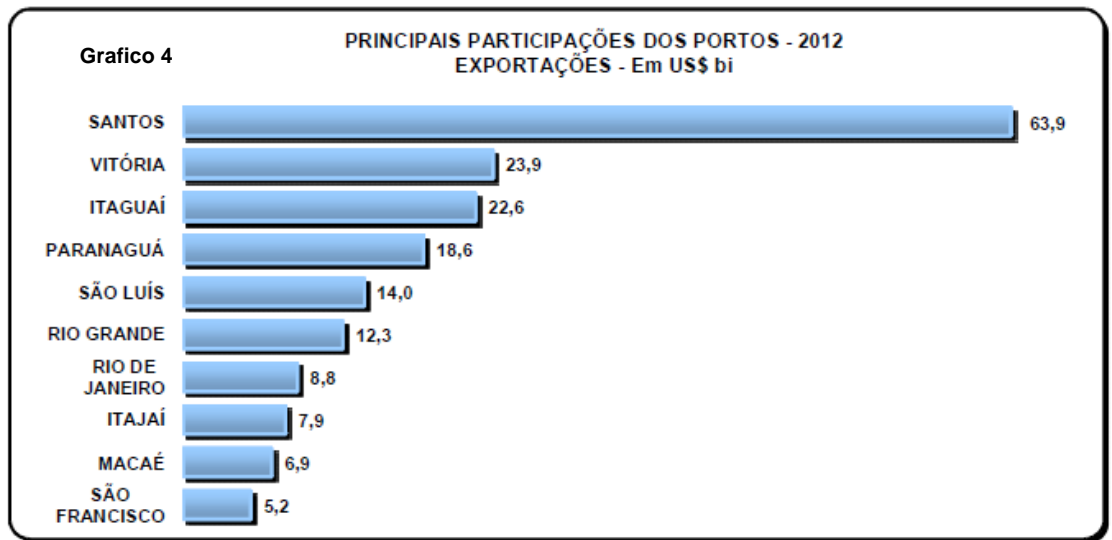
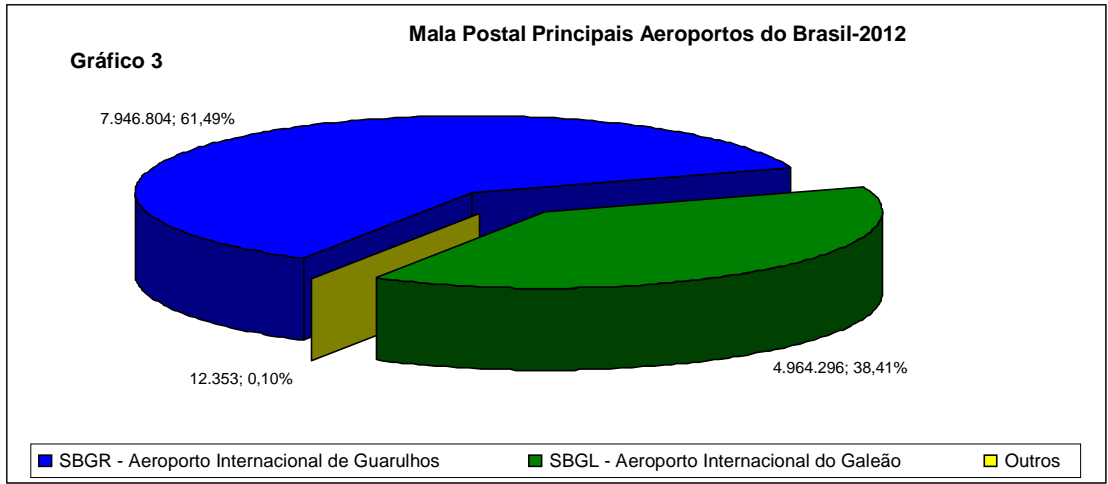
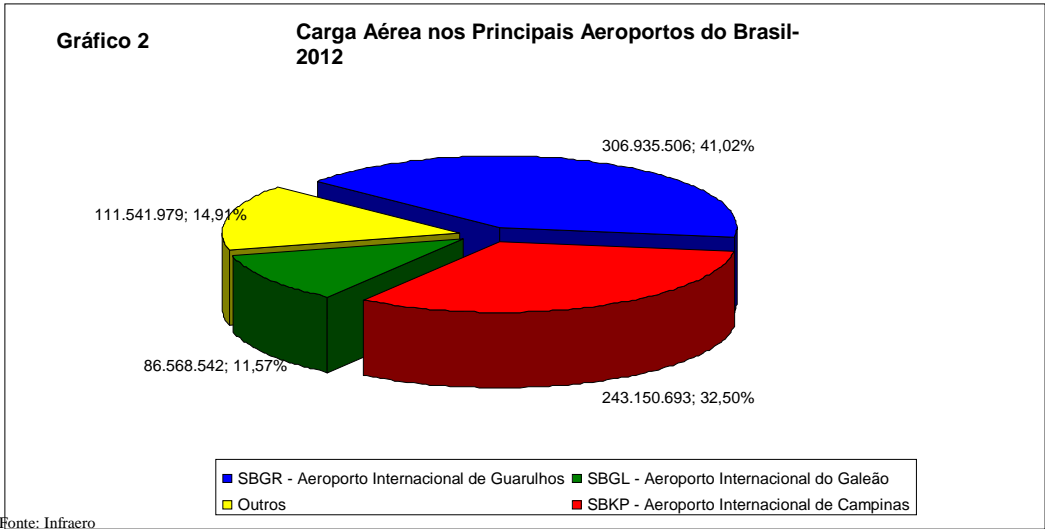
| | | | | | | |
|--|-------------------------------------|----|----|----|-----|--------------|
| | Necessidade | 15 | 3 | 1 | 3 | 22 |
| FFA-MV | Ativo | 12 | 16 | 8 | 1,5 | 37,5 |
| | Em condição de aposentadoria | 2 | 5 | 6 | 0,9 | 13,9 |
| | Aposentadoria Compulsória em 5 anos | 0 | 5 | 4 | 0,5 | 9,5 |
| | Ideal | 20 | 25 | 12 | 3,5 | 60,5 |
| | Necessidade | 10 | 13 | 10 | 2,9 | 35,9 |
| AISIPOA | Ativo | 4 | 1 | 0 | 0 | 5 |
| | Em condição de aposentadoria | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| | Aposentadoria Compulsória em 5 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Ideal | 10 | 2 | 1 | 0 | 13 |
| | Necessidade | 8 | 2 | 1 | 0 | 11 |
| ADM | Ativo | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| | Em condição de aposentadoria | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| | Aposentadoria Compulsória em 5 anos | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | Ideal | 16 | 5 | 4 | 1 | 26 |
| | Necessidade | 13 | 5 | 4 | 1 | 23 |
| Pontos de Escala | | 14 | 6 | 2 | 17 | 39 |
| TOTAL DE SERVIDORES NECESSÁRIOS | | | | | | 159,7 |

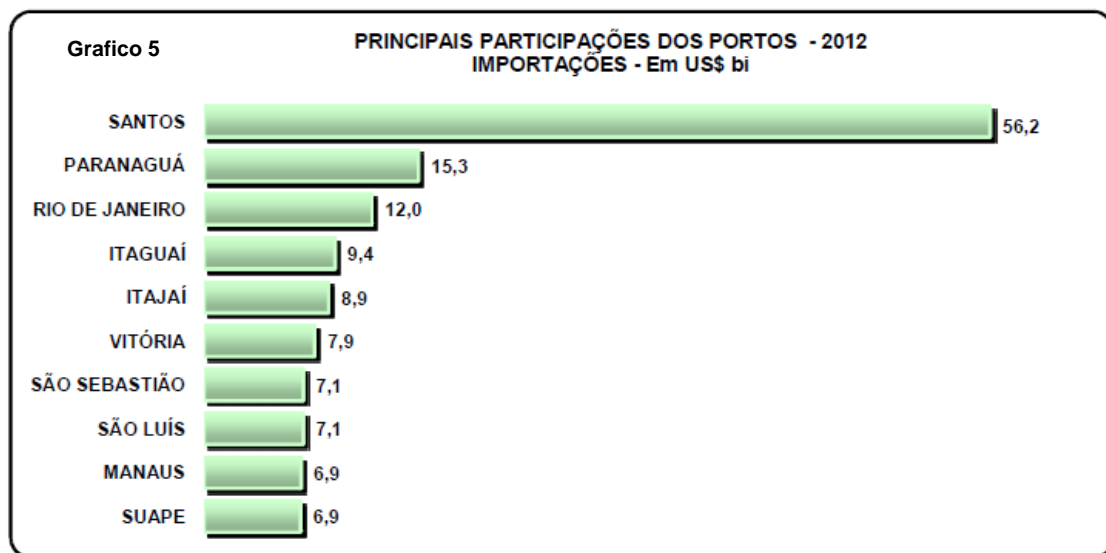
(*) os servidores das UTRAs atuam em várias ações, por isso o número não é absoluto
Fonte: DDA/SP

Reforçamos ainda que em São Paulo há concentração de cargas e de passageiros conforme os gráficos que apresentamos abaixo. Nosso estado representa 62% da movimentação de passageiros em trânsito internacional, 74% das cargas aeroportuárias e 62% de mala postal.



Fonte: Infraero





Fonte: CODESP

Porto de São Sebastião e Aeroporto de São José dos Campos

O Porto de São Sebastião é uma unidade alfandegada, que opera principalmente com material químico a granel, material siderúrgico e veículos automotores no cais público. De interesse do MAPA, durante o ano há, em média, 12 partidas de importação de cevada e malte cervejeiro e 02 de exportação de animais vivos. Em 2012 foram exportados, sob o acompanhamento de embarque e fiscalização do MAPA, 5155 bovinos/bubalinos e 190 equinos/muare, atendendo autorizações emitidas pela Secretaria de Defesa Agropecuária. A tendência desse porto é que ele passe a operar efetivamente com containeres, o que criaria a necessidade da presença de FFAs principalmente para a fiscalização de embalagens de madeira.

Já o Aeroporto de São José dos Campos, é um aeroporto que tende a crescer, considerando que o projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV) que liga São Paulo ao Rio de Janeiro tem uma estação prevista para o referido aeroporto. Já há uma solicitação por parte da Infraero para torná-lo em aeroporto internacional, inclusive com consulta demandada ao MAPA.

Para atendimento do Porto de São Sebastião e do Aeroporto de São José dos Campos, caso não seja criada nenhuma unidade do VIGIAGRO no local, as unidades do MAPA mais próximas seriam o SVA/Santos a 146 km do porto e 167 km do aeroporto, e a UTRA/Guaratinguetá a 85 km do aeroporto e 182 Km do porto. Em ambos os casos seria inviável o atendimento contínuo nesses pontos sem a criação de novas unidades e disponibilização de recursos humanos suficientes. A dificuldade para atender essas novas demandas é justificada devido às deficiências já comentadas no item anterior quanto à situação crítica atual de recursos disponíveis no SVA/Santos e que na UTRA/Guaratinguetá não há Engenheiros Agrônomos lotados e os Médicos Veterinários lotados já desempenham atividades em estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Federal.

Trânsito Internacional de Animais e Produtos de Origem Animal – SSA

O Serviço de Saúde Animal no Estado de São Paulo – SSA/SP atua segundo as competências estabelecidas na Portaria Nº. 428/2010. O controle do trânsito internacional é realizado através da fiscalização da importação e exportação de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genéticos animal em interface com o VIGIAGRO.

Para esta finalidade, são instruídos processos, emitidos pareceres e autorizados previamente o embarque, inclusive no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX,

dos pedidos de importação e exportação de animais vivos, seus materiais genéticos, e produtos derivados, conforme exigências de natureza sanitária, assegurando o cumprimento da legislação específica.

Para fins de exportação de animais de interesse zootécnico e material genético destinado a multiplicação animal, a emissão dos certificados zoossanitário internacional – CZI é realizada pelo VIGIAGRO, mediante parecer prévio do SSA, nos postos de egresso do país, uma vez que se faz necessária uma verificação “in loco” dos animais ou materiais que estão sendo exportados.

O SSA desempenha um papel importante nas ações de defesa sanitária animal, funciona como uma barreira primária para evitar a entrada de doenças exóticas ao rebanho brasileiro. Como pode ser observado na tabela abaixo, o estado de São Paulo devido às suas características, tem apresentado, ao longo dos anos, um grande volume de todos os procedimentos relacionados ao trânsito internacional de animais vivos e seus produtos.

| Controle do Trânsito Internacional de Animais e de Produtos de Origem Animal | | | | | | Tabela 72 |
|---|-----------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Atividade | Un | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Certificado Internacional de Pré-Exportação | Nº | * | 11 | 34 | 92 | 99 |
| Certificado Internacional - Sudão | Nº | * | * | * | * | 92 |
| Autorizações de exportação de animais vivos e materiais de multiplicação animal | Nº. | 1.600 | 1.591 | 1.941 | 2.251 | 1.944 |
| Autorização de importação de animais vivos, material de multiplicação e produtos de origem animal não comestíveis | Nº | 1392 | 1.061 | 1.208 | 1.331 | 1.368 |
| Anuências Prévias para Importação | Nº. | 13720 | 15.299 | 16.904 | 14.052 | 17.321 |

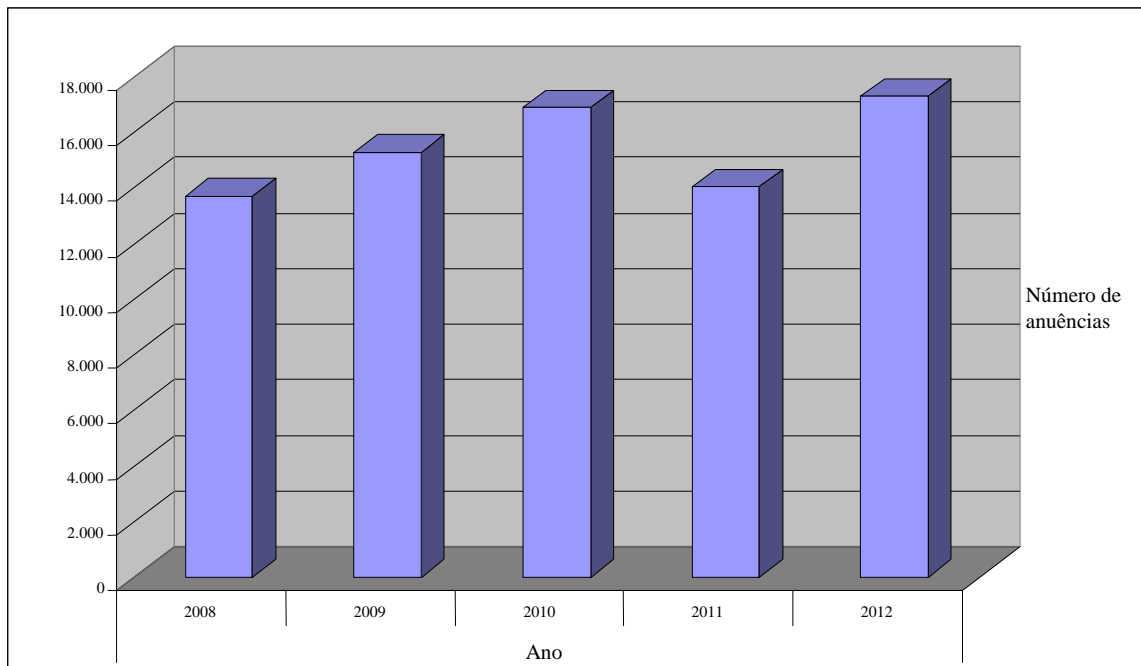
Fonte: SSA/SP

| Principais indicadores | | | | | | Tabela 73 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Mnemônico | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta |
| Capacidade - Indicador da capacidade anual de análise de solicitações de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação (<i>Iaia</i>) - N° de solicitações analisadas / Ano | | | | | | |
| Iaia | 1.392 | 1.061 | 1.208 | 1.331 | 1.368 | Demanda |
| Eficiência - Indicador da produtividade de emissão de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação efetuadas por técnico (<i>Ipai</i>) - N° de solicitações analisadas / N° de técnicos do serviço | | | | | | |
| Ipai | 348 | 265,25 | 241,6 | 221,8 | 154,8 | Demanda |
| Eficácia - Indicador de eficácia na análise de solicitações Anuências Prévias para Import. POA efetuadas em até 5 dias (<i>Ieapoa</i>) - N° de solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / N° de solicitações | | | | | | |
| Ieapoa | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | Demanda |

Fonte: SSA/SP

As demandas do SSA/SP, no que diz respeito ao trânsito internacional, são atendidas por apenas cinco Fiscais. Entende-se ser necessário que esse número seja aumentado, devido ao grande volume de atividades desenvolvidas no estado de São Paulo. Como pode ser observado no gráfico abaixo o número de anuências de importação de produtos de origem animal comestível vem aumentando a cada ano sendo que o estado de São Paulo é responsável pela análise de mais 50% das solicitações nacionais.

Gráfico 6 – Anuências de Importação para Produtos de Origem Animal



Quadro A.4.4.11 Identificação da Ação FEBREAFTOSA

| | | | |
|--|---|--------------|----------|
| Código | 4842- Erradicação da Febre Aftosa | | |
| Descrição | Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soro epidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica. | | |
| Iniciativa | 012I – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Saúde Animal - SSA | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação* (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Executado | Saldo |
| 1.568.825,90 | 1.628.509,30 | 1.627.077,50 | 1.431,67 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição (área livre em Km ²) | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| | 248.209 | 248.209 | |

* incluídas as despesas com a Estação Quarentenária de Cananéia – EQC

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

No Estado de São Paulo, as ações de campo relativas ao PNEFA, são executadas pelos médicos veterinários da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA-SP), através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA). As ações de fiscalização da vacinação, do controle do trânsito de animais suscetíveis à febre aftosa, do cadastramento de propriedades,

do inquérito sorológico e demais atividades relacionadas são executadas pela CDA, sob supervisão do SSA.

O controle do trânsito interestadual de animais biungulados susceptíveis à febre aftosa, regulamentado pela Instrução Normativa nº 44/07 é de competência do MAPA e executado no estado pelos FFAs do SSA. Para que animais de outros estados classificados como de médio risco para febre aftosa ingressem no Estado de São Paulo, é necessária uma autorização prévia pelo SSA emitida somente após a realização de quarentena de 30 dias e sorologia na origem. No local de destino, os animais deverão ser submetidos a uma quarentena de 15 dias, e somente após esses procedimentos são liberados para movimentação dentro do Estado. Do mesmo modo, o Estado de São Paulo cumpre os requisitos de quarentena pré-transito na origem, preconizados pela mesma IN, quando pretende transitar animais susceptíveis para Santa Catarina, zona livre sem vacinação, em função de este ser um status sanitário mais exigente.

Atividades Relacionadas ao Trânsito de Biungulados para Recria ou Engorda entre Areas de Diferentes Classificações de Risco **Tabela 74**

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|--|------|------|------|------|------|
| Número de fiscais envolvidos com as autorizações de ingresso | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Análise de requerimento ingresso/egresso SP | 25 | 40 | 124 | 40 | 83 |
| Vistorias em propriedades pedidos/resultados | 8 | 8 | 12 | 5 | 7 |
| Autorizações emitidas para ingresso em SP | 3 | 7 | 37 | 39 | 31 |
| Encaminhamento de autorizações de outras UFs | 12 | 19 | 27 | 18 | 16 |
| Acompanhamento de quarentena pré-transito | 11 | 19 | 25 | 21 | 16 |

Fonte: SSA/SP

As ações executadas pelo MAPA e pela CDA são complementares e tem contribuído para a manutenção da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação, alcançada pelo Estado de São Paulo, no ano 2.000, sendo que o último foco da doença no estado foi registrado em 1996.

No ano de 2010, o estado de São Paulo deu mais um importante passo para que no futuro seja reconhecido como zona livre de febre aftosa sem vacinação, considerado pela comunidade internacional com a melhor classificação quanto a essa enfermidade. O esquema de vacinação foi modificado, a fim de que na 1ª etapa de vacinação, que ocorre no mês de maio, sejam apenas vacinados os animais com até 24 meses de idade e, na 2ª etapa, em novembro, ocorra a vacinação de todo o rebanho.

Como pode ser observado na tabela abaixo, os índices vacinais no estado se mantiveram altos nos últimos anos, o que permitiu que a estratégia enunciada acima fosse adotada. No entanto, essas ações devem estar sempre acompanhadas do controle do trânsito de animais susceptíveis a febre aftosa, ações de vigilância e educação sanitária.

Vacinação em Propriedades **Tabela 75**

| Propriedades | Mai/07 | Nov/07 | Mai/08 | Nov/08 | Mai/09 | Nov/09 | Mai/10 | Nov/10 | Mai/11 | Nov/11 |
|------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| existentes | Mai/08 | Nov/08 | Mai/09 | Nov/09 | Mai/10 | Nov/10 | Mai/11 | Nov/11 | Mai/12 | Nov/12 |
| vacinaram | 151.442 | 147.814 | 153.300 | 150.905 | 129.367 | 148.199 | 126.823 | 146.186 | 125.726 | 142.761 |
| % | 146.055 | 139.939 | 127.916 | 141.679 | 122.409 | 140.453 | 120.577 | 139.767 | 121.560 | 133.235 |
| Bovinos (em 1.000 cab.) | Mai/07 | Nov/07 | Mai/08 | Nov/08 | Mai/09 | Nov/09 | Mai/10 | Nov/10 | Mai/11 | Nov/11 |
| existentes | 11.576 | 11.444 | 4.938 * | 11.549 | 4.784* | 11.346 | 4.613* | 11.280 | 4.549* | 10.660 |
| vacinaram | 11.478 | 11.215 | 4.737 | 11.301 | 4.653 | 11.165 | 4529 | 11.039 | 4.505 | 10.379 |
| % | 99,16 | 96,49 | 95,93 | 97,85 | 97,26 | 98,40 | 98,20 | 98,83 | 99,03 | 97,36 |

*Total de bovídeos com idade até 24 meses (etapa de maio/09)

Fonte: SSA-SP

A meta para 2012 foi de manter a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação, visando pleitear o reconhecimento como zona livre de febre aftosa sem vacinação em futuro próximo.

Principais Indicadores **Tabela 76**

| <i>Mnemônico</i> | <i>Unidade</i> | <i>2008</i> | <i>2009</i> | <i>2010</i> | <i>2011</i> | <i>2012</i> | <i>Meta</i> |
|--|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Capacidade - Indicador de capacidade de emissão de autorização de ingresso de animais em zona livre FA-ZLFA- (<i>IC alzl</i>) – nº autorizações emitidas/ano | | | | | | | |
| <i>(IC alzl)</i> | <i>Nº</i> | 3 | 7 | 37 | 39 | 31 | Demanda |
| Eficiência – Conformidade das autorizações de ingresso na ZLFA (<i>IQ alz</i>) – nº autorizações emitidas x 100 / nº autorizações solicitadas | | | | | | | |
| <i>IQ alz</i> | <i>%</i> | 12 | 78* | 29,84 | 97,5 | 37,3 | 100% |
| Eficiência – Indicador de produtividade na emissão de autorizações de ingresso de animais na ZLFA (<i>IP alz</i>) – nº de autorizações de ingresso/nº de fiscais envolvidos | | | | | | | |
| <i>(IP alz)</i> | <i>Nº</i> | 3 | 7 | 37 | 39 | 31 | Demanda |
| Efetividade - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (<i>IEe fa</i>)-Nº casos notificados x 100 / Ano | | | | | | | |
| <i>(IEe fa)</i> - | <i>Nº</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

*emissão de autorização de ingresso em conformidade

Fonte: SSA/SP

Principais recursos humanos envolvidos

O SSA conta com a colaboração de três FFAs nas ações relacionadas ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Um desses fiscais está envolvido nos controles do trânsito nacional de animais suscetíveis, normatizado pela IN nº. 44; os outros dois FFAs atuam na supervisão das ações executadas pelo órgão estadual de defesa sanitária animal e no acompanhamento de convênios. Consideramos serem insuficientes os recursos humanos disponíveis, uma vez que a pecuária paulista tem expressiva representatividade na balança comercial.

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 77**

| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização |
|-----------------------------|---------------|--|
| Fiscal Federal Agropecuário | 3 | 0.7 |
| Agente Administrativo | 1 | 0.5 |

Fonte: SSA/SP

Estação Quarentenária de Cananéia - EQC

Na estrutura regimental da SFA, a EQC, embora hierarquicamente subordinada à Divisão de Defesa Agropecuária – DDA, faz uso dos recursos financeiros das ações Pceanimal e Febreaftosa, considerando que suas atividades são de Defesa Sanitária Animal, mitigando, com as quarentenas, o risco de introdução de agentes exóticos de doenças animais, na economia brasileira.

Atualmente, as atividades de quarentena da EQC estão voltadas para fêmeas bovinas receptoras de embriões importados da República da Índia e de aves ornamentais. Afóra as quarentenas, a EQC está preparada e vem sendo amplamente utilizada para a realização de cursos de capacitação e treinamentos, em âmbito nacional e internacional.

Com a característica de ser o único quarentenário oficial do país, a EQC tem papel preponderante para a transparência das ações brasileiras de defesa sanitária animal, importante no apoio às negociações internacionais de animais e produtos de origem animal.

Em 2012, a Estação Quarentenária de Cananéia – EQC deu prosseguimento à sua rotina de atividades, com a quarentena de fêmeas bovinas receptoras de embriões importados

da República da Índia, quarentena de aves ornamentais de criatórios comerciais e cursos de capacitação e treinamentos.

No que diz respeito às quarentenas de fêmeas bovinas receptoras de embriões importados, três etapas foram cumpridas em 2012, cujos números estão mostrados no quadro a seguir.

| Fêmeas receptoras de embriões importados da República da Índia | | | | Tabela 78 |
|---|-----------|------------|-------------|------------------|
| ETAPA | VI | VII | VIII | |
| Nº de animais | 325 | 335 | 177 | |
| Sincronizados | 310 | 332 | 173 | |
| Receberam embriões | 263 | 290 | 150 | |
| Prenhes | 121 | 156 | 56 | |

Em dezembro de 2012, as 121 cabeças restantes da etapa VIII foram enviadas à Fazenda São Pedro, em Santo Antonio do Aracanguá/SP, para a sequência da quarentena, conforme o estabelecido. As quarentenas futuras de receptoras de embriões do Projeto Índia, até ulterior deliberação, não mais serão realizadas na Estação Quarentenária de Cananéia, passando a ser feitas na Fazenda Mata Velha, no município de Capitólio/MG e Fazenda São Pedro, no município de Santo Antonio do Aracanguá/SP.

No tocante às quarentenas de aves ornamentais de criatórios comerciais, a atividade tem sido intensa e a demanda tem sido cada vez maior, apesar do reduzido número de boxes disponíveis na EQC para o alojamento das aves.

| Quarentena de Aves | | | Tabela 79 |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------|
| Nº quarentenas | Nº aves alojadas | País de origem | |
| 16 | 259 | Alemanha | |
| 1 | 8 | Espanha | |
| 2 | 8 | Estados Unidos | |
| 4 | 37 | Holanda | |
| 1 | 36 | Itália | |
| 1 | 2 | Japão | |
| 3 | 54 | Países Baixos | |
| 8 | 127 | Portugal | |
| 36 | 531 | //////////////////// | |

Cursos e Outros Eventos **Tabela 80**

Curso em nível de pós-graduação, sobre "*Cultivo e Sanidade de moluscos bivalves*", de interesse do Instituto de Pesca, da APTA – Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

III Oficina do CTAP 05 Manguezais do Brasil/PNUD/ICMBIO/Ministério do Meio Ambiente e IV Reunião do Grupo Técnico do Mosaico Lagamar.

Reunião do Conselho Técnico do Plano Piloto do Projeto Manguezais do Brasil – ICMBIO/ Ministério do Meio Ambiente.

Reunião do CRMV-SP com os Médicos Veterinários da Região do Vale do Ribeira.

Reunião Extraordinária do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul – Mercosul, com a presença do Sr. Secretário Executivo do MAPA.

Visita dos estudantes da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Estadual Paulista – Campus de Araçatuba

Visita dos estudantes da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná – Campus de Palotina

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 81**

| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização |
|-----------------------------|---------------|--|
| Fiscal Federal Agropecuário | 3 | 3,0 |
| Agente Administrativo | 1 | 1,0 |

Quadro A.4.4.12 Identificação da Ação PCEANIMAL

| | | | |
|---|--|------------|-----------|
| Código | 8658- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais | | |
| Descrição | Garantir a saúde animal, visando assegurar a saúde do consumidor, o aumento da produtividade do rebanho nacional e qualidade dos alimentos gerados. Essa ação é dividida em vários macro processos, cujas finalidades estão listadas abaixo. Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional. Reduzir e controlar a ocorrência da raiva dos herbívoros, prevenir a entrada da doença da vaca louca no Brasil e prevenir, controlar e erradicar as demais encefalopatias espongiformes transmissíveis. Reduzir a incidência de doenças na equideocultura, na ovinocaprinocultura e na criação de pequenos e médios animais. Garantir a sanidade do plantel avícola. | | |
| Iniciativa | 012I – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Saúde Animal - SSA | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Liquidado | Saldo |
| 240.513,71 | 283.810,71 | 269.411,11 | 14.399,60 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Propriedade Atendida | 113.702 | 120.760 | |

Macroprocesso: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e insumos

| Ações Realizadas | | | Tabela 82 |
|---|---|--|---------------------|
| Atividade Tipo Ação | Ações | Produtos | |
| Fiscalização do trânsito nacional de animais e produtos | Habilitação de médicos veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal Orientação técnica Recebimento e análise de documentação. | Portarias de habilitação de médicos veterinários para emissão de GTA. | DIRETA/ INDIRETA |
| Liberação de produtos para exportação | Recebimento e análise de documentação. | Certificado zoosanitário de origem / Declarações | DIRETA |
| Vigilância epidemiológica | Recebimento de dados epidemiológicos, verificação e tabulação. | Ficha epidemiológica mensal Informes epidemiológicos mensais específicos (doenças aviárias, brucelose, tuberculose, raiva). | DIRETA/ INDIRETA |

Supervisão das Ações de Defesa Sanitária:

Durante o ano de 2.012, os recursos financeiros foram disponibilizados conforme solicitados, mas o maior obstáculo para a plena execução das ações continuou a ser a deficiência de recursos humanos. No que se refere às supervisões ao órgão estadual de defesa sanitária animal, o reduzido quadro de técnicos do SSA foi um entrave para o pleno desenvolvimento desta atividade. Essa atividade conta com a colaboração de 3 (três) FFAs para supervisionar 40 (quarenta) Escritórios de Defesa Agropecuária – unidades regionais do órgão executor, sendo que os mesmos ainda coordenam outras atividades e colaboram nos demais macro-processos do Serviço. Tal realidade não permitiu o cumprimento da meta estabelecida de 40% do total.

Neste ano foram realizadas auditorias conjuntas com o responsável técnico do Programa Nacional de Sanidade Avícola no Estado de São Paulo, num total de 08 auditorias envolvendo 33 estabelecimentos avícolas entre granjas bisavoseiras, granjas avoseiras, granjas matrizeiras, incubatórios bisavoseiros, incubatórios avoseiros, incubatórios matrizeiros e escritórios centrais de empresas genéticas avícolas.

Com relação ao trânsito interestadual de animais e produtos a demanda foi atendida tanto no que se refere à habilitação de Médicos Veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA, assim como ao credenciamento de Médicos Veterinários para emissão de Certificado de Inspeção Sanitária – Modelo E (CIS – E). Prosseguiu-se com os trabalhos de treinamento e publicação de novas Portarias de Habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTAs no Estado de São Paulo.

| Médicos Veterinários treinados e habilitados a emitir GTA e CIS-E | | Tabela 83 |
|--|--|------------------|
| ESPECIES | Médicos Veterinários Habilitados – dez-2012 | |
| Aves e Ovos Férteis | | 128 |
| Eqüídeos | | 108 |
| Animais Silvestres | | 4 |
| Animais Aquáticos | | 15 |
| Animais de Laboratório | | 5 |
| Suídeos | | 3 |
| Egresso de Eventos | | 176 |
| Total | | 439 |

Fonte: SSA/SP

O SSA mantém um estreito relacionamento com os Médicos Veterinários Habilitados para recebimento de relatórios mensais via e-mail o que confere maior agilidade na troca de informações e na divulgação de normas. Esses relatórios são de fundamental importância para o monitoramento de possíveis ocorrências epidemiológicas.

Visando atender o que preconiza o Programa do PPA, Defesa Agropecuária (promover a sanidade na agropecuária), este Serviço suspendeu e/ou cancelou a habilitação de médicos veterinários que não enviaram os relatórios mensais por mais de quatro meses, ou não participaram dos treinamentos de atualização realizados nos meses de abril e junho ou ainda que tiveram processos envolvendo irregularidades no trabalho junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Para o segmento exportador, neste ano de 2012, foram emitidas declarações sanitárias para produtos agrícolas, como sementes e grãos. A emissão atendeu a demanda no intuito de certificar segundo as exigências sanitárias dos países importadores, especialmente no que se refere ao status do Estado e do Brasil com relação à Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca) e Febre Aftosa.

| Atividades Desenvolvidas | | | | | | | Tabela 84 |
|---|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Vigilância Zoonosológica e Controle de Trânsito Interestadual 2008 a julho de 2012 | | | | | | | |
| ATIVIDADE | Un. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Declarações sanitárias para fins de exportações emitidas | Nº. | 334 | 198 | 85 | 115 | 23 | |
| Notificação de enfermidades a outros SSAs | Nº. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Informes epidemiológicos mensais elaborados | Nº. | 96 | 88 | 88 | 88 | 84 | |
| Méd. veterinários habilitados para emissão de GTA | Nº. | 64 | 360 | 360 | 440 | 439 | |
| Médicos veterinários desabilitados | Nº. | 63 | 49 | 70 | 31 | 44 | |

| | | | | | | |
|---|-----|-------|-------|------|------|-------------|
| Médicos veterinários habilitados orientados | Nº. | 300 | 239 | 335 | 340 | 439 |
| Relatórios recebidos e processados | Nº. | 9.964 | 2.394 | 3516 | 4080 | 4183 |

Fonte: SSA/SP

Em 2012 foram realizados nove treinamentos para habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTAs, totalizando entre as novas habilitações e cancelamentos, o número total de Médicos Veterinários Habilitados chegou a 493, mas com o cancelamento das habilitações no mês de dezembro de 2012 o número de habilitados é 439.

| Principais Indicadores | | | | | | | Tabela 85 |
|--|---------|------|-------|-------|------|-------|-----------|
| Mnemônico | Unidade | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta |
| Capacidade - Indicador de capacidade anual de habilitação de médico veterinário (ICcrf) – Nº de med.vet. habilitados/Ano | | | | | | | |
| ICcrf | Nº | 64 | 360 | 360 | 440 | 439 | Demanda |
| Eficácia – Indicador de conformidade de atuação de med. veterinário habilitado (IQcrf)= méd. vet habilitado total – méd vet desabilitado / méd vet total x 100 = (493-54)/493 x100 = 89,04% | | | | | | | |
| IQcrf | Nº | -65 | 78,93 | 88,02 | 100 | 87,77 | 89,04 |

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose

Neste macro processo, a função do SSA é a de atuar em nível estadual, no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT). Fazem parte da ação o acompanhamento e participação como instrutor dos Cursos sobre Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e Noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, a análise da documentação dos Médicos Veterinários que pretendem habilitar-se para atuar no Programa, a certificação das propriedades livres ou monitoradas e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo.

O Curso de Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis são ministrados visando à habilitação de médicos veterinários para atuar no Programa como colaboradores nas ações desenvolvidas pelo serviço oficial.

A procura, por parte dos médicos veterinários para habilitação, tem diminuído sensivelmente nos últimos anos, conforme tabela abaixo, embora o número de profissionais já habilitados seja expressivo se comparado ao plantel bovino existente no estado. O número de propriedades com interesse na certificação como propriedades livres ou monitoradas tem aumentado, mas ainda não é o desejável. Como o processo é moroso (10 meses em média) devido ao prazo a ser respeitado entre os exames e a possibilidade de, em qualquer momento dos exames, haver a reprovação da propriedade e os proprietários não terem um ganho efetivo e imediato, existe ainda certa resistência quanto à adesão à certificação de seu rebanho. Contudo, no ano de 2012 foram feitas 15 renovações de certificação de propriedades e atualmente 72 propriedades estão em processo de certificação.

Como meta para o ano de 2013, aponta-se o incremento na supervisão dos médicos veterinários e a certificação de propriedades.

Abaixo seguem elencados alguns pontos de estrangulamento que comprometeram até então o avanço do PNCEBT no estado de São Paulo:

- Dificuldade no processo de sacrifício dos animais reagentes, visto que os frigoríficos não querem receber estes animais;
- Falta de recursos para indenização dos animais reagentes, levando em muitos casos os proprietários esconderem os animais;
- Demora em desabilitar médicos veterinários que infringem a legislação, em função dos trâmites documentais;
- Restrita divulgação do programa em nível estadual e nacional;

- Restrita divulgação das vantagens oferecidas ao produtor para obter a certificação de propriedade livre ou monitorada;
- Restrita participação dos serviços de inspeção no cumprimento da IN 51/2002 sobre a exigência de certificação das propriedades para a produção de leite B.

| Cursos Ministrados | | Tabela 86 | | | | |
|--|-------|------------------|------|------|------|------|
| | Unid. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Cursos de Brucelose e Tuberculose com supervisão oficial | Nº. | 9 | 13 | 8 | 9 | 11 |
| Médicos Veterinários treinados para habilitação | Nº. | 167 | 192 | 173 | 185 | 220 |
| Médicos Veterinários habilitados | Nº. | 61 | 60 | 51 | 34 | 33 |
| Médicos Veterinários desabilitados | Nº. | 0 | 0 | 13 | 7 | 15 |
| Médicos Veterinários treinados do SVE | Nº. | 32 | 57 | 2 | 0 | 0 |
| Propriedades Certificadas Livre | Nº. | 1 | 6 | 14 | 5 | 14 |
| Propriedades Certificadas Monitoradas | Nº. | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |

Fonte: SSA/SP

| Principais Indicadores | | Tabela 87 | | | | |
|---|---------|------------------|------|------|------|------|
| Mnemônico | Unidade | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Eficiência - Indicador de produtividade na habilitação de médicos veterinários - (<i>IP hmv</i>) – nº med. veterinários habilitados/nº fiscais | | | | | | |
| <i>IP hmv</i> | nº | 61 | 60 | 51 | 34 | 33 |
| Capacidade – Capacidade de habilitação de med.veterinarios (<i>IQ hmv</i>) – Med. Veterinários habilitados / ano | | | | | | |
| <i>IQ hmv</i> | nº | 61 | 60 | 51 | 34 | 33 |
| Eficácia – Indicador de eficiência de cursos de habilitação de med. veterinários para atuar no PNECBT (<i>IE hmv</i>) – nº de cursos realizados/nº de cursos com participação de FFA | | | | | | |
| <i>IE hmv</i> | nº | 9 | 13 | 8 | 9 | 11 |

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca)

As ações de controle da raiva dos herbívoros em São Paulo são executadas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP) sob supervisão da SFA. Os resultados apresentados são referentes às análises de relatórios mensais encaminhados pela CDA/SAA-SP.

| Avaliação quanto às Atividades Profiláticas em Raiva | | | | | | | | Tabela 88 | |
|---|--|-------------------------|------|--------------------------|------|-----------|------|------------------|------|
| | | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 |
| | | Nº Municípios atingidos | | Propriedades monitoradas | | Nº Focos* | | Nº Casos** | |
| | | 28 | 35 | 4860 | 3624 | 46 | 129 | 63 | 191 |

* Foco de raiva: toda propriedade onde foi constatado pelo menos um caso positivo de raiva em herbívoros domésticos e a investigação epidemiológica confirmou que a infecção do animal ocorreu naquele local.

**casos com diagnóstico clínico e/ou laboratorial

Dados até agosto/2012

Fonte: SSA/SP

Pela análise da tabela acima, verifica-se que em 2012 ocorreu um aumento significativo do número de casos de raiva nos herbívoros. Os 129 focos ocorridos foram registrados em 35 municípios, sendo com maiores números de casos: Descalvado, Franca, Espírito Santo do Pinhal, Mococa, Patrocínio Paulista, Pirassununga, Santa Rita do Passa Quatro, Tambaú, Amparo, Cajuru e Santa Rosa do Viterbo.

Até agosto de 2012, foram trabalhados 1.397 refúgios de morcegos hematófagos, sendo capturados e tratados com pasta vampiricida 2.312 morcegos hematófagos em 293 capturas, sendo 21 morcegos hematófagos encaminhados para o diagnóstico laboratorial cujos resultados foram negativos para raiva. Quanto à vigilância da raiva em animais silves-

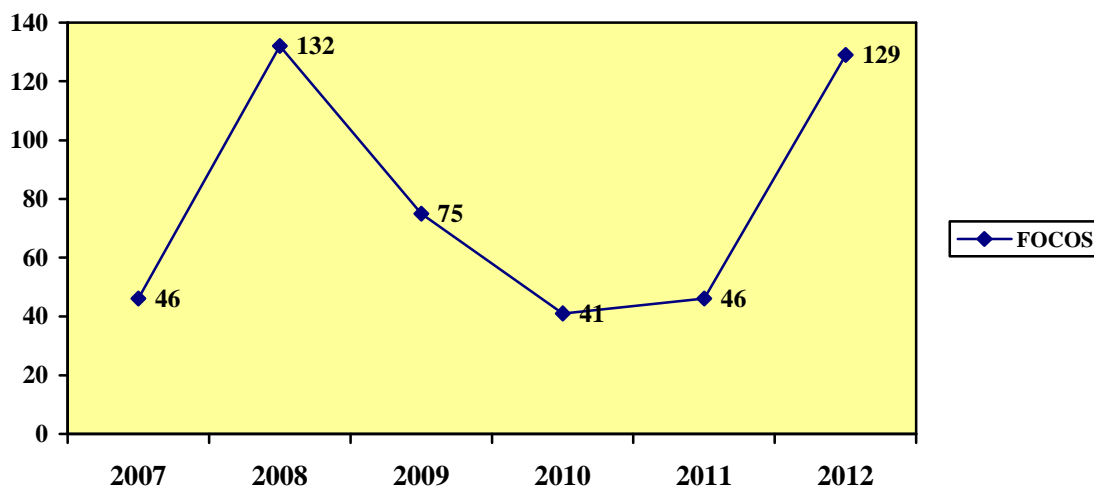
tres, foram diagnosticados 25 casos de raiva em morcegos não hematófagos, de um total de 1.369 amostrados.

Desde outubro de 2008 excluiu-se a obrigatoriedade de vacinação contra a raiva dos herbívoros, uma vez que as áreas de risco para a doença vinham diminuindo, em consequência da intensificação das medidas de controle, situação que vem se modificando no ano de 2012.

O Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH) no estado de São Paulo demonstra sua efetividade, levando-se em consideração que, no ano de 2008, apenas 0,05% das propriedades foram acometidas, atingindo um número muito pequeno de animais (0,0008%) e em 2009, reduziu-se para 0,0005% os animais acometidos. Tendência essa que se manteve em 2010 e 2011, como observado no gráfico abaixo. Entretanto, há necessidade de se rever algumas ações em vista da intensificação dos casos ocorridos em 2012. Propõe-se ação conjunta com o Estado de Minas Gerais, visto que as grandes maiorias dos casos de raiva têm ocorrido nos municípios que fazem divisa com este Estado, além de outras medidas como a implantação de ações de educação sanitária nos municípios com maiores números de casos.

O gráfico abaixo demonstra o número de focos ocorridos no Estado de São Paulo, de 2007 a agosto de 2012.

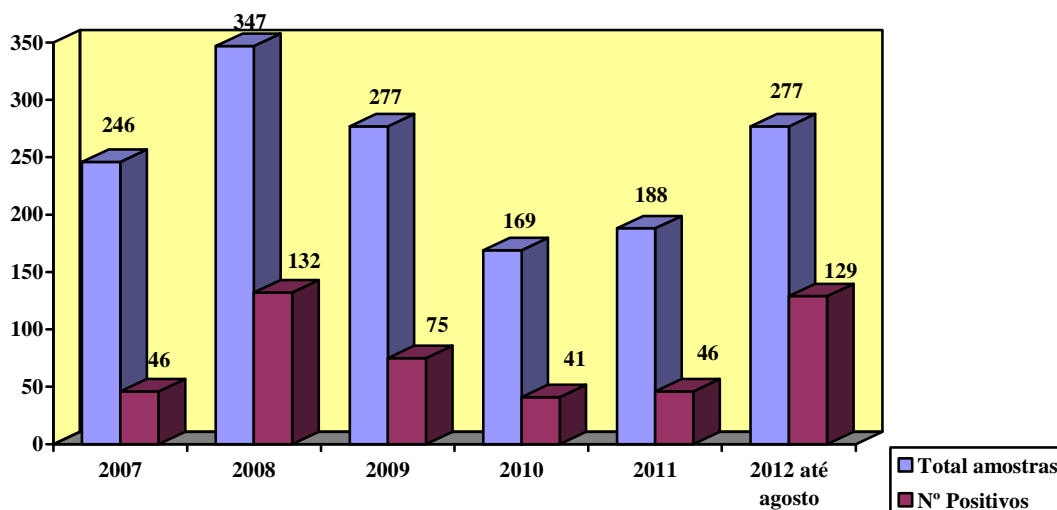
GRAFICO 7 N° de focos de raiva nos herbívoros ocorridos no Estado de São Paulo, 2007-2012 (agosto-12)



Quanto à vigilância da raiva dos herbívoros, o gráfico abaixo demonstra o número de amostras coletadas de animais com sintomas neurológicos e o número de animais positivos para a raiva.

Total de amostras coletadas de herbívoros com sintomas neurológicos e nº de diagnósticos positivos para a Raiva - até agosto de 2012

GRÁFICO 8



Em maio de 2012, o Brasil foi reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal como de risco insignificante para esta doença, certificando a qualidade das ações que vêm sendo desenvolvidas no País. Em 07.12.2012, foi reportado à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) um diagnóstico positivo de EEB, detectado através da técnica de imuno-histoquímica. Trata-se de um caso ocorrido no município de Sertãoópolis, no Estado do Paraná, sendo que o animal diagnosticado foi enterrado na propriedade, não entrando na cadeia alimentar e, portanto, não oferecendo risco à saúde humana. De acordo com as investigações epidemiológicas e testes diagnósticos foi determinado tratar-se de caso atípico de EEB. O Comitê Científico da OIE, após rígida avaliação, manteve o status do Brasil como de risco insignificante para a EEB.

Visando realizar a vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina em populações de maior risco, o SSA-SP supervisiona a colheita de amostras em matadouros, nos animais submetidos ao abate de emergência e/ou naqueles que chegam mortos, sendo que nesses casos as amostras (tronco encefálico) são coletadas por Fiscais Federais Agropecuários (FFAs) do Serviço de Inspeção Federal.

Em 2012, foram coletadas 532 amostras de tronco encefálico, sendo 530 oriundas dos abates de emergência ocorridos em estabelecimentos sob inspeção federal e 02 oriundas do abate de emergência ocorrido em estabelecimento sob inspeção estadual; das amostras coletadas, 528 foram encaminhadas ao LANAGRO/PE para análise pela técnica de imuno-histoquímica.

Adicionalmente, foram coletadas e analisadas, até novembro de 2012, 19 amostras de bovinos importados de países considerados de risco para a EEB e 83 amostras de animais nascidos no Brasil e que apresentavam sintomatologia nervosa, sendo todos os resultados histopatológicos analisados pelo Instituto Biológico de São Paulo, sem alterações histológicas sugestivas de encefalopatia espongiforme. Estas amostras também foram encaminhadas ao LANAGRO-PE, para pesquisa do príon pela técnica de imuno-histoquímica.

Quanto às atividades de mitigação de risco da EEB em estabelecimentos rurais, essas foram desenvolvidas diretamente pela SFA através da ação de fiscalização de propriedades rurais, com o objetivo de coibir o uso de subprodutos de origem animal na alimentação de ruminantes, cumprindo o que determina a IN 08/2004 e de acordo com os procedimentos determinados pela IN 41/2009.

A tabela abaixo demonstra o número de fiscalizações e amostragens realizadas de 2006 até dezembro de 2012, observando-se que houve um incremento nas fiscalizações em 2008 e 2009, tendo em vista a identificação em 2007 de regiões críticas (de risco) quanto à utilização de subproduto de origem animal na alimentação dos ruminantes.

Em 2012, foram fiscalizadas 54 propriedades e coletadas 18 amostras para a microscopia. A diminuição do número de propriedades fiscalizadas em 2011 e 2012, em relação aos anos anteriores, se justifica pela falta de recursos humanos. Não foi possível realizar mutirões de fiscalização e nem mesmo fiscalizar todas as regiões de risco para utilização de subprodutos de origem animal na alimentação dos ruminantes. Foram identificadas, em 2012, 16 propriedades onde se constatou consumo de subprodutos de origem animal proibidos pela Instrução Normativa nº 08/2004.

O decréscimo acentuado do número de amostras coletadas para análise pela técnica de microscopia nos anos de 2010, 2011 e 2012 se justifica pela alteração da metodologia de fiscalização, sendo toda a propriedade investigada, coletando apenas as amostras suspeitas e/ou positivas ao teste rápido ou aquelas com conteúdo proibido pela IN 08/2004, como por exemplo, amostras constituídas por cama de aviário, aliado à redução dos recursos humanos nesta ação. O decréscimo acentuado de fiscalizações em 2011 e 2012 se justifica pela redução de recursos humanos nesta ação, sendo executada quase que exclusivamente por 01 FFA, como pode ser demonstrado na tabela abaixo.

| Fiscalizações e amostragens realizadas | | | | Tabela 89 |
|---|-------------------------------------|------------------------------|---------------------------------|------------------|
| ANO | Nº Propriedades Fiscalizadas | Nº amostras coletadas | Nº de Fiscais envolvidos | |
| 2008 | 236 | 198 | 10 | |
| 2009 | 201 | 113 | 8 | |
| 2010 | 110 | 23 | 01* | |
| 2011 | 53 | 27 | 01* | |
| 2012 | 54 | 18 | 01* | |

*A maioria das ações foi realizada por um só fiscal, com a colaboração eventual de mais um.

Fonte: SSA/SP

Em 2012, as fiscalizações foram realizadas nas regiões abrangidas pelas UTRAs de Araçatuba, Botucatu, Campinas, Sorocaba e São José do Rio Preto, sendo fiscalizados 20 municípios.

| Principais Indicadores | | | | | | | Tabela 90 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Mnemônico | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta | |
| Eficiência - Produtividade na fiscalização de propriedades rurais (<i>IP pfp</i>) - nº de propriedades fiscalizadas / nº Fiscais envolvidos | | | | | | | |
| <i>IP pfp</i> | 23,6 | 25,12 | 110 | 26,5 | 27 | | |
| Eficiência - Produtividade na coleta de amostras de alimentos para bovinos (<i>IP pca</i>) - nº de amostras coletadas/ nº Fiscais envolvidos | | | | | | | |
| <i>IP pca</i> | 19,8 | 14,1 | 23 | 13,5 | 9,0 | | |
| Eficácia - Conformidade de amostras enviadas ao laboratório (<i>IQ Cal</i>) - nº amostras conformes enviadas ao lab x 100 / nº total amostras colhidas | | | | | | | |
| <i>IQ Cal</i> | 91,7 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | |
| Eficácia - Conformidade de amostras para pesquisa de subprodutos de origem animal na alimentação de bovinos (<i>IQ can</i>) - nº de amostras negativas x 100/nº total amostras analisadas | | | | | | | |
| <i>IQ can</i> | 31,9 | 59,3 | 86,95 | 69,8 | 70,37 | 100 | |
| Capacidade - Capacidade de coleta de amostras (<i>IC vl</i>) nº amostras coletadas/ano | | | | | | | |
| <i>IC vl</i> | 198 | 113 | 23 | 27 | 18 | 35 | |
| Capacidade - Capacidade de propriedades fiscalizadas (<i>IC</i>) - nº de propriedades fiscalizadas/ano | | | | | | | |
| <i>IC</i> | -- | -- | 110 | 53 | 54 | 35 | |

Fonte: SSA/SP

Em 2012, foram identificados 662 ruminantes expostos a subprodutos de origem animal proibidos em 16 propriedades, os quais estão sendo submetidos aos procedimentos estabelecidos na IN 41/2009, Anexo II, Art. 5º.

Observa-se que a ação gerencial do SSA junto às UTRAS possibilitou a realização de uma atividade que até o ano de 2005 era feita esporadicamente. A partir de 2006 até 2012, o resultado do monitoramento proporcionou indicadores que estão dando subsídios para estabelecer estratégias buscando a efetividade da ação. Os resultados de 2011 e 2012 alertam para a importância da manutenção das fiscalizações, ressaltando-se que para um aprimoramento dos resultados, faz-se necessária a formação de equipes comprometidas que possam participar efetivamente desta ação, trabalhando conjunta e simultaneamente nas várias regiões do Estado.

SCRAPIE:

A *Scrapie* ou Paraplexia Enzoótica dos Ovinos é considerada uma enfermidade neurodegenerativa, transmissível e fatal que acomete ovinos e caprinos. É pertencente ao grupo das encefalopatias espongiformes transmissíveis EET, mesmo grupo a qual pertence a doença da vaca louca. Desde 2010 não são registrados casos de *Scrapie* no Estado de São Paulo.

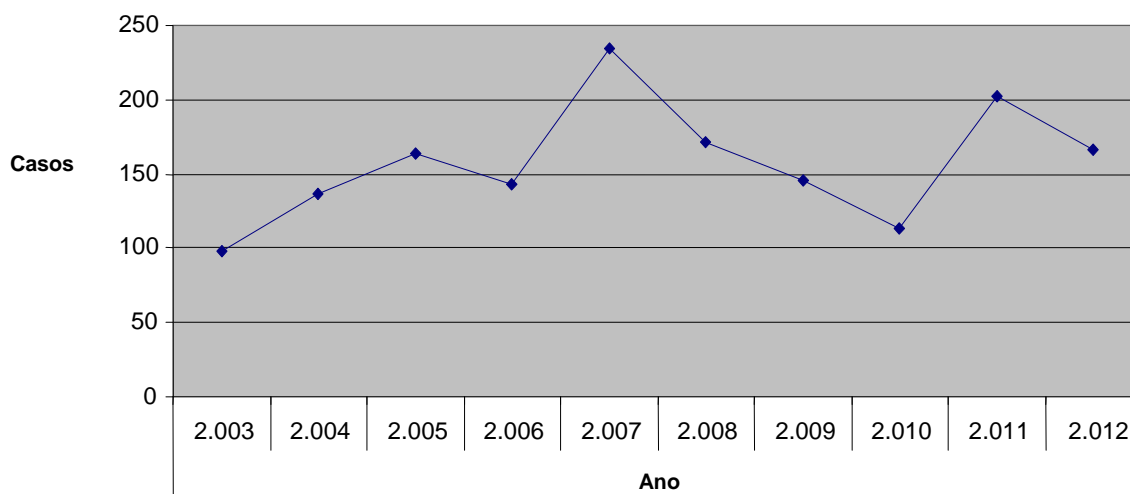
Macro processo: Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equideocultura, da Ovinocaprinocultura e da Criação de Pequenos e Médios Animais

Atuando segundo as diretrizes do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, o SSA recebe e analisa os relatórios mensais de atividades de todos os laboratórios credenciados para realizar os exames de Anemia Infecciosa Equina - AIE no Estado de São Paulo.

Além desse controle, que permite monitorar os resultados dos exames realizados nesta UF, a aquisição dos antígenos utilizados para este fim também é rastreada, através dos mapas de comercialização enviados pelos estabelecimentos que vendem os “kits” para diagnóstico de AIE, o que nos possibilita detectar se determinado laboratório está ativo ou não.

Todo esse esforço é realizado em função de ser a AIE uma doença endêmica em eqüinos de difícil erradicação como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 9 - Número de Casos de Anemia Infecciosa Equina



Os animais que apresentam exame positivo para AIE são rastreados por este Serviço desde a notificação efetuada pelo laboratório credenciado que realizou o exame, até o sacrifício e desinterdição da propriedade, realizados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Temos nos empenhado cada vez mais no controle da rede de laboratórios credenciados através da análise detalhada dos relatórios que cada laboratório envia mensalmente a este Serviço.

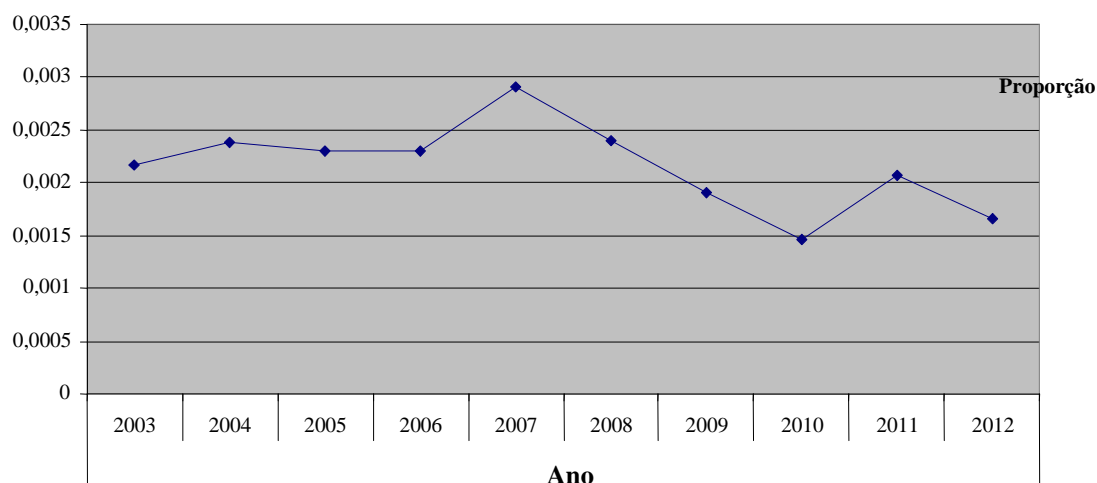
Esta importante ferramenta nos permite monitorar suas atividades, identificar problemas e solucioná-los imediatamente, orientando os responsáveis técnicos e corrigindo os procedimentos, com o propósito permanente de zelar pela qualidade dos processos.

São Paulo é o Estado com maior número de laboratórios credenciados para realizar exames de AIE no país, sendo que o monitoramento das atividades deste universo representa numa importante ferramenta para a obtenção de informações epidemiológicas confiáveis com presteza e precisão, o que tem sido nosso desafio constante.

A análise dos dados referentes ao número total de exames realizados e ao número de exames positivos nos permite constatar a situação da AIE nos últimos anos nesta UF como estabelecida em níveis de incidência relativamente baixos, como pode ser observado no gráfico abaixo, atestando a efetividade da ação de sanidade agropecuária no combate à Anemia Infecciosa Equina.

Podemos observar que a proporção de positivos tem apresentado tendência decrescente nos últimos anos.

Gráfico 10 - Proporção de resultados positivos para Anemia Infecciosa Equina



Controle de Laboratórios de Diagnóstico de AIE **Tabela 91**

| | Unid. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|--------------------------|-------|------|------|------|------|------|
| Universo de laboratórios | Nº | 95 | 89 | 67 | 70 | 73 |

Exames Sorológicos **Tabela 92**

| | Unid. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|--------------------------|-------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Exames sorológicos total | Nº | 125.223 | 128.449 | 139.403 | 156.977 | 157.969 |
| Exames positivos | Nº | 301 | 244 | 205 | 325 | 261 |
| Exames negativos | Nº | 124.922 | 128.205 | 139.198 | 156.652 | 157.708 |
| Índice Exames Negativos | % | 99,76 | 99,81 | 99,85 | 99,79 | 99,83 |
| Exames sorológicos mormo | Nº | 28.449 | 10.430 | 1.286 | 1598 | 9.277 |

Situação da Anemia Infecciosa Equina no Estado de São Paulo **Tabela 93**

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|-----------------|------|------|------|------|------|
| Número de Focos | 57 | 71 | 72 | 99 | 100 |

| | | | | | |
|----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|
| Número de Casos | 172 | 146 | 113 | 202 | 166 |
| Animais sacrificados | 145 | 125 | 95 | 181 | 60 |

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Prevenção, controle e erradicação de doença das aves

O Programa Nacional de Sanidade Avícola tem como principal objetivo reduzir a incidência e a prevalência de doenças na avicultura. Suas ações estão concentradas nas doenças de notificação de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), ou seja, controle da doença de Newcastle, Salmonelas e Micoplasmas e vigilância da Influenza Aviária que é considerada exótica no Brasil.

Em São Paulo, a implantação do programa tem sido de fundamental importância considerando-se que o Estado além de possuir um grande plantel de aves comerciais (corte e postura), detém também um importante banco de genética avícola, responsável pelo abastecimento de material genético para os outros estados da federação e países do continente sul americano.

De acordo com dados da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo nesta UF estão instaladas 45 empresas que trabalham com reprodução avícola, com 316 estabelecimentos, dos quais 3 são granjas de bisavós, 12 granjas de avós, 237 granjas de matrizes com capacidade de alojamento de 15.740.032 aves de reprodução e 59 incubatórios. No segmento de frango de corte, o Estado conta com 38 empresas integradoras com 3.206 integrados que possuem uma capacidade de alojamento de 120.724.598 aves. O estado conta ainda com 111 produtores independentes com uma capacidade de alojamento de 2.633.511 aves. Os dois segmentos juntos totalizam uma capacidade de alojamento de 122.358.109 aves de corte. Na área de postura de ovos para consumo, o Estado possui 560 produtores com 53.886.672 de aves, sendo o maior produtor de ovos comerciais do país, tendo sido o responsável por aproximadamente 36% de produção nacional segundo a Associação Paulista de Avicultura. A soma de todos os estabelecimentos avícolas de frango de corte, postura comercial e reprodutores no Estado de São Paulo totalizam 4.252 estabelecimentos com capacidade de alojamento de 191,9 milhões de aves.

A fiscalização e monitoramento contínuo dos estabelecimentos de reprodução no estado, trabalho realizado em parceria com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, tem possibilitado a certificação sanitária desses estabelecimentos como livres ou controlados para as Salmoneloses e Micoplasmoses aviárias propiciando produtos com menor risco sanitário para o mercado interno e externo.

Este controle e fiscalização permitiram a certificação sanitária dos estabelecimentos de reprodução avícola e tem sido resultado da parceria com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, responsável pela execução das ações de sanidade animal no estado de São Paulo.

A tabela abaixo demonstra as certificações de estabelecimentos livres ou controlados para as salmoneloses e micoplasmoses aviárias controladas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, no período de 2008 a 2012.

| Certificações em Estabelecimentos | | | | | | Tabela 94 |
|-----------------------------------|--|------|------|------|------|-----------|
| Categoria do Estabelecimento | Estabelecimentos Avícolas Certificados para as Salmoneloses e Micoplasmoses Aviárias | | | | | |
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Criatório de Ratitas | 8 | 4 | 3 | 1 | 0 | |
| Granja Bisavoseira | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | |
| Granja Avoseira | 13 | 10 | 12 | 16 | 5 | |
| Granja Matriseira | 48 | 64 | 76 | 113 | 75 | |
| Outras | 0 | 0 | 6 | 7 | 4 | |

| TOTAL | 72 | 81 | 100 | 140 | 86 |
|---|------|------|------|------|------|
| Núcleos de Criação Certificados para as Salmoneloses e Micoplasmoses Aviárias | | | | | |
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Criatório de Ratitas | 8 | 4 | 3 | 1 | 0 |
| Granja Bisavoseira | 10 | 12 | 12 | 12 | 6 |
| Granja Avoseira | 49 | 61 | 59 | 67 | 28 |
| Granja Matriseira | 103 | 174 | 223 | 249 | 171 |
| Outras | 1 | 0 | 17 | 20 | 6 |
| TOTAL | 171 | 251 | 314 | 349 | 211 |

Fonte: SSA/SP

Quarentena de material genético avícola importado.

A tabela abaixo demonstra o número de autorizações emitidas para importação de ovos férteis e pintos de 1 dia e o número de quarentenas acompanhadas pelo Serviço de Saúde Animal a partir de 2009.

| Autorização de Importação | | | Tabela 95 |
|---------------------------|-------------------------------------|--|--------------------------|
| Ano | Autorizações de Importação emitidas | Termos de Liberação de Quarentena (TLQ) Emitidos | Quarentenas acompanhadas |
| 2009 | 47 | 31 | 47 |
| 2010 | 38 | 41 | 57 |
| 2011 | 51 | 48 | 62 |
| 2012 | 35 | 27 | 50 |

Fonte: SSA/SP

Fiscalização do cumprimento dos requisitos e exigências sanitárias para exportação:

Os estabelecimentos avícolas de controles permanentes que procedem à exportação de aves e de ovos férteis são monitorados segundo as portarias de controle e certificação sanitária para Micoplasmoses e Salmoneloses aviárias da Secretaria de Defesa Agropecuária e demais determinações técnicas específicas do DSA, além de procederem à vigilância epidemiológica da doença de Newcastle e da influenza aviária.

O trabalho de monitoramento e fiscalização executado pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA no estado de São Paulo propiciou, de janeiro a julho de 2012, a certificação sanitária de 862 processos de exportação, sendo 616 autorizações de exportação de ovos férteis e 246 de pintos de 1 dia, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

| Autorizações para emissão de CZI emitidas | | Tabela 96 | | |
|---|-------|-----------|-------|------|
| Tipo de material genético | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Ovos férteis | 757 | 1041 | 734 | 616 |
| Pintos de um dia | 269 | 352 | 292 | 246 |
| Total | 1.026 | 1.393 | 1.026 | 862 |

Principais Indicadores

| Mnemônico | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|-------|--------|-------|------|
| Eficiência – Produtividade na emissão de autorização de importação de material genético avícola (IP aimga) - N° de Autorizações de Importação Emitidas / n° de fiscais envolvidos | | | | |
| IP aimga | 15,7 | 12,7 | 17,0 | 17,5 |
| Eficácia - Conformidade do Material Genético Avícola Importado (IC mgai) - /n° liberação de quarentenas emitidas x 100/ n° de autorizações de importação de MGA emitidas. | | | | |
| IC mgai | 65,9% | 107,8% | 94,1 | 77,1 |
| Capacidade - Capacidade de emissão de autorização para emissão de CZI (IC - czi) - n° de autorizações para emissão de CZI / ano | | | | |
| IC czi | 1.026 | 1.393 | 1.026 | 862 |

| | | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|
| Eficiência – Produtividade na emissão de autorização para emissão de CZI (IP eczi) – nº de CZIs emitidos/nº de fiscais envolvidos | | | | |
| <i>IP eczi</i> | 256,5 | 348,2 | 256,5 | 287,3 |
| Eficiência – Produtividade na fiscalização de estabelecimento avícola de reprodução (IE fera) – nº de fiscalizações/nº de fiscais envolvidos | | | | |
| <i>IP feraga</i> | 8,7 | 8,2 | 10,25 | 12 |
| Capacidade - Capacidade de fiscalização de Estabelecimentos de MGA (IC femga) - nº de fiscalizações em estabelecimentos MGA / ano | | | | |
| <i>IC femga</i> | 35 | 41 | 41 | 24 |

Fonte: SSA-SP

Macroprocesso: Desenvolvimento da Suídeocultura - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura

No quadro seguinte estão os principais processos, ações desenvolvidas e produtos finalísticos produzidos no SSA – para garantir a saúde do rebanho, redução da incidência de doenças e melhoria na qualidade dos produtos visando atender aos consumidores.

| Atividades Desenvolvidas | | | Tabela 98 |
|--|---|-------------------|---------------------|
| PROCESSO | AÇÃO | PRODUTO | EXECUÇÃO |
| Registro de granjas de reprodutores suínos | Vistoria Inicial | | |
| | Análise da biossegurança da granja | Termo de visita | DIRETA/ INDIRETA |
| | Supervisão da colheita de sangue e tuberculização | Termo de colheita | |
| | Análise dos resultados sorológicos | Certificado GRSC | |
| Recebimento de documentação | | | |

As tabelas a seguir apresentam os principais resultados das atividades do Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS desenvolvidas pelo SSA/SP junto com o Órgão Executor na certificação de granjas e na prevenção das enfermidades dos suídeos.

Em 2012, foi realizado o Monitoramento para a Peste Suína Clássica (PSC) através da colheita de 1737 amostras procedentes dos Criatórios de Suínos no Estado de São Paulo. Desse total de amostras, 3 foram reagentes a prova da Vírus Neutralização e o Criatório foi interditado para a realização de provas complementares. Ainda com o objetivo de Monitoramento da PSC foram colhidas 298 amostras de suínos reprodutores descartados em Frigorífico com SIF resultando em 100% negativas para PSC.

As Granjas GRSCs Santa Cândida II e Maiale localizadas nos municípios de Guariba/SP e Limeira/SP respectivamente mudaram seu perfil para granjas comerciais a partir do segundo semestre.

Em 2012, foi habilitada em São Paulo, uma granja, para exportação de suínos reprodutores para a Bolívia.

| Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Matrizes | | | | | | | Tabela 99 |
|---|-------|------|------|------|------|---------|------------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Rebanho | Nível de Biossegurança |
| Granja Semesa | 625 | 638 | 600 | 600 | 600 | 11752 | A |
| Granja Big Boar | 1.885 | 1982 | 2600 | --- | 560 | 998 | -- |
| Granja Progresso | 1.080 | 1150 | 1200 | 1200 | 1142 | 13000 | B |
| Granja Suinolândia 1 | 500 | 500 | 500 | 500 | 700 | 6162 | A |
| Granja Sta. Cândida II (*) | 191 | 215 | 215 | 215 | 306 | 4033 | B |
| Granja Maiale (*) | 625 | 614 | 614 | 614 | 565 | 6910 | B |

(*) não renovou o Certificado no 2º semestre

Fonte: SSA/SP

| Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Cachaços | | | | | | Tabela 100 |
|---|------|------|------|------|------|------------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Nível de Biossegurança |
| Granja Semesa | 35 | 44 | 44 | 44 | 40 | A |

Relatório de Gestão 2012-SFA/SP

Normativa TCU

| | | | | | | |
|--|----|----|----|------|----|----|
| Granja Big Boar | 13 | 16 | 16 | ---- | 8 | -- |
| Granja Progresso | 12 | 15 | 15 | 15 | 17 | B |
| Granja Suinolândia 1 | 6 | 14 | 14 | 14 | 8 | A |
| Granja Sta. Cândida II (*) | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | B |
| Granja Maiale (*) | 14 | 18 | 18 | 18 | 17 | B |
| Cia. São João da Baleia – encerrou as atividades no 2º semestre | 22 | 11 | 11 | 11 | 25 | B |
| Cia. de Inseminação Suíno Light – Certificado suspenso por atraso na colheita do 2º semestre | 12 | 15 | 15 | 15 | 13 | A |
| Cia. Inseminação – Holambra | 25 | 29 | 29 | 29 | 22 | B |

(*) não renovou o Certificado no 2º semestre
Fonte: SSA/SP

| Ações do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) | Tabela 101 | | | | |
|---|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Liberação de vacina contra doença de Aujeszky | 14.077 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Granjas de suídeos fiscalizadas com histórico da doença de Aujeszky | 0 | 0 | 6 | 4 | 0 |
| Granja de reprodutor suídeo certificada | 9 | 9 | 9 | 8 | 5 |
| Fiscalização em granjas de reprodutores suídeos certificadas | 16 | 18 | 36 | 16 | 5 |
| Ação em propriedades frente a suspeita de enfermidades | 0 | 1 | 1 | 5 | 1 |
| Amostras colhidas em propriedade interditada com suspeita de doença exótica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Amostras colhidas para diagnóstico da situação de doença de Aujeszky | 3.200 | 2.352 | 500 | 251 | - |
| Amostras colhidas para exportação de reprodutores para o Paraguai | - | - | 48 | 89 | 13 |

Fonte: SSA/SP

| Amostras Coletadas por Enfermidades em Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas | Tabela 102 | | | | |
|--|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Peste Suína Clássica | 702 | 741 | 811 | 430 | 653 |
| Doença de Aujeszky | 702 | 741 | 811 | 430 | 653 |
| Brucelose | 702 | 741 | 811 | 430 | 653 |
| Tuberculina aviária e mamífera | 702 | 741 | 811 | 430 | 653 |
| Sarna | --- | 145 | 65 | 40 | 95 |

Fonte: SSA/SP

| Principais Indicadores | Tabela 103 | | | | | |
|---|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Mnemônico | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta |
| Capacidade-Capacidade anual de coleta de amostras (IC PSC)-nº de Amostras para PSC/ano | | | | | | |
| IC PSC | 702 | 741 | 811 | 430 | 653 | 1008 |
| Eficiência-Granjas fiscalizadas por fiscal (IP PSC)-Nº de amostras coletadas em granjas de reprodutores suídeos certificadas/Nº de fiscais envolvidos | | | | | | |
| IP PSC | 702 | 741 | 811 | 430 | 653 | 1008 |
| Eficácia-Conformidade de amostras para PSC (IQ psc)-nº de amostras negativas x 100 /total de amostras analisadas | | | | | | |
| IQ psc | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: SSA/SP

Os resultados mostram que a estratégia utilizada vem mostrando que as doenças dos suínos estão sob controle ou mesmo ausentes, atendendo em São Paulo a finalidade do programa.

Quadro A.4.4.13 Identificação da Ação RASTREAB1

Código 8592 - Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar

| | | | |
|---|---|-----------|----------|
| Descrição | Controles técnico-operacionais envolvendo toda a cadeia de produção bovina relativos ao SISBOV; Certificação primária e secundária de produtos de origem bovina obrigatoriamente para exportação a países que exigem rastreabilidade, mediante o Serviço de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos e a Certificação Sanitária emitida pelo SIF, respectivamente. | | |
| Iniciativa | 012I – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais | | |
| Unidade Responsável | DDA - Divisão de Defesa Agropecuária | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Executado | Saldo |
| 31.109,00 | 17.371,20 | 16.297,86 | 1.073,34 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Fiscalização Realizada | 20 | 27 | |

Essa ação tem como objetivo a identificação individual e o monitoramento de todos os bovinos e bubalinos que foram cadastrados na base nacional de dados - BND, nascidos no Brasil ou importados, assim como o cadastro dos estabelecimentos rurais e respectivos produtores e a devida manutenção de todos os registros a eles pertinentes, ou seja, dados e informações das movimentações, transferências, baixas, abate, etc. Sendo assim, ela constitui um importante instrumento para a concretização de um processo de certificação da pecuária; paralelamente o conjunto de procedimentos estabelecidos visa promover subsídios para o processo de rastreamento dos animais cadastrados e seus produtos. O SISBOV representa, acima de tudo, uma ferramenta potencial para a obtenção de garantia de qualidade e inocuidade ao consumidor nacional e estrangeiro dos produtos cárneos advindos desses animais.

O universo de atuação contemplado na ação RASTREAB1 compreende os estabelecimentos rurais cadastrados como aprovados no SISBOV (ERAS), as certificadoras credenciadas, os frigoríficos exportadores, os fabricantes de elementos de identificação e os escritórios do órgão estadual de defesa sanitária animal.

| Estabelecimentos | | Tabela 104 | | | | |
|---|-------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|--|
| Estabelecimentos do SISBOV | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV | 344 | 217 | 193 | 154 | 135 | |
| Entidades certificadoras SISBOV – sedes e filiais | 22 | 16 | 15 | 12 | 12 | |
| Estabelecimentos de abate bovino com inspeção Federal para exportação | 54 | 54 | 54 | 64 | 64 | |
| Fabricantes de elementos de identificação | 10 | 10 | 8 | 5 | 6 | |
| Coordenadoria de Defesa Agropecuária - Escritórios Regionais | 40 | 40 | 40 | 40 | 40 | |
| Total | 470 | 337 | 310 | 275 | 257 | |

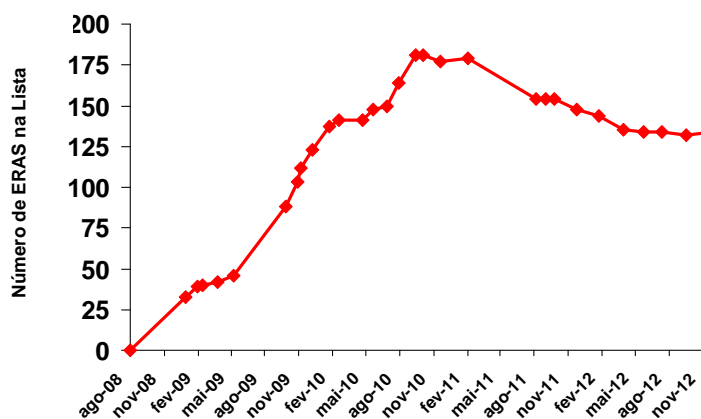
Fonte: DDA/SP

| Atividades Realizadas | | Tabela 105 | | | | |
|--|---------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|--|
| Atividades Realizadas pelo SISBOV | UNIDADE | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV | Auditoria realizada | 187 | 124 | 67 | 40 | |
| Auditorias em Entidades Certificadoras SISBOV – sedes e filiais | Auditoria realizada | 10 | 01 | 0 | 03 | |
| Auditorias em Empresas Fabricantes de Elementos de Identificação | Auditoria realizada | 01 | 01 | 0 | 0 | |
| Tramitação de processos | Processo tramitado | 136 | 43 | 30 | 15 | |
| Recebimento de missão internacional | Missão recebida | 01 | 01 | 01 | 01 | |

| | | | | | |
|--|---------------------|-----|----|---|---|
| Treinamento em Auditoria de Certificadoras | Audidores treinados | 05 | 25 | 0 | 0 |
| Treinamento – Reciclagem de auditores | Audidores treinados | 100 | 47 | 0 | 0 |

Evolução – Lista de propriedades aptas à exportação para a UE

Gráfico 11



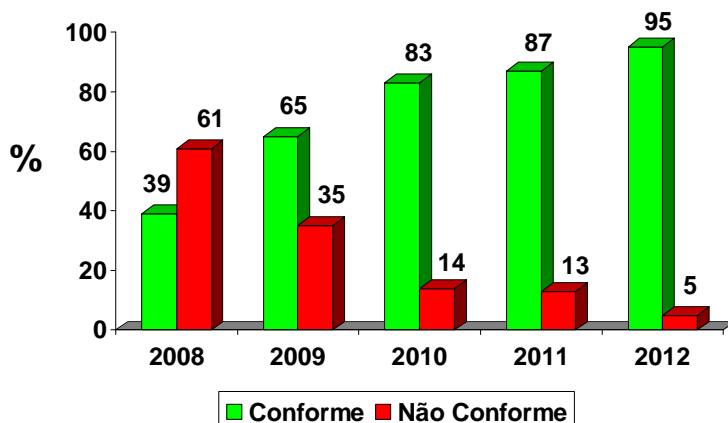
Fonte: DDA/SP

As auditorias oficiais do SISBOV são realizadas com o objetivo de validar o trabalho feito pelas entidades certificadoras nos ERAS. Como resultado, os ERAS aprovados nas auditorias oficiais são liberados para a exportação de carne in natura para a União Européia, através da publicação periódica da “Lista de Propriedades aptas à Exportação”. Segue, no gráfico abaixo, um demonstrativo da evolução do número de ERAS na lista no período compreendido entre agosto de 2008 e novembro de 2012. Convém lembrar que, quanto maior a quantidade de ERAS na referida lista, maior a quantidade de carne exportada para a União Européia, resultando em benefícios para os diversos elos do agronegócio brasileiro envolvidos com essa atividade. Os ERAS são igualmente re-auditados, para verificação periódica de sua condição conforme. Os resultados da lista e os comparativos dos últimos exercícios seguem nos gráficos apresentados.

No gráfico acima, pode-se observar que no ano de 2011 houve uma tendência de queda do número de ERAS na Lista. Isso ocorreu em virtude do desinteresse de parte dos produtores em manter seus rebanhos no SISBOV, dado o alto custo de manutenção do sistema e a falta de retorno financeiro da carne rastreada. Em 2012, por outro lado, nota-se que houve uma estabilização do número de ERAS na Lista, demonstrando que aqueles produtores que permaneceram no SISBOV atingiram um nível de organização da atividade no qual há interesse em produzir carne bovina rastreada com foco no comércio internacional.

Gráfico 12

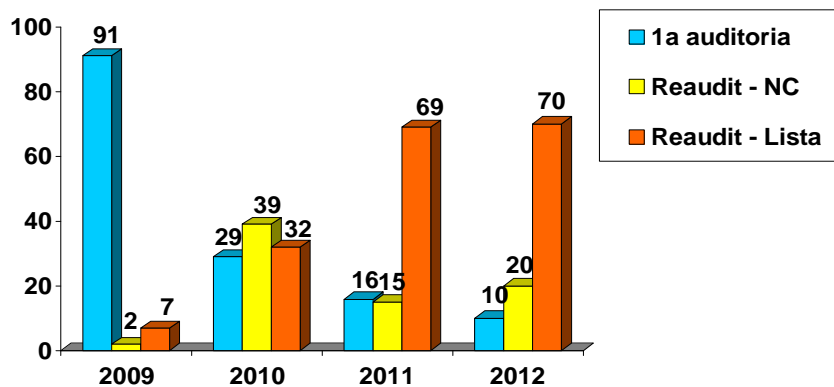
Auditorias em ERAS
Evolução dos resultados 2008 a 2012



O Gráfico acima mostra o aumento da porcentagem de auditorias conformes ao longo dos anos, demonstrando novamente a profissionalização dos produtores e entidades certificadoras envolvidas no SISBOV. Esta profissionalização, por sua vez, é resultado do rigor aplicado pelas equipes de auditores oficiais na aplicação da legislação relativa ao SISBOV.

Gráfico 13

Auditorias em ERAS
Tipo de auditoria - 2009 a 2012



O Gráfico 13, por sua vez, mostra a modificação do tipo de auditorias ao longo dos últimos quatro anos. Se em 2009 a grande maioria dos trabalhos foi relativa à 1ª auditoria nos ERAS, visto que o SISBOV estava ainda em fase de implantação, nos anos de 2011 e 2012 observa-se que a grande maioria das atividades foram reauditorias de ERAS que já constam na Lista de Propriedades Aptas à Exportação, ou seja, passou-se a uma fase de manutenção de um sistema já implantado.

| Principais Indicadores | | | | | | | | Tabela 106 |
|--|------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|
| Mnemônico | 2009 | Técnicos envolvidos | 2010 | Técnicos envolvidos | 2011 | Técnicos envolvidos | 2012 | Técnicos Envolvidos |
| Capacidade – Capacidade anual de análise de processos relativos ao SISBOV (IcPa) – N° processos analisados/ ano | | | | | | | | |
| IcPa | 136 | 5 | 24 | 3 | 30 | 3 | 20 | 2 |

| | | | | | | | | |
|---|------|----|-----|----|-------------------|----|-------------------|----|
| Eficácia – Indicador de qualidade na análise do processo (Ian) – N° processos analisados dentro do prazo x 100/ Total processos recebidos | | | | | | | | |
| Ian (%) | 10 | 5 | 100 | 3 | 100 | 3 | 100 | 2 |
| Eficiência – Indicador de produtividade na análise de processo (IpAf) – N° processos analisados/ fiscal | | | | | | | | |
| IpAf | 27,2 | 5 | 8 | 3 | 10 | 3 | 10 | 2 |
| Capacidade – Capacidade de auditoria de credenciamento em entidades certificadoras (IACr) – Total de auditorias de credenciamento realizadas/ ano | | | | | | | | |
| IACr | 7 | 5 | 0 | 4 | 0 ^(a) | - | 0 ^(a) | - |
| Capacidade – Capacidade de auditoria de conformidade em entidades certificadoras (IACoC) – Total de auditorias de conformidade realizadas / ano | | | | | | | | |
| IACoC | 3 | 5 | 1 | 4 | 0 ^(a) | - | 3 | 2 |
| Capacidade – Capacidade de auditoria de conformidade em ERAS (IACoE) – Total de auditorias de conformidade realizadas em ERAS / ano | | | | | | | | |
| IACoE | 187 | 23 | 124 | 20 | 67 ^(b) | 20 | 40 ^(b) | 20 |
| Capacidade – Capacidade anual de análise de processos de monitoramento de animais importados (IcMImp) – Total de processos de monitoramento animais importados analisados/ ano ^(c) | | | | | | | | |
| IcMImp | - | - | 161 | 1 | 61 | 1 | 12 | 1 |
| Eficácia – Produtividade de cadastramento de animais (Ipc) – N° de processos de monitoramento de animais importados analisados dentro do prazo x 100/ total de processos recebidos ^(c) | | | | | | | | |
| IpMImp (%) | - | - | 100 | 1 | 100 | 1 | 100 | 1 |

Fonte: DDA/SP

(a) Não houve auditoria em entidades certificadoras no ano de 2012, pois não houve demanda por esse tipo de atividade por parte da Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade (CSR/SDA).

(b) A realização destas auditorias deveu-se ao trabalho conjunto dos FFAs e dos médicos veterinários da CDA/SAA-SP, capacitados pelo MAPA.

(c) Foram criados em 2011 dois novos indicadores, que tratam dos processos de monitoramento dos animais importados cadastrados na BND (baixas, movimentações interestaduais e intraestaduais). Esse trabalho é feito em conjunto com o órgão estadual de defesa animal (CDA).

| Principais recursos humanos envolvidos | | Tabela 107 |
|---|---------------|--|
| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação |
| Fiscal Federal Agropecuário | 2 | 1.20 |

Fonte: DDA/SP

| Quadro A.4.4.14 Identificação da Ação FISCINAN | | | |
|---|--|-----------|----------|
| Código | 2124 - Fiscalização de insumos para alimentação animal | | |
| Descrição | Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), Avaliação de Perigos e Pontos Críticos de Controle-APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais | | |
| Iniciativa | 013F-Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Fiscalização de Insumos pecuários – SEFIP | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Executado | Saldo |
| 93.688,47 | 87.088,47 | 84.466,64 | 2.413,61 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Fiscalização Realizada | 200 | 212 | |

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de alimentos para animais, o SEFIP contribui para salvaguardar a produção e a produtividade agropecuárias, bem como a segurança dos alimentos fornecidos aos animais e conseqüentemente a segurança dos produtos de origem animal disponibilizados para consumo humano.

Existem três tipos de atividade na qual a legislação exige registro de estabelecimento para o setor de alimentação animal no MAPA: fabricante, fracionador ou importador. Estes registros ainda podem ser subdivididos em categorias, definidas conforme a classificação de produtos de interesse do estabelecimento: ração, concentrado, núcleo, suplemento, premix, aditivo ou ingrediente.

O total de novos estabelecimentos registrados em 2012 foi quase o dobro de 2011, sendo que a maior parte é representada por estabelecimentos fabricantes, que demandaram vistoria inicial.

Apesar de estar havendo um movimento de redução significativa no número de registros de produtos, em função da publicação da IN 30/09, que isentou de registro alimentos completos e específicos para animais de companhia, e da IN 42/10, que isentou de registro suplemento para ruminante, premix, núcleo, concentrado, ração e alguns aditivos e ingredientes, houve um aumento neste índice em relação ao ano de 2011, mas ainda bem menor se comparado aos anos anteriores a publicação das normas citadas.

Vale ressaltar que os produtos importados isentos de registro passaram a ser cadastrados no MAPA, procedimento extremamente semelhante ao de registro de produto.

O estado de São Paulo conta atualmente com aproximadamente 900 estabelecimentos registrados, sendo cerca de 600 deles como fabricante. Com relação aos produtos registrados, este Serviço possuía aproximadamente 30.000 produtos registrados e com a isenção de registro já mencionada anteriormente, e com os conseqüentes pedidos de cancelamento, acredita-se que este número tenha caído para cerca de 10.000 produtos registrados e cadastrados.

| Registro de Novos Estabelecimentos | | | | | Tabela 108 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Registro de Novos Estabelecimentos | 19 | 47 | 49 | 51 | 29 |
| Fabricante | 17 | 41 | 32 | 32 | 25 |
| Importador | 2 | 06 | 17 | 18 | 4 |
| Fracionador | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |

| Registro de Produto | | | | | Tabela 109 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Registro de Produto (Total) | 2200 | 2371 | 2803 | 183 | 426 |
| Alimento | 165 | 118 | 16 | 6 | 7 |
| Ração | 286 | 318 | 371 | 0 | - |
| Concentrado | 102 | 96 | 202 | 0 | - |
| Suplemento | 1522 | 1598 | 428 | 57 | 256 |
| Ingrediente | 33 | 79 | 50 | 35 | 93 |
| Aditivo | 92 | 162 | 102 | 85 | 70 |

| Cadastro de Produto | | Tabela 110 |
|-----------------------------|--|-------------------|
| | | |
| Cadastro de Produto (Total) | | 203 |
| Alimento | | 50 |
| Ração | | 83 |
| Concentrado | | 35 |
| Premix | | 8 |
| Núcleo | | 27 |

Fonte: SEFIP/SP

Nos últimos 10 anos o setor de alimentação animal vem passando por reforma e atualização regulatória e de procedimentos, tendo como marco a publicação do Decreto 6.296/2007. As adequações de registro de estabelecimento e de produto obrigatórios desde 2009 pelo referido regulamento se estenderam sobre o ano de 2012.

No ano de 2012 a área de alimentação animal trabalhou com duas metas de fiscalização distintas. Uma das metas foi estipulada através do POA 2012, relativa à aplicação do roteiro de Boas Práticas de Fabricação- BPF (Anexo II da IN 04/07), no qual, em consonância com o órgão central, atribuiu-se ao Estado de São Paulo a meta de 85 estabelecimentos para serem fiscalizados com foco na aplicação das BPF. A outra meta refere-se ao número total de fiscalizações a serem realizadas pelo estado considerando a meta estipulada no POA e a série histórica de fiscalizações e foi fixado em um total de 200 fiscalizações.

A órgão central recomenda que todos os estabelecimentos registrados sejam fiscalizados uma vez ao ano. Entretanto, tendo em vista a falta de FFAs, tal meta é atualmente impossível de ser alcançada pelo SEFIP, devido à proporção entre número de estabelecimentos/fiscal dedicado a área, bem como quantidade de demais demandas como registro/cadastro de produto, importação, exportação, relatoria de processo, demandas relativas à vistoria inicial, atendimento a denúncias e ainda Avisos de Violações do PNCRC e RASFF - Rapid Alert System for Food and Feed (que são detecções de substâncias contaminantes acima dos limites permitidos, que requerem investigações deste Serviço).

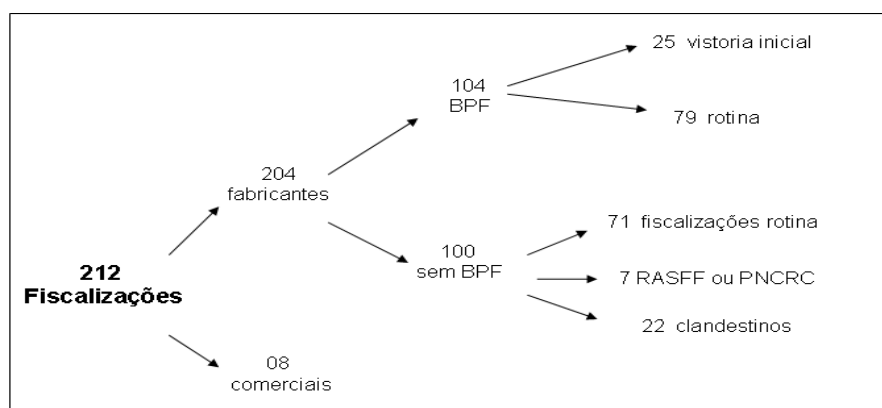
Portanto, considerando o aumento de demandas, considerando que o número de estabelecimentos registrados na área está cada vez maior e é inversamente proporcional ao número de fiscais disponíveis para a execução da atividade, a área de alimentação animal do SEFIP/SFA-SP estipulou prioridades com base na análise de riscos, como a fiscalização de rotina em estabelecimentos fabricantes, com ênfase em aplicação do roteiro de BPF conforme exigências da IN 04/07, visando principalmente empresas que fabricam ingredientes de origem animal, fábricas de ração que não possuem linhas separadas entre ruminantes e monogástricos (risco presença de proteína proibida na alimentação de ruminantes – EEB ou Doença da Vaca Louca – risco a saúde pública), empresas que fabricam produtos para alimentação animal com aditivos antimicrobianos e coccidiostáticos (risco de resíduo destes aditivos nos produtos de origem animal a serem consumidos pela população e conseqüentemente risco a saúde pública) e empresas que estavam a bastante tempo sem sofrer fiscalização do MAPA.

Diante do exposto, a programação de fiscalização de estabelecimentos realizada pelo Serviço incluiu apenas os fabricantes. Para tanto, foi estabelecida a meta de 120 estabelecimentos que representa 20% do total de fabricantes.

Em relação à fiscalização que depende de demanda, utilizando conceitos relativos à avaliação de risco, focou-se as ações em vistorias iniciais para concessão de registro, atendimento de denúncia relativa à empresa fabricante de produtos para a alimentação animal clandestina, denúncias contra empresas operando em más condições higiênico sanitárias ou com uso indevido de aditivos, medicamentos na alimentação animal, presença de contaminantes químicos como agrotóxicos, metais pesados, micotoxinas e contaminantes biológicos, salmonela, além do atendimento aos Alertas Rápidos e RASFF (Rapid Alert System for Food and Feed).

Neste sentido, a área de Alimentação Animal realizou um total de 212 fiscalizações. Destas, 204 foram em estabelecimentos fabricantes e 8 em estabelecimentos exclusivamente comerciais. Das 204 fiscalizações em estabelecimentos fabricantes, 104 foram com a aplicação do roteiro de BPF. Destas 104 fiscalizações com aplicação de BPF, 25 foram vistorias iniciais para concessão de registro de estabelecimento e 79 foram fiscalizações de rotina em estabelecimentos registrados. Foram realizadas um total de 30 fiscalizações para averigua-

ção de denúncias, sendo 22 em estabelecimento clandestinos, 8 em casas comerciais. E foram realizadas 7 atendimentos a RASFF e Violações.



| Atividades | | | | | Tabela 111 |
|---|------|------|------|------|------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta |
| Fiscalização Estabelecimentos | 158 | 236 | 95 | 212 | 200 |
| Fabricante | 131 | 194 | 95 | 204 | 200 |
| Outros | 27 | 42 | 0 | 8 | 0 |
| Estabelecimentos fiscalizados | 98 | 164 | 68 | 148 | 120 |
| Estabelecimentos fiscalizados (BPF) | | | | 79 | 85 |
| Fiscalização de Rótulo Produto - Total | 735 | 1920 | 553 | 804 | - |
| Fiscalização de rótulo – animais de companhia | 77 | 113 | 27 | 102 | - |
| Fiscalização de rótulo – animais de produção | 658 | 1807 | 526 | 702 | - |

Fonte: SEFIP/SP

Observa-se que o número de fiscalizações realizadas foi ligeiramente acima da meta (106%). Isto se deve ao atendimento de Alertas Rápidos e ao aumento de atendimento de demandas relacionadas de denúncia de Ouvidoria devido à presença de maior número de ocorrências de estabelecimentos clandestinos, que representam maior risco a saúde animal e a saúde pública. O número de estabelecimentos fabricantes fiscalizados (148) superou a meta estabelecida (120) em 2012.

Apesar de as fiscalizações de estabelecimentos com ênfase na qualidade de processo demandar mais tempo e conseqüentemente mais recursos humanos e financeiros, as auditorias focando a adoção de Boas Práticas de Fabricação – BPF - revelaram-se uma ferramenta apropriada para a melhoria nas condições tecnológicas e sanitárias do parque industrial de São Paulo.

A fiscalização de produto consiste em coleta de amostra do mesmo para análises laboratoriais e a avaliação da rotulagem do produto em relação às exigências das normas de rotulagem (IN 30/09 e IN 22/09). Em 2012, dos 804 produtos fiscalizados para verificação de rotulagem, 713 possuíam rótulo conforme com a legislação vigente, portanto 90% dos rótulos fiscalizados atendiam as exigências legais.

É oportuno registrar que a equipe de fiscalização nas UTRAs, foi reduzida ao longo dos últimos anos, sem reposição do efetivo. Vale assinalar, que em vista do caráter multidisciplinar das UTRAs, o equivalente técnico dedicado a esta área está aquém do necessário. O setor de alimentação animal necessita de pelo menos uma dupla de fiscais lotados em cada UTRA (que atende essa atividade), mais seis fiscais lotados na sede, ou seja, cerca de pelo menos 10 fiscais a mais do que o efetivo atual.

Avaliação laboratorial de produtos destinados à alimentação animal

Nessa atividade, os indicadores que se referem à conformidade de produtos contribuem para avaliar o comportamento do setor, monitorando-se a qualidade de produtos fabricados ou comercializados no Estado de São Paulo. Adota-se como meta de colheita de amostras a cota por tipo de produto / determinação analítica, acordada entre a Coordenação de Produtos para Alimentação Animal e a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial, e em 2012 foi de 196 amostras .

Ressalta-se que a Portaria 07/88 que estabelecia os padrões mínimos de matérias-primas empregadas na alimentação animal foi revogada pela IN 30/09, e ainda não foram publicados novos padrões de matérias primas, utilizando-se como base a lista de matérias-primas e ingredientes presentes no Sistema de Registro de Produtos e Estabelecimentos - SIPE 2000.

Conforme se observa na abaixo, foram coletas 111 amostras. Foram analisadas 24 amostras para análise físico-química (bromatológica). Embora tenha havido redução no número de amostras analisadas para físico-químico, houve redução das não conformidades em 2012 .

A partir do ano de 2011, o baixo índice de não conformidade nas análises de microscopia fez com que fosse reduzido o número de amostras dentro do programa de sorteio, no qual as empresas são escolhidas aleatoriamente para dar início às coletas investigativas, realizadas naqueles estabelecimentos em que se considera o risco maior para a contaminação ou fraude com ingredientes de origem animal não permitidos para ruminantes. Em 2012 foram sorteadas 29 empresas para o programa de monitoramento, entretanto apenas 6 delas efetivamente fabricavam produtos destinados a alimentação de ruminantes. Os resultados foram 100% conformes.

Em relação à microbiologia, foram analisadas 22 amostras sendo que 20 estavam conformes (90,9%), ou seja, com ausência de Salmonella.

Em 2012 a Coordenação de Produtos para Alimentação Animal/DFIP/SDA conseguiu obter junto a CGAL (Coordenadoria Geral de Apoio Laboratorial) o início das análises de produto proibido na alimentação animal (olaquinox/carbadox) e medicamentos. As análises oferecidas ainda são em número pequeno e servirão inicialmente de parâmetro a partir do qual se possível estabelecer um programa de monitoramento para os mesmos. Apesar de o escopo de análise ter aumentado, é necessário criar metodologia de análise de rotina para outras substâncias como agrotóxicos, outros medicamentos e metais pesados.

| Atividades Laboratoriais | | | | | Tabela 112 |
|--|-------------|--------------|-------------|-------------|-------------------|
| Atividades | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Colheita de Amostras – Total | 153 | 96 | 169 | 61 | 111 |
| Amostras analisadas - total | 121 | 94 | 167 | 65 | 61(*) |
| Amostras analisadas FQ (físico química) | 45 | 2 | 88 | 38 | 24 |
| Amostras aprovadas FQ (físico química) | 37 | 1 | 63 | 17 | 19 |
| Índice de Conformidade FQ % | 82 | 50 | 71,6 | 60,7 | 79,2 |
| Amostras analisadas Mc (microscopia) | 75 | 89 | 48 | 24 | 4 |
| Amostras aprovadas Mc (microscopia) | 71 | 87 | 46 | 24 | 4 |
| Índice de Conformidade Mc | 95 | 97,75 | 95,8 | 100 | 100 |
| Amostras analisadas Mb (microbiologia) | 1 | 3 | 31 | 3 | 22 |
| Amostras aprovadas Mb (microbiologia) | 1 | 3 | 31 | 3 | 20 |
| Índice de Conformidade Microbiologia | 100 | 100 | 100 | 100 | 90,9 |
| Amostras analisadas Carbadox/Olaquinox | - | - | - | - | 3 |
| Amostras aprovadas Carbadox/Olaquinox | - | - | - | - | 3 |
| Índice de Conformidade Carbadox/Olaquinox | - | - | - | - | 100 |
| Amostras analisadas Medicamento | - | - | - | - | 8 |
| Amostras aprovadas Medicamento | - | - | - | - | 8 |

Índice de Conformidade Medicamento**100**

(*)dados parciais

Fonte: SEFIP/SP

Diante das alterações ocorridas na legislação, os indicadores foram alterados de forma a refletir melhor a situação do setor no Estado de São Paulo e auxiliassem mais no gerenciamento das atividades. Procurou-se focar a construção dos indicadores na atividade de fiscalização e equivalente técnico. Para os próximos anos pretende-se avaliar a construção de indicadores relacionados à análise de processos (registro, cadastro, importação, exportação, relatoria, etc.).

| Principais Indicadores | | | | | | Tabela 113 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| Mnemônico | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta |
| Eficácia- Cobertura da Fiscalização de Estabelecimentos(IFE) - N° de estabelecimentos fabricantes fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos fabricantes registrados | | | | | | |
| IFE(%) | 19 | 15,7 | 27,1 | 11 | 24,6 | 20 |
| Eficácia - Conformidade de Rótulo de Produtos para Alimentação animal (ICRP) - N° de rótulos conformes X 100 / Total rótulos fiscalizados | | | | | | |
| ICRP (%) | - | 88,9 | 79,3 | 94,7 | 90 | 100 |
| Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação animal (ICP) - N° de amostras no padrão X 100 / Total de amostras analisadas | | | | | | |
| ICP (%) | - | - | - | - | 88,5 | 100 |
| Eficiência- Produtividade do Serviço em fiscalização (IDF) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos | | | | | | |
| IDF | 17,4 | 12,9 | 19,7 | 7,9 | 18,4 | 25 |

Fonte: SEFIP/SP

Para o indicador – Cobertura de Fiscalização de Estabelecimentos Fabricantes IFE (%), como explicado anteriormente foi estabelecida a meta de fiscalizar 20% do total de estabelecimentos registrados como fabricantes no Estado de São Paulo. Observa-se pela tabela que em 2012 esta meta foi ultrapassada em 4,6 %. Isto se explica devido ao esforço do setor para o cumprimento da programação realizada visando uma maior aplicação do roteiro de BPF da IN 04/07, conforme orientações do órgão central.

Para o ano de 2012 foi criado o indicador “Conformidade de Rótulo de Produtos – ICRP (%)”, reunindo o total de fiscalizações de rótulos e o número de rótulos em conformidade com a legislação vigente. Este indicador foi criado devido ao grande número de denúncias recebidas contra rótulos irregulares, tornando fundamental não apenas a avaliação do cumprimento das novas legislações publicadas (IN 30/09 e IN 22/09), bem como a mensuração destas informações para planejamento de fiscalizações. De acordo com o resultado, verificamos que 90% dos rótulos analisados estavam em conformidade com as normas vigentes.

O SEFIP analisando as informações anteriores verificou que seria mais eficaz ter um indicador único para conformidade de amostras analisadas, independente do tipo de análise realizada, já que felizmente o escopo de análises esta a cada ano maior. Por isso a partir de 2012 o indicador relativo à Conformidade de Produtos para Alimentação Animal – ICP (%) levou em conta todas as análises realizadas. O dado pode ser recuperado para os anos anteriores, pois as informações relativas aos mesmos estavam arquivadas no SEFIP. Através dos índices de conformidade para cada análise presentes na Tabela 129 é possível verificar qual tipo de análise está menos conforme em relação às demais. Em 2012 o número de amostras analisadas foi bastante baixo e os resultados relativos às análises físico-químicas se mostraram as mais distantes da meta, sendo a maior responsável pelo afastamento do indicador do objetivo pretendido (100 % de conformidade).

O IDF é uma ferramenta gerencial para o planejamento anual das ações e o dimensionamento da equipe, permitindo estimar de forma rápida e prática a capacidade do Serviço em atender metas de fiscalização e demandas por atividades internas. Mais uma vez o IDF alcan-

gado (18,4) está abaixo da meta estabelecida para este indicador, e o motivo é o fato de que apesar das mudanças que se iniciaram nos últimos anos para a desburocratização do setor, os FFAs ainda passam muito tempo executando outras atividades que não a fiscalização, como a análise de processos e até mesmo fazendo tarefas que poderiam ser realizadas pelo apoio administrativo, que é bastante escasso. Isto evidencia que a equipe técnica e administrativa precisa ser ampliada tanto na SFA quanto nas UTRAs, tendo em vista o número de estabelecimentos no Estado de São Paulo, que demandam não apenas um grande número de atividades externas (fiscalizações), mas também um tempo em atividades internas (de escritório).

Em 2012 o SEFIP aplicou um montante de R\$ 174.541,10 e arrecadou um total de R\$ 118.432,69. Esta diferença de valores inclui inadimplências, processos não finalizados e o benefício de desconto na multa (20%) para o infrator que não interpuser recurso contra o julgamento de primeira instância, conforme Decreto 6.296/07.

| Principais recursos humanos envolvidos | | Tabela 114 |
|--|--------|--|
| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação |
| Fiscal Fed. Agropecuário | 17 | 11,5 |
| Apoio Administrativo | 1 | 0,25 |

Fonte: SEFIP/SP

| Quadro A.4.4.15 Identificação da Ação FISCGENE | | | |
|--|---|-----------|--------|
| Código | 2019- Fiscalização de Material Genético Animal | | |
| Descrição | Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais. | | |
| Iniciativa | 013F-Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Liquidado | Saldo |
| 23.902,10 | 11.126,84 | 10.692,28 | 434,56 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Fiscalização Realizada | 88 | 71 | |

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de material genético animal, o SEFIP contribui para salvaguardar a produção e a produtividade pecuária, por meio da oferta de produtos (reprodutores, sêmen, embriões, aves e ovos férteis) em conformidade com padrões técnicos e sanitários. Estão registrados 348, sendo 282 estabelecimentos avícolas, 23 Centros de Coleta e Processamento de sêmen e embriões e 43 importadores/comerciantes de material genético animal.

| Atividades | Tabela 115 | | | | |
|--|---------------|------|------|------|------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Registro de Estabelecimentos Produtores de Sêmen e/ou Embriões | 3 | 1 | 0 | 2 | 1 |
| Registro de Estabelecimento Importador de Sêmen e/ou Embriões | 1 | 2 | 0 | 3 | 3 |
| Registro de Empresa Prestadora Serviço em Inseminação Artificial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Relatório de Gestão 2012-SFA/SP | Normativa TCU | | | | |

| | | | | | |
|---|--------|-------|-------|-------|----------------------|
| Registro de Incubatórios Avícolas (Reg) | 0 | 2 | 5 | 2 | 4 |
| Registro de Granjas Avícolas | 5 | 26 | 61 | 29 | 18 |
| Registro Incubatório – avestruz (Reg) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Registro de Criadouro – Avestruz | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Fiscalização de Estabelecimento Produtor de Sêmen e/ou Embriões | 24 | 13 | 12 | 12 | 22 |
| Fiscalização de Estabelecimento Comerciante de Sêmen e/ou Embriões | 15 | 7 | 11 | 2 | 9 |
| Fiscalização de Emp. de Prestadora de Serv. em Inseminação Artificial | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Fiscalização de Incubatórios Avícolas (Fiscal) | 5 | 1 | 6 | 12 | 10 |
| Fiscalização de Incubatórios – Avestruz (Fiscal) | 2 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Fiscalização de Granjas Avícolas | 17 | 6 | 12 | 52 | 29 |
| Fiscalização de Criadouro de Avestruz | 12 | 10 | 0 | 3 | 1 |
| Total de Fiscalizações | 104 | 115 | 98 | 84 | 71 |
| Inscrição de Reprodutores Doadores de Sêmen (Certif) | 386 | 484 | 683 | 614 | 493 |
| Controle de Baixas de Reprodutores (Animal) | 463 | 423 | 462 | 545 | 531 |
| Animais Import.(bovinos, eqüinos, suínos, aves) | 70.049 | 719 | 1.071 | 1.164 | 278 ^(*) |
| Sêmen animal Importado (1000 doses) | 7.413 | 4.980 | 4.522 | 4.286 | 2.688 ^(*) |
| Embriões bovinos Importados (Embrião) | 1.713 | 5.280 | 4.152 | 3.319 | 1.193 ^(*) |
| Ovos férteis de aves - 1.000 ovos | 1.941 | 1.326 | 984 | 1.554 | 147 ^(*) |
| Exportação de Eqüinos (Animal) | 641 | 352 | 593 | 246 | 51 ^(*) |

(*) gradativamente durante o exercício de 2012 essas atividades passaram a ser executadas pelo SESAG/DPDAG/SFA-SP
Fonte: SEFIP/SP

No que diz respeito à avicultura, a SFA-SP ainda possui um número significativo de processos de novos registros em trâmite, pois esta atividade é extremamente dinâmica.

De um modo geral, o atendimento às metas na área de Material Genético Animal manteve a série histórica, ainda que com uma equipe bastante reduzida.

| Principais Indicadores | | | | | | Tabela 116 |
|--|------|------|------|------|------|------------|
| Mnemônico | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta |
| Capacidade-Fiscalização (If) - Total de fiscalizações / Ano | | | | | | |
| <i>If</i> | 104 | 115 | 98 | 84 | 71 | 87 |
| Eficácia - Fiscalização de Estabelecimentos Registrados (Ifer) - Total de fiscalizações x 100 / Total de estabelecimentos registrados | | | | | | |
| <i>Ifer%</i> | 36 | 41 | 31 | 25 | 24 | 25 |
| Eficiência - Produtividade do Serviço em fiscalização – (Idf) - Total de fiscalizações / N° de fiscais envolvidos | | | | | | |
| <i>Idf</i> | 26 | 23 | 24 | 28 | 35 | 44 |
| Eficiência - Reprodutores doadores de sêmen controlados (Idsc) - N°. de doadores de sêmen controlados / N° de fiscais envolvidos | | | | | | |
| <i>Idsc</i> | 51 | 161 | 170 | 240 | 248 | Demanda |
| Índice de Conformidade de Centros de Coleta e Processamento de Semen/embriões(Icc)-Centros fiscalizados sem autuação / Total de centros fiscalizados | | | | | | |
| <i>Icc</i> | | | | 1 | 1 | 1 |

Fonte: SEFIP/SP

A partir de 2010 foi considerada uma fiscalização por estabelecimento e não por atividade como nos anos anteriores, o que deixou o IF aparentemente abaixo da média histórica. Com uma equipe ainda mais reduzida de fiscais que nos anos anteriores, e que também atuam em outras áreas do SEFIP e em outros Serviços, foi necessário priorizar as ações de fiscalizações nos estabelecimentos de coleta e processamentos de sêmen e embriões e nas fiscalizações para registro de estabelecimentos avícolas.

Devido a um grande número de estabelecimentos inativos de importadores, de comerciantes de material genético animal e de criadores de avestruzes, foram efetuadas ações visando o cancelamento dos mesmos, o que resultou em resultados da Ifer mais perto da meta de 100%.

A análise dos indicadores de eficiência, que calculam “produtividade” por Fiscal envolvido em determinadas atividades, demonstra um valor de *Idf* estável desde 2009.

Sendo um dos principais fatores limitantes para o bom andamento da atividade o número insuficiente de fiscais, constantemente tem sido requisitado ao órgão central o aumento da equipe.

| Principais recursos humanos envolvidos | | Tabela 117 |
|--|--------|---|
| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação |
| Fiscal Fed. Agropecuário | 6 | 2 |
| Apoio Administrativo | 1 | 0,25 |

Fonte: SEFIP/SP

Quadro A.4.4.16 Identificação da Ação FISPROVET

| | |
|-----------------------------|--|
| Código | 2140- Fiscalização de Produtos Veterinários |
| Descrição | Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais. |
| Iniciativa | 013F-Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários |
| Unidade Responsável | Serviço de Fiscalização de Insumos pecuários – SEFIP |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO |

| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|
| Programado (POA) | Recebido | Liquidado | Saldo |
| 103.631,3 | 51.741,90 | 41.578,68 | 10.163,13 |

| Meta SIPLAN | | | |
|------------------------|-------------|-----------|--|
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Fiscalização Realizada | 506 | 610 | |

Considerando-se a obrigatoriedade da fiscalização e controle de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabricam, manipulam ou importam, foram obtidos os resultados a seguir descritos, que permitem o cálculo dos indicadores.

| Fiscalização de Estabelecimentos de Produtos de Uso Veterinário | | | | | | | Tabela 118 |
|---|-------|------|------|------|------|------|------------|
| | Unid. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Licença inicial de estabelecimento | Nº | 48 | 36 | 16 | 26 | 19 | |
| Renovação de licença de funcionamento | Nº | 84 | 176 | 74 | 83 | 66 | |
| Estabelecimento fiscalizado | Nº | 153 | 115 | 112 | 148 | 167 | |
| Cancelamento de licença de funcionamento | Nº | 10 | 23 | 6 | 2 | 2 | |
| Total de fiscalizações | Nº | 382 | 306 | 423 | 529 | 610 | |

| Atividades Desenvolvidas pela Área de Produtos Veterinários | | | | | | | Tabela 119 |
|---|-------|-------|------|------|------|-------|------------|
| | Unid. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Atendimento a estabelecimentos | Nº | 5.145 | 6000 | 6500 | 8400 | 19200 | |
| Processos atendidos | Nº | 4.635 | 4800 | 4664 | 2235 | 3960 | |
| Reunião técnica | Nº | 25 | 20 | 15 | 02 | 04 | |

Fonte: SEFIP/SP

Referente à licença inicial de estabelecimento observamos uma diminuição em relação ao ano de 2011. No entanto, o número de solicitações de registro inicial foram maiores que em 2012. Uma das razões para esta discrepância reside no fato que muitas empresas que solicitam registro inicial apresentam inúmeras não conformidades durante a primeira fiscalização.

Isto gera pendências que impedem a concessão do registro prontamente. Muitas dessas empresas necessitam de muito tempo até conseguirem cumprir as exigências solicitadas.

O número de fiscalizações realizadas cresce a cada ano. Boa parte dessas fiscalizações tem como finalidade a colheita de vacinas. Anualmente, mais vacinas submetidas ao controle oficial do MAPA são registradas, logo o número de colheitas aumenta. No ano de 2012 iniciou-se também a colheita de Kits de diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina-AIE para realização de controle oficial dos mesmos. Ressaltamos que, conforme orientação da Coordenação de Produtos Veterinários em Brasília, cada colheita realizada de um produto biológico de propriedade de uma determinada empresa pode ser entendida como uma fiscalização nesta mesma empresa. Logo, em um mesmo dia, podem ser coletadas partidas de produtos biológicos de diferentes empresas e serem gerados vários termos de fiscalização, sendo que cada um será contabilizado como uma fiscalização. Soma-se o fato que a capacidade de fiscalização aumentou devido a atuação de outros fiscais nesta ação, principalmente de UTRAs.

O fato de terem sido realizadas 610 fiscalizações não quer dizer que todos os estabelecimentos registrados até 2011 (cerca de 321) foram fiscalizados pois, como relatado anteriormente, boa parte dos termos de fiscalização são referentes às colheitas de produtos biológicos. Além disso algumas fiscalizações são referentes a denúncias e solicitações de registro inicial.

No item atendimento a estabelecimentos o quantitativo é aproximado. Estimamos que em média cada FFA com dedicação exclusiva ao FISPROVET, atenda 10 estabelecimentos ao dia entre telefonemas, reuniões e resposta a e-mails de consulta. Nos anos anteriores estes dados não eram computados, todavia tendo em vista o aumento do número de empresas registradas, de empresas que solicitam registros a cada ano, publicação de novas INs e solicitações de informações recebidas por meio de e-mails provenientes da ouvidoria do MAPA, o número de atendimentos a estabelecimentos foi alterado significativamente.

| Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário | | | | | | Tabela 120 |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| | Unid. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Pré-análise de Registro de produto | Nº | 73 | 71 | 54 | 37 | 33 |
| Renovação de Licença de produto | Nº | 398 | 339 | 202 | 248 | 334 |
| Prod. cadastrados – Homeopáticos | Nº | 26 | 15 | 159 | 28 | 138 |
| Colheita de amostra – Biológicos | Nº | 1.094 | 981 | 1059 | 1312 | 1041 |
| Acompanhamento de troca de embalagem | Nº | 117 | 1 | 3 | 0 | 0 |
| Autorização de Importação | Nº | 4.719 | 4.988 | 3817 | 830 | 690 |

Fonte: SEFIP/SP

O número de pré-análise de registro de produto foi reduzido ainda mais no ano de 2012. Isto porque devido à demanda que possui o SEFIP, entre análise de processos e fiscalizações, todos os processos cuja responsabilidade de análise é da Coordenação de Produtos Veterinários estão sendo diretamente enviados pelo Setor de Protocolo àquela Coordenação, sem passagem pelo SEFIP. Esta medida foi adotada também para otimização dos trabalhos do Setor de Protocolo.

Ficaram suspensas, no segundo semestre de 2011, as renovações de licença de produtos importados devido às dúvidas levantadas quanto à aplicabilidade do artigo 3º e 4º do Decreto Lei nº 467 de 13/02/1969, questão esta encaminhada à Consultoria Jurídica do MAPA. Logo no ano de 2011, assim como em 2010, as renovações de licença de produto diminuíram em relação aos anos anteriores. No entanto no ano de 2012 com a publicação da IN 06 de 28/03/2012 e da IN 12.730 de 14/11/12, que revogou o Artigo 4º do Decreto Lei 467/69 e resolveu definitivamente a questão, os processos de renovação de licença de produtos importados voltaram a ser analisados o que elevou o número de renovações de licença de produtos.

O número de autorizações de importação emitidas em 2012 permaneceu reduzido em relação aos anos anteriores à 2011 devido à publicação da Instrução Normativa 29 de 14 de

setembro de 2010, que determina que produtos de uso veterinário registrados, não mais necessitam de autorização prévia de importação deste Serviço. Além disso, o produto denominado VETORYL, cuja prescrição era uma das grandes responsáveis pela solicitação de autorização de importação para uso individual, foi registrado no país e já está sendo comercializado em território nacional.

Produtos Reprovados em Análise Fiscal **Tabela 121**

| Número de Doses Inutilizadas de Produtos Biológicos Submetidos à Análise Fiscal | | | | | |
|---|------------|-----------|-------------|-------------|------------|
| Atividade produto/serviço | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Bronquite | 9.675.000 | 0 | 0 | 182.052.000 | 3.481.000 |
| Febre Aftosa | 10.085.820 | 3.370.020 | 103.749.660 | 9.962.420 | 8.952.540 |
| Carbúnculo Sintomático | 6.252.607 | 1.112.620 | 145.500 | 2.180.660 | 4.273.041 |
| Doença de Newcastle | 19.531.000 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Raiva | 3.340.485 | 0 | 1.023.140 | 0 | 14.577.288 |
| Brucelose | 1.784.520 | 135.510 | 511.140 | 70.6560 | 60.000 |
| Gumboro | 44.025.000 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ANTÍGENO / ALÉRGENO | | | | | |
| Brucelose | 0 | 0 | 0 | 0 | 139.360 |
| Tuberculose | 0 | 0 | 0 | 0 | 247.050 |

Fonte: SEFIP-SP

Os números que constam no item Carbúnculo Sintomático refere-se à inutilização de todas as vacinas contra clostridioses.

Muitas vezes, a reprovação de um só lote de produto biológico em controle oficial pode refletir um número elevado de doses condenadas à inutilização. Por isso, pode-se notar que em determinados anos a quantidade de doses inutilizadas de determinado produto é zero e em outro ano esse número pode chegar a milhões de doses.

Infrações e Penalidades Aplicadas aos Estabelecimentos **Tabela 122**

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|--------------|------|------|------|------|------|
| Notificação | 22 | 28 | 33 | 111 | 169 |
| Infração | 34 | 58 | 35 | 32 | 30 |
| Apreensão | 21 | 21 | 13 | 15 | 11 |
| Inutilização | 82 | 52 | 61 | 14 | 09 |
| Destruição | 0 | 52 | 61 | 14 | 09 |
| Interdição | 1 | 9 | 7 | 6 | 10 |
| Liberação | 7 | 48 | 9 | 7 | 05 |

Fonte: SEFIP-SP

A quantidade de notificações apresentou-se elevada no ano 2012 porque houve a dedicação exclusiva de um FFA à relatoria de processos, o que elevou a produção desta atividade. Do total de multas aplicadas, 36,45% foram recolhidas no exercício.

O número de interdições foi elevado em 2012, isto porque foram priorizadas fiscalizações em empresas que não recebiam inspeção do MAPA há muito tempo. Estas empresas apresentaram dificuldades em aplicar os princípios das Boas Práticas de Fabricação.

Principais Indicadores **Tabela 123**

| Mnemônico | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta |
|--|------|------|------|------|------|------|
| Capacidade - Capacidade de Fiscalização (Ifra) - Total de fiscalizações / Ano | | | | | | |
| <i>Ifra</i> | 382 | 306 | 423 | 529 | 610 | 506 |
| Capacidade - Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (Iefa) - N° de estabelecimentos fiscalizados/Ano | | | | | | |
| <i>Iefa</i> | 153 | 115 | 112 | 148 | 167 | 321 |

| | | | | | | | |
|--|---------------|-------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Eficácia- Eficácia na Fiscalização de Estabelecimentos (Ieffe) - N° de estabelecimentos fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos registrados | <i>Ieffe</i> | 42,5% | 32,25% | 36,96% | 46,10% | 49,55% | 100% |
| Eficiência- Eficiência do Serviço na fiscalização (Ifrf) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos | <i>Ifrf</i> | 35 | 24,88 | 30,87 | 44,45 | 53,50 | -- |
| Capacidade – Capacidade de amostrar produtos biológicos (Icpb) - Número de produtos fiscalizados / Ano | <i>Icpb</i> | 1.094 | 981 | 1.059 | 1.312 | 1.041 | Demanda |
| Capacidade- Capacidade de analisar autorizações de Importação (Iripa) - N° Autorizações Importação / Ano | <i>Iripa</i> | 4.719 | 4.988 | 3.817 | 830 | 690 | Demanda |
| Eficiência - Eficiência do Serviço na colheita de amostras (Iapbf) – N° de amostras prod. Biológicas colhidas / N° de fiscais envolvidos | <i>Iapbf</i> | 156 | 163,5 | 211,8 | 328 | 347 | Demanda |
| Eficiência – Indicador de eficiência na análise das autorizações de importação (Iripaf) – N° de autorizações de importação / N° de fiscais envolvidos | <i>Iripaf</i> | 429 | 712,57 | 636,16 | 166 | 115 | Demanda |
| Eficiência- Eficiência do Serviço na pré-análise de processo de registro de produto (Iparf) – N° de processos analisados para registro(pré-análise) / N° de fiscais envolvidos | <i>Iparf</i> | 7 | 17,75 | 18 | 37 | 16,5 | Demanda |
| Capacidade- Capacidade de análise de processos para registro de produto(pré-análise) (Ipareg) – N° de processos analisados para registro(pré-análise)/ Ano | <i>Ipareg</i> | 73 | 71 | 54 | 37 | 33 | Demanda |

Fonte: SEFIP/SP

O indicador *Ifra* apresenta-se elevado devido ao elevado número de fiscalizações realizadas, principalmente devido as colheitas de vacina e aumento da capacidade de fiscalização pelos fiscais das UTRAs.

Os indicadores *Iefa* e *Ieffe* permanecem baixos pois, embora o numero de fiscalizações tenha aumentado, ainda não conseguimos fiscalizar anualmente todos os estabelecimentos registrados.

| Principais recursos humanos envolvidos | | Tabela 124 | |
|--|--------|--|--|
| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação | |
| Fiscal Federal Agropecuário | 23 | 12,05 | |
| Apoio Administrativo | 2 | 0,45 | |

Fonte: SEFIP/SP

Quadro A.4.4.17 Identificação da Ação FISFECOI

| | | | |
|---|---|-----------|-------|
| Código | 2141- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes | | |
| Descrição | A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. | | |
| Iniciativa | 013E-Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Liquidado | Saldo |

| | | | |
|------------------------|-------------|------------|-----------|
| 392.422,98 | 279.992,26 | 269.420,93 | 10.571,33 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Fiscalização Realizada | 1216 | 1123 | |

O SEFIA, tem como objetivo a fiscalização de insumos agrícolas e dentro deste contexto encontra-se o setor de fertilizantes, corretivos e inoculantes. As atividades executadas, tanto de fiscalização quanto de registro de produtos e de estabelecimentos, bem como de autorização de embarque de importações visam zelar pela qualidade e conformidade dos insumos ofertados aos produtores rurais, garantindo assim a produção e a produtividade agrícola e, em última análise, a segurança alimentar, tanto pela inocuidade dos insumos quanto pela quantidade da produção.

Resultados da Ação **Tabela 125**

| Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados | | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| EP Fertilizante | 252 | 199 | 209 | 222 | 230 |
| EP Corretivos | 33 | 29 | 25 | 21 | 22 |
| EP Inoculante | 3 | 2 | 2 | 3 | 4 |
| EP Substrato | 9 | 7 | 9 | 14 | 14 |
| Total EP (1) | 297 | 237 | 245 | 260 | 270 |
| EC (2) e EI (3) | 675 | 294 | 349 | 401 | 449 |
| Produtos Registrados no ano | 2.528 | 2.197 | 2.241 | 1.750 | 2.474 |
| Total Produtos Registrados | 36.907 | 14.901 | 14.963 | 16.671 | 19.145 |

(1) Estabelecimento Produtor (2) Estabelecimento Comercial (3) Estabelecimento Importador
Fonte: SEFIA/SP

A variação de dados encontrada na tabela acima ocorre pois as solicitações de registro e cancelamento se dão pela demanda do setor.

Em 2009 foi finalizado o recadastramento dos estabelecimentos produtores e várias das empresas que não conseguiram se adequar as normas vigentes tiveram seus registros cancelados, bem como o registros de seus produtos, assim como houve a necessidade, em função do recadastramento, do cancelamento de todos os registros de produtos anteriores, motivo pelo qual observou-se uma redução do número total de produtos registrados de 2008 para 2009.

Os dados referentes a 2010 seguem a tendência encontrada em 2009, sendo que foi finalizado o recadastramento dos estabelecimentos importadores e comerciais, com isso houve um aumento no número de registros em relação a 2009.

O número de estabelecimentos registrados elevou-se em 9 %, em relação a 2011 devido, principalmente a novas solicitações de registros de EP e EI no estado de São Paulo para as atividades de produção, importação e comercialização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e substratos.

Observou-se aumento de 41,3 % do número de produtos registrados em 2012, comparado ao ano anterior, fruto de maior demanda do setor, refletindo o crescimento do agronegócio brasileiro.

Fiscalização de estabelecimentos e amostras para análise fiscal

As diretrizes para 2012 foram as estabelecidas pela Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos (CFIC), contemplando a programação de uma a três fiscalizações em cada estabelecimento ao longo do ano, conforme sua atividade (fabricante, importador ou comerciante) e o tipo de produto fabricado (fertilizante minerais, orgânicos, corretivos e demais), associado à auditoria dos processos produtivos. Em relação a produtos, programou-se a fiscalização de 2% dos fertilizantes minerais simples/complexos, 3% dos fertilizantes mine-

rais mistos, orgânicos e condicionador de solos, 5% dos corretivos comercializados no Estado e de 20% dos inoculantes produzidos no Estado e três amostras de substratos por estabelecimento produtor desse insumo no ano. Os fertilizantes orgânicos e inoculantes importados são 100% amostrados e analisados em seu ingresso no país, passando por um período de quarentena, em que aguardam os resultados analíticos por até 30 dias úteis, antes de serem liberados para comercialização.

Em 2012, foi dada continuidade à organização interna implantada desde 2008 e que começou a dar os primeiros resultados em 2011, realizando fiscalizações dirigidas em estabelecimentos com maior histórico de problemas que outros, a fim de aumentar a conformidade dos fertilizantes, corretivos, substratos e inoculantes, buscando, assim o início de um processo de fiscalização por análise de risco.

A fiscalização em estabelecimentos produtores de micronutrientes para aplicação exclusivamente via solo continuou em 2012 com a mesma intensidade ocorrida em 2011. Essas ações buscam principalmente coibir o uso de resíduos industriais que não possuem autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Órgão de Meio Ambiente no estado de São Paulo, que representam risco a saúde pública, meio ambiente e, principalmente, à qualidade dos produtos ofertados aos produtores rurais.

Com relação aos fertilizantes minerais mistos, complexos e simples, fornecedores dos macronutrientes primários nitrogênio, fósforo e potássio (N, P e K), dos macronutrientes secundários cálcio, magnésio e enxofre (Ca, Mg e S) e de micronutrientes, houve intensa fiscalização nos principais estabelecimentos produtores do Estado, com direcionamento das coletas de amostras de fertilizantes em épocas de pico de produção, coincidindo com o início da adubação das culturas da cana-de-açúcar e milho da segunda safra, ocorridas no mês de fevereiro, e intensa fiscalização nos meses de junho a setembro quando o consumo de fertilizantes aumenta significativamente, dada a proximidade da safra seguinte. Para os demais produtos, seguiu-se a rotina programada pelo órgão central, não havendo direcionamento específico de fiscalização.

As tabelas abaixo mostram dados comparativos do registro de novos estabelecimentos e produtos e das fiscalizações realizadas no período de 2008 a 2012. O total de produtos fiscalizados é obtido pelo somatório do número de produtos amostrados e de produtos apreendidos e o total de fiscalizações realizadas é a quantidade de estabelecimentos fiscalizados somada à quantidade de produtos fiscalizados no ano. O último dado é utilizado como indicador da atividade no Sistema de Planejamento (SIPLAN).

Também são apresentados os dados relativos ao número de amostras coletadas e a quantidade amostrada, que é a representação dos lotes amostrados, bem como os dados relativos aos autos de infração.

| Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados Anualmente | | | | | Tabela 126 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Total EP | 90 | 83 | 49 | 15 | 10 |
| Estabelecimentos Comerciais (EC) e Importadores (EI): | 64 | 99 | 70 | 52 | 48 |
| Total de Registros de Estabelecimentos | 154 | 182 | 119 | 67 | 58 |
| Registros de Produtos – Geral | 2.528 | 2.197 | 2.241 | 1.750 | 2.474 |

Fonte: SEFIA/SP

Na tabela acima se observa a redução em 2012 do número de novos estabelecimentos e produtos registrados, que ocorre por demanda do setor, seguindo a tendência da série histórica. Quanto aos produtos, observa-se significativo aumento do número de registros, que também ocorre por demanda, mas contrariando a série histórica.

| Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Estabelecimento | Tabela 127 |
|---|-------------------|
|---|-------------------|

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|--|------------|------------|------------|
| Estabelecimento Produtor Fertilizante Sólido | 170 | 173 | 137 |
| Estabelecimento Produtor Fertilizante Líquido | 119 | 123 | 125 |
| Estabelecimento Produtor Corretivo Agrícola | 22 | 24 | 22 |
| Estabelecimento Produtor Condicionador de Solo | 10 | 3 | 3 |
| Estabelecimento Produtor Substrato | 18 | 18 | 12 |
| Estabelecimento Produtor Inoculante | 9 | 10 | 2 |
| Estabelecimento Importador | 56 | 47 | 42 |
| Estabelecimento Comercial e Cadastrado | 35 | 28 | 9 |
| Total de Estabelecimentos Fiscalizados | 439 | 426 | 352 |

Fonte: SEFIA/SP

Analisando a tabela acima, depreende-se que o número total de estabelecimentos fiscalizados em 2012 (352) foi inferior ao de 2011 (426). Contribuíram para tanto fatores como, as limitações impostas pelo Decreto Presidencial que restringia a quantidade de ordens de serviço por servidor, aumentando as exigências burocráticas na emissão de ordens de serviços, dificultando sobremaneira a execução das fiscalizações programadas, e também a greve deflagrada pelos Fiscais Federais Agropecuários em agosto de 2012.

O detalhamento dos estabelecimentos fiscalizados por categoria, objetiva aprimorar a gestão e a eficiência da fiscalização, permitindo que, através de análises de riscos, as fiscalizações possam ser mais efetivas.

| Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Produtos | | | | Tabela 128 |
|--|-------------|-------------|------------|-------------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Produtos Amostrados | --- | 837 | 777 | 714 |
| Produtos Apreendidos | --- | 183 | 160 | 51 |
| Total de Produtos Fiscalizados | 1103 | 1020 | 937 | 756 |

Fonte: SEFIA/SP

Na tabela acima, o número total de produtos fiscalizados foi, a partir de 2010, detalhado em 'produtos amostrados' e 'produtos apreendidos'. Produtos amostrados são aqueles em que houve coleta de amostra para aferição analítica de qualidade, enquanto que os apreendidos são os que sofreram medida cautelar de apreensão por apresentarem inconformidades. Essa divisão na notação proporcionou a melhora do planejamento das ações de fiscalização, tanto que resultou na redução do número de produtos apreendidos em 2012 com relação aos anos anteriores, passando de 82 % de produtos conformes em 2011 para 93 % em 2012, demonstrando a efetividade da fiscalização.

Em 2012, ligeira redução do número de produtos fiscalizados foi observada em comparação a 2011, fruto de uma melhor estratégia na seleção de produtos a amostrar. Cabe aqui a observação de que a coleta de amostras também é sujeita à demanda, a exemplo do comentário feito para o número de estabelecimentos registrados, uma vez que a oferta de produtos para amostragem depende do ritmo de produção dos estabelecimentos.

| Amostras Coletadas, Analisadas e dentro das Garantias de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes | | | | | Tabela 129 |
|---|------------|--------------|------------|------------|-------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Nº Amostras de Fertilizantes Sólidos | 666 | 732 | 508 | 428 | 388 |
| Nº Amostras de Fertilizantes Líquidos | 259 | 184 | 251 | 253 | 274 |
| Nº Amostras de Corretivos | 18 | 12 | 36 | 35 | 22 |
| Nº Amostras de Inoculantes | 25 | 93 | 42 | 61 | 20 |
| Substrato e Condicionador | -- | -- | -- | -- | 10 |
| Total de amostras coletadas | 968 | 1.024 | 837 | 777 | 714 |

| | | | | | |
|---|-----|-------|-----|-----|-----|
| Total de amostras analisadas | 986 | 1.043 | 835 | 899 | 456 |
| Total de amostras dentro da garantia(*) | 737 | 756 | 628 | 693 | 336 |

(*)Dados referentes apenas aos resultados recebidos das amostras analisadas em 2012, não se referindo ao total de amostras coletadas no ano. Existem amostras coletadas em um ano que só são analisadas no ano seguinte.

Fonte: SEFIA/SP

Quanto às amostras coletadas, o direcionamento da amostragem foi qualitativo, ou seja, foram fiscalizados produtos com maior representatividade no mercado e com maior risco de inconformidades buscando a proteção do consumidor, da saúde pública e do meio ambiente, lembrando que oscilações quantitativas anuais ocorrem também em função da demanda já comentada.

| Quantidade Amostrada de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes | | Tabela 130 | | | | |
|---|--------------|------------|----------|------------|-----------|-----------|
| | | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Fertilizantes Sólidos | t X 1000 | 132 | 99,61 | 114,52 | 91,58 | 79,42 |
| Fertilizantes Líquidos | l X 1000 | 3.875 | 632,07 | 103.365,50 | 180.924,9 | 80.567,73 |
| Corretivos | t X 1000 | 19 | 3,96 | 38,6 | 32,91 | 41,14 |
| Inoculantes | Doses x 1000 | 783 | 8.046,83 | 952 | 5764 | 465,17 |

Fonte: SEFIA/SP

A tabela acima mostra a quantidade de produtos amostrados. Observa-se que houve redução do volume coletado de fertilizantes fluidos em 2012, comparado ao ano anterior, representando, como acima referido, amostragem com caráter qualitativo.

Quanto aos inoculantes, a redução do volume coletado deveu-se, principalmente, as limitações de capacidade analítica deste insumo em 2012.

A diminuição do volume coletado de produtos sólidos resultou da redução da amostragem de fertilizantes minerais simples, que vêm apresentando maior conformidade em anos sucessivos, o que, sob análise de risco, possibilitou a diminuição da intensidade de sua amostragem.

| Autos de Infração, Termos de Advertência, Multas Aplicadas e Cobranças Executivas | | | | Tabela 131 |
|---|--|------|------|------------|
| | | 2010 | 2011 | 2012 |
| Nº de Autos de Infração | | 218 | 267 | 163 |
| Nº de Termos de Advertência | | 15 | 7 | 2 |
| Nº de Multas Aplicadas | | 344 | 232 | 72 |
| Nº de Cobranças Executivas | | 55 | 19 | 10 |
| Nº de Autos de Infração Cancelados | | 61 | 12 | 0 |

Fonte: SEFIA/SP

A estratégia de fiscalização fundamentada em análise de risco, em implementação desde 2011, começa a apresentar resultados positivos, conforme demonstrado acima. A redução do número de Autos de Infração aplicados e, naturalmente, de advertências e multas, reflete a efetividade da fiscalização no Estado de São Paulo. O melhor planejamento das ações de fiscalização ficou demonstrado com aumento da conformidade dos produtos, cumprindo os objetivos da fiscalização, com ganhos diretos à saúde pública, meio ambiente e aos produtores rurais.

| Principais Indicadores | | | | | | Tabela 132 |
|--|--------|--------|---------|---------|--------|------------|
| Mnemônico | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta |
| Capacidade – Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (Ife) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/Ano | | | | | | |
| <i>Ife</i> | 315 | 287 | 439 | 426 | 352 | 395 |
| Eficácia - Fiscalização de estabelecimento produtor (Ifep) - Nº de EPs fiscalizados x 100 / Total de EPs registrados | | | | | | |
| <i>Ifep</i> | 78,11% | 71,03% | 142,04% | 135,00% | 111,5% | 100% |
| Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (Icof) - Nº de estabelecimentos fiscalizados / Total de técnicos envolvidos | | | | | | |
| <i>Icof</i> | 29 | 31,2 | 44,1 | 49,53 | 39,1 | --- |

Relatório de Gestão 2012-SFA/SP

Normativa TCU

| | | | | | | |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Eficiência - Custo da fiscalização (Icf) - Recurso financeiro despendido / N° de estabelecimentos fiscalizados | | | | | | |
| Icf | 218,11 | 263,02 | 394,03 | 444,17 | 402,02 | --- |
| Capacidade - Amostras coletadas (Iac) - n° de amostras coletadas / ano | | | | | | |
| Iac | 968 | 1.024 | 837 | 777 | 714 | 821 |
| Eficiência- Conformidade de produtos (Icp) - N° de amostras dentro dos padrões x100 / Total de amostras analisadas | | | | | | |
| Icp | 75 % | 72,48% | 75,21% | 77,08% | 73,6% | 90% |
| Eficiência - Capacidade de análise de registros de produtos (Icar) - N° de processo de registro de produto / Total de técnicos envolvidos | | | | | | |
| Icar | 506 | 655 | 668 | 412 | 494,8 | Demanda |
| Capacidade - Registro de Produto (Irp)-N° de Produtos Registrados / Ano | | | | | | |
| Irp | 2.528 | 2.197 | 2.241 | 1.750 | 2.474 | Demanda |
| Capacidade – Análise de requerimentos de registro de produto (Irrp) – (N° de Requerimentos Analisados x 100) / N° de Requerimentos Protocolados no Ano | | | | | | |
| Irrp | -- | -- | -- | -- | 88,3 | Demanda |
| Eficiência - Capacidade de análise de requerimentos de registros de produtos (Icarr) - N° de Requerimentos Analisados / Total de técnicos envolvidos | | | | | | |
| Icarr | -- | -- | -- | -- | 622,4 | Demanda |

Fonte: SEFIA/SP

O índice Capacidade de Fiscalização 'Ife', apresentou, em 2012, resultado inferior à meta em 11%. A limitação de ordens de serviço impostas pelo Decreto Presidencial, como já citado, dificultou sobremaneira a execução das fiscalizações programadas, sendo o principal responsável pelo não cumprimento da meta.

O índice Fiscalização de Estabelecimento Produtor 'Ifep', superou a meta em 11,5%, em conformidade com as diretrizes da Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos, e é fruto da adoção da estratégia de fiscalização por análise de risco.

Tendo em vista que não houve aumento de técnicos envolvidos na ação o índice Capacidade Operacional do Serviço 'Icof', apresentou redução em relação a 2011, reflexo direto da redução do índice 'Capacidade de Fiscalização – Ife'.

O Custo da fiscalização – 'Icf', apresentou em 2012, redução em relação a 2011, porém, aumento quando comparado aos anos anteriores. Este índice representa quanto, na média, custa cada fiscalização realizada. É, portanto, influenciado pela estratégia de fiscalização adotada, bem como pelos custos operacionais para execução das ações, que envolvem os valores despendidos nos deslocamentos (combustível, pedágios e manutenção de veículos) e em diárias e passagens. Dos citados fatores, somente a estratégia de fiscalização pode ser controlada, o mesmo não ocorrendo com os demais fatores.

Já o 'Índice de Amostras Coletadas – Iac', apresentou resultado inferior à meta em 13%, também reflexo da redução do índice 'Capacidade de Fiscalização – Ife' e da já citada diminuição do número de amostras coletadas de fertilizantes minerais simples. Outro fator que contribuiu para o desempenho do indicador foram as limitações de capacidade analítica de inoculantes, que resultou em significativa diminuição do número de amostras coletadas deste insumo.

O 'Icp' - índice Conformidade de Produtos, foi inferior a meta e ao obtido em 2011, demonstrando que a fiscalização baseada em análise de risco, principalmente focada no direcionamento da fiscalização em estabelecimentos com histórico de irregularidades, é capaz de interceptar produtos não conformes, pressionando o índice para baixo, mas, certamente, refletindo a efetividade das ações fiscais.

Pelos índices 'Icar' e 'Irp', verifica-se que o número de registros de produtos anualmente efetuados no Estado continua elevado. Tal fato ratifica a intensa atividade do setor produtivo ligado aos fertilizantes, corretivos e inoculantes em São Paulo. O número de registros efetuados por técnico aumentou em 2012 em comparação a 2011. Os números podem variar ano a ano, face a demanda do setor produtivo.

Para a mensuração mais adequada da capacidade e eficiência relacionadas a registros de produtos foram introduzidos dois novos indicadores: ‘Análise de requerimentos de registro de produto’ (Irrp) e ‘Capacidade de análise de requerimentos de registros de produtos (Icarr)’. Ambos consideram o número de requerimentos de registros de produtos protocolados e analisados anualmente e os técnicos envolvidos, ao invés do número de registros concedidos, haja visto que certo número de requerimentos analisados são indeferidos ou colocados em exigência, portanto, não computados nos registros concedidos. Desta forma, representa-se melhor a carga de trabalho incidente sobre cada técnico e a capacidade de análise do Serviço.

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 133**

| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação |
|------------------------------------|--------|--|
| Fiscal Federal Agropecuário | 12 | 5,3 |
| Agente de Atividades Agropecuárias | 5 | 1,5 |
| Técnicos de Nível Superior | 3 | 2,4 |
| Apoio Administrativo | 1 | 0,8 |

Fonte: SEFIA/SP

Quadro A.4.4.18 Identificação da Ação FISCALSEM

| | | | |
|---|--|------------|----------|
| Código | 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças | | |
| Descrição | A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos. | | |
| Iniciativa | 013E-Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Liquidado | Saldo |
| 448.196,09 | 263.874,23 | 260.111,39 | 3.762,84 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Fiscalização Realizada | 198 | 125 | |

Inscrições e credenciamento dos agentes – RENASEM

A demanda pela regularização de sua situação, por parte dos abrangidos pela obrigação legal de inscrever-se ou credenciar-se junto ao RENASEM, permanece aquecida em razão da fiscalização exercida no campo por equipes de Fiscais da SFA, apesar do contingenciamento de recursos ocorrido no ano de 2012.

| Número de Inscrições e de Credenciamentos no RENASEM (certificados emitidos) | | | | | Tabela 134 | | |
|---|----|------|------|------|-------------------|------|--|
| Tipo de Agente | Un | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Produtor de Sementes ou Mudanças | nº | 113 | 127 | 279 | 172 | 175 | |
| Comerciante de Sementes ou Mudanças | nº | 117 | 132 | 104 | 176 | 145 | |

| | | | | | | |
|--|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Reembalador, Armazenador ou Beneficiador de Sementes | nº | 25 | 19 | 11 | 15 | 32 |
| Responsável Técnico | nº | 122 | 118 | 144 | 93 | 153 |
| Certificador da Prod. própria | nº | 4 | 13 | 0 | 0 | 5 |
| Entidade de Certificação | nº | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Laboratório Análise Sementes | nº | 2 | 8 | 12 | 1 | 10 |
| TOTAL | nº | 419 | 415 | 550 | 457 | 520 |
| Numero técnicos envolvidos na atividade | | | | | | 03 |
| Numero processos analisados/técnico | | | | | | 173 |

Fonte: SEFIA/SP

| Inscrições e Homologações de Campos de Sementes | | | | | | | Tabela 135 |
|--|---------------------------------|------|------|------|------|------|-------------------|
| Campos de Sementes Inscritos | | | | | | | |
| | | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Homologados | Campo de Sementes Genética | Nº | 0 | 0 | 42 | 0 | 74 |
| | Campo de Sementes Básica | Nº | 59 | 26 | 52 | 43 | 22 |
| | Campo de Sementes Certificada 1 | Nº | 581 | 152 | 214 | 132 | 110 |
| | Campo de Sementes Certificada 2 | Nº | 124 | 75 | 170 | 76 | 112 |
| | Campo de Sementes S1 | Nº | 1020 | 684 | 469 | 538 | 496 |
| | Campo de Sementes S2 | Nº | 2229 | 1383 | 1369 | 1163 | 1322 |
| | Denegados | Nº | 10 | 92 | 125 | 44 | 3 |

Fonte: SEFIA/SP

Foram homologados 2136 campos e denegados 3, o que acarretou em média 403,6 análises de documentação por técnico, ressaltamos que três dos referidos técnicos também analisam os processos para inscrição ou credenciamento no RENASEM.

A equipe do SEFIA prossegue nas suas atividades de orientação ao Público através de palestras oferecidas em vários Simpósios, Reuniões Técnicas e Seminários, em parceria com as lideranças da iniciativa privada deste Setor, orientando sobre a legislação em vigor, no que se refere às inscrições de materiais de propagação, viveiros convencionais e viveiros “in vitro”, em um esforço para conscientizar e trazer este segmento para regularizar a sua produção de Mudanças de Frutíferas, Olerícolas, Ornamentais e de Florestais.

| Produção de Sementes | | | | | | | | Tabela 136 |
|-----------------------------|-----------------------|-----------|-----------------------|-----------|-----------------------|------------|-----------------------|-------------------|
| Safra | 2008/2009 e 2009/2009 | | 2009/2010 e 2010/2010 | | 2010/2011 e 2011/2011 | | 2011/2012 e 2012/2012 | |
| Categoria | Área (ha) | Quant (t) | Área (ha) | Quant (t) | Área (ha) | Quant (t) | Área (ha) | Quant (t) |
| GE | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 383,5 | 712,7 |
| BA | 590 | 2.099 | 3.146 | 12.162 | 1.283,5 | 4.250,5 | 640 | 1.825 |
| C1 | 6.908 | 24.794 | 7.370 | 28.518 | 7.111,1 | 3.484,00 | 4.256,24 | 15.646 |
| C2 | 3.976 | 1.0591 | 8.078 | 24.249 | 3.793,7 | 10.686,00 | 6.578,8 | 21.297 |
| S1 | 24.562 | 75.262 | 18.909 | 63.842 | 25.352,9 | 81.604,24 | 16.318 | 54.574 |
| S2 | 58.916 | 132.560 | 41.844 | 106.570 | 34.115,06 | 65.022,00 | 37.971,8 | 76.323,5 |
| total | 94.952 | 245.306 | 79.347 | 235.241 | 71.656,26 | 192.746,73 | 66.148,34 | 170.378,20 |

(BA) Básica ;(C1) Certificada de primeira geração ;(C2) Certificada de segunda geração ; (GE) Genética

Fonte: SEFIA/SP

Certificação de Sementes

A Lei Nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, ao permitir o credenciamento de Produtores de Sementes como Certificadores da Produção Própria, propiciou maior agilidade nos procedimentos de controle de qualidade, controle de gestão e rastreabilidade sob a responsabilidade e execução direta desses produtores. A partir da safra 2009/2010, o SEFIA deixou de atuar como entidade certificadora da produção de sementes, conforme previa a legislação. Desde então o setor, no âmbito do Estado de São Paulo, vem sendo atendido por uma única entidade privada denominada Fundação Pró-sementes, devidamente credenciada como Entidade

dade Certificadora credenciada junto a este Ministério, além 13 Certificadores da Produção Própria, estimulados pelo MAPA, desde 2005, a se capacitar e implantar seus próprios Sistemas de Gestão de Certificação por meio de Manuais de Procedimentos.

Desde 2006, os produtores que obtiveram seu credenciamento como certificadores da produção própria de sementes puderam emitir seus próprios Certificados de Sementes referentes às suas produções de Sementes Básica, Certificada 1 e Certificada 2. O aprimoramento exercido pelo órgão fiscalizador na supervisão e controle dessa Certificação, a partir da safra 2008/2009, demonstra pelos dados e informações coletados, que este segmento está estável, sendo a oscilação apresentada normal, inclusive com o uso de cultivares geneticamente modificadas (OGM), levando-se em consideração as cultivares, sua produtividade, as condições de interesse do mercado consumidor e sua adaptação edafoclimática. Destaca-se que a diversidade de espécies e cultivares assim produzidas fornecem sustentação ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (SNSM) e contribuem para o abastecimento de sementes de alta qualidade para as principais culturas econômicas do Estado de São Paulo, fornecendo também, valioso material básico para outros Estados da Federação. Há ainda dificuldades no abastecimento regular de sementes de Amendoim e de algumas espécies forrageiras tropicais. A organização da produção e certificação de mudas é nosso maior desafio para as próximas safras.

| Fiscalização de Sementes e Mudanças | Tabela 137 | |
|--|-------------------|-------------|
| | 2011 | 2012 |
| Entidades produtoras, beneficiadoras, reembaladoras e armazenadoras, laboratórios e trânsito internacional | 1339 | 2409 |

Fonte: SEFIA/SP

A fiscalização de entidades ficou aquém do programado principalmente em razão das restrições impostas através do Decreto Presidencial que regulamenta o deslocamento de servidores no âmbito da administração pública direta. No entanto a demanda por fiscalização no trânsito internacional de sementes e mudas permitiu que o número de fiscalizações no ano de 2012 fosse 79,9% maior do que o realizado no ano de 2011.

Importação de Material de Propagação Vegetal

A análise dos dados da tabela abaixo demonstra o aumento da importação de material de propagação refletindo o aquecimento do agronegócio brasileiro.

| Importação de Material de Propagação Vegetal | | Tabela 138 | | | | | |
|---|-------|-------------------|------------|------------|----------------|----------------|----------------|
| Espécie | UN | Quantidade | | | Valor (R\$) | | |
| | | 2010 | 2011 | 2012 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Olerícolas | kg | 273.198 | 643.290 | 634.628 | 87.439.996,15 | 96.350.769,00 | 129.536.779,00 |
| Batata-semente | kg | 4.987.826 | 3.271.498 | 1.719.541 | 10.873.452,20 | 8.061.104,00 | 4.672.016,00 |
| Flores | kg | 2.067 | 3.159 | 998 | 3.363.131,00 | 3.289.155,00 | 3.863.048,00 |
| Grandes Culturas | kg | 290.591 | 436.518 | 95.915 | 1.941.345,00 | 2.097.793,00 | 8.267.352,00 |
| Sementes Diversas | kg | 268.487 | 256.297 | 365.371 | 16.435.821,00 | 15.771.076,00 | 19.831.845,00 |
| Sub – Total Sementes | kg | 5.822.169 | 4.610.762 | 2.816.453 | 120.053.475,35 | 126.109.897,00 | 166.171.040,00 |
| Sub – Total Bulbos | Bulbo | 37.114.482 | 41.197.812 | 54.185.648 | 12.548.859,10 | 14.871.618,00 | 19.260.081,00 |
| Mudas Frutíferas | Unid | 288.724 | 325.524 | 679.988 | 285.868,00 | 358.832,00 | 423.642,00 |
| Mudas Ornamentais | Unid | 58.425.789 | 15.794.100 | 14.829.863 | 12.315.262,20 | 14.399.770,00 | 22.182.264,00 |
| Mudas florestais | Unid | 134.025 | 738.125 | 140.755 | 3.725,30 | 14.821,00 | 6.077,00 |
| Sub – Total Mudanças | Unid | 58.848.538 | 16.857.749 | 1.986.605 | 12604.855,5 | 14.773.423,00 | 550.208,00 |

| | | | | | | |
|-------------|--|--|--|----------------|----------------|---------------|
| Total Geral | | | | 145.207.189,95 | 155.754.938,00 | 23.162.191,00 |
|-------------|--|--|--|----------------|----------------|---------------|

Fonte: SEFIA/SP

Exportação de Material de Propagação Vegetal

A análise dos dados da tabela abaixo demonstra o aumento da exportação de material de propagação gerando divisas em favor da balança comercial brasileira.

| Exportação de Material de Propagação Vegetal | | | | | | | Tabela 139 |
|--|-------|-------------|-------------|-------------|----------------|----------------|----------------|
| Espécie | UN | Quantidade | | | Valor (R\$) | | |
| | | 2010 | 2011 | 2012 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Forrageiras | kg | 6.736.336 | 5.928.875 | 6.391.631 | 82.661.083,00 | 99.781.705,00 | 119.488.467,00 |
| Florestais | kg | 2.188 | 1.181 | 1.432 | 2.001.598,03 | 955.283,00 | 3.311.621,00 |
| Grandes Culturas | kg | 9.366.480 | 6.918.076 | 5.637.689 | 50.410.062,00 | 41.952.238,00 | 40.363.086,00 |
| Olerícolas | kg | 237.889 | 107.979 | 161.852 | 19.872.774,34 | 17.425.301,00 | 25.199.225,00 |
| Ornamentais | kg | 86.073 | 0 | 0 | 776.731,00 | 0 | 0 |
| Sub – Total Sementes | kg | 16.428.968 | 12.956.111 | 12.030.075 | 155.722.248,37 | 160.114.527,00 | 188.362.399,00 |
| Sub – Total Bulbos | Unid. | 133.897.385 | 239.615.000 | 97.972.966 | 81.711.049,00 | 255.827.866,00 | 138.968.869,00 |
| Sub – Total Mudanças | Unid. | 629.300.418 | 504.741.237 | 503.104.886 | 25.259.282,14 | 20.674.238,00 | 16.800.726,00 |
| Total Geral | | | | | 262.692.579,51 | 436.616.631,00 | 344.131.994,00 |

Fonte: SEFIA/SP

Na tabela abaixo nota-se uma tendência de manter estável tanto o número de autorizações de importação quanto de autorizações de exportação de sementes e de mudas em 2012 em relação ao ano de 2011.

| Fiscalização Exportação e Importação | | | | | | | Tabela 140 |
|--|-----|-------|-------|------|-------|-------|------------|
| Descrição da Atividade/Ação /Processo | Un. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Autorização de Importação de Sementes | n° | 781 | 955 | 981 | 1020 | 1069 | |
| Autorização de Importação de Mudanças | n° | 417 | 515 | 653 | 645 | 712 | |
| Autorização de Exportação de Sementes | n° | 760 | 770 | 691 | 712 | 732 | |
| Autorização de Exportação de Mudanças | n° | 422 | 414 | 459 | 464 | 488 | |
| Liberação de Importação de Sementes | n° | 789 | 899 | 943 | 948 | 987 | |
| Liberação de Importação de Mudanças | n° | 432 | 484 | 626 | 621 | 652 | |
| Coleta de Amostras da Importação de Sementes | n° | 1.716 | 2240 | 2077 | 2442 | 2299 | |
| Atendimento a clientes | n° | 11623 | 10860 | 9754 | 11400 | 12500 | |
| Processos de Retenção de sementes Importadas | n° | 20 | 51 | 23 | 25 | 31 | |

Fonte: SEFIA/SP

O indicador de eficiência (ICAp), que mede o número de processos autorizados por número de técnicos envolvidos continua elevado, evidenciando a crescente pressão sobre a equipe do SEFIA decorrente da demanda de serviços por este segmento do agronegócio brasileiro.

Os indicadores de capacidade continuam seguindo a tendência da série histórica se mantendo crescentes, refletindo a crescente demanda deste segmento do agronegócio.

| Principais Indicadores | | | | | | Tabela 141 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|------------|
| Mnemônico | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Eficiência - Eficiência do Serviço na Análise de Processos (ICAp) - N° de Processos Autorizados / N° de Técnicos envolvidos | | | | | | |
| <i>ICAp</i> | 3.601 | 4.037 | 4.352 | 4.410 | 3.001 | |
| Capacidade - Processos de autorização de exportação (IPAE) - n° de processos de exportação autorizados / ano | | | | | | |
| <i>IPAE</i> | 1.182 | 1.184 | 1.150 | 1.176 | 1.220 | |

| | | | | | |
|---|-------|-------|--------|--------|--------|
| Capacidade Processos de autorização de importação (IPAi) - n° de processos de importação autorizados / ano | | | | | |
| IPAi | 1.198 | 1.470 | 1.634 | 1.665 | 1.750 |
| Capacidade - Processos de liberação de importação (IPLi) - n° de processos de liberação de importação / ano | | | | | |
| IPLi | 1.221 | 1.383 | 1.569 | 1.569 | 1.369 |
| Eficácia - Processos Retidos (IPRi) - N° de processos não liberados / N° de processos solicitados | | | | | |
| IPRi | 0,089 | 0,059 | 0,0053 | 0,0057 | 0,0103 |

Fonte: SEFIA/SP

Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 142

| Cargo | Número | Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação |
|-------------------------------------|--------|--|
| Fiscal Fed. Agropecuário | 20 | 10,75 |
| Apoio Administrativo | 1 | 0,20 |
| Agentes de Atividades Agropecuárias | 2 | 0,40 |

Fonte: SEFIA/SP

Quadro A.4.4.19 Identificação da Ação FISAGROTOX

| | | | |
|---|---|-----------|-------|
| Código | 2909 - Fiscalização de agrotóxicos e afins | | |
| Descrição | A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação; 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU). | | |
| Iniciativa | 013E-Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas | | |
| Unidade Responsável | Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA | | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Liquidado | Saldo |
| 205.169,30 | 77.016,06 | 73.088,69 | |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Fiscalização Realizada | 637 | 678 | |

Esta ação contempla dois grandes grupos de atividades, sendo: (a) ações envolvendo os estabelecimentos fabricantes, formuladores e importadores de agrotóxicos e (b) ações envolvendo estações experimentais de ensino, pesquisa e assistência técnica para realização de estudos e emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agrônômica para fins de registro de agrotóxicos.

Empresas produtoras, importadoras e exportadoras de agrotóxicos

A tabela abaixo apresenta a evolução do número de empresas de agrotóxicos e a série histórica de fiscalizações no período de 2008 a 2012. Iniciou-se a partir de 2010 a série histórica de produtos amostrados para análise, em razão de nova diretriz estabelecida pela Coordenação Geral em Brasília.

O número de anuências prévias de importação no ano de 2012 foi maior em 7,5% em relação ao ano de 2011 seguindo a tendência de crescimento do agronegócio brasileiro. A publicação da IN 51/11 simplificou o processo de importação de agrotóxicos fazendo com que diminuísse em aproximadamente 66% a necessidade de autorizações de embarque para Lis substitutivas, refletindo na diminuição da pressão sobre a equipe de trabalho e com ganho para os clientes do MAPA.

| Empresas de Agrotóxicos | Tabela 143 | | | | |
|--|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Nº indústrias de agrotóxicos em atividade em SP | 133 | 133 | 189 | 192 | 210 |
| Nº indústrias de agrotóxicos fiscalizadas | 49 | 52 | 77 | 107 | 86 |
| Nº indústrias de agrotóxicos autuadas | 22 | 22 | 18 | 56 | 28 |
| Nº produtos agrotóxicos fiscalizados | 268 | 247 | 258 | 364 | 456 |
| Nº produtos amostrados para análise | - | - | 68 | 76 | 38 |
| Nº produtos fiscalizados + amostrados por técnico (5,6) | 65 | 47,5 | 61,51 | 83,02 | 88,21 |
| Nº anuências prévias de importação de Agrotóxicos analisadas | 5412 | 5134 | 5511 | 6161 | 6624 |
| Nº anuências prévias de LI substitutivas analisadas | - | - | 2057 | 2398 | 743 |
| Nº Anuências Prévias analisadas por técnico* | 1353 | 1283 | 1681,78 | 1711,8 | 1473,4 |

* atividade referente apenas aos Fiscais da sede
Fonte: SEFIA/SP

O atendimento do índice de capacidade (IAGCf) em 7,5% acima da meta, conforme descrito na tabela de indicadores abaixo, foi possível em razão do esforço da equipe e a realização de forças tarefa com a colaboração de servidores de outras unidades da federação.

O índice de conformidade constatado na fiscalização (IAGQi) apresentou um crescimento de 41% comparado ao ano de 2011, ficando no entanto muito aquém da meta de 95%. O aumento no índice de conformidade demonstra a efetividade da ação fiscal na proteção da saúde pública, do meio ambiente e na garantia de insumos de qualidade, o que atende plenamente a finalidade da ação.

A fiscalização de agrotóxicos foi realizada com foco na qualidade dos produtos, com coletas de amostras de agrotóxicos para análises fiscais. Também foram realizadas verificações documentais dos produtos importados e fabricados no Brasil, referentes ao controle de qualidade, análises de impurezas e componentes utilizados nas formulações, além da verificação do encaminhamento dos relatórios semestrais instituídos pela Legislação Federal vigente.

Pela análise dos dados verifica-se que o IAGQi, superestima as não conformidades encontradas na fiscalização de agrotóxicos, pois o mesmo representa a relação entre estabelecimentos autuados e estabelecimentos fiscalizados. Porém, a maioria dos autos de infração é emitida para os estabelecimentos em razão de irregularidades em produtos e segundo a série histórica, desde 2005 é fiscalizado um número muito maior de produtos do que o de estabelecimentos, de forma que um indicador de conformidade de produtos representaria melhor a realidade da fiscalização de agrotóxicos no Estado de São Paulo. Diante do exposto e considerando ainda a finalidade da ação de assegurar a conformidade dos agrotóxicos ofertados no mercado interno e externo, iniciamos a partir de 2011 um novo índice de conformidade por produto fiscalizado (IAGQp). Assim, em 2012, o IAGQp demonstrou que 84,21% dos agrotóxicos produzidos e importados por SP estão conforme as garantias e especificações do registro. Este índice atingiu 88% da meta definida pelo órgão central, muito superior ao IAGQi que atingiu apenas 71 % da meta.

O indicador IAGQ superou a meta em 2,95% devido ao aumento das exigências nas importações que demandaram maior número de fiscalizações.

| Principais Indicadores | | | | | | Tabela 144 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| Mnemônico | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Meta |
| Capacidade - Fiscalização de estabelecimentos (IAGCf) - N° estabelecimentos fiscalizados / Ano | | | | | | |
| IAGCf | 49 | 52 | 77 | 107 | 86 | 80 |
| Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações (IAGQi) – (N° estabelecimentos fiscalizados – N° estabelecimentos autuados) X 100 / N° de estabelecimentos fiscalizados | | | | | | |
| IAGQi % | 55,1 | 57,7 | 76,6 | 47,66 | 67,44 | 95 % |
| Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações de produtos (IAGQp) – (N° produtos fiscalizados – N° produtos irregulares) X 100 / N° de produtos fiscalizados | | | | | | |
| IAGQp % | - | - | - | 86,59 | 84,21 | --- |
| Eficácia - Eficácia na fiscalização de estabelecimentos de agrotóxicos (IAGQ) - N° de estabelecimentos fiscalizados x 100 / N° de estabelecimentos registrados | | | | | | |
| IAGQ % | 33 | 39,1 | 40,7 | 55,73 | 40,95 | 38% |
| Eficiência - Produtividade do Serviço na fiscalização de estabelecimentos (IAGP) - N° estabelecimentos fiscalizados / N° de técnico do serviço | | | | | | |
| IAGP | 12,3 | 10 | 14,5 | 20,19 | 15,36 | --- |

Fonte: SEFIA/SP

Estações Experimentais de Agrotóxicos

Desde a publicação da Instrução Normativa nº 18/2007 e posteriormente da IN 36/2009 que prevêm a obrigatoriedade das instituições públicas de pesquisa se credenciarem para o desenvolvimento de atividade de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins, houve um acréscimo no número de solicitações de credenciamento. Por se tratar de fiscalização diferenciada da fiscalização nas indústrias e com muitas peculiaridades, a partir de 2010 os dados e os principais indicadores de estações experimentais estão sendo apresentados separadamente das informações das empresas de agrotóxicos.

| Atividades | | | | | | Tabela 145 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| Estações Experimentais (EE) | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| N° Estações Experimentais em atividade | 16 | 18 | 18 | 23 | 27 | |
| N° Estações Experimentais fiscalizadas | - | - | 5 | 18 | 24 | |
| N° Estações Experimentais autuadas | - | - | 2 | 4 | 13 | |
| N° de Novas Estações credenciadas | - | - | 2 | 5 | 4 | |
| N° Inspeções para credenciamento | 2 | 1 | 6 | 4 | 6 | |

Fonte: SEFIA/SP

O número de fiscalizações realizadas em estações experimentais (IEeCf) foi superior em relação ao ano de 2011 em 33%. E superior em aproximadamente 4% a meta estabelecida no POA 2012.

O aumento no número de estações experimentais credenciadas, o aumento das fiscalizações em relação ao ano de 2011 e o aprimoramento da ação fiscal levaram ao aumento no número de autuações na ordem de 325% em relação ao ano de 2011 o que demonstra a necessidade de maior atenção a este segmento da fiscalização de agrotóxicos.

| Principais Indicadores | | | | | Tabela 146 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| Mnemônico | 2010 | 2011 | 2012 | Meta | |
| Capacidade - Fiscalização de estabelecimentos (IEeCf) - N° estabelecimentos fiscalizados / Ano | | | | | |
| IEeCf | 5 | 18 | 24 | 23 | |
| Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações (IEeQi) – (N° estabelecimentos fiscalizados – N° estabelecimentos autuados) X 100 / N° de estabelecimentos fiscalizados | | | | | |
| IEeQi % | 60,0 | 77,78 | 45,83 | 95% | |

Eficácia - Eficácia na fiscalização de estações experimentais (IEeQ) - N° de estabelecimentos fiscalizados + inspecionados x 100 / N° de estabelecimentos registrados

IEeQ % 61,0 95,65 111,11 85,2%

Eficiência - Produtividade do Serviço na fiscalização de estabelecimentos (IEeP) - N° estabelecimentos fiscalizados / N° de técnico do serviço

IEeP 2,1 3,4 4,29 ---

Fonte: SEFIA/SP

Autuações e demais penalidades

Em toda ação fiscal na qual é identificada irregularidade na produção, importação ou exportação de agrotóxicos é lavrado o auto de infração, a partir do qual é autuado um processo administrativo para apuração da irregularidade, podendo o mesmo ter como conclusão: anulação, aplicação das penas de advertência, multa ou ainda a suspensão do registro, cancelamento do registro ou inutilização de produto.

O SEFIA dispõe de um controle destes processos, contendo o histórico dos autuados, sendo esse um dos fatores a ser considerado quando da aplicação da penalidade ao infrator.

N° de Autos de Infração, Notificações de Advertência, Multas Recolhidas, Cobranças Executivas e Autos de Infração Insubistentes **Tabela 147**

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| N° de Autos de Infração | 19 | 60 | 41 |
| Notificações de Advertência | 8 | 3 | 19 |
| Multas Recolhidas | 7 | 11 | 37 |
| Cobranças Executivas | 0 | 0 | 0 |
| Autos de Infração Insubistentes | 1 | 0 | 7 |

Fonte: SEFIA/SP

Principais Recursos Humanos Envolvidos **Tabela 148**

| Cargo | Número | Equivalente técnico % de dedicação à ação |
|-----------------------------|---------------|--|
| Fiscal Federal Agropecuário | 12 | 5,6 |
| Apoio Administrativo | 1 | 0,25 |

Fonte: SEFIA/SP

PROGRAMA 2014 – AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

As ações afetas ao programa 2014, e desenvolvidas a nível estadual pela Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, com exceção da ação FIS-CAGRIC, são programadas em Brasília, sendo suas diretrizes emanadas pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo-SDC/MAPA e pela Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/MAPA, razão pela qual não existem metas físicas e planejamento financeiro.

Quadro A.4.4.20 Identificação da Ação FISCAGRIC

| | |
|----------------------------|---|
| Código | 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas |
| Descrição | Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agroagrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agroagrícolas e a qualidade de máquinas e implementos agrícolas |
| Iniciativa | 02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola |
| Unidade Responsável | Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG |

| | | | |
|---|---|-----------|--------|
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | |
| Programado (POA) | Recebido | Liquidado | Saldo |
| 19.000,00 | 17.260,31 | 16.445,90 | 814,41 |
| Meta SIPLAN | | | |
| Descrição | Meta Física | | |
| | Prevista | Realizada | |
| Fiscalização Realizada | 48 | 45 | |

| | | | | | | | |
|---|--------------|-----------|------------|-----------|---------|------------|-------------------|
| Panorama da Atividade Aero-agrícola Desenvolvida por Cultura (em ha) | | | | | | | Tabela 149 |
| ha | Cana | Soja | Banana | Milho | Algodão | Laranja | Outros |
| Total | 1.822.877,03 | 42.430,93 | 148.051,01 | 34.691,39 | 614,70 | 438.306,14 | 20.095,66 |
| % | 72,71 | 1,69 | 5,91 | 1,38 | 0,02 | 17,48 | 0,80 |

TOTAL DA APLICAÇÃO AÉREA NO ESTADO DE SÃO PAULO (HA) Jan a Dez 2012: 2.507.066,86 há

Fonte:DPDAG/SP

As três culturas que mais utilizaram a aviação agrícola são, pela ordem decrescente, cana-de-açúcar, correspondendo a 72,71% de toda área trabalhada com operação aeroagrícola, seguida pela laranja, com 17,48%, e pela banana, com 5,90%. Notou-se em 2012 o aumento significativo na declaração de área aplicada, por aviação agrícola, especialmente na cultura de cana de açúcar.

O quadro seguinte apresenta a atividade relacionada com a concessão e alteração de registros de estabelecimentos na área de aviação agrícola, de 2008 a 2012.

| | | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| Detalhamento das Atividades de Aviação Agrícola | | | | | | Tabela 150 |
| PROCESSOS | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Nº de Registro de estabelecimentos | 3 | 2 | 2 | 2 | 5 | |
| Nº de Estabelecimentos Registrados-acumulado | 41 | 41 | 43 | 45 | 47 | |
| Nº de Alteração de Registros | 7 | 7 | 11 | 5 | 4 | |
| Nº de Autorização para Prestação de Serviços | 5 | 5 | 7 | 5 | 4 | |
| Nº de Cancelamentos de Registro | - | 2 | - | - | 3 | |

Fonte:DPDAG/SP

| | | | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| Fiscalização de Estabelecimentos | | | | | | Tabela 151 |
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Nº de Estabelecimentos Fiscalizados | 27 | 40 | 41 | 29 | 45 | |
| Nº de Fiscalização de Cursos Especializados | 4 | 1 | 1 | - | 0 | |
| Nº de Termo de Fiscalização | 27 | 40 | 41 | 29 | 45 | |
| Nº de Autos de Infração Emitidos | 2 | 8 | 2 | 1 | 1 | |
| Nº de Notificações de Multas Emitidas | 11 | 14 | 4 | 1 | 3 | |
| Nº de Coleta de Dados de Execução Mensal (relatórios entregues) | 452 | 493 | 479 | 492 | 488 | |

Fonte:DPDAG/SP

Foram registradas cinco novos estabelecimentos, sendo um Empresa Rural proprietária de Aeronave Agrícola e quatro Empresas Aeroagrícolas. Em contrapartida, uma empresa mudou o endereço de sua sede para o Estado de Minas Gerais, tendo solicitado cancelamento de seu registro no Estado de São Paulo, e duas outras empresas, cuja Portaria Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil havia sido revogada, tiveram seu registro no MAPA cancelado. Além disso, outras duas empresas tiveram alteração em seu endereço e outras duas alteraram seu responsável Técnico. O acompanhamento das atividades aeroagrícolas é reali-

zado mediante recebimento e controle dos relatórios mensais de atividades enviados pelas empresas prestadoras de serviço e pelas empresas rurais proprietárias de aeronaves agrícolas.

| Principais Indicadores | | | | | | Tabela 152 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| <i>Mnemônico</i> | <i>2008</i> | <i>2009</i> | <i>2010</i> | <i>2011</i> | <i>2012</i> | <i>Meta</i> |
| Capacidade - Fiscalização de empresas (Ife) - n° de empresas fiscalizadas / ano | | | | | | |
| <i>IFE</i> | 27 | 40 | 41 | 29 | 45 | 41 |
| Eficácia - Cobertura da Fiscalização de empresas (Ifep) - N° de empresas fiscalizadas x 100 / Total de empresas registradas | | | | | | |
| <i>IFEp(%)</i> | 65,85 | 97,56 | 95,34 | 64,44 | 95,74 | 100 |
| Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (Icof) - N° empresas fiscalizadas / n° de fiscais envolvidos | | | | | | |
| <i>ICOF</i> | 3,95 | 5 | 32,8 | 23,2 | 32,14 | --- |
| Eficácia - Não Conformidade de empresas de aviação (Iceav) - N° de empresas autuadas X100 / n° de empresas fiscalizadas | | | | | | |
| <i>ICEav(%)</i> | 7,4 | 20 | 4,9 | 3,45 | 2,22 | 10 |
| Eficiência - Recebimento de Relatórios Mensais (Irrav) - n° de relatórios recebidos X 100/ 12 x Total de empresas registradas | | | | | | |
| <i>IRRav(%)</i> | 91,87 | 100,20 | 92,83 | 91,11 | 86,52 | 100 |

Fonte: DPDAG/SP

| Quadro A.4.4.21 Identificação da Ação CETORGAN | |
|---|---|
| Código | 4720-Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica |
| Descrição | Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos. |
| Iniciativa | 02X3 – Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando a sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada |
| Unidade Responsável | Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo-SDC/MAPA-Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | |
| Recebido | Liquidado |
| 34.279,64 | 29.596,08 |
| | Saldo |
| | 4.683,56 |

O ano de 2012 foi caracterizado pela consolidação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg através de um expressivo aumento do número de produtores inscritos no Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos, publicado no sítio eletrônico do MAPA. Foi credenciado um novo Organismo de Avaliação da Conformidade – OAC: Instituto Mineiro de Agropecuária. No estado de São Paulo, o incremento do número de produtores se deu no âmbito das Organizações de Controle Social – OCSs para venda direta ao consumidor, como resultado de esforços da equipe do DPDAG, neste e em períodos anteriores e de parceiros institucionais como as Prefeituras Municipais de Guararema, Suzano e Ubatuba, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.

Paralelamente a estes esforços, várias oficinas de capacitação de agricultores familiares e técnicos de instituições parceiras foram realizadas durante o ano nos municípios de Pirati-

ninga, Americana, Bebedouro, Tietê, Sorocaba, Itaberá, Ibiúna, Bauru e Pindamonhangaba. Foram, ainda, realizadas palestras técnicas em universidades, instituições como a CONAB além de iniciativas interinstitucionais como a Rede SANS – Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária.

O atendimento ao público caracterizou-se pela solicitação de informações sobre identificação de produtos, uso do Selo de Conformidade do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade e do reconhecimento da qualidade orgânica de produtos importados, especialmente da Comunidade Européia.

No âmbito do acompanhamento do SisOrg, por determinação da Coordenação de Agroecologia - COAGRE/SDC/MAPA foram realizadas auditorias em cinco OACs sediados nesta unidade da federação. No âmbito da venda direta ao consumidor final, foram cadastrados onze novas OCSs, envolvendo 134 agricultores familiares. A equipe técnica da DPDAG ainda participou, junto à COAGRE, dos trabalhos de organização interna do MAPA para atuação no segmento, através da construção de manuais operacionais de auditoria e de fiscalização, além de apoiar a criação de um futuro Sistema Participativo de Garantia no Sul de Minas Gerais, com sede em Pouso Alegre e que, possivelmente será responsável pela certificação de produtores orgânicos do Médio Vale do Paraíba, por sua proximidade geográfica.

| Principais Produtos e Atividades Desenvolvidas | | | Tabela 153 |
|---|---|--|-------------------|
| Processo | Atividades | Produto | |
| Palestras, aulas e seminários | Informação a produtores, comerciantes, processadores sobre questões técnicas e inserção dos produtos orgânicos no mercado | Palestras sobre mecanismos de garantia e informação da qualidade orgânica para produtores de diversas regiões do interior paulista, alunos universitários, técnicos da CONAB, integrantes da Rede SANS e participação nos seminários de Ibiúna e na Semana de Agricultura Orgânica de Suzano, e palestras no curso de capacitação de técnicos da Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente. | |
| Certificação da produção | Auditorias de Credenciamento e Manutenção de Credenciamento em Organismos da Avaliação da Conformidade Orgânica | Auditorias de manutenção de credenciamento nas certificadoras IMO, IBD e Agricontrol e nos organismos participativos de garantia ABD e ANC. | |
| Cadastramento para venda direta sem certificação | Cadastramento de Organizações de Controle Social | Foram cadastradas onze novas organizações | |
| Oficinas de trabalho | Orientação técnica e institucional para a construção de Organismos de Controle Social e Sistemas Participativos de Garantia | Grupos organizados de agricultores familiares de dezesseis municípios Paulistas e um município em Minas Gerais. | |
| Oficinas de trabalho | Definição do Manual de Procedimentos e capacitação do corpo técnico do MAPA | Oficinas em Brasília (outubro) e encontro nacional dos agentes fiscalizadores (outubro) | |

Fonte: DPDAG/SP

| Atividades | Tabela 154 | | |
|--|-------------------|-------------|-------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 |
| Organismos de avaliação da conformidade credenciados auditados | 03 | 05 | 05 |
| Organizações de Controle Social cadastradas | 00 | 03 | 14 |

Fonte: DPDAG/SP

Quadro A.4.4.22 Identificação da Ação PRO ORGANICO

| | |
|-------------------|---|
| Código | 8606 |
| Descrição | Desenvolvimento da Agricultura Orgânica |
| Iniciativa | 02XB –Promoção do desenvolvimento da qualidade orgânica pelo aumento do acesso as |

Relatório de Gestão 2012-SFA/SP

Normativa TCU

| | |
|-----------------------------|--|
| | tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização. |
| Unidade Responsável | Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo-SDA/MAPA - Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO |

| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | |
|---|------------------|--------------|
| Recebido | Liquidado | Saldo |
| 34.279,64 | 29.596,08 | 4.683,56 |

As principais discussões, no âmbito da tecnologia de produção, estiveram relacionadas com a questão dos produtos fitossanitários com uso aprovado na Produção Orgânica e a disponibilidade de material de multiplicação vegetal produzido em sistemas orgânicos, que será uma exigência a partir de dezembro de 2013. Foram realizadas oficinas e reuniões de trabalho com produtores, associação de produtores e técnicos de diversos setores da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, com o objetivo de delinear uma estratégia para implantação de um programa interinstitucional de produção de sementes orgânicas, especialmente de feijão, milho, hortaliças e espécies de adubos verdes, integrando as ações ao já existente Programa “Bancos Comunitários de Sementes” promovido pela COAGRE em âmbito nacional. Paralelamente, foram realizados esforços na organização da III Feira de Trocas de Sementes e Mudanças Tradicionais e Crioulas do Estado de São Paulo em Cunha, onde foi realizado um Seminário Estadual para discussão da questão das sementes e uma oficina técnica de produção e aproveitamento de hortaliças não convencionais.

No âmbito da articulação institucional, foram realizadas seis reuniões ordinárias da Comissão da Produção Orgânica de São Paulo – CPOrg/SP, além da participação nas reuniões da Câmara Setorial de Agricultura Ecológica – CSAE (no âmbito da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento) junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CEDAF. Os trabalhos realizados junto à CPOrg/SP versaram sobre a definição de uma Política Nacional para o Desenvolvimento Agroecologia e da Produção Orgânica – PNAPO e alterações no regulamento da Produção Orgânica.

Na área da divulgação da Produção Orgânica para o público consumidor e outros produtores interessados, participamos da feira BioBrasil Fair em São Paulo, com um público estimado em torno de 22.000 pessoas. Houve também a participação na feira Hortitec – Exposição Técnica de Horticultura e na AGRIFAM – Feira da Agricultura Familiar e do Trabalhador Rural.

| Principais Produtos e Ações Desenvolvidas | | Tabela 155 |
|--|---|--|
| Processo | Ações Desenvolvidas | Produto |
| Fomento ao uso de produtos e processos apropriados à produção orgânica | Rediscussão do Programa “Bancos Comunitários de Sementes”. Organização da III Feira de Trocas de Sementes e Mudanças Crioulas e tradicionais do Estado de São Paulo | Oficina estadual do Programa Bancos Comunitários de Sementes e realização da Feira de Trocas de Cunha e seminários de discussão. |
| Articulação Institucional | Coordenação e participação em reuniões e grupos de trabalho da Comissão da Produção Orgânica de São Paulo | Seis reuniões ordinárias. Sugestões para alteração da IN de Produção Animal, com a inclusão de regulamento para criação de codornas em sistemas orgânicos e formulação da PNAPO. |
| Relações institucionais | Representação institucional no CEDAF e na CSAE (SAA/SP) | CEDAF: reuniões em junho e dezembro. CSAE: reuniões em janeiro e julho |
| Promoção comercial | Participação em feiras e eventos para a divulgação dos produtos orgânicos e palestras para consumidores | Representação Institucional na <i>Bio Brasil Fair</i> , na <i>Hortitec</i> e na <i>AGRIFAM</i> . |

| | | | |
|---------------------------|---------------|---|--|
| Articulação Institucional | Institucional | Elaboração de Programa de Ações Conjuntas visando o desenvolvimento da Produção Orgânica | Ações conjuntas com as Prefeituras de Ubatuba, Guararema, Suzano, São Paulo, Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. |
| Articulação Institucional | Institucional | Representação Institucional em Seminários e Oficinas Temáticas sobre o atual cenário da Produção Orgânica | Seminário no Instituto de Economia Agrícola e na Câmara Municipal de São Paulo |

Fonte: DPDAG/SP

| Quadro A.4.4.23 Identificação da Ação FISCALPEC | | |
|---|--|--------------|
| Código | 4747- Fiscalização de Serviços Pecuários | |
| Descrição | Auditações técnico-fiscais e operacionais realizadas nas organizações autorizadas a prestarem serviços pecuários referentes às atividades assim especificadas: registros genealógicos; provas zootécnicas; provas funcionais; avaliações genéticas; exposições e feiras agropecuárias. | |
| Iniciativa | 02X2 –Fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados | |
| Unidade Responsável | Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo-MAPA / Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | |
| Recebido | Liquidado | Saldo |
| 16.487,00 | 14.732,92 | 1.754,08 |

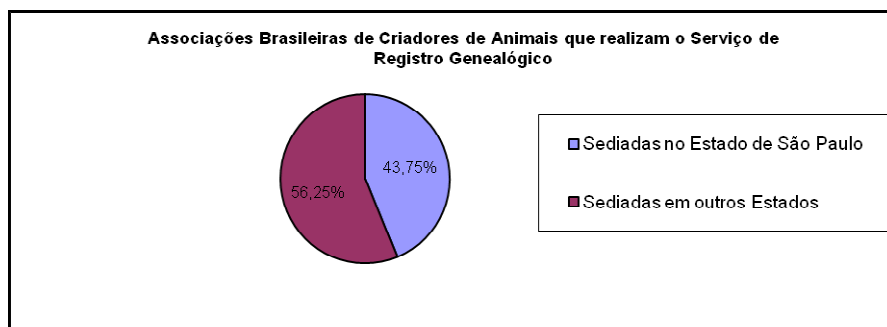
A tabela abaixo apresenta a quantidade de Associações Brasileiras de Criadores de Animais registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e autorizadas por meio de Portaria Ministerial a realizarem o Registro Genealógico dos animais de suas respectivas raças.

Pode-se verificar que somente no Estado de São Paulo estão sediadas 43,75% das Associações Brasileiras que realizam esse Serviço no país e, portanto, devem ser auditadas pelo DPDAG. Ou seja, da meta anual nacional de 100% de realização de auditorias nas Associações Brasileiras de Criadores, esta Divisão contribui com quase metade da meta, caso sejam realizadas todas as auditorias previstas. Vale ressaltar que essa meta está sob responsabilidade de apenas 02 Fiscais Federais Agropecuários, um lotado na sede e outro lotado na UTRA-Campinas, que desenvolve também outras atividades.

| Associações Brasileiras de Criadores que realizam o Serviço de Registro Genealógico | | | Tabela 156 |
|--|--|-----------------------------------|---------------------|
| Espécies animais | Sediadas no Estado de São Paulo | Sediadas em outros Estados | Total Brasil |
| Bovinos | 09 | 15 | 24 |
| Equídeos | 10 | 09 | 19 |
| Búfalos | 01 | 00 | 01 |
| Suínos | 00 | 01 | 01 |
| Caprinos | 00 | 01 | 01 |
| Ovinos | 00 | 01 | 01 |
| Chinchila lanígera | 01 | 00 | 01 |
| TOTAL | 21 | 27 | 48 |
| TOTAL (%) | 43,75 | 56,25 | 100 |

Fonte: Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária – CPIP/DEPROS/SDC/MAPA

GRAFICO 14



A próxima tabela apresenta os dados referentes às auditorias previstas e as realizadas, além do percentual de atingimento da meta estipulada pelo órgão central. De acordo com os dados, verifica-se que neste ano foram realizadas mais de 70% da meta de auditorias para o Estado. O quadro reduzido de FFAs dedicados a esta Ação impediu a realização de 100% das auditorias previstas, uma vez que além das auditorias propriamente ditas o Serviço ainda se responsabiliza pela elaboração dos relatórios das auditorias, verificação e arquivamento de documentos, acompanhamento das orientações de adequação de inconformidades verificadas pela equipe de trabalho durante as auditorias, representação do MAPA nas reuniões dos Conselhos Deliberativos Técnicos (CDT) de todas Associações de São Paulo, atendimento geral, autorização de julgamentos de animais em exposições e Feiras agropecuárias, entre outros.

| Auditorias | | Tabela 157 | |
|--------------------------|----------------|-------------------|--------------|
| | Capital | Interior | TOTAL |
| Nº Auditorias previstas | 16 | 03 | 19 |
| Nº Auditorias realizadas | 11 | 03 | 14 |
| % Meta | 68,75 | 100% | 73,68% |

Fonte: SESAG/DPDAG

A tabela seguinte apresenta um resumo das atividades realizadas no ano de 2012. Com exceção da realização de auditorias e participação em reuniões dos Conselhos Deliberativos Técnicos das Associações, as outras atividades não implicam na utilização direta de recursos financeiros.

| Produtos | Tabela 158 |
|--|-------------------|
| Auditorias em Associações | 14 |
| Reuniões de CDT's | 16 |
| Nº de Certificações Zootécnicas Centrais Inseminações Artificiais emitidas | 523 |
| Nº certificações zootécnicas/técnicas aprovadas para importação de equinos e sêmen | 1006 |
| Nº certificações zootécnicas/técnicas aprovadas para exportação de equinos e sêmen | 1006 |
| Nº certificações zootécnicas emitidas para importação de sêmen bovino | 186 |
| Nº certificações zootécnicas emitidas para importação de bovinos vivos | 28 |
| Nº de Processos analisados (diversos) | 16 |
| Autorização de exposições e feiras (Portaria nº108) | 4 |
| Participação em eventos (ouvinte e palestrante) | 4 |
| Treinamentos | 2 |

Fonte: SESAG/DPDAG

| Principais recursos humanos envolvidos | | Tabela 159 |
|---|------------------------------------|--|
| Unidade | Fiscal Federal Agropecuário | Equivalente técnico % de dedicação à ação |
| FFA sede | 01 | 0,8 |
| FFA UTRA Campinas | 03 | 0,3 |

| | | |
|-------|----|-----|
| TOTAL | 04 | 1,1 |
|-------|----|-----|

Fonte: DPDAG/SP

| Quadro A.4.4.24 Identificação da Ação FISCONTRATO | | |
|---|--|--------------|
| Código | 2B17-Fiscalização de Contratos de Repasse | |
| Descrição | Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo a promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores. Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra. | |
| Iniciativa | 02XH – Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário | |
| Unidade Responsável | Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo-SDC/MAPA-Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | |
| Recebido | Liquidado | Saldo |
| 13.128,00 | 13.105,87 | 22,13 |

O Programa “Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário” é operacionalizado por intermédio da Caixa Econômica Federal, sob gestão da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA, conforme contrato de prestação de serviços firmado entre as partes.

No âmbito da SFA-SP a execução destas Ações consiste na análise de compatibilidade do objeto proposto, seu respectivo enquadramento em relação aos dados cadastrais, programáticos e orçamentários, sendo de sua responsabilidade o deferimento ou indeferimento do pleito, conforme Portaria MAPA nº 1232, de 23 de dezembro de 2008 que estabelece as diretrizes gerais para implementação dos Programas e Ações relacionadas ao Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário. Estas ações são executadas mediante demanda, de modo que não há meta estabelecida.

No exercício de 2012 analisamos 154 Planos de Trabalho, devido ao contingenciamento de recursos foram empenhados apenas 83, dos quais somente 77 foram aprovados, para um total de 70 Prefeituras Municipais, 06 Prefeituras não deram continuidade ao processo de aprovação.

| Planos de Trabalho (PT) Analisados e Aprovados pela SFA-SP | | | | | Tabela 160 |
|---|-----------|-------------|------------------------|------------------------------|-------------------|
| Exercício | Convênios | Quant.PT(s) | Valor do Repasse (R\$) | Valor de Contrapartida (R\$) | TOTAL (R\$) |
| 2011 | Prodesa | 118 | 24.188565,38 | 2.462.451,29 | R\$ 26.651.016,67 |
| 2012 | OGU-2012 | 77 | 18.607.094,63 | 2.613.760,87 | R\$ 21.220.855,50 |

Fonte: DPDAG/SP

| Fiscalização dos Contratos de Repasse | | | | | | Tabela 161 |
|--|-----|------|------|------|------|-------------------|
| Atividade | Un. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Prefeituras Fiscalizadas | Nº | 16 | 25 | 10 | 31 | 26 |
| Contratos Fiscalizados | Nº | 42 | 71 | 48 | 63 | 50 |

Relatório de Gestão 2012-SFA/SP

Normativa TCU

| | | | | | | |
|--------------------|----|----|----|----|------|----|
| Diárias Utilizadas | Nº | 32 | 78 | 31 | 64,5 | 43 |
| FFA participantes | Nº | 09 | 09 | 07 | 08 | 08 |

Fonte: DPDAG/SP

Principais Recursos Humanos **Tabela 162**

| Unidade | Fiscal Federal Agropecuário | Equivalente técnico % de dedicação à ação |
|----------------------------|-----------------------------|--|
| DPDAG/SFA-SP | 01 | 0,1 |
| UTRA Campinas | 02 | 0,5 |
| UTRA São José do Rio Preto | 03 | 0,3 |
| UTRA Presidente Prudente | 01 | 0,1 |
| UTRA Marília | 01 | 0,1 |

Fonte: DPDAG/SP

Quadro A.4.4.25 Identificação da Ação MANUTSPAÉ

| | | |
|---|---|--------------|
| Código | 2000-MANUTSPAÉ | |
| Descrição | Estruturação e manutenção de sistema de monitoramento da produção e processamento de matérias primas das principais cadeias produtivas da agroenergia; Fiscalização das unidades produtoras de biocombustíveis em especial quanto ao cumprimento das determinações judiciais e aplicação dos recursos previstos pelo art. 36 da lei 4875/65 (Plano de Assistência Social) | |
| Iniciativa | 02Y6– Monitoramento das cadeias produtivas agroenergéticas quanto à produção e processamento de matérias primas, comercialização e consumo de seus derivados | |
| Unidade Responsável | Secretaria de Produção e Agroenergia-SPAÉ/MAPA- Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA | |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | |
| Recebido | Liquidado | Saldo |
| 47.547,55 | 46.078,07 | 1.469,48 |

No âmbito da SFA-SP, a execução desta Ação consistiu no atendimento às Decisões Judiciais, onde a União foi condenada a executar a fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS do setor Sucroalcooleiro, motivadas por Ações Cíveis Públicas patrocinadas pelo Ministério Público Federal, nas diversas regiões do Estado, visando o cumprimento do estabelecido no Art. 36 da Lei 4870/1965.

Esta Lei obriga os produtores de cana, açúcar e álcool a aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social, importância correspondente, no mínimo, às seguintes percentagens: 1% do valor oficial da cana e do açúcar e 2% do valor do álcool. Como resultado da fiscalização da safra 2011/2012, o valor total devido pelas empresas para aplicação no PAS – Plano de Assistência Social foi calculado em R\$ 221,5 milhões.

Em 2012 foram fiscalizadas 64 empresas. Esta ação é executada tão somente mediante ordem judicial, de modo que não há meta estabelecida. Todavia, é entendimento da Consultoria Jurídica – CONJUR/MAPA que o Art. 36 da Lei 4870/65 seria inaplicável já que não há mais “valor oficial” dos produtos.

Neste sentido, foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União do dia 14/12/2009 o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, estabelecendo o aspecto de ação de cada instituição. No dia 06/12/2011 foi assinado o Termo Aditivo de Re-

Ratificação do Acordo de Cooperação Técnica – MAPA / MTE, cujo Extrato foi publicado na Seção 3 do DOU de 15/12/2011.

| Fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS | | | | | | | Tabela 163 |
|--|----------------|------|------|------|------|-------|-------------------|
| ATIVIDADE | Un. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Usinas Fiscalizadas | Nº | 25 | 26 | 39 | 51 | 60 | |
| Associações de Produtores Fiscalizadas | Nº | 02 | 02 | 03 | 03 | 04 | |
| Termos de Início de Fiscalização | Nº | 07 | 01 | 41 | 42 | 64 | |
| Termos de Fiscalização | Nº | 27 | 28 | 41 | 56 | 64 | |
| Termos de Intimação | Nº | 13 | 13 | 25 | 26 | 12 | |
| Relatórios | Nº | 27 | 28 | 40 | 51 | 64 | |
| Valor devido ao PAS | R\$ milhões | nd | nd | nd | nd | 221,5 | |

Fonte: DPDAG/SP

| Principais Recursos Humanos | | | Tabela 164 |
|------------------------------------|-----------------------------|--|-------------------|
| Unidade | Fiscal Federal Agropecuário | Equivalente técnico % de dedicação à ação | |
| DPDAG/SFA-SP | 03 | 1,5 | |
| UTRA Campinas | 02 | 0,5 | |
| UTRA São José do Rio Preto | 04 | 1,0 | |
| UTRA Presidente Prudente | 01 | 0,05 | |
| UTRA Marília | 01 | 0,05 | |

Fonte: DPDAG/SP

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ **Tabela 165**

| Identificação da Ação | |
|------------------------------|---|
| Código | 4716 - Operações dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUTS-FAS |
| Descrição | Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos |
| Unidade Responsável | Divisão de Apoio Administrativo - DAD |
| Unidade Orçamentária | 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO |

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) **Tabela 166**

| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
|---------|-------|--------------|--------------|----------------|-----------------|---------------|
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| (*) | (*) | 7.091.936,00 | 4.318.479,00 | 0 | 2.773.457,00 | 4.061.196,00 |

| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | |
|---------------------------------------|-------------------|-------------|-----------|-----------------|-----------|
| Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| Operações de Apoio Administrativo da | | | | | |

| | | | | | |
|--------|--|---|---|--------------|--------------|
| SFA-SP | | 1 | 1 | 4.924.000,00 | 7.091.936,00 |
|--------|--|---|---|--------------|--------------|

(*) A SFA-SP não é Unidade Orçamentária (UO)
Fonte: SIAFI GERENCIAL; SEOF

A Divisão de Apoio Administrativo – DAD, é responsável pela execução das atividades de administração em geral e o processamento da execução orçamentária e financeira, consoante às orientações da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva/MAPA.

Tem como missão zelar pela correta aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros, pautando-se na missão institucional e nos fundamentos constitucionais de legalidade, moralidade, impessoalidade e transparência.

A natureza das atividades da DAD é vinculada ao atendimento das necessidades dos serviços da atividade fim da SFA/SP. Os macroprocessos de apoio são executados e gerenciados com base em normas legais e em procedimentos, de forma a atender os requisitos dos processos finalísticos e manter o desempenho da Superintendência.

Para a ação governamental 4716 não está estipulada produtos e indicadores no PPA, o crédito disponibilizado na LOA para a ação é distribuído pelo Coordenador Nacional para todas as unidades descentralizadas do MAPA, e, após a indicação dos limites orçamentários, são elaboradas as programações de dispêndios e o plano anual de trabalho, com o lançamento mensal da programação orçamentária no Sistema Orçamentário, SIOR, para atender as despesas obrigatórias de responsabilidade fiscal, tais como aluguel, manutenção de equipamentos, prestação de serviços de segurança e limpeza, fornecimento de energia elétrica, de água e de telecomunicações, custeio das atividades gerais e demais obrigações.

No exercício de 2012 o limite disponibilizado nesta ação para custeio foi no valor de R\$ 4.924.000,00 sendo R\$ 2.188.451,22 para atender o Plano de Melhorias da SFA/SP, assim distribuídos:

1. Troca de elevadores da sede da SFA-SP – valor R\$ 690.000,00
2. Construção de poço artesiano na Unidade de São Roque – R\$ 50.000,00
3. Reforma do imóvel para a nova sede do SVA/Santos – R\$ 985.000,00
4. Reforma do imóvel de São Roque e reforma de 03 banheiros do Auditório da SFA-SP – valor R\$ 263.451,22
5. Aquisição de material permanente – valor R\$ 200.000,00

| Principais Produtos | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|
| Inclusão de material permanente | 411 | 873 | 501 | 891 | 506 |
| Termo transferência externa recebido | 03 | 15 | 06 | 08 | 06 |
| Emissão termo transferência interna | 396 | 370 | 388 | 438 | 711 |
| Manutenção Frota Veículos | 118 | 77 | 68 | 72 | 101 |
| Processos licitatórios | 118 | 121 | 97 | 96 | 98 |
| Pedidos de serviços e materiais | 618 | 539 | 472 | 416 | 393 |
| Autuação de Processos Administrativos | 24.850 | 26.092 | 27.832 | 17.397 | 15.439 |
| Tramitação de Processos Administrativos | 27.494 | 34.152 | 28.160 | 25.119 | 26.882 |
| Elaboração de contratos Prestação de Serviços | 4 | 12 | 08 | 16 | 8 |
| Emissão de Notas de Empenho (SIASG) | 1.192 | 837 | 862 | 1.038 | 1018 |
| Emissão de Notas de Empenho (SIAFI) | 527 | 725 | 646 | 897 | 656 |
| Diárias processadas na SFA | 4.178 | 5.119 | 5.646 | 4.165 | 3.846 |
| Passagens processadas na SFA | 500 | 510 | 519 | 410 | 372 |
| Pagamentos Efetivados | 8.431 | 10.019 | 9.944 | 9.379 | 8.269 |
| Recadastramento de inativos | 466 | 474 | 504 | 505 | 497 |

| | | | | | |
|---|-------|--------|--------|-------|-------|
| Recadastramento de Pensionistas | 729 | 758 | 777 | 746 | 679 |
| Concessão Licença-Maternidade | 08 | 09 | 15 | 17 | 19 |
| Concessão de Auxílio-Funeral | 28 | 18 | 27 | 28 | 26 |
| Concessão de Pensão | 27 | 26 | 18 | 22 | 17 |
| Concessão Aposentadorias | 20 | 30 | 31 | 25 | 27 |
| Admissão | 129 | 36 | 88 | -- | -- |
| Concessão de licença médica (dias) | 6.197 | 10.034 | 10.480 | 9.378 | 9.702 |
| Concessão de licença médica (nº) | 409 | 464 | 412 | 401 | 376 |
| Realização de perícia médica | 43 | 130 | 58 | 40 | 51 |
| Concessão de Licença Assiduidade | 139 | 145 | 169 | 145 | 160 |
| Concessão de abono permanência | 67 | 62 | 56 | 47 | 98 |
| Concessão de adicional de Insalubridade | 125 | 58 | 43 | 12 | 9 |
| Revisão de Pensão | 20 | 21 | 275 | 24 | 3 |
| Revisão de Aposentadoria | 27 | 15 | 13 | 33 | 34 |
| Instrução de Processos Judiciais | 53 | 90 | 35 | 89 | 44 |
| Atendimento de Auditoria | 08 | 12 | 07 | 9 | 6 |
| Processos de Pagamento Anteriores | 277 | 167 | 411 | 209 | 119 |
| Portaria Homologada | 416 | 464 | 403 | 379 | 380 |
| Publicação em Boletim de Pessoal | 6293 | 8603 | 8.332 | 4.910 | 3.625 |

Fonte: DAD/SP

| Principais Indicadores | | | | | | Tabela 168 |
|---|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| Mnemônico | Unidade | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Eficácia - Índice de servidores administrativos da DAD em relação ao total de servidores ativos (Isartsa) – (Quantidade de servidores DAD/Quantidade servidores ativos) x 100 | | | | | | |
| <i>Isartsa</i> | % | 2,41 | 2,43 | 2,30 | 2,27 | 2,92 |
| Eficácia – Conformidade dos Processos licitatórios (Icfplic) - processos licitatórios concluídos / (total processos iniciados) x 100 | | | | | | |
| <i>Icfplic</i> | % | 87 | 100 | 90,0 | 81,35 | 98,98 |
| Eficácia - Conformidade da gestão (Icfig) – conformidades atribuídas sem restrição / (total registros de conformidade) x 100 | | | | | | |
| <i>Icfig</i> | % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Eficácia – Execução Orçamentária e Financeira (Ieof) – recursos empenhados / recursos provisionados) x 100 | | | | | | |
| <i>Ieof</i> | % | 99,99 | 97,74 | 92,26 | 99,98 | 99,71 |
| Eficácia – Índice de atendimento do almoxarifado (Iaalm) – pedidos atendidos/ (total de pedidos) x 100 | | | | | | |
| <i>Iaalm</i> | % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Eficiência - Produtividade na concessão de aposentadoria (Ipapc) – total aposentadorias concedidas / quantidade de servidores envolvidos na ação | | | | | | |
| <i>Ipapc</i> | Nº | 10 | 15 | 16,5 | 12,5 | 13,5 |
| Eficiência – Produtividade na conclusão de processos de licitação (Iplíc) – total processos concluídos / quantidade de servidores envolvidos | | | | | | |
| <i>Iplíc</i> | Nº | 59 | 60 | 48,5 | 48 | 24,5 |
| Eficiência – Produtividade no pagamento de diárias (Ippd) – total diárias pagas / quantidade de servidores envolvidos | | | | | | |
| <i>Ippd</i> | Nº | 2089 | 2559 | 2823 | 2082,50 | 961,5 |
| Eficiência – Produtividade na emissão de empenhos (Iemp) – total empenhos emitidos / quantidade de servidores envolvidos | | | | | | |
| <i>Iemp</i> | Nº | 860 | 781 | 525 | 967,5 | 837 |

Fonte: DAD/SP

| Série Histórica dos Recursos Autorizados e Executados – MANUTSFAs | | | | | Tabela 169 |
|--|-------------------------|-----------------------|--------------|----------|-------------------|
| Ano | Desp. Autorizada | Desp.Executada | Saldo | % | |

Relatório de Gestão 2012-SFA/SP

Normativa TCU

| | | | | |
|------|--------------|--------------|------------|--------|
| 2008 | 4.130.115,00 | 4.130.109,53 | 5,50 | 100% |
| 2009 | 4.578.969,55 | 4.578.566,27 | 403,28 | 99,99% |
| 2010 | 6.950.747,79 | 6.491.443,50 | 409.690,81 | 93,39% |
| 2011 | 6.540.258,16 | 6.539.197,38 | 1.060,78 | 99,98% |
| 2012 | 7.112.451,22 | 7.091.936,00 | 20.515,22 | 99,71% |

Fonte: SEOF/DAD/SP

| Recursos Financeiros MANUTSFAs | | | | | | | Tabela 170 |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|------------------|--------------|
| ND | Programado | Liberado | Liquidado | PAGO (até 28.02) | A Executar | Disponível | % |
| 339014 | 84.000,00 | 66.053,90 | 66.040,67 | 66.040,67 | 0,00 | 13,23 | 99,97 |
| 339030 | 136.750,00 | 223.367,15 | 223.364,05 | 192.542,08 | 4.715,40 | 3,10 | 99,99 |
| 339033 | 20.000,00 | 11.957,19 | 11.861,63 | 6.254,53 | 3.607,10 | 95,56 | 99,20 |
| 339037 | 3.205.650,00 | 2.983.297,74 | 2.983.297,74 | 2.522.821,56 | 460.476,18 | 0,00 | 100 |
| 339039 | 1.440.800,00 | 2.680.356,01 | 2.659.981,34 | 1.235.521,13 | 1.424.460,10 | 20.374,67 | 99,23 |
| 339047 | 13.800,00 | 4.127,16 | 4.127,16 | 3.127,16 | 1.000,00 | 0,00 | 100 |
| 339093 | 9.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 6.571,88 | 4.428,12 | 0,00 | 100 |
| 339139 | 14.000,00 | 31.439,37 | 31.439,37 | 17.023,96 | 14.415,41 | 0,00 | 100 |
| 339192 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 568,48 | 431,52 | 0,00 | 100 |
| 449051 | 0,00 | 709.000,00 | 709.000,00 | 0,00 | 709.000,00 | 0,00 | 100 |
| 449052 | 0,00 | 390.852,70 | 390.824,84 | 8.725,00 | 382.099,84 | 27,86 | 99,99 |
| TOTAL | 4.924.000,00 | 7.112.451,22 | 7.091.936,80 | 4.059.196,45 | 3.004.633,67 | 20.514,42 | 99,71 |

Fonte: DAD/SP

No exercício de 2012 a Divisão de Apoio Administrativo atuou com 32 servidores efetivos, 21 estagiários e 116 prestadores de serviço, compreendendo os funcionários terceirizados de empresas, que exercem atividades nas áreas de limpeza, segurança, copa, recepção e telefonia. Sobre o quadro de pessoal, vale ressaltar que o número de servidores é insuficiente para as atividades desenvolvidas nos vários serviços e seções. A necessidade de concurso público e a criação do plano de carreira para a categoria são fatores fundamentais para assegurar a continuidade do bom desempenho das atividades executadas. Mesmo considerando-se o cenário adverso, a Divisão de Apoio Administrativo vem, ao longo dos anos, mantendo resultados satisfatórios, principalmente no tocante ao índice de desempenho físico/financeiro

Conforme demonstra o quadro abaixo, excluindo o montante referente ao Plano de Melhorias da SFA/SP, a maior parcela dos créditos disponibilizados para o exercício de 2012 foi utilizado no pagamento dos contratos de prestação de serviços terceirizado – vigilância, limpeza, apoio administrativo, seguido das despesas com telefonia, energia elétrica, rede de água e esgoto, correio, contratos de manutenção de equipamentos/máquinas e locação de imóvel.

| MANUTSFAS | 2010 | | 2011 | | 2012 | |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | PLANEJADO | REALIZADO | PLANEJADO | REALIZADO | PLANEJADO | REALIZADO |
| Vigilância | 1.600.000,00 | 1.286.665,53 | 1.490.405,00 | 1.714.969,30 | 1.891.620,00 | 1.876.491,37 |
| Limpeza | 650.000,00 | 474.717,19 | 690.676,66 | 690.507,34 | 809.854,00 | 795.013,86 |
| Recepcionista/Telefonista | 224.000,00 | 218.294,92 | 299.697,60 | 324.669,22 | 431.545,75 | 311.792,60 |
| Água / Esgoto | 85.000,00 | 84.521,47 | 121.000,00 | 142.878,98 | 118.000,00 | 100.784,21 |
| Energia | 150.000,00 | 134.144,66 | 213.167,56 | 245.060,65 | 215.000,00 | 186.553,75 |
| Deslocamento | 220.000,00 | 217.387,71 | 94.500,00 | 96.034,13 | 80.000,00 | 77.902,30 |
| Telefonia | 350.000,00 | 430.699,60 | 296.523,24 | 336.360,77 | 296.000,00 | 342.610,96 |

| | | | | | | |
|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Manutenção Veículos | 70.000,00 | 22.772,00 | 20.533,13 | 11.712,11 | 20.000,00 | 44.967,84 |
| Combustível | 150.000,00 | 51.952,05 | 81.298,00 | 87.587,32 | 97.000,00 | 58.583,88 |
| Correio | 150.000,00 | 165.617,27 | 168.425,00 | 149.216,92 | 144.000,00 | 195.317,66 |
| Manutenção Diversas | 57.000,00 | 90.482,99 | 100.000,00 | 43.192,26 | 47.000,00 | 13.171,00 |
| Locação Imóvel | 280.500,00 | 270.043,20 | 270.000,00 | 226.015,20 | 396.000,00 | 365.104,80 |
| TOTAL | 3.700.243,26 | 3.381.907,35 | 4.121.000,00 | 3.608.101,98 | 4.546.019,75 | 4.308.857,96 |

Fonte: DAD/SP

4.2. Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

QUADRO A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ Tabela 172

| Denominação das Unidades Orçamentárias | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|---|--------------|---------------------|
| SFA/SP/FUNCAFE | 130167 | ---- |
| Superintendência Federal de Aquicultura e Pesca | 110008 | ----- |

QUADRO A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Tabela 173

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | 4.728.533 | 4.854.120 | 4.420.610 | 4.606.295 |
| a) Convite | - | - | - | - |
| b) Tomada de Preços | - | - | - | - |
| c) Concorrência | - | - | - | - |
| d) Pregão | 4.728.533 | 4.854.120 | 4.420.610 | 4.606.295 |
| e) Concurso | - | - | - | - |
| f) Consulta | - | - | - | - |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | 1.499.381 | 1.546.155 | 1.461.475 | 1.499.439 |
| g) Dispensa | 739.339 | 865.024 | 717.272 | 838.812 |
| h) Inexigibilidade | 760.042 | 681.131 | 744.203 | 660.627 |
| 3. Regime de Execução Especial | - | - | - | - |
| i) Suprimento de Fundos | - | - | - | - |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | 1.431.812 | 1.651.670 | 1.431.812 | 1.651.670 |
| j) Pagamento em Folha | 123.259 | 133.666 | 123.259 | 133.666 |
| k) Diárias | 1.308.553 | 1.518.004 | 1.308.553 | 1.518.004 |
| 5. Outros | 81.551 | 53.605 | 72.949 | 50.548 |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 7.741.277 | 8.105.550 | 7.386.846 | 7.807.952 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL; SEOF/DAD/SFA-SP

QUADRO A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação Tabela 174

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------|---------|-----------|---------|--------------------|------|---------------|---------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1 - Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| 33.90.08 | 123.259 | 133.666 | 123.259 | 133.666 | - | - | 123.259 | 133.666 |
| 33.90.92 | 3.458 | 24.430 | 3.458 | 24.430 | - | - | 3.458 | 24.430 |
| 2 - Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| | - | - | - | - | - | - | - | - |

Relatório de Gestão 2012-SFA/SP

Normativa TCU

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------|-----------|-----------|
| 3 – Outras Despesas Correntes | | | | | | | | | |
| | 33.90.37 | 4.179.162 | 3.638.657 | 3.667.613 | 3.475.996 | 511.549 | 162.660 | 3.479.727 | 3.380.370 |
| | 33.90.39 | 3.286.973 | 2.114.613 | 1.670.355 | 1.714.031 | 1.616.617 | 400.581 | 1.633.019 | 1.670.668 |
| | 33.90.14 | 1.308.553 | 1.518.221 | 1.308.553 | 1.518.004 | 0 | 216 | 1.308.553 | 1.518.004 |

DESPESAS DE CAPITAL

| Grupos de Despesa | Empenhada | Liquidada | RP não Processados | Valores Pagos |
|----------------------------------|-----------|-----------|--------------------|---------------|
| 4 – Investimentos | | | | |
| | 44.90.51 | 709.000 | 32.993 | - |
| | 44.90.52 | 661.338 | 1.799.047 | 160.717 |
| | | | 51.037 | 500.621 |
| | | | | 1.748.009 |
| | | | | 66.857 |
| | | | | 51.037 |
| 5 – Inversões Financeiras | | | | |
| | - | - | - | - |
| 6 – Amortização da Dívida | | | | |
| | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI GERENCIAL; SEOF/DAD/SFA-SP

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

| QUADRO A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores | | | | Tabela 175 |
|---|-------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Restos a Pagar Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos Acumulados | Pagamentos Acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | 354.430 | | 304.029 | 50.401 |
| 2010 | 5.795 | | 5.795 | - |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos Acumulados | Pagamentos Acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | 3.733.252 | 23.185 | 962.331 | 2.747.735 |
| 2010 | 109.607 | | | - |

Fonte: SIAFI GERENCIAL; SEOF/DAD/SFA-SP

Restos a pagar processados permanecem no sistema tendo em vista compromissos assumidos aguardando pagamento. Restos a pagar não processados serão automaticamente cancelados pelo sistema de acordo com a macro função vigente, após publicação do Decreto.

5.3 Transferências de Recursos

Não houve transferências nos exercícios de 2012 e 2011

QUADRO A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse. Tabela 176

| Unidade Concedente | | | | | |
|--|-------------------------------------|--------------------|---|---------------------|----------------------|
| Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo | | | | | |
| CNPJ: 00.396.895/0028-45 | | | UG/GESTÃO: 130067/00001 | | |
| Exercício da prestação das contas | Quantitativos e montante repassados | | Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado) | | |
| | | | Convênios | Termo de Cooperação | Contratos de Repasse |
| 2012 | Contas prestadas | Quantidade | 0 | 0 | 0 |
| | | Montante Repassado | 0 | 0 | 0 |
| | Contas NÃO prestadas | Quantidade | 0 | 0 | 0 |
| | | Montante Repassado | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | |
|-------------------|----------------------|--------------------|--------------|---|---|
| 2011 | Contas prestadas | Quantidade | 0 | 0 | 0 |
| | | Montante Repassado | 0 | 0 | 0 |
| | Contas NÃO prestadas | Quantidade | 0 | 0 | 0 |
| | | Montante Repassado | 0 | 0 | 0 |
| 2010 | Contas prestadas | Quantidade | 01 | 0 | 0 |
| | | Montante Repassado | 2.494.222,80 | 0 | 0 |
| | Contas NÃO prestadas | Quantidade | 0 | 0 | 0 |
| | | Montante Repassado | 0 | 0 | 0 |
| Anteriores a 2010 | Contas NÃO prestadas | Quantidade | 0 | 0 | 0 |
| | | Montante Repassado | 0 | 0 | 0 |

Fonte: DPDAG

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Tabela 177

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | |
|--|---|-------------------------------------|-------------------------|---------------------|--------------|----------------------|
| Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo | | | | | | |
| CNPJ: 00.396.895/0028-45 | | | UG/GESTÃO: 130067/00001 | | | |
| Exercício da prestação de contas | Quantitativos e montantes repassados | | | | Instrumentos | |
| | | | | | Convênios | Contratos de Repasse |
| 2012 | Quantidade de contas prestadas | | | | 0 | 0 |
| | Com prazo de análise ainda não vencido | Quantidade | | 0 | 0 | |
| | | Montante repassado (R\$) | | 0 | 0 | |
| | | Com prazo de análise vencido | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | 0 | 0 |
| | Quantidade Reprovada | | | 0 | 0 | |
| | Contas NÃO analisadas | | Quantidade de TCE | 0 | 0 | |
| | | | Quantidade | 0 | 0 | |
| Montante repassado | | | | 0 | 0 | |
| 2011 | Quantidade de contas prestadas | | | | 01 | 0 |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | 01 | 0 | |
| | | Quantidade Reprovada | | 0 | 0 | |
| | | Quantidade de TCE | | 0 | 0 | |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | 0 | 0 | |
| | | Montante repassado (R\$) | | 0 | 0 | |
| 2010 | Quantidade de contas prestadas | | | | 1 | 0 |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | 1 | 0 | |
| | | Quantidade Reprovada | | 0 | 0 | |
| | | Quantidade de TCE | | 0 | 0 | |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | 0 | 0 | |
| | | Montante repassado | | 0 | 0 | |
| Exercícios anteriores a 2010 | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | 0 | 0 | |
| | | Montante repassado | | 0 | 0 | |

Fonte: DPDAG

No exercício de 2012 esta SFA não celebrou nenhum convênio, tendo sido o último celebrado em 2008, e as contas apresentadas dentro do prazo em conformidade com a Portaria Interministerial MPOG 127, de 29.05.2008. Informamos que o procedimento desta Superintendência quanto a análise da prestação de contas inicia-se na checagem dos documentos apresentados pelo conveniente, verificando a existência dos documentos obrigatórios exigidos no art. 58 da Portaria Interministerial 127 de 29.05.2008. Estando a documentação em ordem, procede-se a autuação dos documentos encaminhando aos servidores responsáveis pelo acompanhamento in loco e elaboração do referido relatório técnico conclusivo. Após a emissão do parecer técnico, sendo favorável, o processo é encaminhado ao Serviço de Execução Orçamentária de Gestão 2012-SFA/SP

Normativa TCU

çamentária e Financeira para análise e emissão do parecer sobre a execução financeira do convênio em conformidade com o art. 43 da Portaria MAPA 428 de 09.06.2010.

Com relação à estrutura de controle definida para gestão das transferências, o órgão técnico local detalha o processo de elaboração do plano de trabalho juntamente com a organização interessada na transferência (celebração de convênio). Para essa elaboração, é feita uma avaliação da factibilidade do plano de trabalho por técnico da respectiva área.

Antes da celebração do convênio são nomeados no mínimo 2 (dois) fiscais, um para elaborar o parecer de viabilidade e o outro para o acompanhamento in loco objetivando a avaliação periódica da execução das ações constantes no plano de trabalho. Este fiscal emitirá ao longo da vigência do convênio relatórios de acompanhamento e, ao final, quando da prestação de contas o parecer conclusivo aprovando ou não o convênio do ponto de vista técnico. Paralelamente a área financeira da UG faz a avaliação da prestação de contas quanto aos aspectos financeiros e contábeis para que seja lançada nos sistemas de controle, a comprovação e aprovação.

5.4 Suprimento de Fundos

A SFA/SP não utilizou contas Tipo B e Cartões de Crédito Corporativo no exercício de 2012

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

| QUADRO A.6.1 – Força de Trabalho em 31/12 | | Tabela 178 | | |
|--|------------|------------|------------------------|-----------------------|
| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 1127 | 1127 | - | - |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | - | - | - | - |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | 915 | 915 | 3 | 5 |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | - | - | - | - |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | - | - | - | - |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório | 1 | 1 | - | - |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | 9 | 9 | - | - |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | - | 9 | - | - |
| 3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública | - | - | - | - |
| 4. Total de Servidores (1+2+3) | 1127 | 1127 | 3 | 5 |

Fonte: SRH

| QUADRO A.6.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho (Situação em 31/12) 3123112 | | Tabela 179 |
|--|--|---------------------------|
| Tipologias dos Afastamentos | | Nº de pessoas na situação |
| 1. Cedidos (1.1+1.2+1.3) | | 2 |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | | 0 |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | | 2 |
| 1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis) | | 0 |
| 2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4) | | 9 |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | | 0 |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | | 9 |

| | |
|--|-----------|
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | 0 |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | 0 |
| 3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) | 5 |
| 3.1. De ofício, no interesse da Administração | 0 |
| 3.2. A pedido, a critério da Administração | 5 |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | 0 |
| 3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde | 1 |
| 3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo | 0 |
| 4. Licença remunerada (4.1+4.2) | 40 |
| 4.1. Doença em pessoa da família | 40 |
| 4.2. Capacitação | 0 |
| 5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5) | 8 |
| 5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro | 0 |
| 5.2. Serviço militar | 0 |
| 5.3. Atividade política | 5 |
| 5.4. Interesses particulares | 3 |
| 5.5. Mandato classista | 0 |
| 6. Outras situações (Especificar o ato normativo) | 0 |
| 7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6) | 65 |

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

| Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas | Lotação | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|--|------------|---------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Cargos em comissão | 24 | 24 | | |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | | | | |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior | 24 | 24 | | |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 17 | 17 | | |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas | | | | |
| 1.2.4. Sem vínculo | | | | |
| 1.2.5. Aposentados | | | | |
| 2. Funções gratificadas | 25 | 25 | | |
| 2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 13 | 13 | | |
| 2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 2.3. Servidores de outros órgãos e esferas | | | | |
| 3. Total de servidores em cargo e em função (1+2) | 49 | 49 | | |

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| 1.Provimento de cargo efetivo | 51 | 152 | 158 | 453 | 236 |
| 1.1.Membros de poder e agentes políticos | - | - | - | - | - |

| | | | | | |
|---|-----------|------------|------------|------------|------------|
| 1.2.Servidores de Carreira | 51 | 152 | 158 | 453 | 236 |
| 1.3.Servidores com Contratos Temporários | - | - | - | - | - |
| 2.Provimento de cargo em comissão | 1 | 5 | 6 | 17 | 3 |
| 2.1.Cargos de Natureza Especial | - | - | - | - | - |
| 2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior | 1 | 5 | 4 | 11 | 3 |
| 2.3.Funções gratificadas | - | - | 2 | 6 | - |
| 3.Totais (1+2) | 52 | 157 | 164 | 470 | 239 |

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade **Tabela 182**

| Tipologias do Cargo | Quantidade de pessoas por nível de escolaridade | | | | | | | | |
|---|---|-----------|----------|-----------|------------|------------|----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 1.Provimento de cargo efetivo | 0 | 22 | 0 | 74 | 357 | 602 | 0 | 0 | 5 |
| 1.1.Membros de poder e agentes políticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.Servidores de Carreira | 0 | 22 | 0 | 74 | 357 | 602 | 0 | 0 | 5 |
| 1.3.Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.Provimento de cargo em comissão | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 24 | 0 | 0 | 0 |
| 2.1.Cargos de Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 21 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3.Funções gratificadas | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| 3.Totais (1+2) | 0 | 22 | 0 | 74 | 365 | 626 | 0 | 0 | 5 |

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores

Tabela 183

| Tipologias/ Exercícios | Vencimentos e vantagens fixas | Despesas Variáveis | | | | | Benefícios Assistenciais e previdenciários | Demais despesas variáveis | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total |
|--|-------------------------------|--------------------|---------------|---------------|--------------|------------|--|---------------------------|-----------------------------------|--------------------|-------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | | | | | | |
| Membros de poder e agentes políticos | | | | | | | | | | | |
| 2012 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2011 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2010 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão | | | | | | | | | | | |
| 2011 | 59.352.683,82 | 30.957,93 | 75.064.894,77 | 15.030.984,74 | 4.693.247,86 | 768.200,00 | 484.168,63 | 10.874,14 | 10.663,08 | 155.446.674,97 | |
| 2010 | 59.389.745,89 | 5.920,00 | 75.147.085,94 | 16.024.490,08 | 4.759.777,90 | 701.545,00 | 501.700,50 | - | 10.454,31 | 156.540.719,62 | |
| 2009 | 55.002.988,44 | 16.049,26 | 68.472.619,63 | 14.089.061,11 | 4.945.997,77 | 428.664,86 | 524.279,14 | 140.417,94 | 218.428,70 | 143.838.506,85 | |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | | |
| 2012 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2011 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2010 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores Cedidos com ônus ou em Licença | | | | | | | | | | | |
| 2012 | 39.785,56 | - | 16.990,00 | - | 1.216,00 | 160,00 | - | - | - | 58.151,56 | |
| 2011 | 218.914,23 | - | 129.468,03 | - | 7.296,00 | 984,00 | 2.409,45 | - | - | 359.071,71 | |
| 2010 | 193.557,86 | - | 125.929,77 | - | 7.145,87 | 1.266,00 | - | - | - | 327.899,50 | |
| Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | | |
| 2012 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2011 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2010 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | |
|---|--------------|------------|--------------|------------|------------|-----------|-----------|---|-----------|--------------|
| 2012 | 2.090.455,04 | 456.971,70 | 1.881.724,25 | 405.376,17 | 98.514,24 | 40.817,55 | 2.484,95 | - | - | 4.976.343,90 |
| 2011 | 2.097.237,21 | 463.453,43 | 1.905.424,29 | 359.869,33 | 100.738,16 | 31.440,42 | 10.123,97 | - | 9.351,84 | 4.977.638,65 |
| 2010 | 1.509.931,48 | 377.405,33 | 1.557.502,70 | 254.181,30 | 83.057,17 | 19.090,68 | 4.182,97 | - | 10.260,91 | 3.815.612,54 |
| Servidores ocupantes de Funções gratificadas | | | | | | | | | | |
| 2012 | 2.401.816,75 | 193.046,72 | 1.880.591,74 | 481.759,20 | 154.450,18 | 41.108,54 | 1.719,57 | - | 1.293,96 | 5.155.786,66 |
| 2011 | 2.355.559,84 | 197.543,99 | 1.826.347,05 | 464.256,65 | 174.718,15 | 54.380,64 | 12.807,14 | - | 12.959,34 | 5.098.572,80 |
| 2010 | 2.355.559,84 | 197.543,99 | 1.826.347,05 | 464.256,65 | 174.718,15 | 54.380,64 | 12.807,14 | - | 12.959,34 | 5.098.572,80 |

Fonte: SGP/DAD

| Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos | | Tabela 184 | |
|---|--|---|--|
| Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria | Quantidade | | |
| | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência | |
| 1. Integral | 26 | 26 | |
| 1.1 Voluntária | 25 | 25 | |
| 1.2 Compulsória | - | - | |
| 1.3 Invalidez Permanente | 01 | 01 | |
| 1.4 Outras | - | - | |
| 2. Proporcional | 01 | 01 | |
| 2.1 Voluntária | - | - | |
| 2.2 Compulsória | 01 | 01 | |
| 2.3 Invalidez Permanente | - | - | |
| 2.4 Outras | - | - | |
| 3. Totais (1+2) | 27 | 27 | |

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

| Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão em 31/12 | | Tabela 185 | |
|--|--|--|--|
| Regime de Proventos do Servidor Instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | | |
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no Exercício de Referência | |
| 1. Aposentado | 206 | 17 | |
| 1.1. Integral | 145 | 14 | |
| 1.2. Proporcional | 61 | 03 | |
| 2. Em Atividade | 514 | 03 | |
| 3. Total (1+2) | 720 | 20 | |

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O monitoramento para identificar eventual acúmulo indevido de cargos, funções e empregos públicos, é feito através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gerando trilhas ou processos individuais, encaminhado para o órgão central (MAPA) que por sua vez encaminha para a SFA/SP verificar a veracidade das informações, bem como a necessidade de providências, como por exemplo, opção pelo cargo.

| Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) | | Tabela 186 | | |
|--|---|-------------------|--|-------------|
| Tipos de Atos | Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU | | Quantidade de atos cadastrados no SISAC | |
| | Exercícios | | Exercícios | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Admissão | 152 | - | 152 | - |
| Concessão de aposentadoria | 27 | 23 | 27 | 23 |
| Concessão de pensão civil | 20 | 22 | 20 | 22 |
| Concessão de pensão especial a ex-combatente | - | - | - | - |
| Concessão de reforma | - | - | - | - |
| Concessão de pensão militar | - | - | - | - |
| Alteração do fundamento legal de ato concessório | 10 | - | 10 | - |

| | | | | |
|---------------|------------|-----------|------------|-----------|
| Totais | 209 | 45 | 209 | 45 |
|---------------|------------|-----------|------------|-----------|

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

| Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) | | | Tabela 187 | |
|---|---|-------------|--|-------------|
| Tipos de Atos | Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU | | Quantidade de atos cadastrados no SISAC | |
| | Exercícios | | Exercícios | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Desligamento | 01 | - | 01 | - |
| Cancelamento de concessão | - | - | - | - |
| Cancelamento de desligamento | - | - | - | - |
| Total | 01 | - | 01 | - |

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

| Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC | | | Tabela 188 | |
|---|--|------------------------|------------------------|------------------------|
| Tipos de Atos | Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC | | | |
| | Exercício de 2012 | | | |
| | Até 30 dias | De 31 a 60 dias | De 61 a 90 dias | Mais de 90 dias |
| Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) | | | | |
| Admissão | - | - | - | 152 |
| Concessão de aposentadoria | - | - | - | 27 |
| Concessão de pensão civil | - | - | - | 20 |
| Concessão de pensão especial a ex-combatente | - | - | - | - |
| Concessão de reforma | - | - | - | - |
| Concessão de pensão militar | - | - | - | - |
| Alteração do fundamento legal de ato concessório | - | - | - | 10 |
| Total | - | - | - | 209 |
| Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) | | | | |
| Desligamento | - | - | - | 1 |
| Cancelamento de concessão | - | - | - | - |
| Cancelamento de desligamento | - | - | - | - |
| Total | - | - | - | 1 |

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

| Quadro A.6.12 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007) | | | Tabela 189 | |
|--|--|-------------|---|-------------|
| Tipos de Atos | Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU | | Quantidade de atos enviados ao TCU | |
| | Exercícios | | Exercícios | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Pensões graciosas ou indenizatórias | - | - | - | - |
| Outros atos fora do SISAC | - | - | - | - |
| Total | - | - | - | - |

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

| Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro | | | Tabela 190 | |
|---|--|--|-------------------|--|
|---|--|--|-------------------|--|

| Tipos de Atos | Quantidade de atos com diligência pelo OCI | | Quantidade de atos com parecer negativo do OCI | |
|--|--|----------|--|----------|
| | Exercícios | | Exercícios | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Admissão | 152 | - | - | - |
| Concessão de aposentadoria | - | - | - | - |
| Concessão de pensão civil | 63 | - | - | - |
| Concessão de pensão especial a ex-combatente | - | - | - | - |
| Concessão de reforma | - | - | - | - |
| Concessão de pensão militar | - | - | - | - |
| Alteração do fundamento legal de ato concessório | - | - | - | - |
| Totais | 215 | - | - | - |

| Evolução do Quadro de Funcionários – SFA/SP | | | | | Tabela 191 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Total de Servidores Ativos | 1160 | 1191 | 1172 | 1147 | 1117 |
| Evolução % | 100% | 102% | 101% | 98% | 96% |

| Concessão de Aposentadoria | | | | | Tabela 192 |
|----------------------------|------|------|------|------|------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Total | 20 | 30 | 31 | 25 | 27 |

| Concessão de Licença Premio | | | | | Tabela 193 |
|-----------------------------|------|------|------|------|------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Total | 139 | 145 | 169 | 145 | 160 |

| Servidores com Abono Permanência | | | Tabela 194 |
|----------------------------------|----------------------|----|------------|
| Total Servidores | Servidores com Abono | % | |
| 1117 | 503 | 45 | |

| Principais Indicadores | | | | | | Tabela 195 |
|---|---------|-------|-------|-------|-------|------------|
| Mnemonico | Unidade | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Eficácia - Índice de servidores administrativos da DAD em relação ao total de servidores ativos (Ialimed) – (Quantidade de servidores DAD/Quantidade servidores ativos) x 100 | | | | | | |
| <i>Isartsa</i> | % | 2,41 | 2,43 | 2,30 | 2,27 | 2,92 |
| Eficácia - Índice de dias de afastamento de servidores por licença médica (Ialimed) – (Quantidade de dias / (Total de funcionários x 365) x 100 | | | | | | |
| <i>Ialimed</i> | % | 1,37 | 2,31 | 2,45 | 8,98 | 2,35 |
| Eficácia – Índice de servidores totais afastados por licença médica (Ialimedn) - (Quantidade de funcionários/ (total de funcionários) x 100 | | | | | | |
| <i>Ialime dn</i> | % | 29,53 | 38,95 | 35,27 | 34,96 | 33,36 |
| Eficácia – Índice de fiscais federais agropecuários afastados por licença médica (Iaffa) – (Quantidade de fiscais afastados/ (total de fiscais) x 100 | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|---|-------|-------|-------|-------|-------|
| <i>Iaffa</i> | % | 32,68 | 38,57 | 40,54 | 38,27 | 38,88 |
| Eficácia – Índice de servidores de DAD com afastamento licença médica (Iaadm) – (Quantidade de Sservidores DAD afastados/ (total de servidores DAD) x 100 | | | | | | |
| <i>Iaadm</i> | % | 16,98 | 35,71 | 44,44 | 34,61 | 36,36 |
| Eficácia - Índice de agentes de inspeção com afastamento licença médica (Iagtec) – Quantidade de agentes de inspeção afastados/ (total de agentes de inspeção) x 100 | | | | | | |
| <i>Iagtec</i> | % | 24,36 | 37,54 | 33,39 | 33,77 | 32,79 |

Fonte: DAD/SP

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo (SFA-SP), não possui servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade, e vem sofrendo com a elevada carência de servidores administrativos, o déficit de mão de obra e o conseqüente excesso de trabalho acumulado podem sido a causa do aumento do índice de licenças médicas de servidores. Importante frisar que aproximadamente 90% dos servidores administrativos desta Superintendência já possuem tempo para aposentadoria. Ressaltamos também que não há contratação de servidores administrativos para a SFA-SP há quase trinta anos, e que não há previsão e concurso público para essas categorias funcionais.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva Tabela 196

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|------------|---|----|---|---|---|---|------|--|---|
| Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo | | | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 130067 | | | | | CNPJ: 00396895/0028-45 | | | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Sit. | | |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | | | |
| 2008 | V | O | 02/2008 | 62874094000185 | 01/05/2008 | 01/05/2013 | 64 | 68 | | | | | | | A |
| 2011 | L | O | 02/2011 | 09508389000155 | 01/03/2011 | 01/03/2016 | 42 | 42 | | | | | | | A |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | | | |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. | | | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | | | | | | | |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fonte: SCC/DAD/SFA/SP | | | | | | | | | | | | | | | |

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra Tabela 197

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|------------|---|---|----|----|---|---|------|--|--|
| Nome: Superintendência Federal da Agricultura no Estado de São Paulo –SFA/SP | | | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 130067 | | | | | CNPJ: 00.396.895/0028-45 | | | | | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. | | |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | | | |
| 2011 | 4 | O | 04/2011 | 07836985000139 | 01/12/2011 | 01/12/2016 | | | 03 | 03 | | | | | |
| 2011 | 5 | O | 04/2011 | 07836985000139 | 01/12/2011 | 01/12/2016 | | | 09 | 09 | | | | | |

| | | | | | | | | |
|------|----|---|---------|----------------|------------|------------|----|----|
| 2011 | 7 | O | 04/2011 | 07836985000139 | 01/12/2011 | 01/12/2016 | 05 | 05 |
| 2011 | 12 | O | 04/2011 | 07836985000139 | 01/12/2011 | 01/12/2016 | 01 | 01 |
| 2011 | 5 | O | 05/2011 | 07836985000139 | 01/12/2011 | 01/12/2016 | 05 | 05 |
| 2011 | 5 | O | 06/2011 | 07836985000139 | 01/12/2011 | 01/12/2016 | 01 | 01 |
| 2012 | 5 | O | 01/2012 | 07836985000139 | 01/02/2012 | 01/12/2016 | 03 | 03 |

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras (Porteiro)

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SCC/DAD/SFA/SP

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários **Tabela 198**

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no exercício (em R\$ 1,00) |
|--------------------------|---|--------------|--------------|--------------|---------------------------------------|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| 1. Nível superior | 68 | 68 | 62 | 59 | 415.918,66 |
| 1.1 Área Fim | 61 | 60 | 56 | 55 | 368.680,76 |
| 1.2 Área Meio | 07 | 08 | 06 | 04 | 47.237,90 |
| 2. Nível Médio | 13 | 15 | 14 | 14 | 116.597,94 |
| 2.1 Área Fim | 06 | 06 | 06 | 07 | 85.610,30 |
| 2.2 Área Meio | 07 | 09 | 08 | 07 | 30.987,64 |
| 3. Total (1+2) | 81 | 83 | 76 | 73 | 532.516,60 |

Fonte: SGP/DAD

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A IN/SLTI/MP nº 3, de 15/5/2008, normatiza a aquisição e a forma de utilização da frota de veículos do Governo Federal.

A frota de veículos é fundamental para desenvolver as atribuições legais dos vários serviços da SFA/SP, a saber: inspeção de alimentos de origem animal e vegetal, fiscalização de insumos agropecuários (medicamentos veterinários, alimentos para animais, sementes e mudas, fertilizantes, agrotóxicos, aviação agrícola, centrais de inseminação) e atividades de defesa agropecuária no intuito de garantir a saúde dos rebanhos e a sanidade das plantações. Simultaneamente, com o crescente desenvolvimento das atividades agropecuárias e o comércio internacional de produtos, intensifica-se o atendimento de autoridades e comitivas procedentes de Órgãos Centrais de Brasília, de outros Estados da Federação e de Missões Estrangeiras, que vêm ao Estado de São Paulo pela grande representatividade do setor, com objetivos comerciais, acadêmicos e culturais, para conhecer nossas potencialidades na produção de bens exportáveis e para execução dos diversos protocolos internacionais firmados ou dos que o serão no futuro.

A atual frota de veículos na SFA/SP é constituída de 247 veículos, sendo: 01 veículo de representação, 174 veículos operacionais e 72 veículos antieconômicos que serão leiloados em 2013.

| Frota de Veículos | | | | | | | | | | | Tabela 199 | | |
|-----------------------------|----|----|---|----|----|----|----|----|----|----|------------|----|----|
| Nr. (veículos operacionais) | 30 | 15 | 7 | 15 | 35 | 15 | 21 | 10 | 11 | 10 | 3 | 1 | 1 |
| Uso (em anos) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 7 | 8 | 11 | 12 | 13 | 17 | 29 | 39 |

A SFA conta ainda com um veículo de representação com seis anos de uso

Fonte: SAG/DAD

O custeio e o investimento na área são grandes, em contrapartida as condições da frota apesar de terem melhorado não são consideradas satisfatórias para atender as necessidades, sempre crescentes, dos serviços técnicos.

Os valores contabilizados no exercício de 2012:

| Gastos/Consumo Frota de Veículos | 2012 | Tabela 200 |
|--|-------------|------------|
| Manutenção de Veículos (em R\$) | 173.249,80 | |
| Gasto com Combustíveis (em R\$) | 399.676,22 | |
| Média Km Rodados Veículo Representação | 6.000 Km | |
| Média Km Rodado Veículo Operacional | 1.135.500Km | |
| Média Consumo Km/l (gasolina) | 9 Km/l | |
| Média Consumo Km/l (alcool) | 8 Km/l | |
| Média Consumo Km/l (diesel) | 8 Km/l | |

Fonte: SAG/DAD

A frota de veículos da SFA/SP tem seu acompanhamento monitorado por planilhas, apresentando estabilidade em seu quantitativo com os níveis de consumo médio de combustíveis expressos em km/l, tendo os valores se apresentado em níveis satisfatórios em função do uso intenso a que são submetidos os veículos.

O monitoramento integrado da utilização dos veículos é fundamental para o atendimento das metas de redução de custos de manutenção e de consumo de combustível.

Através do Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV a SFA solicita ao Órgão Central a aquisição de novos veículos, visando à substituição dos veículos que se tornaram antieconômicos, pelos anos de uso.

A SFA tem como objetivo manter a frota de veículos sempre atualizada e em condições ideais de utilização, visando alcançar as seguintes metas:

- Meta 1 – Manter disponibilidade de 98% da frota em condições de uso;
- Meta 2 - Manter a idade média da frota no máximo de 5 anos;
- Meta 3 - Redução de 50% dos custos anuais de manutenção dos veículos a partir da renovação da frota;
- Meta 4 – Redução de 10% do custo por km rodado da frota;

Para que possamos atingir estas metas há necessidade de ampliação da frota e substituição de veículos que se tornaram antieconômicos, pelos anos de uso.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

| Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União | | Tabela 201 | |
|---|------------|---|----------------|
| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ | |
| | | Exercício 2012 | Exercício 2011 |
| SP | | 16 | 20 |
| BRASIL | Araraquara | 1 | 1 |
| | Barretos | 0 | 1 |
| | Barueri | 1 | 1 |
| | Campinas | 1 | 1 |
| | Cananéia | 2 | 2 |

| | | | |
|-----------------|----------------------------------|-----------|-----------|
| | Guaratinguetá | 1 | 1 |
| | Iguape | 1 | 1 |
| | Ipaussu | 1 | 1 |
| | Itapetininga | 1 | 1 |
| | Itapeva | 1 | 1 |
| | Jundiá | 0 | 1 |
| | Mogi das Cruzes | 0 | 1 |
| | Piraju | 0 | 1 |
| | Ribeirão Preto | 1 | 1 |
| | São Caetano do Sul | 1 | 1 |
| | São Paulo | 2 | 2 |
| | São Roque | 1 | 1 |
| | São Vicente | 1 | 1 |
| | Subtotal Brasil | 16 | 20 |
| EXTERIOR | PAÍS 1 | 0 | 0 |
| | PAÍS "n" | 0 | 0 |
| | Subtotal Exterior | 0 | 0 |
| | Total (Brasil + Exterior) | 16 | 20 |

| Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros | | Tabela 202 | |
|---|----------------------------------|--|----------------|
| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ | |
| | | EXERCÍCIO 2012 | EXERCÍCIO 2011 |
| BRASIL | SP | 1 | 1 |
| | Santos | 1 | 1 |
| | Subtotal Brasil | 1 | 1 |
| EXTERIOR | | 0 | 0 |
| | Subtotal Exterior | 0 | 0 |
| | Total (Brasil + Exterior) | 1 | 1 |

Fonte: SAG/DAD

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ **Tabela 203**

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa no Exercício | | |
|--------------|------------------|--------|-----------------------|-----------------|-------------------|------------------|----------------------|------------------|------------------|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Com Reformas | Com Manutenção | |
| 130067 | 6163.00008.500-3 | 21 | 4 | 100.257,90 | 12/12/06 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 6213.00015.500-1 | 21 | 4 | 77.863.015,72 | 30/10/12 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 6291.00042.500-0 | 23 | 8 | 822.000,00 | 21/08/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 6299.00007.500-5 | 21 | 4 | 488.663,68 | 30/07/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 6299.00008.500-0 | 21 | 4 | 183.766.216,83 | 28/11/01 | - | 0,00 | 13.600,00 | |
| 130067 | 6469.00012.500-3 | 21 | 4 | 204.729,92 | 12/11/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 6507.00012.500-0 | 23 | 8 | 23.221.632,00 | 28/11/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 6519.00006.500-0 | 4 | 4 | 1.019.628,74 | 28/11/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 6547.00003.500-0 | 23 | 3 | 346.065,18 | 16/11/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 6549.00007.500-8 | 5 | 6 | 813.328,51 | 12/11/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 6969.00035.500-0 | 21 | 3 | 147.817,93 | 04/12/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 7077.00003.500-5 | 5 | 8 | 613.423,00 | 29/05/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 7107.00418.500-7 | 21 | 4 | 577.773,38 | 27/11/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 7107.00446.500-0 | 21 | 4 | 350.811,39 | 07/12/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| 130067 | 7113.00030.500-2 | 21 | 4 | 326.931,43 | 28/11/01 | - | 86.196,31 | 0,00 | |
| 130067 | 7121.00023.500-5 | 5 | 8 | 18.444.050,00 | 23/11/01 | - | 0,00 | 0,00 | |
| Total | | | | | | | | 86.196,31 | 13.600,00 |

Fonte: DAD;SPIUNet

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

Todas as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação são gerenciadas pelo Órgão Central, através da CGTI/MAPA Coordenação Geral de Tecnologia da Informação. O Estado de São Paulo conta com um funcionário, disponibilizado pelo órgão central, para dar suporte no âmbito da informática.

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

| QUADRO A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis | | Tabela 204 | | | | |
|--|--|------------|---|---|---|-----------------|
| Aspectos sobre a gestão ambiental | | Avaliação | | | | |
| Licitações Sustentáveis | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | | X |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | | x | | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | | | | X |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | | X |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | x | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | x | | | | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | | x | | | | |
| | | | | | | Sim () Não (X) |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | x | | |

| QUADRO A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis | | Tabela 204 | | | | |
|---|--|------------|---|---|---|---|
| Aspectos sobre a gestão ambiental | | Avaliação | | | | |
| Licitações Sustentáveis | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. | | | | | | x |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | | | x | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | x | | |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? | | | | x | | |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? | | | | x | | |
| LEGENDA | | | | | | |
| Níveis de Avaliação: | | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. | | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. | | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. | | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. | | | | | | |
| (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | | |
| Fonte: SCC/DAD | | | | | | |

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A SFA/SP não aderiu a nenhum programa de sustentabilidade no exercício de 2012, porem vem realizando várias iniciativas para a redução de consumo de papel, energia elétrica e consumo de água, sendo:

1. A SFA-SP incentiva a impressão de documentos em frente e verso, junto aos seus servidores, bem como junto às empresas que autuam processos no nosso Protocolo, o que reduz em 50% (cinquenta por cento) o consumo de papel.
2. Executou reforma na maioria dos banheiros do edifício sede, com a troca das válvulas de descarga e das bacias comuns por bacias acopladas, reduzindo significativamente o consumo de água.
3. Redução de lâmpadas nas sala e nos estacionamentos.
4. Estamos aguardando recurso orçamentário do Plano de Melhorias das SFAs, para licitar o projeto de reforma da rede elétrica e o projeto de reforma da rede hidráulica no edifício sede SFA-SP, com o objetivo de redução do consumo de energia elétrica e água.
5. Adesão do MAPA no Projeto Esplanada Sustentável – com diretriz do governo federal para a redução de 12% com gastos de custeio de toda Administração Pública Federal, para o exercício de 2013.
6. Adesão do MAPA ao Plano Nacional de Desmaterialização de Processos – Administração Sem Papel, para o exercício de 2013.

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Tabela 205

Relatório de Gestão 2012-SFA/SP

Normativa TCU

| Recurso Consumido | Quantidade | | Valor | | | |
|--------------------|------------|---------|--------------|------------|------------|------------|
| | Exercícios | | | | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Papel - resma | 1.280 | 2.580 | 3.073 | 9.441,40 | 22.082,22 | 25.460,42 |
| Água - m3 | 12.000 | 5.416 | 4.220 | 162.800,05 | 94.580,90 | 89.166,54 |
| Energia Elétrica – | 574.504 | 389.514 | 381.938 | 255.628,00 | 216.643,89 | 146.657,90 |
| | | | Total | 427.968,45 | 333.307,01 | 261.284,86 |

Fonte: SMP/SAG/DAD

10. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

| Quadro A.10.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício | | | | | | Tabela 206 |
|--|----------------------|-----------|------|--------|----------------------|--------------|
| Unidade Jurisdicionada | | | | | | |
| Denominação Completa | | | | | | Código SIORG |
| Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo | | | | | | |
| Deliberações do TCU | | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida | |
| 1 | TC 010.936/2008-1 | 2998/2012 | 9 | Não há | 51916 -TCU/Sefip | |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | | Código SIORG |
| Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP | | | | | | |
| Descrição da Deliberação | | | | | | |
| <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento do cumprimento do Acórdão 3255/2009-TCU - 1º Câmara.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1 promover a audiência do Sr. Francisco Sergio Ferreira Jardim, Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em São Paulo, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões de justificativas para o descumprimento do disposto nos subitens 9.4.1 e 9.5 do Acórdão 3255/2009-TCU-1º Câmara;</p> <p>9.2 determinar a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em São Paulo, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>9.2.1 emita novos atos de concessão de aposentadoria para o Srs. Agostinho Mario Boggio, Alberto Ângelo Dotti, Beatriz Martins Nascimento Schalch, Dinchiti Sinzato, Honorato Francisco de Moraes, Isaira Baptista Kuhn, Jose Gomes Viera, Lucio Humberto Correa Vieira, Nerzon Nogueira de Ramos, Shirley Reis Barbosa, Tadeu Corsi e Leila da Silva Martins, escoimados da irregularidade detectada, em atenção ao disposto no subitem 9.5 do Acórdão 3255/2019-TCU-1º Câmara;</p> <p>9.2.2 emita o ato de cancelamento da aposentadoria relativo a Gonçalves Maria Martins Atita, ante o seu retorno à atividade.</p> | | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | | | | Código SIORG |
| Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP | | | | | | |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | | |
| Todas as recomendações do acórdão de competência da SFA/SP foram cumpridas, as de competência da CGAP/MAPA foram encaminhadas via ofício, para as providências. | | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | | |
| | | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providên- | | | | | | |

| | | | | | |
|--|-------------------|----------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| cias pelo Gestor | | | | | |
| | | | | | |
| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
| Denominação Completa | | | | | Código SIORG |
| Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo | | | | | |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 2 | TC 014.971/2012-1 | 4260/2012 | 1 | Não há | 54748 -TCU/Sefip |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | Código SIORG |
| Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP | | | | | |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: Interessados: Caroline Lariana Sacco Tasso; Cristiane Akemmy Sacco Tasso | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | | | Código SIORG |
| Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP | | | | | |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | |
| Os servidores não pertencem a esta UPAG – 1664 | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | |
| | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
| Denominação Completa | | | | | Código SIORG |
| Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo | | | | | |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 3 | TC 043.019/2012-9 | 6909/2012 | 1 | Não há | 60891 -TCU/Sefip |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | Código SIORG |
| Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo | | | | | |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| ACORDAM em considerar legal (ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relaciona(s), conforme os pareceres emitidos nos autos: Processo TC-043.019/2012-9 (PENSÃO CIVIL) Interessados: Cecília Antonia Grisotto Lacerda; Saturnina Ribeiro | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | | | Código SIORG |
| Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP | | | | | |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | |

| | | | | | |
|---|------------------|----------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | |
| | | | | | |
| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
| Denominação Completa | | | | | Código SIORG |
| Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo | | | | | |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 4 | TC 037.576/2012- | 6580/2012 | 1 | Não há | 59985 -TCU/Sefip |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | Código SIORG |
| Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP | | | | | |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| ACORDAM em considerar legal (ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relaciona(s), conforme os pareceres emitidos nos autos: Processo TC-037.576/2012-7 (PENSÃO CIVIL) Interessados: Alzira Augusto Araujo ; Guaraciaba Arantes Ferreira da Silva | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | | | Código SIORG |
| Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP | | | | | |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | |
| | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | |
| | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | |
| | | | | | |

Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem pendências de atendimento as deliberações do TCU.

Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não existem recomendações do OCI no exercício de 2012.

Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

| | | | | | |
|---|--|--|----------|-------------------|--|
| Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR | | | | Tabela 207 | |
| Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR | Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | | |
| | | Posse ou Início | Final do | Final do | |

| | | do exercício de Função ou Cargo | exercício da Função ou Cargo | exercício financeiro |
|--|----------------------------|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------|
| Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | | | |
| | Entregaram a DBR | | | |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |
| Cargos Eletivos | Obrigados a entregar a DBR | 1127 | 1127 | 1127 |
| | Entregaram a DBR | 1010 | 1010 | 1010 |
| | Não cumpriram a obrigação | 117 | 117 | 117 |
| Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | 49 | 49 | 49 |
| | Entregaram a DBR | 49 | 49 | 49 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |

Fonte: SGP/DAD

Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

Tabela 208

DECLARAÇÃO

Eu, **Jose Tadeu de Faria**, CPF nº **434.876.888-91**, **Superintendente Federal de Agricultura** exercido na **Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Paulo, 21 de março de 2013.

Jose Tadeu de Faria
Superintendente/SFA-SP

11. Informações Contábeis

Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A SFA/SP não está aplicando os dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade:

T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão e T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos, pois estamos aguardando a implantação do novo Sistema de Controle Patrimonial Oficial, contratado pelo órgão central, que, realizará o referido cálculo de Depreciação, no exercício corrente, dispositivo inexistente no Sistema de Patrimônio que ora utilizamos.

Declaração do Contador Atestando Conformidade das Demonstrações Contábeis

| Quadro A.11.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA | | Tabela 209 | |
|--|--------------------------|----------------------|-------------------------|
| Denominação completa (UJ): | | Código da UG: | |
| SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC., PECUARIA E ABASTECIMENTO/SP | | 130067 | |
| <p align="center">Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p align="center">a) 102 SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NÃO CONFERE C/ RMB b) 951 FALTA/ RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS-GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | Brasília, DF | Data | 31 DE DEZEMBRO DE 2012. |
| Contador Responsável | Alberto Jeronimo Pereira | CRC nº | 006624/T –8 GO |

Resultados e Conclusão

Para atender as competências regimentais, mais uma vez a SFA/SP recorreu ao sistema colegiado de gestão, às equipes multidisciplinares, a forma matricial de trabalho, a constituição de forças tarefa, a adoção do “cubo mágico” (item 2.2.c) para a execução das atividades de interesse do cidadão e da sociedade.

Observando-se o histórico de grande parte da execução das ações é possível constatar a relevância, desempenho e tendência positiva notadamente nas que se referem ao abastecimento interno, aumento do fluxo das exportações (**Introdução**), inspeção de produtos de origem animal, manutenção da saúde pública e à fiscalização do trânsito internacional de produtos agropecuários.

O desempenho global da SFA/SP (**subitem 4.1.4**) mesmo ultrapassando em 2,77% a meta global SIPLAN para o exercício, refletiu de certa maneira as oscilações dos cenários internos e externos. As limitações orçamentárias e financeiras impostas, os atrasos na liberação de recursos empenhados; limitações provocadas pelo número determinado de ordens de serviço; número de pessoal insuficiente para cobertura das demandas técnicas e administrativas, e a expectativa de constantes mudanças na estrutura organizacional foram variáveis que exigiram atenção e constantes realinhamentos na execução das atividades.

Alguns números traduzem a dimensão das atividades realizadas no ano. Valem citação: um total de 504.553 fiscalizações no trânsito intencional de animais e vegetais; fiscalização do abate de 644.137.188 de bovinos, suínos, aves e ovinos; fiscalização de 1.480.809.606,15 leite cru; 159.664.697 dúzias de ovos; fiscalização da classificação vegetal de 1.777.869 toneladas de produtos. A propósito, os serviços da SFA/SP impediram que toneladas de alimentos, como carnes, laticínios, ovos, mel e leite, alimentos para animais, produtos veterinários impróprios fossem parar no comércio ou na mesa do consumidor. Esses índices tiveram efeitos positivos sobre um dos objetivos da SFA/SP - garantir a segurança alimentar”. Os indicadores ligados à Qualidade de Insumos Agropecuários contribuíram igualmente para os resultados da gestão.

Algumas medidas positivas no exercício em referência irão refletir nos objetivos da Unidade em 2013; a) organização das ações da Certificação Zootécnica e Registros Genealógicos, b) Implantação da Comissão Estadual da Produção Integrada. c) Lançamento do selo da Produção Integrada de Morango em parceria com Embrapa. d) Acordo de Cooperação do MAPA e o MTE, para atender as solicitações judiciais em relação às empresas da agroindústria sucroalcooleira. e) Implantação de sistemas informatizados que ajudam na desburocratização de ações.

Outros fatores a considerar: (a) promoção de eventos para maior disseminação de conhecimentos, reavaliação de procedimentos, elaboração de POPs. b) maior integração com as cadeias agroprodutivas. c) Fortalecimento do Comitê de Clientes da SFA/SP; d) informatização de atividades de inspeção de POA com o histórico de autuações dos estabelecimentos, dados relacionados ao controle da execução das supervisões e seus resultados; d) manutenção das aprovações dos sistemas de inspeção pelas autoridades sanitárias estrangeiras de vários países, inclusive dos EUA.

Espera-se que em 2013, invista-se mais na busca da excelência, para diminuição dos atos burocráticos e descentralização de serviços; em investimentos de tecnologia da informação para viabilizar, em especial, registros *on line* de produtos e estabelecimentos como já ocorrem em muitos países do mundo. Que se promovam estudos técnicos e científicos para revisão, adoção ou adaptação dos modelos hoje vigentes na inspeção e fiscalização agropecuária, para se oferecer, sobretudo, maior previsibilidade à cadeia agroprodutiva, disseminando informações, simplificando e modernizando a estrutura administrativa dos serviços prestados ao cliente, cidadão e a sociedade.

INDICE DAS TABELAS

| | | | Página |
|--|--------|---------|---------------|
| Relação dos objetivos, iniciativas e ações vinculados aos programas temáticos | Figura | A.4 | 16 |
| INSPANIMAL3 – Identificação | Quadro | A.4.4.1 | 18 |
| Quantitativo de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) | Tabela | 1 | 19 |
| Quantitativo de Estabelecimentos Relacionados (ER) | Tabela | 2 | 20 |
| Indicadores de Desempenho | Tabela | 3 | 20 |
| Índice de conformidade das análises laboratoriais em produtos de origem animal e de água de abastecimento – IQ Cal | Tabela | 4 | 21 |
| Número de animais abatidos e inspecionados pelo SIF em SP | Tabela | 5 | 22 |
| Número de casos de cisticercose e de tuberculose bovina e suína detectadas pelo SIF em abatedouros | Tabela | 6 | 22 |
| Número de casos de ascite e de aerossaculite em aves e de pneumonia suína detectadas pelo SIF | Tabela | 7 | 23 |
| Condenação de pescados realizada pela Inspeção Federal – Kg | Tabela | 8 | 24 |
| Condenação de leite realizada pela Inspeção Federal | Tabela | 9 | 24 |
| Supervisões programadas X Supervisões realizadas -IQ sra | Tabela | 10 | 25 |
| Supervisões conformes X Supervisões realizadas -IQ sup | Tabela | 11 | 25 |
| Taxa de Conformidade dos Processos Produtivos-Tc Pa | Tabela | 12 | 26 |
| Número de processos analisados e tramitados | Tabela | 13 | 26 |
| Número de rótulos analisados e tramitados | Tabela | 14 | 26 |
| Requerimentos de anuência de importação analisados | Tabela | 15 | 27 |
| Nº de Autos de Infração, Termos de Advertência, Autos de Multa e Cobranças Executivas emitidos | Tabela | 16 | 27 |
| Principais recursos humanos envolvidos | Tabela | 17 | 28 |
| PADCLASSIF – Identificação | Quadro | A.4.4.2 | 28 |
| Fiscalização da Classificação Vegetal | Tabela | 18 | 29 |
| Principais Indicadores | Tabela | 19 | 30 |
| Classificação de Produtos Vegetais Importados | Tabela | 20 | 31 |
| Número de Multas e Valores Aplicados e Recolhidos | Tabela | 21 | 31 |
| Principais recursos humanos | Tabela | 22 | 31 |
| IPVEGETAL13 – Identificação | Quadro | A.4.4.3 | 31 |
| Principais Indicadores | Tabela | 23 | 32 |
| Demanda de serviço por FFA | Tabela | 24 | 33 |
| Estabelecimentos registrados no Estado de São Paulo | Tabela | 25 | 33 |
| Estabelecimentos | Tabela | 26 | 33 |
| Produtos | Tabela | 27 | 33 |
| Estabelecimentos Produtores Fiscalizados | Tabela | 28 | 34 |
| Resultados Obtidos | Tabela | 29 | 34 |
| Processos Administrativos | Tabela | 30 | 34 |
| Resultados Analíticos | Tabela | 31 | 35 |
| Transito Intenacional de bebidas, vinhos e vinagres | Tabela | 32 | 35 |
| Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade da Cachaça e Aguardente | Tabela | 33 | 35 |
| Principais recursos humanos | Tabela | 34 | 36 |
| RESIDUOS – Identificação | Quadro | A.4.4.4 | 36 |
| Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes em Carne-PCRCC | Tabela | 35 | 37 |
| Principais Indicadores | Tabela | 36 | 37 |
| FISCORGEN – Identificação | Quadro | A.4.4.5 | 37 |
| Principais processos | Tabela | 37 | 38 |
| Campos Experimentais de Organismos (Vegetais) Geneticamente Modificados | Tabela | 38 | 38 |
| Fiscalização das distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho GM em relação a outros cultivos | Tabela | 39 | 38 |

| | | | |
|---|---------|----------|----|
| Principais Indicadores | Tabela | 40 | 38 |
| Principais recursos humanos envolvidos | Tabela | 41 | 39 |
| VIGIFITO – Identificação | Quadro | A.4.4.6 | 39 |
| Interceptação de Pragas na Importação de Material de Propagação Vegetal | Tabela | 42 | 40 |
| Principais Indicadores | Tabela | 43 | 40 |
| Solicitações de importação/exportação de Material de Propagação Vegetal Recebidas | Tabela | 44 | 40 |
| Principais Indicadores | Tabela | 45 | 40 |
| Supervisão de quarentena de Material de Pesquisa Científica | Tabela | 46 | 41 |
| Principais Indicadores | Tabela | 47 | 41 |
| Fiscalização de Empresas de Tratamento Quarentenário | Tabela | 48 | 42 |
| Principais Indicadores | Tabela | 49 | 42 |
| Requerimentos para Imp. de Maça, Pera e Marmelo recebidos | Tabela | 50 | 42 |
| Principais recursos humanos | Tabela | 51 | 43 |
| ERRADMOSCA – Identificação | Quadro | A.4.4.7 | 43 |
| Monitoramento da Mosca da Carambola | Tabela | 52 | 44 |
| Principais Indicadores | Tabela | 53 | 44 |
| Principais recursos humanos envolvidos | Tabela | 54 | 44 |
| PCEVEGETAL – Identificação | Quadro | A.4.4.8 | 44 |
| Prevenção e controle da Sigatoka Negra (<i>Mycosphaerella fijiensis</i>) | Tabela | 55 | 45 |
| Principais Indicadores | Tabela | 56 | 45 |
| Monitoramento da Anastrepha Grandis em Cucurbitáceas para Exportação | Tabela | 57 | 46 |
| Principais Indicadores | Tabela | 58 | 46 |
| Exportação de Citros para CE | Tabela | 59 | 47 |
| Principais Indicadores | Tabela | 60 | 47 |
| Principais recursos humanos envolvidos | Tabela | 61 | 47 |
| FISCPLANTA2 – Identificação | Quadro | A.4.4.9 | 47 |
| Principais Indicadores | Tabela | 62 | 48 |
| Desempenho operacional | Tabela | 63 | 48 |
| Desempenho Operacional por Unidade | Tabela | 64 | 49 |
| FISCANIMAL2 – Identificação | Quadro | A.4.4.10 | 49 |
| Principais Indicadores | Tabela | 65 | 50 |
| Desempenho operacional | Tabela | 66 | 50 |
| Desempenho Operacional por Unidade | Tabela | 67 | 51 |
| Fiscalização de Passageiros no Aeroporto de Guarulhos | Tabela | 68 | 52 |
| Curso / Treinamento | Tabela | 69 | 52 |
| Postos de Atendimento do VIGIAGRO | Tabela | 70 | 53 |
| Recursos Humanos Necessários | Tabela | 71 | 53 |
| Nr. Passageiros nos principais aeroportos do Brasil | Gráfico | 1 | 54 |
| Carga área nos principais aeroportos do Brasil | Gráfico | 2 | 55 |
| Mala postal nos principais aeroportos do Brasil | Gráfico | 3 | 55 |
| Principais participações dos Portos - Exportação | Gráfico | 4 | 55 |
| Principais participações dos Portos - Importação | Gráfico | 5 | 56 |
| Controle do Trânsito Internacional de Animais e de Produtos de Origem Animal | Tabela | 72 | 57 |
| Principais Indicadores | Tabela | 73 | 57 |
| Anuências de Importação para Produtos de Origem Animal | Gráfico | 6 | 58 |
| FEBREAFIOSA – Identificação | Quadro | A.4.4.11 | 58 |
| Atividades Relacionadas ao Trânsito de Biungulados para Recria ou Engorda entre Areas de Diferentes Classificações de Risco | Tabela | 74 | 59 |
| Vacinação em Propriedades | Tabela | 75 | 59 |
| Principais Indicadores | Tabela | 76 | 60 |
| Principais recursos humanos envolvidos | Tabela | 77 | 60 |
| Fêmeas receptoras de embriões importados da Republica da India | Tabela | 78 | 61 |
| Quarentena de aves | Tabela | 79 | 61 |

| | | | |
|--|---------|----------|----|
| Cursos e outros eventos | Tabela | 80 | 61 |
| Principais recursos humanos envolvidos | Tabela | 81 | 61 |
| PCEANIMAL – Identificação | Quadro | A.4.4.12 | 62 |
| Ações realizadas | Tabela | 82 | 62 |
| Med Vet treinados e habilitados a emitir GTA e CIS-E | Tabela | 83 | 63 |
| Atividades desenvolvidas | Tabela | 84 | 63 |
| Principais Indicadores | Tabela | 85 | 64 |
| Cursos Ministrados | Tabela | 86 | 65 |
| Principais Indicadores | Tabela | 87 | 65 |
| Avaliação quanto às Atividades Profiláticas em Raiva | Tabela | 88 | 65 |
| N de Focos de Raiva nos Herbívoros ocorridos no Estado | Gráfico | 7 | 66 |
| Total de Amostras Coletadas de Herbívoros com Sintomas Neurológicos e n de diagnósticos positivos para a Raiva | Gráfico | 8 | 67 |
| Fiscalizações e amostragens realizadas | Tabela | 89 | 68 |
| Principais Indicadores | Tabela | 90 | 68 |
| Nr. Casos de AIE | Gráfico | 9 | 69 |
| Proporção de resultados positivos para AIE | Gráfico | 10 | 70 |
| Controle de Laboratórios de Diagnóstico de AIE | Tabela | 91 | 70 |
| Exames Sorológicos | Tabela | 92 | 70 |
| Situação da Anemia Infecciosa Equina no Estado de São Paulo | Tabela | 93 | 70 |
| Certificações em Estabelecimentos | Tabela | 94 | 71 |
| Autorização de Importação | Tabela | 95 | 72 |
| Principais Indicadores | Tabela | 96 | 72 |
| Autorização para emissão de CZI emitidas | Tabela | 97 | 72 |
| Atividades Desenvolvidas | Tabela | 98 | 73 |
| Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Matrizes | Tabela | 99 | 73 |
| Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Cachaços | Tabela | 100 | 73 |
| Ações do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) | Tabela | 101 | 74 |
| Amostras Coletadas por Enfermidades em Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas | Tabela | 102 | 74 |
| Principais Indicadores | Tabela | 103 | 74 |
| RASTREAB – Identificação | Quadro | A.4.4.13 | 74 |
| Estabelecimentos | Tabela | 104 | 75 |
| Atividades Realizadas | Tabela | 105 | 75 |
| Propriedades aptas à exportação para a UE | Gráfico | 11 | 76 |
| Auditorias em ERAS-Evolução dos Resultados | Gráfico | 12 | 77 |
| Auditorias em ERAS-Tipo de Auditoria | Gráfico | 13 | 77 |
| Principais Indicadores | Tabela | 106 | 77 |
| Principais Recursos Humanos Envolvidos | Tabela | 107 | 78 |
| FISCINAN – Identificação | Quadro | A.4.4.14 | 78 |
| Registro de Novos Estabelecimentos | Tabela | 108 | 79 |
| Registro de Produtos | Tabela | 109 | 79 |
| Cadastro de Produtos | Tabela | 110 | 79 |
| Atividades | Tabela | 111 | 81 |
| Atividades Laboratoriais | Tabela | 112 | 82 |
| Principais Indicadores | Tabela | 113 | 83 |
| Principais recursos humanos envolvidos | Tabela | 114 | 84 |
| FISCGENE – Identificação | Quadro | A.4.4.15 | 84 |
| Atividades | Tabela | 115 | 84 |
| Principais Indicadores | Tabela | 116 | 85 |
| Principais recursos humanos envolvidos | Tabela | 117 | 86 |
| FISPROVET – Identificação | Quadro | A.4.4.16 | 86 |
| Fiscalização de Estabelecimentos de Produtos de Uso Veterinário | Tabela | 118 | 86 |
| Atividades Desenvolvidas pela Area de Produtos Veterinários | Tabela | 119 | 86 |
| Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário | Tabela | 120 | 87 |
| Produtos Reprovados em Análise Fiscal | Tabela | 121 | 88 |
| Infrações e Penalidades Aplicadas aos Estabelecimentos | Tabela | 122 | 88 |

| | | | |
|---|---------|----------|-----|
| Principais Indicadores | Tabela | 123 | 88 |
| Principais recursos humanos envolvidos | Tabela | 124 | 89 |
| FISFECOI – Identificação | Quadro | A.4.4.17 | 89 |
| Resultados da ação | Tabela | 125 | 90 |
| Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados | Tabela | 126 | 91 |
| Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Estabelecimento | Tabela | 127 | 91 |
| Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Produtos | Tabela | 128 | 92 |
| Amostras Coletadas de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes | Tabela | 129 | 92 |
| Quantidade Amostrada de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes | Tabela | 130 | 93 |
| Autos de Infração, Termos de Advertência, Multas e Cobranças Executivas | Tabela | 131 | 93 |
| Principais Indicadores | Tabela | 132 | 93 |
| Principais recursos humanos envolvidos | Tabela | 133 | 95 |
| FISCALSEM – Identificação | Quadro | A.4.4.18 | 95 |
| Número de Inscrições e de Credenciamentos no RENASEM | Tabela | 134 | 95 |
| Inscrições e Homologações de Campos de Sementes | Tabela | 135 | 96 |
| Produção de Sementes | Tabela | 136 | 96 |
| Fiscalização de Sementes e Mudas | Tabela | 137 | 97 |
| Importação de Material de Propagação Vegetal | Tabela | 138 | 97 |
| Exportação de Material de Propagação Vegetal | Tabela | 139 | 98 |
| Fiscalização Exportação e Importação | Tabela | 140 | 98 |
| Principais Indicadores | Tabela | 141 | 98 |
| Principais recursos humanos envolvidos | Tabela | 142 | 99 |
| FISAGROTOX – Identificação | Quadro | A.4.4.19 | 99 |
| Empresas de Agrotóxicos | Tabela | 143 | 100 |
| Principais Indicadores | Tabela | 144 | 101 |
| Atividades Estações Experimentais | Tabela | 145 | 101 |
| Principais Indicadores | Tabela | 146 | 101 |
| Autos de Infração, Notificações de Advertência, Multas Recolhidas, Cobranças Executivas e Autos de Infração Insubistentes | Tabela | 147 | 102 |
| Principais Recursos Humanos Envolvidos | Tabela | 148 | 102 |
| FISCAGRIC – Identificação | Quadro | A.4.4.20 | 102 |
| Atividades Aero-agrícolas Desenvolvidas por Cultura (em ha) | Tabela | 149 | 103 |
| Detalhamento das Atividades de Aviação Agrícola | Tabela | 150 | 103 |
| Fiscalização de Estabelecimentos | Tabela | 151 | 103 |
| Principais Indicadores | Tabela | 152 | 104 |
| CETORGAN1 – Identificação | Quadro | A.4.4.21 | 104 |
| Principais Produtos e Atividades Desenvolvidas | Tabela | 153 | 105 |
| Atividades | Tabela | 154 | 105 |
| PRO ORGANICO – Identificação | Quadro | A.4.4.22 | 105 |
| Principais Produtos e Ações Desenvolvidas | Tabela | 155 | 106 |
| FISCALPEC – Identificação | Quadro | A.4.4.23 | 107 |
| Associações Brasileiras de Criadores que realizam o Serviço de Registro Genealógico | Tabela | 156 | 108 |
| Associações Brasileiras de Criadores que realizam o Serviço de Registro Genealógico | Gráfico | 14 | 108 |
| Auditorias | Tabela | 157 | 108 |
| Produtos | Tabela | 158 | 108 |
| Principais recursos humanos | Tabela | 159 | 108 |
| FISCONTRATO – Identificação | Quadro | A.4.4.24 | 109 |
| Planos de Trabalho (PT) Analisados e Aprovados pela SFA-SP | Tabela | 160 | 109 |
| Fiscalização dos Contratos de Repasse | Tabela | 161 | 109 |
| Principais recursos humanos | Tabela | 162 | 110 |
| MANUTSPAEE – Identificação | Quadro | A.4.4.25 | 110 |
| Fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS | Tabela | 163 | 111 |
| Principais recursos humanos | Tabela | 164 | 111 |

| MANUTSFAs | | | |
|--|--------|-----|-----|
| Quadro A.4.6 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ | Tabela | 165 | 111 |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação | Tabela | 166 | 111 |
| Principais Produtos | Tabela | 167 | 112 |
| Principais Indicadores | Tabela | 168 | 112 |
| Serie Histórica Recursos Financeiros Manutfas | Tabela | 169 | 113 |
| Recursos Financeiros MANUTSFAS | Tabela | 170 | 114 |
| Principais Despesas | Tabela | 171 | 114 |
| Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ | Tabela | 172 | 115 |
| Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação | Tabela | 173 | 115 |
| Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação | Tabela | 174 | 115 |
| Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores | Tabela | 175 | 116 |
| Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse | Tabela | 176 | 116 |
| Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse | Tabela | 177 | 117 |
| Quadro A.6.1 – Força de Trabalho em 31/12 | Tabela | 178 | 118 |
| Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho (Situação em 31/12) | Tabela | 179 | 118 |
| Quadro A.6.3 – Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (situação em 31/12) | Tabela | 180 | 119 |
| Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores por Faixa Etária | Tabela | 181 | 119 |
| Quadro A.6.5 - Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade | Tabela | 182 | 120 |
| Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores | Tabela | 183 | 121 |
| Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos | Tabela | 184 | 123 |
| Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão em 31/12 | Tabela | 185 | 123 |
| Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU | Tabela | 186 | 123 |
| Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU | Tabela | 187 | 124 |
| Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC | Tabela | 188 | 124 |
| Quadro A.6.12 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU | Tabela | 189 | 124 |
| Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro | Tabela | 190 | 124 |
| Evolução do Quadro de Funcionários – SFA/SP | Tabela | 191 | 125 |
| Concessão de Aposentadoria | Tabela | 192 | 125 |
| Concessão de Licença Premio | Tabela | 193 | 125 |
| Servidores com Abono Permanência | Tabela | 194 | 125 |
| Principais Indicadores | Tabela | 195 | 125 |
| Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva | Tabela | 196 | 126 |
| Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra | Tabela | 197 | 126 |
| Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários | Tabela | 198 | 127 |
| Frota de Veículos | Tabela | 199 | 128 |
| Gastos/Consumo Frota de Veículos | Tabela | 200 | 128 |
| Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União | Tabela | 201 | 128 |
| Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros | Tabela | 202 | 129 |
| Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ | Tabela | 203 | 130 |
| Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis | Tabela | 204 | 131 |

| | | | |
|--|--------|-----|-----|
| Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água | Tabela | 205 | 132 |
| Quadro A.10.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício | Tabela | 206 | 133 |
| Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR | Tabela | 207 | 135 |
| Quadro A.10.6 –Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV | Tabela | 208 | 136 |
| Quadro A.11.2 - Declaração do contador com ressalva | Tabela | 209 | 137 |